

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO**

Bárbara Chiodini Axt Hoppe

**EDUCOMUNICAÇÃO COMO TECNOLOGIA ASSISTIVA: CAMINHOS
À EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA COM
DIVERSIDADE FUNCIONAL NO ENSINO SUPERIOR**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Santa Maria, RS
2019**

Bárbara Chiodini Axt Hoppe

**EDUCOMUNICAÇÃO COMO TECNOLOGIA ASSISTIVA: CAMINHOS À EFETIVAÇÃO
DO DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DIVERSIDADE FUNCIONAL NO
ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), sob Área de Concentração “Direitos emergentes na sociedade global”, com ênfase na Linha de Pesquisa “Direitos na Sociedade em Rede: atores, fatores e processos na mundialização”, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Direito**.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Santos de Oliveira

**Santa Maria, RS
2019**

Bárbara Chiodini Axt Hoppe

**EDUCOMUNICAÇÃO COMO TECNOLOGIA ASSISTIVA: CAMINHOS À EFETIVAÇÃO
DO DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DIVERSIDADE FUNCIONAL NO
ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), sob Área de Concentração “Direitos emergentes na sociedade global”, com ênfase na Linha de Pesquisa “Direitos na Sociedade em Rede: atores, fatores e processos na mundialização”, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Direito**.

Aprovado em 22 de março de 2019:



Rafael Santos de Oliveira, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Jerônimo Siqueira Tybusch, Dr. (UFSM)



Vera Lucia Spacil Raddatz, Dra. (UNIJUI)

**Santa Maria, RS
2019**

Hoppe, Bárbara Chiodini Axt

Educomunicação como Tecnologia Assistiva: Caminhos à
efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade
funcional no ensino superior / Bárbara Chiodini Axt
Hoppe.- 2019.

193 p.; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Rafael Santos de Oliveira
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Direito, RS, 2019

1. Acessibilidade 2. Educomunicação como tecnologia
assistiva 3. Inclusão social 4. Pessoa com deficiência -
Pessoa com diversidade funcional 5. Sociedade em rede I.
Oliveira, Prof. Dr. Rafael Santos de II. Título.

*Luta é resistência...
Resistência é esperança...
Esperança é transformação...
Transformação é mudança de projeto...
Projeto é ação...
Ação é luta resiliente cheia de esperança transformadora...
Quicá um sonho utópico?
Esperemos que não!
Então, transformemos sonhos em projetos...
Para agir persistindo na esperança de mudanças positivas...
Agora e sempre...
Sendo nós mesmos os agentes incitantes dessa transformação!*

*Esse é meu sonho...
Meu projeto...
Minha luta...*

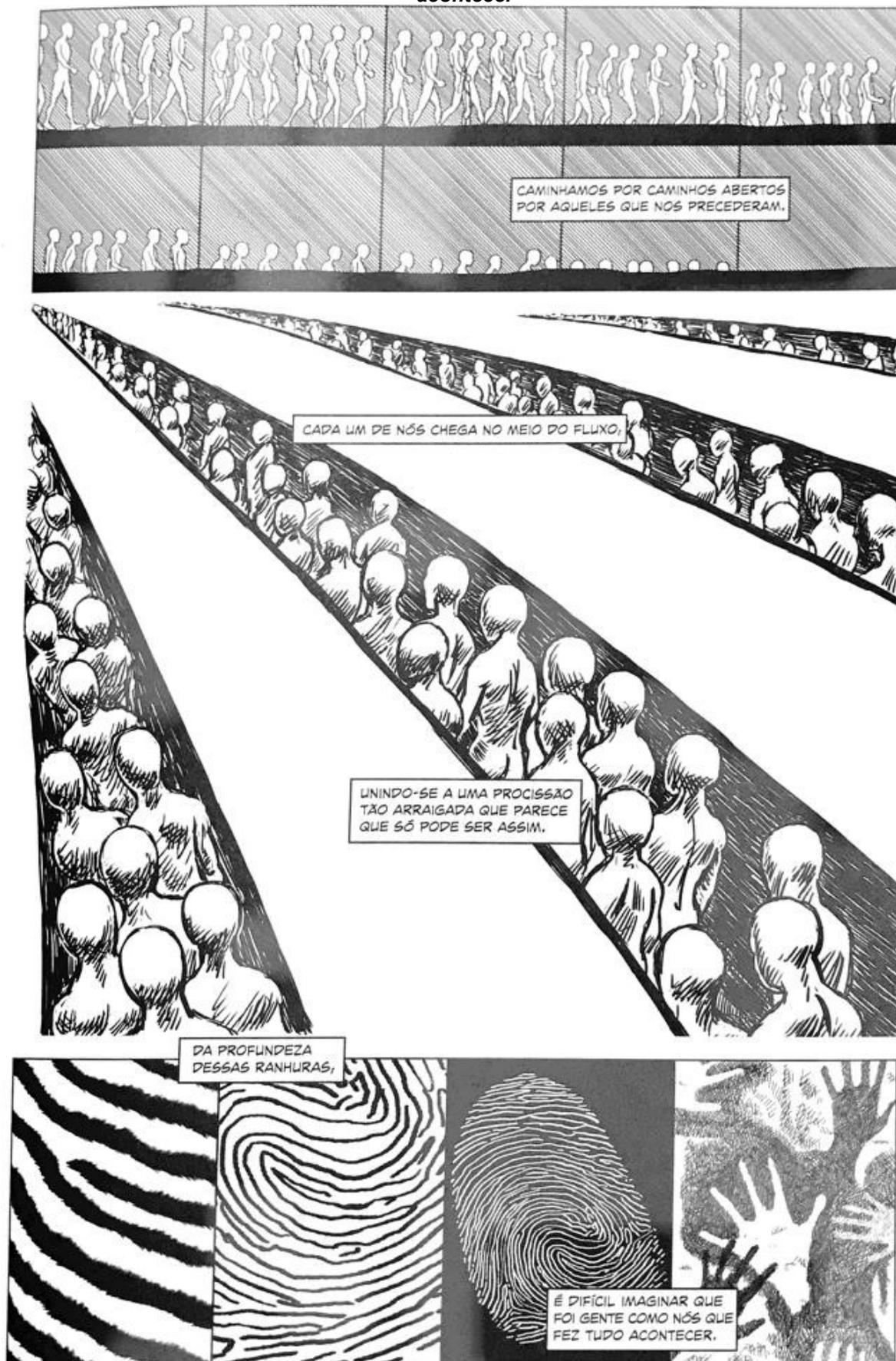
AGRADECIMENTOS

Nesta hora tudo que se pensa é em agradecer a todos aqueles que direta ou indiretamente fizeram parte dessa caminhada. Lembro de tantos nomes, alguns que até chegaram a revirar os olhos de tanto me ouvir falar sobre educomunicação. Mas, tenho certeza que todos sabem que quando nos apaixonamos, ficamos pegajosos. E, foi isso que aconteceu comigo e o tema da educomunicação como possível tecnologia assistiva. Obrigada por me aguentarem...

Um agradecimento especial vai para o Grupo Centro de Estudos e Pesquisas em Direito e Internet-CEPEDI e meu orientador, pois sei que sofreram quando das discussões sobre educomunicação e direitos humanos em 2018-1, abrindo espaço para um tema que até então não circulava pelo PPGD. Então, só me resta agradecer, de forma carinhosa e geral, a todos. Espero ter contagiado alguns com o meu amor pela Educomunicação e suas potencialidades para a resistência transformadora.

Enfim, um agradecimento especial a minha família, que é meu suporte, ontem, hoje e sempre!

Figura 1 - Trecho história em quadrinho (HQ) Desaplantar: 'foi gente como nós que fez tudo acontecer'



RESUMO

EDUCOMUNICAÇÃO COMO TECNOLOGIA ASSISTIVA: CAMINHOS À EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DIVERSIDADE FUNCIONAL NO ENSINO SUPERIOR

AUTORA: Bárbara Chiodini Axt Hoppe
ORIENTADOR: Rafael Santos de Oliveira

A presente pesquisa propõe dar visibilidade para uma nova potencialidade de acessibilidade ao ensino superior brasileiro das pessoas com diversidade funcional. Observada a lacuna existente nas normativas especializadas quando do desenvolvimento do problema de pesquisa: Quais os obstáculos e as perspectivas para a educomunicação como tecnologia assistiva, apresentando-se como mecanismo de instrumentalização para a efetivação do direito à educação, para além do acesso ao ensino superior e, sim, para inclusão, permanência, participação e aprendizagem inserida num sistema educativo realmente inclusivo? E, da testagem da hipótese: de que a práxis da educomunicação como possível tecnologia assistiva, visando acessibilidade, poderia potencializar a formação integral e o desenvolvimento social. Hipótese confirmada a nível teórico-conceitual e no âmbito dos objetivos estratégicos e institucionais, pois a efetivação do direito à educação em direitos humanos, perfectibilizado pela implantação de aprimoramento dos ecossistemas comunicativos dos espaços educacionais e dos sistemas educativos de gestão universitária, pela práxis da educomunicação como tecnologia assistiva, pode ser instrumentalizada a) como ajuda técnica para a educação, com foco de ação no indivíduo de tecnologia assistiva para comunicação e acesso à informação, bem como, b) de cultura de acessibilidade, com foco de ação nos indivíduos e na sociedade, pela conscientização e de planejamento de políticas públicas e institucionais para equiparação de oportunidades de acesso, permanência, participação e aprendizagem real. Perspectiva que se apresenta como possível após o levantamento de dados de duas frentes, utilizando uma abordagem de método misto, o projeto sequencial explanatório permitiu o levantamento i) de dados quantitativos secundários e primários, visando o entendimento geral da problemática e, ii) de dados qualitativos que pudessem refinar e explicar os resultados estatísticos descritivos apresentados no estudo de caso empírico representativo realizado com a população da Universidade Federal de Santa Maria/RS. Os dados quantitativos secundários foram uníssonos em evidenciar uma fragilidade no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as pessoas com diversidade funcional, mesmo que o Brasil esteja entre os países que mais incluem na América Latina, pois se verificou que garantir direitos no corpo normativo, como a universalização do acesso ao ensino superior é apenas o primeiro passo para a efetivação de uma educação realmente inclusiva. Principalmente na sociedade em rede posta, onde não se pode perder a possibilidade de se fazer ouvir e, agora fazer parte, do planejamento de ações e/ou políticas públicas para uma verdadeira inclusão social.

Palavras-chave: Acessibilidade. Educomunicação como tecnologia assistiva. Inclusão Social. Pessoas com diversidade funcional. Sociedade em rede.

ABSTRACT

EDUCOMMUNICATION AS ASSISTIVE TECHNOLOGY: PATHWAYS TO THE EFFECTIVENESS OF THE RIGHT TO EDUCATION OF THE PERSON WITH FUNCTIONAL DIVERSITY IN HIGHER EDUCATION

AUTORA: Bárbara Chiodini Axt Hoppe
ORIENTADOR: Rafael Santos de Oliveira

The present research proposes to give visibility to a new potentiality of accessibility to the Brazilian higher education of the people with functional diversity. Observed the gap existing in the specialized regulations when developing the research problem: What are the obstacles and perspectives for educommunication as an assistive technology, presenting itself as a mechanism of instrumentalization for the realization of the right to education, beyond the access to higher education and, yes, for inclusion, permanence, participation and learning inserted in an educational system really inclusive? And, from the hypothesis testing: that the praxis of educommunication as possible assistive technology, aiming at accessibility, could potentiate integral formation and social development. Hypothesis confirmed at the theoretical-conceptual level and within the scope of strategic and institutional objectives, since the realization of the right to education in human rights, perfectibilized by the implementation of improvement of communicative ecosystems of educational spaces and university management education systems, by praxis educommunication as assistive technology, can be instrumentalized as a) technical assistance for education, with a focus on the individual of assistive technology for communication and access to information, as well as, b) a culture of accessibility, focusing on individuals and society, for the awareness and planning of public and institutional policies to equate opportunities for access, permanence, participation and real learning. The perspective that is presented as possible after the data collection of two fronts, using a mixed method approach, the sequential explanatory design, which allowed the collection of i) secondary and primary quantitative data, aiming at a general understanding of the problem and ii) of qualitative data that could refine and explain the descriptive statistical results presented in the representative empirical case study carried out with the population of the Federal University of Santa Maria / RS. The secondary quantitative data were unified in showing a fragility in the development of public policies aimed at people with functional diversity, even though Brazil is among the countries that most include in Latin America, since it was found that guaranteeing rights in the normative body, such as universalization of access to higher education is only the first step towards the realization of a truly inclusive education. Mainly in the network society, where one can not lose the possibility of being heard and now part of the planning of actions and / or public policies for true social inclusion.

Keywords: Accessibility. Educommunication as assistive technology. Networked society. People with functional diversity. Social inclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Trecho história em quadrinho (HQ) Desaplanar: 'foi gente como nós que fez tudo acontecer'	7
Figura 2 - Trecho história em quadrinho (HQ) Desaplanar: 'não há uma visão única'	17
Figura 3 - Planejamento das etapas e tarefas executadas nesta pesquisa.....	33
Figura 4 - Monitoramento de aproveitamento de divulgação e respostas ao instrumento de coleta de dados.....	42
Figura 5 - Síntese ilustrativa: descrição da amostra geral	47
Figura 6 - Trecho História em Quadrinho (HQ) Turma da Mônica: 'viva a diversidade'	54
Figura 7 - Representação Gráfica item "a.1" dos objetivos por Estados.....	55
Figura 8 - Representação Gráfica item "a.1" dos objetivos por Estados (%) e Top5	56
Figura 9 - Representação Gráfica item "a.1" dos objetivos correlação por Estados e Região	57
Figura 10 - Representação Gráfica item "a.2" dos objetivos correlação por Estados (%)	58
Figura 11 - Representação Gráfica item "a.2" dos objetivos (Top5).....	59
Figura 12 - Representação Gráfica item "a.2" dos objetivos comparação por Estados	60
Figura 13 - Representação Gráfica item "a.2" dos objetivos comparação por Região	61
Figura 14 - Representação Gráfica comparação por região análises categorias itens dos objetivos "a.1" e "a.2"	61
Figura 15 - Representação Gráfica item "a.2" dos objetivos (comparação Nordeste e Sul)	62
Figura 16 - Representação Gráfica item "a.2" dos objetivos comparação por Estados	63
Figura 17 - Representação Gráfica item "a.3.a" dos objetivos correlação Estados (%)	65
Figura 18 - Representação Gráfica item "a.3.a" dos objetivos comparação por Estados (%)	65
Figura 19 - Representação Gráfica item "a.3.a" dos objetivos (Top5).....	66
Figura 20 - Representação Gráfica item "a.3.a" dos objetivos por Região (%).....	67

Figura 21 - Representação Gráfica item "a.3.b" dos objetivos por Região (%).....	68
Figura 22 - Representação Gráfica enfrentamento dados "a.3.a" e "a.3.b" dos objetivos	68
Figura 23 - Representação Gráfica item "a.4" dos objetivos por Região (%).....	71
Figura 24 - Representação Gráfica proporção correlação "a.4" dos objetivos	71
Figura 25 - Representação Gráfica proporção correlação "a.5" dos objetivos	72
Figura 26 - Representação gráfica para comparação das universidades observadas sob parâmetro criado da reunião das análises "a.1" a "a.5".....	73
Figura 27 - Trecho história em quadrinho (HQ) Desaplanar: 'trata-se de encontrar outras perspectivas".....	75
Figura 28 - Ensaio esquemático desenvolvendo o contexto temático: educomunicação como tecnologia assistiva na sociedade em rede	77
Figura 29 - Infográfico de contextualização introdutória da representação das instituições públicas federais brasileiras.....	79
Figura 30 - Infográfico de contextualização introdutória quanto ao acesso das pessoas com deficiência na Educação Superior	79
Figura 31 - Reprodução Quadro I. Proposta de sistematização do conceito de acessibilidade na educação escolar.....	81
Figura 32 - Representação gráfica item "a.6" dos objetivos.....	84
Figura 33 - Representação gráfica item "a.7" dos objetivos.....	84
Figura 34 - Identificação das tecnologias assistiva reconhecidas	86
Figura 35 - Representação gráfica item "a.8" dos objetivos.....	88
Figura 36 - Representação gráfica item "a.9" dos objetivos.....	89
Figura 37 - Representação gráfica item "a.10" dos objetivos.....	90
Figura 38 - Possibilidades de aprimoramento dos sistemas educacionais da UFSM (permanência).....	91
Figura 39 - Possibilidades de aprimoramento dos sistemas educacionais da UFSM (participação na comunidade escolar).....	91
Figura 40 - Possibilidades de aprimoramento dos sistemas educacionais da UFSM (aprendizagem).....	93
Figura 41 - Identificação das políticas públicas para aprimoramento dos sistemas educacionais	93
Figura 42 - Identificação responsabilidade para perfectibilizar o aprimoramento dos sistemas educacionais	95

Figura 43 - Reprodução Quadro objetivos do Desafio 3 - Gestão Inclusão Social (PDI 2016-2026).....	104
Figura 44 - Reprodução Quadros relações de objetivos institucionais PDI 2016-2026	104
Figura 45 - Sugestões de aprimoramento em acessibilidade nas comunicações e informações por potencial de capacidade.....	106
Figura 46 - Sugestões de aprimoramento em acessibilidade arquitetônica e urbanística por potencial de capacidade	107
Figura 47 - Sugestões de aprimoramento em acessibilidade nos transportes por potencial de capacidade	108
Figura 48 - Sugestões de aprimoramento em acessibilidade pedagógica por potencial de capacidade.....	109
Figura 49 - Sugestões de aprimoramento em acessibilidade atitudinal por potencial de capacidade.....	111
Figura 50 - Sentimento demonstrado nos comentários dos respondentes	112
Figura 51 - Da sugestão de caminhos de aprimoramento em atendimento as demandas levantadas.....	112
Figura 52 - Trecho história em quadrinho (HQ) Desaplanar: 'a incompletude revela que sempre há mais a se descobrir'	126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 EXPLORANDO POSSIBILIDADES DO CAMINHAR: DELINEAMENTO DO OBJETO EMPÍRICO.....	17
1.1 PLANEJANDO A CAMINHADA FUTURA: INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS TRABALHADOS.....	20
<i>1.1.1 Preparando as malas para a caminhada futura: idealização desta pesquisa</i>	<i>22</i>
<i>1.1.2 De malas prontas e jornada definida: síntese da metodologia e dos procedimentos</i>	<i>28</i>
<i>1.1.3 Início da jornada: mapa das premissas teóricas desenvolvidas</i>	<i>34</i>
1.2 DO DIREITO À EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO	35
<i>1.2.1 Do caminhar: do instrumento de pesquisa e da descrição da amostra obtida</i>	<i>40</i>
<i>1.2.2 Do caminhar: apresentação do conjunto de dados desta pesquisa</i>	<i>43</i>
1.3 DAS ANÁLISES PRELIMINARES: OLHAR SOBRE AS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS	54
2 DOS OBSTÁCULOS E DAS PERSPECTIVAS DA EDUCOMUNICAÇÃO PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DIVERSIDADE FUNCIONAL	75
2.1 DA SOCIEDADE EM QUE SE VIVE E DOS REFLEXOS PARA AS PESSOAS COM DIVERSIDADE FUNCIONAL	75
2.2 EDUCOMUNICAÇÃO COMO TECNOLOGIA ASSISTIVA.....	91
2.3 DAS PROPOSTAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E APRENDIZAGEM PARA DESENVOLVIMENTO SOCIAL	97
<i>2.3.1 Fim da jornada: síntese das premissas contextuais de análise levantadas</i>	<i>97</i>

<i>2.3.2 Fim da jornada: síntese dos dados secundários quantitativos categóricos (“a.1” a “a.5”): premissas levantadas e novas suscitações para reflexão</i>	<i>99</i>
<i>2.3.3 Fim da jornada: síntese dos dados primários qualitativo quantificáveis categóricos (“a.6” a “a.10”): premissas levantadas e novas suscitações para reflexão</i>	<i>100</i>
<i>2.3.4 Fim da jornada: síntese dos dados primários qualitativos sociais: premissas levantadas e novas suscitações para reflexão.....</i>	<i>113</i>
<i>2.3.5 Fim da jornada realizada: testagem da hipótese de pesquisa.....</i>	<i>115</i>
CONCLUSÃO.....	118
REFERÊNCIAS	127
ANEXO 01 – RELATÓRIO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	134
ANEXO 02 – MAPA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PNE.....	135
APÊNDICE 01 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	137
APÊNDICE 02 – TESTAGEM DA SIGNIFICÂNCIA DAS CATEGORIAS QUANTITATIVAS TIPOLÓGICAS NA REDE VIRTUAL.....	140
APÊNDICE 03 – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	142
APÊNDICE 04 – REPRODUÇÃO PARCIAL DO RELATÓRIO DE TRABALHO: DETALHAMENTO AMOSTRA DADOS PRIMÁRIOS.....	164
APÊNDICE 05 – REPRODUÇÃO PARCIAL DO RELATÓRIO DE TRABALHO: ANÁLISE DE CONTEÚDO SOBRE DADOS QUANTITATIVOS SOCIAIS	171
APÊNDICE 06 – LEI Nº 13.941/2004: EXPERIÊNCIA DE EDUCOMUNICAÇÃO DE GESTAÇÃO PÚBLICA FOCADA NO ENSINO COMUM EM SÃO PAULO/SP – INSTITUIÇÃO PROGRAMA EDUCOM – EDUCOMUNICAÇÃO PELAS ONDAS DO RÁDIO	188

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata o tema da união da educomunicação e das tecnologias assistivas para o desenvolvimento social e a formação integral das pessoas com diversidade funcional (pessoas com deficiência) no ensino superior brasileiro. Delimitando-o com a tentativa de refletir sobre os obstáculos e as perspectivas da acessibilidade promovida pela práxis da educomunicação como possível tecnologia assistiva e meio potencializador da efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional, para além do acesso previsto nas normativas especializadas. Essas normativas, como a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência (Lei nº 7.583/1989, seu Decreto regulatório nº 3.298/1999 e suas alterações), a ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009) e o Estatuto das Pessoas com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), contribuem para a efetiva autonomia, participação e desenvolvimento social destes sujeitos inseridos no contexto universitário público federal.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) traz que é dever do Estado assegurar a efetivação do direito à educação da pessoa com necessidades especiais e/ou diversidade funcional para além da inclusão na comunidade escolar, assegurando a participação plena e efetiva dessas pessoas.

Entretanto, é sabido que as políticas públicas empregadas não são o suficiente para garantir e instrumentalizar o aprimoramento necessário dos sistemas educacionais para além das condições de acesso, viabilizando a permanência, a efetiva participação e a aprendizagem plena real como direito humano a ser protegido de forma contínua. Isso ficou evidente no Censo Demográfico de 2010, que trouxe a informação de que 61,1% das pessoas com deficiência não tinham instrução e/ou tinham apenas o fundamental incompleto; 17,7% tinham o ensino médio completo e/ou superior incompleto e apenas 6,7% o superior completo; todos representando uma diferença clara no nível de instrução para os que declararam não ter nenhuma deficiência, a saber, 38,2%, 29,7% e 10,4% respectivamente, para comparação.

Estudando a história da educação brasileira, que originariamente parte de um sistema segregador elitista, foi possível verificar uma evolução marcada pelas desigualdades, porém, mesmo com todas as divergências e dualidades enfrentadas,

sempre em busca de um ensino de qualidade pela democratização escolar. Essa premissa é retratada pela ampliação do número de vagas, sendo esta inclusive uma meta do Plano Nacional de Educação (PNE) em vigor (Meta 12), visando a universalização da educação superior, mas que não obteve êxito na mesma proporção para a garantia de condições de permanência a segmentos historicamente excluídos. Essa foi a razão de o PNE anunciar a ampliação da meta original (Meta 04) para ampliar a qualidade da educação inclusiva até 2024. Isso com base no relatório do 1º ciclo de avaliação, que já traz o diagnóstico de expansão da oferta de matrículas na graduação de 21,1% para as instituições públicas e de 78,9% para as instituições privadas, entre 2004 e 2014. Porém, com relação à educação inclusiva, o enfoque até agora era a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado (AEE) para a população de 4 a 17 anos.

Entre 2009 e 2015, o percentual de matrículas da população com deficiência em classes comuns aumentou quase 20%, assumindo que os dados colhidos não esclarecem se esses alunos tiveram acesso a AEE, salas de recursos multifuncionais ou outros serviços especializados, considerando suas necessidades individuais. Os dados apresentados levam a ponderar acerca desta evidência de necessidade de abrangência desta meta de educação inclusiva. Segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as pessoas com diversidade funcional representam 45,6 milhões de pessoas (por autodeclaração de incapacidade), correspondendo a 23,9% da população brasileira. Ainda, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), até o ano de 2008, apenas 0,5% dos alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil tinham acesso à educação superior.

Esta confrontação de dados simples corroboram os dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) em seu relatório dos principais indicadores da educação de pessoas com deficiência. Esse relatório evidenciou um crescimento do acesso ao ensino superior público federal, que representava 27% em 2003 e, em 2016, passou a 32%, ou seja, apenas 5% de aumento em treze anos. Essa é uma evidência clara da exclusão dessas pessoas ao longo da trajetória educacional, haja vista a precariedade da continuação das políticas de acesso inclusivo.

Apenas para comparação contextual da temática, vale complementar a informação acima dizendo que na observação deste ponto, com relação às Universidades Privadas Brasileiras, em verdade, no acumulado, houve um

decréscimo proporcional de 5% em dez anos. O mesmo documento indicado anteriormente nos apresenta que, em 2003, este acesso as Universidades Privadas representavam 73%. Já em 2013 passou a 68%, ou seja, os dados fortalecem a premissa de que é imperativo um aprofundamento qualitativo para refletir sobre os dados quantitativos ora apresentados.

Assim, resta confirmada a hipótese de que a efetivação do direito à educação das pessoas com diversidade funcional enseja uma maior discussão, para além da inclusão pelo acesso ao ensino superior e para a eleição de novas políticas públicas para a permanência, a participação e a aprendizagem real, o que será demonstrado no decorrer dessa escrita. E isso pode ser instrumentalizado pela práxis da educomunicação como possível tecnologia assistiva às pessoas com diversidade funcional, visando potencializar a formação integral e o desenvolvimento social da população com deficiência.

Desta forma, o problema de pesquisa desse trabalho é: Quais os obstáculos e as perspectivas para a educomunicação como tecnologia assistiva, apresentando-se como mecanismo de instrumentalização para a efetivação do direito à educação das pessoas com diversidade funcional, para além do acesso ao ensino superior, para a inclusão, a permanência, a participação e a aprendizagem inseridas num sistema educativo realmente inclusivo?

Para desenvolver tal questão, dentro de um modelo metodológico de abordagem de método misto, o objetivo geral é investigar os obstáculos e as perspectivas do direito à educação das pessoas com diversidade funcional, mediada pela práxis da educomunicação como tecnologia assistiva e possível meio potencializador da formação integral e de desenvolvimento social. Para a realização do objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: a) coleta e tabulação por categorias de dados quantitativos e qualitativos quantificáveis escolhidos para análises de contexto, para após conhecê-los qualitativamente; b) identificação das questões (in)controversas acerca do tema; e, enfim, c) análise das possibilidades e dos desafios para a efetivação do direito à educação inclusiva, mediada pela práxis da educomunicação como tecnologia assistiva.

Como o primeiro objetivo específico desta pesquisa visa coletar e tabular dados quantitativos e qualitativos quantificáveis para após conhecê-los qualitativamente, o trabalho foi feito utilizando a metodologia de pesquisa de método misto chamada de projeto sequencial explanatório. Este trabalho está representado pela maior força do

primeiro conjunto de dados (o quantitativo e o qualitativo quantificável) e, pelo meio exploratório, com a apresentação de perspectivas explicativas dos resultados obtidos, quando da mescla com o segundo conjunto de dados (o qualitativo). Esse projeto permitiu que a pesquisadora começasse conduzindo uma fase quantitativa de maior ênfase e acompanhasse os resultados com uma segunda fase, qualitativa, com o propósito de explicar os resultados iniciais em maior profundidade, sem a intenção de solucionar o problema, mas sim, de dar visibilidade a ele.

Vale dizer que a escolha deste projeto metodológico se deu pela intenção de que, a partir da formação de categorias de análises quantitativas, fosse possível fazer o acompanhamento dessas análises mediante pesquisa qualitativa sequencial de duas frentes, uma com levantamento de dados 'qualitativo quantificável', para integração aos dados 'quantitativos categóricos' e outra com levantamento de dados 'qualitativo social', por meio da análise de conteúdo de histórias de vida de alguns participantes voluntários.

A justificativa da pesquisa é sua importância temática geral; pois, falar sobre possibilidades de inclusão de um grupo que nem sempre é visto, gera impactos a nível social, tal como pode ser observado pelos dados quantitativos preliminares que denotam a urgência em ações para a educação inclusiva no ensino superior. Evidência, também, de uma conseqüente necessidade de superação do ostracismo silencioso. Afora que a sociedade nos cobra cada vez mais a efetivação de direitos e garantias, haja vista que o 'Direito' até os legitima e reconhece a essencialidade de uma proteção específica para as pessoas com diversidade funcional. A par disso, a nível governamental, nem todas as políticas públicas realmente podem ser usufruídas, já que incluir pelo acesso não garante a permanência das pessoas com deficiência na academia.

Para além do objetivo geral técnico-científico anteriormente apresentado, a intenção desse trabalho é sensibilizar e, quiçá, propor modelos de política possíveis e/ou novos caminhos para pensar esta questão. Até porque alguns estudos realizados junto ao grupo de pesquisa Centro de Estudos e Pesquisas em Direito e Internet (CEPEDI), acabaram por reforçar a concepção da pesquisadora de que existe potencialidade na união da educomunicação como tecnologia assistiva para viabilização de maior inclusão. O que condiz com a ideia de que, a cada momento, o direito e a academia precisam se reciclar e se adaptar às novas demandas geradas neste novo contexto histórico-econômico-social-digital, informacional, 'glocal'

(neologismo resultante da fusão dos termos global e local e que refere-se à presença da dimensão local na produção de uma cultura global) e em rede, posto na atualidade.

Vale dizer, ainda, que a educomunicação como tecnologia assistiva pode ser uma forma de ver conceitos formais da razão instrumental entrelaçada com a razão comunicativa, aproveitando modelos do coletivo globalizante para aprimoramento das ferramentas de intencionalidade local, com o fim de formar para a cidadania e a solidariedade, perfectibilizando o direito à educação realmente inclusiva. Ao menos esta é a hipótese de pesquisa proposta para teste que se propôs a testar neste estudo, representado por um objeto empírico, qual seja, a população da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e sua experiência em buscar atender às necessidades deste grupo; partindo da premissa de que pode estar aquém do necessário, o que se observará mais atentamente no decorrer do estudo.

Sobre a população escolhida para a observação, o próprio Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) abriu espaço, através dessa pesquisa, para o novo, pois permitiu trabalhar a transdisciplinaridade existente na temática da inclusão e da acessibilidade necessária às pessoas com diversidade funcional. Isso permitiu trazer modelos de desenvolvimento de pesquisa multidisciplinar, abrangendo as áreas do Direito, da Educação e da Comunicação, na medida do possível, considerando o exíguo tempo de um mestrado, e considerando que a educomunicação e a tecnologia assistiva perpassam todas estas disciplinas. Esses aspectos geram expectativa de enriquecer métodos e temas trabalhados, eis que esta pesquisa, dentro do PPGD, é a primeira a ser elaborada pelo método misto de análise, com aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) desta mesma instituição, junto à Plataforma Brasil.

Cabe destacar, ainda, que estamos vivenciando um cenário político onde em que as minorias estão levantando suas vozes, querendo ser ouvidas e atendidas, numa proliferação de lutas que denota a insatisfação e a incerteza de representação na democracia posta. Ao mesmo tempo, os indivíduos se unem em prol de mudanças em apartado da conjuntura estrutural, trabalhando em uníssono pela transformação social, deixando de ser passivos para tornarem-se ativos nesta nova dinâmica, lutando pela significação do que é tido como valor atualmente.

Vale esclarecer, também, o interesse pessoal da pesquisadora nessa temática, já que vivencia seu cotidiano com pessoa com necessidade de apoio escolar, perfectibilizado pelo atendimento educacional especializado. Ainda que não seja uma pessoa rotulada como pessoa com deficiência, possui diversidade funcional pelo

diagnóstico de dislexia, e não tem suas necessidades especiais facilmente atendidas, já que a legislação peca em não identificar especificamente sob sua tutela alguns transtornos, dentre os quais, a dislexia.

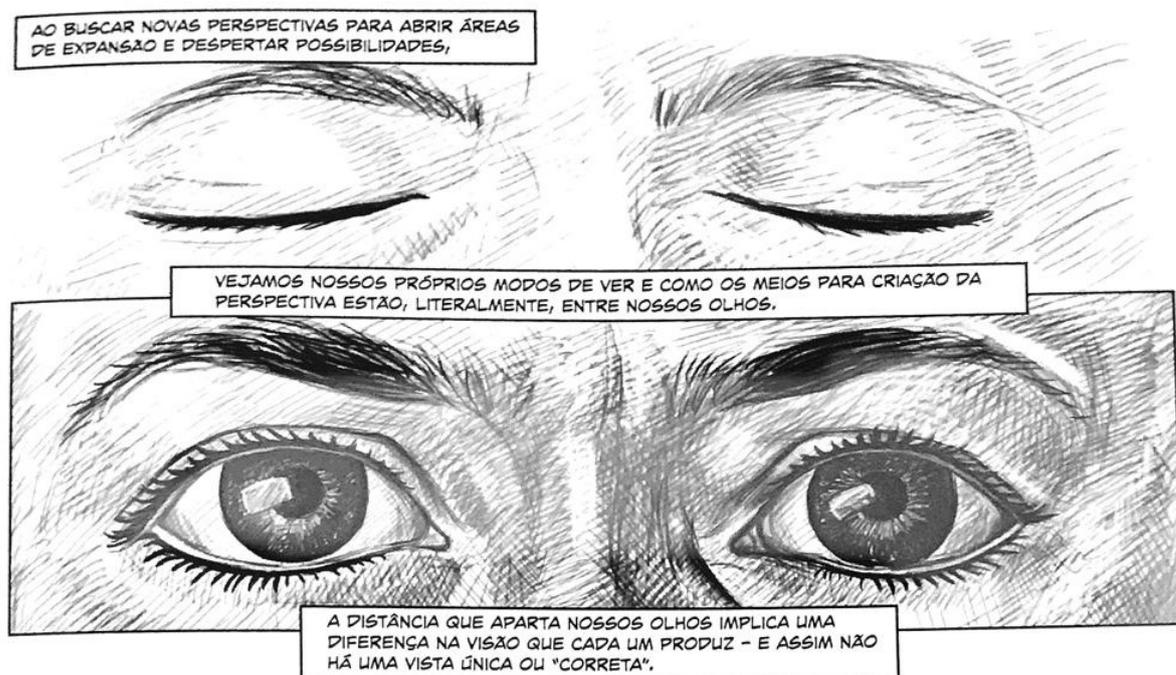
Esse transtorno, mesmo gerando um impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas; e mesmo sendo exatamente como previsto no art. 2º do Estatuto das Pessoas com Deficiência, ainda existem instituições que não atendem a este público. A justificativa é que a legislação não os abrange, sendo necessária a reunião de composições legais para inferir esta abrangência. Essas composições perpassam a Constituição Federal, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente e os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC), para então convencer algumas instituições da necessidade de atendimento especializado, conforme a própria associação da dislexia nos traz.

É clara a necessidade de diferentes meios de ensinagem para o enfrentamento dos desafios visando a inclusão, a permanência e a autonomia do estudante disléxico. A luta pessoal da pesquisadora permitiu que ela visse com outras lentes esta população que necessita de maior empatia e visibilidade, além da necessidade de maior abrangência e concretude das políticas públicas em andamento.

A organização desta pesquisa se relaciona com as etapas de análises cumpridas, em atenção ao cronograma de tarefas esmiuçado no relatório de trabalho, que segue apresentado parcialmente como apêndice. Haja vista a abordagem de método misto, os resultados obtidos foram sistematizados em dois capítulos, o primeiro versando sobre o objeto empírico, contextualizando-o na exploração das análises e na testagem da hipótese de pesquisa, tratando da etapa I e introduzindo a etapa II. E, o segundo capítulo, trabalhando os obstáculos e as perspectivas da educomunicação como tecnologia assistiva, visando a integração dos dados quantitativos e qualitativos, detalhando as etapas II e III das análises com a descrição de possibilidades futuras de aprimoramento encontradas no desenvolver desta caminhada. Talvez outros queiram refazer o caminho e/ou indicar novas trilhas para visitação, pois a intenção é que, por meio da exploração empírica, seja possível semear uma ideia e difundi-la.

1 EXPLORANDO POSSIBILIDADES DO CAMINHAR: DELINEAMENTO DO OBJETO EMPÍRICO

Figura 2 - Trecho história em quadrinho (HQ) Desaplanar: 'não há uma visão única'



(SOUSANIS, 2017, p.31)

Sabedores que somos dessas infinitas possibilidades de olhar, este compêndio apresenta apenas uma destas vistas: a percorrida pela pesquisadora, no decorrer deste trabalho, focando no transcurso do caminhar, almejando descrever a paisagem encontrada, para então, ao final do caminho, trazer perspectivas de ações que possam tornar o sonho da “inclusão real efetiva” um projeto passível de ser executado nos cotidianos escolar e universitário, tornando-os ambientes educacionais. Nos dizeres de Ismar de Oliveira Soares seria:

Um ambiente escolar educacional caracteriza-se, justamente, pela opção de seus construtores pela abertura à participação, garantindo não apenas a boa convivência entre as pessoas (direção, docentes e estudantes), mas, simultaneamente, um efetivo diálogo sobre as práticas educativas (interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pedagogia de projetos) (SOARES, 2011, p. 45).

Sendo a educação um direito em desenvolvimento, é aqui abordado como uma premissa a ser perseguida, um inédito viável, considerando a potencialidade observada na hipótese de pesquisa, ora testada no ambiente presencial por meio de estudo de caso empírico e que, caso seja confirmada, poderá vir a complementar as políticas públicas de inclusão. Pela práxis da educação

como tecnologia assistiva, é tencionado o tema do empoderamento para o desenvolvimento social de forma dialógica, autônoma, crítica, criativa e participativa. A educomunicação já é amplamente reconhecida “como direito de todos alcançado tanto mediante ações de um sem-número de organizações não-governamentais que a assumem como metodologia de ação, quanto mediante planos globais de política públicas” (SOARES, 2009, p. 194-207). Justamente porque a “comunicación/educación es siempre política en cuanto institución de la democracia” (HUERGO, 2000, p. 23).

Pois bem, antes de descrever a pesquisa, é preciso dizer que esta pesquisadora reconhece, em si mesma, a diferença; no entanto, o fato de ser diferente não a destaca como adversa, apenas a molda em uma forma única. Todos temos diferenças, pequenas coisas que nos transformam em seres singulares e desiguais. E é nessa desigualdade que encontramos a igualdade, igualdade de comunalidade; sim, nossas diferenças acabam por nos igualar por nossa origem comum. Nos reconhecemos no outro e com o outro. E esse outro também reconhece esta igualdade e acaba dividindo conosco uma ou mais de suas características comuns formadoras. O desejo aqui se expressa na busca interna pela adaptação ao normal e tido como comum para formar um agrupamento, uma tribo, um conjunto que se reconhece e se identifica como igual, mesmo não o sendo (GIDDENS, 2002; CAPRA, 2002; DOUZINAS, 2009; dentre outros).

O interessante é que o que é tido como anormal, tem duas opções: 1) aderir ao grupo, escondendo suas supostas diferenças anormais; ou, 2) reconhecer-se diferente e buscar um novo grupo em que possa ser reconhecido como igual e normal. Por que somente estas duas opções são postas? Nossa sociedade não poderia culturalmente mudar sua forma de inclusão e exclusão social? Como definimos que somos diferentes ou até mesmo iguais dentro de um grupo? Afinal, estamos sempre evoluindo e nos lapidando como pessoas e como sociedade, influenciando e sendo influenciados pelo meio em que vivemos (GIDDENS, 2002; BAUMAN, 1999, 2001; dentre outros).

Não seria muito mais fácil entendermos como somos diferentes entre nós, respeitarmos essas diferenças e “desaplanarmos” nossa visão do que é tido como normal? Sim, desaplanar, deixar de ser plano (SOUSANIS, 2017), pois o que devemos buscar é abraçar a diferença e caminhar adiante com ela, lutando e persistindo para uma transformação real, para uma libertação do poder soberano, pela ressignificação

de conceitos de comunalidade ditados pela biopolítica como técnica de controle regulador (FOUCAULT, 2008; AGAMBEN, 2007; e, HARDT; NEGRI, 2004).

Enganamo-nos quando acreditamos que estamos enfrentando o sistema estrutural posto sozinhos. Infelizmente, uma voz no meio do todo não faz mudanças tangíveis, porém as inspira. Sejamoss essa voz. Sejamoss a pequena agitação que, tocando o plano, movimenta-o, desaplana-o, abrindo as discussões sobre a aceitabilidade da igualdade no desigual, para a conquista da equidade, do que não é retilíneo e objetivo, como um novo possível caminho para uma esperança transformadora pela ação resiliente, conjurada a partir de nós mesmos e propagada naquele outro que nos vê como somos e nos aceita em nossa diversidade, seja ela qual for.

É por esses motivos que foi utilizado o conceito de pessoa com diversidade funcional nesta pesquisa, significando o oposto de pessoa com deficiência, porque a palavra “deficiência” enfatiza a diferença e divide estes daqueles. Pessoa com diversidade funcional é um termo que minimiza diferenças estereotipadas, resguardando o respeito à diversidade funcional existente, que não modifica em nada a valoração e a possibilidade de contribuição da pessoa como um sujeito e, portanto, cidadão fraterno que é. Essa consideração é feita a partir da reflexão sobre os ensinamentos de Palacios e Romañach (2006).

Por óbvio, existem barreiras que as pessoas com diversidade funcional devem enfrentar e que, na grande maioria das vezes, passam despercebidas num contexto geral, pois nossos sentidos só podem ver pelo nosso prisma de vivência, seja ele qual for. As demandas de adaptabilidade e acessibilidade para a inclusão social plena são demandas genéricas aproveitáveis a todos, a exemplo do uso da técnica como meio de instrumentalização daquelas e de outras demandas, que toda e qualquer pessoa utiliza com maior ou menor intensidade, desta ou daquela forma, vez que flexível, ao ponto de inclusive se deixar dominar por ela (GALIMBERTI, 2003).

Porém, como tudo na vida tem um lado bom e um lado não tão bom, a tecnologia assistiva seria o prisma positivo desta relação humanos *versus* técnica e vice-versa, eis que traduz o bom uso da segunda em benefício da adaptabilidade e da acessibilidade dos primeiros. Ademais, resta claro o auxílio da tecnologia assistiva, especialmente no cotidiano das pessoas com diversidade funcional.

É replicado aqui o argumento apresentado por Galimberti (2015, p. 9) citando Marx, no qual “se a técnica é a condição universal para alcançar qualquer objetivo, ela

deixa de ser um meio e torna-se o fim primeiro a ser alcançado, para que se possa, depois, buscar outros fins”.

A pesquisadora pensa educomunicação como sendo também uma vertente metodológica estratégica, que consegue aliar teoria e prática, possível de ser concebida como uma tecnologia assistiva. Sendo reconhecida como tal, poderá ser exigida ao poder público como instrumentalização desta inclusão almejada, para além do acesso ao ensino superior, mas para a participação plena naquela comunidade.

Ponderando sobre os ensinamentos de Lakatos (2003), e pedindo permissão para fugir do padrão, enquanto pesquisadora, creio que esta pesquisa poderá ser útil para a criação de alguma agenda de projeto, viável de instrumentalização e que poderá ser institucionalizada pela UFSM e por quantas outras instituições tiverem interesse nela.

Isso é dito destacando o desejo de que essa agenda, preferencialmente, resguarde a cultura e a tradição, mesmo sabendo que ciência, razão e lógica andam de mãos dadas, desde sempre, no trilho do saber científico; e que tradição, superstição e intuição também caminham juntas, apenas que fazem isso por outro trilho, o trilho do saber popular. Ainda assim, ambos os saberes seguem lado a lado, por vias paralelas, sem nunca se comunicarem conscientemente, mas sempre afetando os saberes ao lado, pois são saberes que se complementam, que inexistem um sem o outro, já que derivam um do outro, seguindo apenas uma instrumentalização diferente. O que se afirma ponderando sobre os ensinamentos de Lakatos (2003).

Claro que numa pesquisa científica é preciso afastar-se, um pouco, do segundo conjunto e tentar a aproximação máxima do primeiro, separando, o quanto conseguimos, indivíduo pesquisador de sua pesquisa, em prol da ética e da rigidez acadêmica, para dar validade aos resultados obtidos pela objetividade imparcial do pesquisador. Entretanto, nada impede que estes mesmos resultados sejam apreciados por ambos os saberes, desde que seja identificado primeiramente o lugar da fala de quem os pesquisa e, depois, seja identificado o lugar de quem os consome.

1.1 PLANEJANDO A CAMINHADA FUTURA: INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS TRABALHADOS

A que a troca de experiências em educomunicação como tecnologia assistiva para as pessoas com diversidade funcional poderá propiciar novas formas de

participação em ações coletivas na comunidade escolar, permitindo que os partícipes se tornem proativos na recriação da significação das informações. Isso poderá incentivar a construção e a reconstrução do conhecimento pela reflexão crítica, já que a educomunicação trabalha voltada para a reflexão-ação, num agir educ comunicativo, durante a execução de um conjunto de ações destinadas a: 1- integrar às práticas educativas o estudo sistemático dos sistemas de comunicação; 2- criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos; e, 3- melhorar o coeficiente expressivo e comunicativo das ações educativas (SOARES, 2004a).

Assim, a prática educ comunicativa traz a questão dos direitos humanos numa situação-problema que decorre do cumprimento destas três etapas de ações citadas acima e, ao problematizar essas questões, essa prática ensina, perpassando princípios e perspectivas desse trabalho coletivista a partir do uso das novas ferramentas (SOARES apud RADDATZ, 2015) disponíveis na sociedade em rede.

A educomunicação como prática metodológica pode dar visibilidade às necessidades das pessoas com diversidade funcional, haja vista que a sociedade atual ainda é marcada pelos fortes traços do preconceito, da intolerância, da violência e da desigualdade.

Esse cenário chama atenção para a necessidade extrema da criação de uma cultura de direitos humanos, como diria Tavares (2007, p. 492). Somente quando os direitos humanos passarem a fazer parte do cotidiano de todas as pessoas e se constituírem de fato numa cultura, será possível a generalização e a perpetuação de crenças, valores, conhecimentos, práticas e atitudes que priorizem o ser humano.

Portanto, educomunicação é aqui traduzida como meio de mediação e inter-relação entre as áreas da comunicação e da educação, vista como possibilidade de um novo espaço de conhecimento que dialoga de forma crítica e criativa, ao mesmo tempo que propicia o empoderamento dos partícipes para a cidadania e a solidariedade (SOARES, 2004). Sendo aqui, certamente, reduzida como meio para um fim e, fim para perseguir outros fins, tal qual conceito da técnica apresentada por Galimberti, citando Marx (2015), tratada como práxis para a intervenção social (SOARES, 2004).

O que nos leva a pensar a educomunicação como tecnologia assistiva ou ajuda técnica, que, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), trata-se de produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade

e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015, s/p).

Vale lembrar que, aqui, adota-se o termo “pessoa com diversidade funcional”, ao invés de “pessoa com deficiência”, seguindo-se o novo entendimento de percepção social destas pessoas. Deixando, dessa forma, de pensar no modelo de reabilitação para pensar num modelo de normalização de pessoas com deficiência, já que esta é vista como causa primordial da desigualdade e das desvantagens vivenciadas por elas. Assim, é possível lançar mão do modelo social de percepção, que propõe que as pessoas com alguma incapacidade ou necessidade especial podem contribuir para com as necessidades da comunidade na mesma medida que outras pessoas, sem deficiência, a partir do reconhecimento e do respeito de sua condição de pessoa diferente (PALACIOS e ROMANACH, 2006).

Ao contrário do modelo médico [anterior], baseado na ideia de deficiência enquanto uma patologia individual, o modelo social assume que a deficiência não é inerente ao indivíduo, mas, sim, uma consequência da estrutura social. Nesta abordagem, as políticas dão prioridade às mudanças no ambiente e o tratamento da questão é retratado como uma responsabilidade pública (PICCOLO; MENDES, 2012, p. 88).

A proposta para emprego do termo "diversidade funcional" surgiu no Fórum da Vida Independente, em 2005, para designar o que comumente é referido como “deficiência”, “deficiente”, “incapacidades”, dentre outros termos que podem apresentar até um sentido pejorativo. Essa escolha foi feita com o fito de eliminar o sentido negativo de separar pessoas normais de pessoas com deficiências em dois coletivos para reforçar que a essência do ser humano está presente no indivíduo, na pessoa, e não em sua diversidade (PALACIOS; ROMANACH, 2006).

1.1.1 Preparando as malas para a caminhada futura: idealização desta pesquisa

O tema trabalhado nesta pesquisa, que é a união da educomunicação e das tecnologias assistivas para o desenvolvimento social e a formação integral da pessoa com diversidade funcional no ensino superior brasileiro, perpassa três grandes áreas do conhecimento: a educação, a comunicação e o direito.

Assim, dentro da delimitação da proposta desta pesquisa, não foi possível tratar todas as abordagens de cada disciplina, tendo em vista o vasto universo de perspectivas possíveis de aplicação nas análises de desenvolvimento. Por se considerar uma pesquisadora em formação, em busca constante de alternativas, pensando inclusive nos desdobramentos futuros da ideia aqui trabalhada, não se descarta a possibilidade de continuidade dessa pesquisa, como forma de complementação e/ou de aprofundamento do pensamento aqui exposto.

Mas, a fim de esmiuçar o ponto de partida, é importante noticiar a opção por desenvolver os temas da educomunicação e da tecnologia assistiva de forma integrada, modelando possibilidades de metodologias estratégicas passíveis de serem aplicadas para a inclusão da pessoa com diversidade funcional. Busca-se, dessa forma, ultrapassar o encontrado na bibliografia e nas práticas educacionais já registradas que versaram sobre dinâmicas voltadas para a práxis de aplicação em uma educação com viés popular ou na educação formal de ensino fundamental e médio. Isso é feito, inclusive, após a realização de um mapeamento das regras legais que motivaram estas práticas, aqui não desenvolvidas pelo volume de dados localizados.

O ponto de partida, portanto, foi a verificação exploratória da aplicação de termos como “inclusão”, “participação”, “acessibilidade”, “pessoa com deficiência”, “educomunicação”, e “tecnologia assistiva”, na legislação, na jurisprudência, bem como na internet, pois a intenção era verificar a significância destas palavras-chaves no contexto geral legal, além do conhecimento comum popular.

Na esfera da internet, usando mais de uma ferramenta de coleta de dados, Keyhole e Google Trends, nos meses de março, julho e agosto/2018, foi realizada a testagem da significância das categorias quantitativas tipológicas que podem ser observadas no apêndice 02 desta pesquisa. Tal teste de significância foi concretizado com o intuito de descobrir se os usuários da rede virtual estavam tratando destes conceitos em suas manifestações.

Assim, como parte preparatória desta pesquisa, foi feita uma análise nas redes sociais pela versão teste do programa Keyhole, por três dias, de 16.03 a 19.03.18, utilizando palavras chaves que se encontram na bibliografia e que foram incluídas como categorias quantitativas tipológicas desta pesquisa, como, por exemplo, as *hashtags*: #acessibilidade; #accessibility; #tecnologiaassistiva; #assistivetechology; #specialneeds; #necessidadesespeciais; #educommunication; #educomunicação;

#inclusao; #inclusion. Dessa forma, foi possível verificar a existência de muitos comentários que são produzidos na internet acerca do tema trabalhado nesta dissertação, entretanto, sem ligação clara com as temáticas da educomunicação e da tecnologia assistiva.

Por hora, o objetivo de validação das categorias pesquisadas se deu de forma satisfatória, eis que o nível de postagens nas redes Instagram e Twitter, pelas *hashtags* em inglês tiveram ótimos resultados. Exemplificando: quando procurado pela *hashtag* #acessibilidade, foram encontradas 295 postagens frente à busca #accessibility, inicialmente com 637 e logo atualizado para 2.172; o mesmo se deu com as outras buscas: #specialneeds com 2.525 x #necessidadesespeciais com 85; #inclusao com 195 x #inclusion com 748; #tecnologiaassistiva com 96 posts x #assistivetechology com 576; #educommunication com 2 x #educomunicação com 20 postagens.

Outro ponto interessante é que foi possível observar também o sentimento com relação a *hashtag* postada, para #inclusion, por exemplo, obteve-se uma reação mais neutra e positiva do que negativa, sendo praticamente toda interação por meio de celular.

Tais pontos demonstram que existe necessidade de se falar sobre inclusão, para demover os quase 48% da rede neutral que podem ser cooptados positivamente, por meio de ações educ comunicativas práticas, que possam posteriormente serem replicadas no meio virtual, preferencialmente para o uso/vista rápido(a) por celular e/ou *gadgets* e/ou aplicativos móveis. Ação que se pensa possível implantar como possibilidade da educomunicação como tecnologia assistiva, ao menos é a hipótese que ora se desenha para testagem nesta pesquisa.

Termos de pesquisa como: “inclusão”, “acesso”, “acessibilidade”, “portador de necessidades especiais”¹, “direito à educação”, “transporte acessível”, “recursos pedagógicos acessíveis”, “ensino de qualidade”, assumem volumoso índice de resposta em qualquer portal jurisprudencial. Isso ocorre, principalmente, quando se

¹ O termo “pessoa com diversidade” não foi localizado em nenhum portal jurisprudencial, e, quanto ao termo “pessoas com deficiência”, sua adoção pelo Judiciário está se dando paulatinamente, tendo pouco ou nenhum retorno nas pesquisas jurisprudenciais nos portais estaduais e federais brasileiros de segunda e/ou instância superior. Os demais termos, como “educomunicação” e “tecnologia assistiva”, tiveram o mesmo efeito: não retornaram respostas e/ou estavam agregados na ideia de inclusão pela acessibilidade de recursos e materiais. Também não foi possível localizar, na jurisprudência, a tecnologia assistiva interpretada como ajuda técnica metodológica ou como estratégia a ser aplicada.

fala de solver demanda única de efetivação do direito à inclusão pela entrega de um transporte efetivo e de recursos especializados para o mesmo fim.

Ou seja, a jurisprudência atende a demandas tangíveis de resolução, como materiais e recursos do âmbito da acessibilidade arquitetônica, instrumental e, até certo ponto, metodológica. Isso quando se fala em adaptações de materiais e disponibilidade de atendimento especializado, atendendo minimamente outras esferas, como da acessibilidade comunicacional, programática e atitudinal², pois em via judicial já se discute reflexos do não atendimento destas, normalmente versando sobre danos morais e materiais.

As pesquisas junto ao Google Trends foram levantadas de 2004 até a data da coleta de dados que ocorreu em 07 e 08/2018, tal como o apêndice 02 apresenta, observando-se o marco legal adotado a partir da vigência do Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, art. 13, inciso II, que trouxe a previsão de que os projetos pedagógicos de cursos e programas na modalidade à distância deveriam prever atendimento apropriado a estudantes portadores de necessidades especiais. Decreto este que fora revogado em maio de 2017 pelo Decreto nº 9.057, que, em seu art. 2º, prevê que a educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade à distância, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados. Porém, mesmo revogado, o marco citado se mantém, pois, a ideia de atendimento apropriado a estudantes portadores de necessidades especiais também se mantém, entretanto, agora generalizada num contexto maior de abrangência, não apenas na esfera virtual.

O que é interessante trazer ao bojo das premissas de observação é que se identificou que a busca pelo termo “pessoa com deficiência” é intensa no Brasil como um todo, dominando a representação final do gráfico que compara por sub-região todos os termos pesquisados, mais enfatizado de 2015 para o presente. Ainda, é

² Tal classificação trabalhada nesta pesquisa está seguindo os critérios de Sasaki (2005, p. 23), tanto no seu instrumento como em suas análises. Acessibilidade para este autor é assim conceituada: Acessibilidade arquitetônica, sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externo e nos transportes públicos; Acessibilidade comunicacional, sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual e etc.), na comunicação escrita e na comunicação virtual; Acessibilidade metodológica, sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo; Acessibilidade instrumental, sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo, de atividades da vida diária e de lazer, esporte e recreação; Acessibilidade programática, sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas, em regulamentos e em normas em geral; Acessibilidade atitudinal, por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

possível eleger as regiões que lideram neste ponto de observação, Norte e Nordeste, pela eleição dos estados da federação que retornaram maior índice de respostas: (1º) Amazonas - Norte, (2º) Sergipe - Nordeste, (3º) Tocantins - Norte, (4º) Rio Grande do Norte - Nordeste e (5º) Rondônia - Norte.

Interesse que se explica pela conjugação dos dados quantitativos com relação à concentração de pessoas com deficiência nestas mesmas regiões, pois toda a Região Nordeste (onde estão os estados citados: Sergipe e Rio Grande do Norte) indica 26,64%³ delas, sendo a região que lidera o ranking brasileiro. Já toda a Região Norte (Amazonas, Tocantins e Rondônia) soma 23,06%. E, explica-se também a ênfase no interesse deste termo pela edição da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Levantando-se a premissa de que os temas da inclusão e da acessibilidade estão sendo tratados em larga escala pela legislação e no campo científico e estando pacificado o direito ao atendimento especializado para todas as pessoas com necessidades educacionais especiais, em contrapartida, parece não existirem subsídios suficientes para a efetivação destas políticas públicas para além do acesso, sendo esta uma das primeiras premissas de análise levantadas neste estudo.

Já os temas da educomunicação e da tecnologia assistiva são tratados em menor escala, como já comentado anteriormente, pois são termos muito específicos de cada área e não foram encontrados unidos em quaisquer referências, abrindo espaço para discussões acerca desta possível união.

A par disso, o passo que a hipótese de pesquisa ora enfrentada, qual seja: *de que a práxis da educomunicação como possível tecnologia assistiva, visando acessibilidade às pessoas com diversidade funcional, poderá potencializar a formação integral e o desenvolvimento social*, é uma hipótese passível de ser testada no âmbito presencial. Essa ideia já foi confirmada, preliminarmente, no âmbito virtual, por duas pesquisas realizadas anteriormente; ambas realizadas pela pesquisadora dessa Dissertação em parceria com outra pesquisadora de graduação do grupo de estudos Centro de Estudos e Pesquisas em Direito e Internet (CEPEDI), que também trabalha com acessibilidade, além do orientador dessa Dissertação.

³ Observa-se que 26,64% do Nordeste é a porcentagem das pessoas com deficiência da região (14.141.776), para a população estimada de (53.081.950), e, 23,06% do Norte (3.658.936 para 15.864.454), além do Sudeste (18.538.889 para 80.364.410), Centro-Oeste (3.165.772 para 14.058.094) e Sul (6.165.450 para 27.386.891). Total de 45.670.823 para 190.755.799, todos os dados conforme Censo de 2010 do IBGE.

As pesquisas mencionadas tiveram como foco a inclusão das pessoas com deficiência na educação à distância pela amostragem das Universidades Privadas sem fins lucrativos e Universidades Federais Brasileiras. Ambas as pesquisas obtiveram análises muito próximas, resultando em pouca acessibilidade no âmbito virtual e grande potencialidade da educomunicação como estratégia de tecnologia assistiva a ser empregada pelos docentes, discentes e tutores naquele meio. A demanda para a formação especializada restou também salientada⁴. Assim, estas premissas podem vir a ser confirmadas também nesta pesquisa, já que esta foca apenas na educação presencial, utilizando o estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria, instituição de origem dessa pesquisadora.

A ideia de desenvolver esta pesquisa é salientada, justamente por não existirem conteúdos nos quais seja possível verificar a possibilidade de trabalhar a educomunicação como tecnologia assistiva propriamente dita, sendo a educomunicação uma ferramenta metodológica estratégica para a inclusão, que seria então, uma ajuda técnica, reduzindo-se o conceito amplo de educomunicação e de tecnologia assistiva.

Os conceitos, de forma abrangente, tratam tanto a educomunicação como a tecnologia assistiva como áreas do conhecimento, de característica interdisciplinar. Tecnologia assistiva engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade relacionada à atividade e à participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2009). Educomunicação aparece como práxis, que tem como vertente sustentar o diálogo, abrindo espaço para o conhecimento crítico e criativo, fortalecendo o ecossistema comunicativo educacional. Vertentes essas voltadas para a formação cidadã e a solidariedade presente nas dinâmicas de ensino-aprendizagem, sendo uma proposta de convergência tecno-educativa necessária para os sujeitos estarem aptos a transitarem na universalidade do conhecimento em rede, posto atualmente.

⁴ Para ler na íntegra estas pesquisas, acesse a síntese sobre universidades privadas brasileiras sem fins lucrativos, já apresentada como artigo junto ao II Congresso Internacional de Comunicação e Educação e ao VIII Encontro Brasileiro de Educomunicação, Educação midiática: práticas democráticas pela transformação social, futuramente disponível em: <http://www.abpeducom.org.br/congresso/apresentacao/> [Anais ainda não disponíveis até 2018-2, previsão de divulgação em 09/2019]. A síntese sobre universidades públicas federais já está disponível nos anais do evento III Seminário Governança das Redes: Políticas, Internet e Sociedade (ISBN: 978-85-94202-03-1) disponível em: <http://irisbh.com.br/pt/artigos/anais-iii-seminario-governanca-das-redes-politicas-internet-e-sociedade/> para maiores consultas.

1.1.2 De malas prontas e jornada definida: síntese da metodologia e dos procedimentos

Para atender ao objetivo geral deste estudo, que intenta investigar uma possível expansão das práticas educomunicativas como tecnologia assistiva para a inclusão das pessoas com diversidade funcional no ensino superior, para além do acesso, dada a justificativa de exclusão histórica dessas pessoas, identificada como premissa inicial nesta pesquisa, primeiramente foi definida a população a ser analisada.

Essa definição foi feita considerando o universo de observação, que poderia perpassar vários aspectos, tais como ensino superior privado, ensino superior público, ensino superior presencial ou educação à distância. E, ainda, teria de apontar os atores influenciadores nas dinâmicas criadas pela hipótese apresentada, qual seja, que a educomunicação como tecnologia assistiva poderá instrumentalizar efetivamente o direito à educação da pessoa com diversidade funcional para a permanência, participação e aprendizagem real desses sujeitos no contexto universitário. Somente então poderiam ser criadas as premissas de análise quantitativas e qualitativas de testagem desta hipótese, que foram cotejadas nos objetivos específicos trabalhados. Veja-se:

- a) Coletar e tabular por categorias dados quantitativos e qualitativos quantificáveis especialmente das Universidades Federais Brasileiras, em nível de graduação, sobre:
- a.1) população x declaração de incapacidade por Estado e Região, utilizando-se CENSO IBGE 2010;
 - a.2) matrículas realizadas x matrículas das pessoas com deficiência por Estado e Região, baseando-se na Sinopse da Educação Superior INEP 2016;
 - a.3) nível de escolarização x declaração de incapacidade por Estado e Região, pelo CENSO IBGE 2010, subanálises:
 - a.3.a) nível de escolarização de pessoas com declaração de incapacidade x ensino médio completo e ensino superior incompleto; e,
 - a.3.b) nível de escolarização x ensino superior completo;
 - a.4) capacidade financeira das universidades federais brasileiras, Sinopse da Educação Superior INEP 2016 e relatório de perfil socioeconômico e cultural

dos estudantes ANDIFES, 2011; tudo com vistas a eleger as Universidades Federais a serem observadas neste estudo empírico, nominadas pela análise correlacional; e,

a.5) matrícula das pessoas com diversidade funcional por região (auferidas na análise “a.2”) x número de estudantes indicados no relatório de perfil socioeconômico e cultural dos estudantes ANDIFES, 2011; para após conhecê-las qualitativamente, intentando explicar os resultados preliminares levantados:

a.6) verificação da existência de Núcleo de Acessibilidade e/ou atendimento educacional especializado;

a.7) triagem e usabilidade de tecnologias assistivas oferecidas pela instituição observada; bem como das ações educacionais perfectibilizadas;

a.8) diagnóstico do nível de acessibilidade da comunidade institucional no âmbito acadêmico;

a.9) oferta de ensino:

a.9.1) de Libras,

a.9.2) do Sistema Braille,

a.9.3) descrição de imagens,

a.9.4) de conteúdos curriculares de temas relacionados à pessoa com diversidade funcional; e,

a.10) identificação das políticas públicas para o aprimoramento dos sistemas educacionais, para:

a.10.1) condições de acesso;

a.10.2) permanência;

a.10.3) participação na comunidade escolar; e,

a.10.4) aprendizagem;

b) Pontuar as questões (in)controvertidas acerca do tema, utilizando as teorias do direito à educação como direito humano, da educação como possível tecnologia assistiva, bem como meio potencializador de mudança social e direito de todos; e da necessidade de aprimoramento das políticas públicas para a real inclusão das pessoas com diversidade funcional desde a ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009) e o Estatuto das Pessoas com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), complementada com pesquisa de campo, perfectibilizada pela aplicação de questionário on-line, por

pesquisa de opinião e história oral, descrevendo histórias de vida das pessoas com diversidade funcional, para uma interlocução da discussão teórica e da realidade vivenciada pelas pessoas com diversidade funcional das Universidades Federais Brasileiras eleitas para observação;

c) *Analisar as possibilidades e os desafios para a efetivação do direito à educação mediado pela práxis da educomunicação como tecnologia assistiva*, a fim de identificar reflexos e efeitos destas dinâmicas educomunicativas desenvolvidas pelo grupo de observação em sua localidade interagente, sob seus diversos prismas, dentro da rede virtual e da comunidade local.

Assim, foi diagnosticado que o universo a ser observado seria muito vasto para o tempo definido em grau de mestrado, razão de optar, nesse momento, pela observação direta da instituição de origem, traçando uma pesquisa exploratória de método misto.

O propósito geral desse projeto é usar um elemento qualitativo para explicar os resultados quantitativos iniciais (CRESWELL, CLARK et al., 2003 apud CRESWELL, CLARK, 2013). O projeto explanatório é bem adequado quando o pesquisador precisa de dados qualitativos para explicar resultados quantitativos significativos (ou não significativos), os exemplos de desempenho positivo, resultados discrepantes ou resultados surpreendentes (BRADLEY et al., 2009; MORSE, 1991 apud CRESWELL, CLARK, 2013).

Esse tipo de projeto, na visão dessa pesquisadora, permite uma boa manipulação de dados para levantamento de desafios e obstáculos, visando traçar um diagnóstico de viabilidade para a implementação da hipótese em testagem. Isso ocorre por ter sido possível a eliminação de grande parte dos obstáculos para o desenvolvimento desta pesquisa.

No pré-projeto de pesquisa apresentado para qualificação foi ponderada a possibilidade de eleição de mais de uma universidade pública federal a ser observada por meio do delineamento imposto na execução de objetivos específicos criados para eleição dos atores influenciadores e posterior comparação. No entanto, essa intenção não pode ser levada a termo, pois o instrumento de pesquisa criado por região – para levantamento de dados primários divulgados pelo Facebook – não obteve respostas suficientes para composição de uma análise significativa, obstáculo de pesquisa já anteriormente antecipado quando do diagnóstico das fragilidades desta possibilidade. Cite-se:

- 1) pela extensão do instrumento de levantamento de dados por meio de pesquisa de opinião (vide apêndice 03), que não pôde ser diminuída sob pena de perder a verificação por pares antagônicos sobre o mesmo objeto observado em respeito ao rigor científico;
- 2) pela dificuldade de divulgação junto às instituições elegidas, eis que seria preciso passar pelo Comitê de Ética de cada instituição, o que retardaria todo o cronograma;
- 3) pela novidade temática abordada no meio acadêmico, tratando conceitos de pouco conhecimento generalizado;
- 4) pela dificuldade própria dos levantamentos de dados primários para a incitação à colaboração e à participação por adesão voluntária, levando à obtenção de respondentes que acabam por ser extremos em seu engajamento, tanto positivo como negativo; e,
- 5) pelo exíguo tempo disponível para a execução total desta pesquisa, que busca trazer um mínimo de observações empíricas para desenvolvimento das futuras discussões de análise.

Esta pesquisa, portanto, é de caráter quantitativo⁵ e qualitativo⁶, vez que segue uma abordagem de método misto. A proposta, então, é de um estudo

⁵ A análise quantitativa foi executada em duas etapas, prezando pela descrição direta dos fenômenos para após testar a hipótese de pesquisa, enfocando contrastes dentre os grupos e/ou casos observados. Cumpriu-se as seguintes fases: 1.a) preparação da coleta de dados (escolha das categorias analíticas e confecção de roteiros); 1.b) execução da coleta de dados onde foi realizado teste do instrumento de pesquisa de opinião – via google formulário on-line – do dia 27.12.2018 ao dia 01.01.2018, com 13 respondentes avaliadores, sendo que foi necessária a adaptação do instrumento em atenção às considerações deles, anulando-se as respostas obtidas para não conflitar com os dados futuros. A fase de estudo piloto exploratório iniciou a partir do dia 01.03.2018 – após validação do professor orientador – com a área do Direito da UFSM. Para conhecimento, até o dia 18.03.2018, mais de 300 e-mails foram encaminhados, 105 respondentes acessaram o link do questionário – utiliza-se o site bitly para esta mensuração – sendo que 14 pessoas responderam neste interim, entretanto, um dos respondentes informou não querer participar da pesquisa, restando 13 pares ordenados de amostra, por enquanto, inviáveis para o prosseguimento desta pesquisa. Assim, em 19.03.2018 foram incluídos no estudo piloto as áreas da Comunicação e da Educação da UFSM, encaminhando-se novos 500 e-mails convites. Atualizando-se os dados, obtidos até o dia 26.03.2018, para 25 respondentes ao todo, 2 dos quais informaram que não gostariam de participar da pesquisa e 194 pessoas acessaram o link do instrumento de pesquisa. Em tempo, aguardou-se aprovação no CEP para utilização dos serviços do CPD da UFSM e início dos contatos com as outras universidades federais; 1.c) organização os dados obtidos, correlacionando-os de maneira livre; 2.a) análise dos dados obtidos com a coleta correlacionando-os com as categorias preestabelecidas; 2.b) testagem da hipótese de trabalho em atenção aos objetivos desta pesquisa. (MOREIRA e CALEFFE, 2006, p. 135-164).

⁶ Já a análise qualitativa leva em conta uma visão alternativa da realidade social que enfatiza a importância da experiência subjetiva dos indivíduos na criação do mundo social, atentando-se à busca pelo entendimento da maneira pela qual o indivíduo cria, modifica e interpreta o mundo em que ele se encontra (MOREIRA e CALEFFE, 2006, p. 44). Complementa-se que a análise ora realizada se dá pela união de técnicas procedimentais, elegendo-se para a análise qualitativa o método monográfico, que parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes (GIL, 2008, p. 18). Seguindo a teoria (aqui indicada como conjunto de premissas que formam um sistema dedutivo, ainda em Gil apud Sellitz et al. 1967, p. 18) do social-construtivismo numa tentativa de superação do conflito objetividade-subjetividade, sendo a sociedade uma produção humana que pode ser entendida como uma realidade objetiva, constituída por objetos emancipados dos autores que a produzem, ou, ao mesmo tempo,

exploratório⁷, hipotético-dedutivo⁸, comparativo⁹ - a partir do estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria, que é representativo, no contexto do PNE, para investigar um fenômeno dentro de um contexto real, como método a ser aplicado, já que este permite que as questões de “como” e “por que” se evidenciem. Diferencia-se de outros tipos de pesquisa de ciências sociais, justamente porque a riqueza dos fenômenos e sua extensão podem ser enfrentadas pelo investigador sem a presença de limites rígidos, desde que transpareçam na pesquisa: a) as questões de estudo, b) as proposições, c) a(s) unidade(s) de análise e a lógica que une os dados às proposições; e d) os critérios para interpretar as constatações (YIN, 2010).

Abaixo é apresentado um quadro esquemático das etapas e das tarefas executadas:

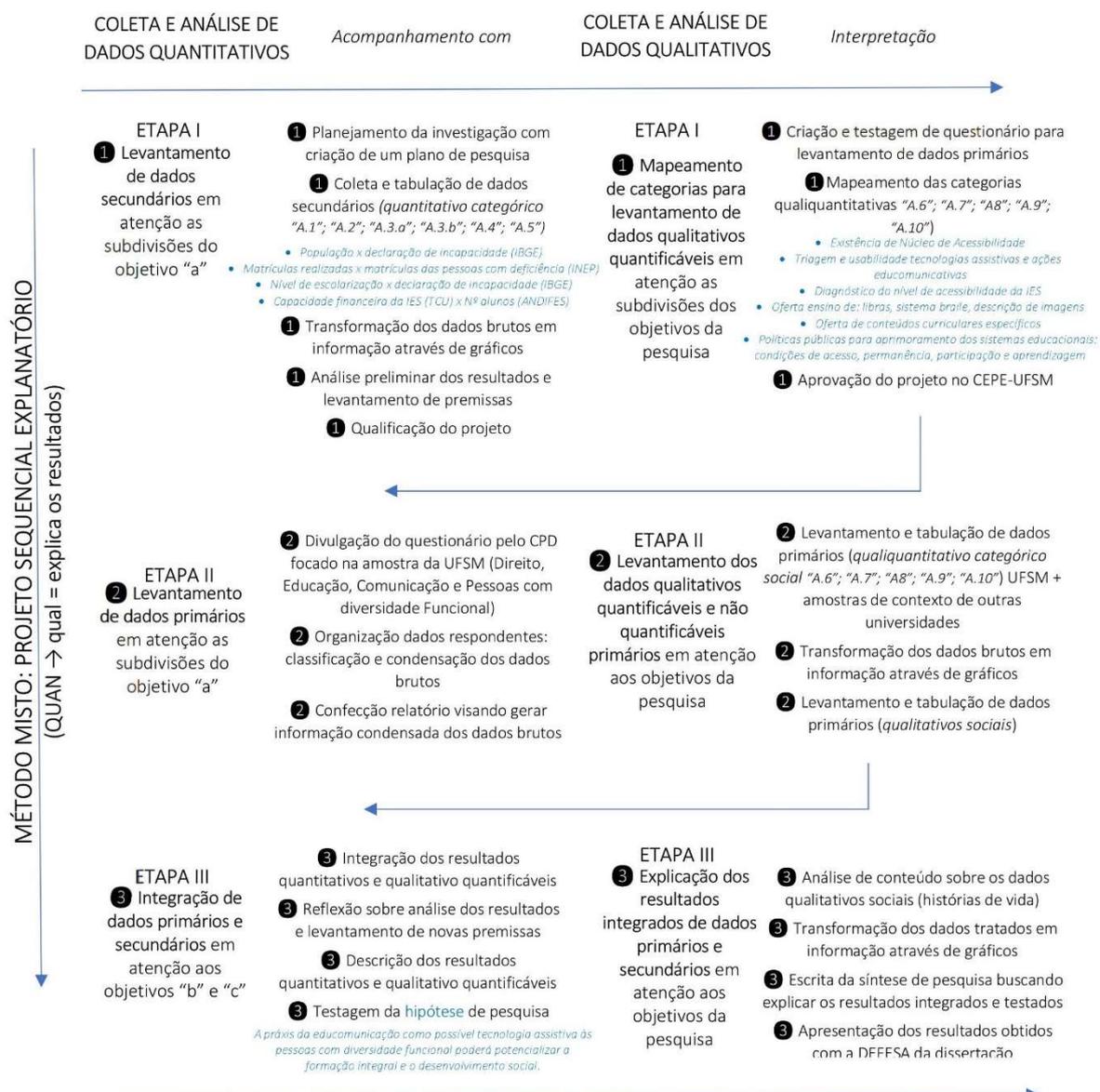
como uma realidade subjetiva, haja vista ser interiorizada por meio da socialização, onde “os indivíduos, ao tomarem contato com condições objetivas historicamente determinadas, constroem sua realidade subjetiva que, concomitantemente é objetivada, constituindo, dessa forma, a realidade objetiva em que vivem” (GIL, 2008, p. 24).

⁷ Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (GIL, 2002, p. 41). No presente caso, para auxiliar na delimitação das análises qualitativas e quantitativas executadas para o falseamento ou a corroboração da hipótese de pesquisa. Conforme o mesmo autor, as pesquisas exploratórias são “bastante flexível[is], de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (...) [estas] pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que ‘estimulem a compreensão’” (GIL, 2002, p. 41, apud SELTZER et al., 1967, p. 63), razão de serem escolhidas e instrumentalizadas por meio da observação livre, como coleta de dados.

⁸ Leva-se em conta que o método hipotético-dedutivo, no entender de Karl Popper, precisa, através de uma combinação de observações cuidadosas, hábeis antecipações e intuição científica, alcançar um conjunto de postulados que governam os fenômenos pelos quais está se pesquisando. Daí se deduz as consequências, por meio de experimentação, para então ser possível refutar os postulados, substituindo-os, quando necessário, por outros, e assim prossegue-se trabalhando a partir do seguinte esquema: problema, conjecturas, dedução de consequências observadas, tentativa de falseamento e corroboração (GIL, 2008, p. 12).

⁹ Aqui o método comparativo, aliado ao observacional, serão essenciais para ressaltar as diferenças e similitudes entre os pontos observados (indivíduos, classes, fenômenos ou fatos), comparando agrupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo (GIL, 2008, p. 17).

Figura 3 - Planejamento das etapas e tarefas executadas nesta pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, em 2018.

Para o desenvolvimento deste estudo, como premissas metodológicas, de forma geral, ontologicamente¹⁰, a pesquisadora identifica-se como interno-idealista, no que diz respeito à natureza ou à essência do fenômeno social a ser investigado. Isso é assim porque a pesquisadora observa o mundo pela ótica de que a realidade a ser investigada é um produto da consciência do indivíduo, estando ela no mundo, lá fora, ou, sendo criada na mente do próprio indivíduo (BURRELL e MORGAN, 1979, p. 1 apud MOREIRA e CALEFFE, 2006, p. 42). Epistemologicamente considera-se

¹⁰ A questão ontológica que diz respeito à natureza ou à essência do fenômeno social investigado pela ótica de visão de mundo da pesquisadora.

subjetivista e antipositivista no que se refere às bases do conhecimento, por sua natureza e formas e pela maneira como pode ser adquirido e comunicado a outros seres humanos. Essa pesquisa está orientada na visão de que o conhecimento é pessoal, subjetivo, único e, algo que tem de ser pessoalmente experimentado (MOREIRA e CALEFFE, 2006, p. 43). Metodologicamente classifica-se como ideográfica, justamente pela ponderação de que o mundo social deve ser visto de forma mais suave, pessoal e criado pelos seres humanos, individualmente, pois ressalta “o entendimento do que é único e particular a cada um ao invés do que é geral e universal”, enfatizando a natureza relativista do mundo social (BURRELL e MORGAN, 1979, p. 2 apud MOREIRA e CALEFFE, 2006, p. 45).

Ainda, é importante explicitar que mesmo havendo uma preponderância na visão construtivista, como suposição filosófica, pois se reconhece a necessidade de se valorizar múltiplas perspectivas e a descrição em profundidade, para a fase quantitativa desta pesquisa, acaba sendo necessário um deslocamento ao pós-positivismo. Isso ocorre pela existência da necessidade de desenvolver instrumentos, medir variáveis e avaliar resultados estatísticos, razão de reconhecer que nesta pesquisa existe a aplicação de múltiplas posições filosóficas. É sob essa ótica que a hipótese foi testada no percurso desta caminhada.

1.1.3 Início da jornada: mapa das premissas teóricas desenvolvidas

A relevância aqui – por se tratar de uma pesquisa exploratória de abordagem de método misto – está no transcurso da jornada e não apenas nos resultados finais. Isso ocorre devido à intenção de que, na exploração, no levantamento de premissas e na testagem dirigida da hipótese é possível ver logicamente, sentir intuitivamente, transitando entre saberes científicos e populares para então deduzir caminhos alternativos para a inclusão da pessoa com diversidade funcional, quiçá desenvolver uma política pública viável de implementação. Quiçá seja possível, a partir deste compêndio, ver, sentir, significar, deduzir e transformar o sonho de unir a educomunicação e as tecnologias assistivas para o desenvolvimento social e a formação integral das pessoas com diversidade funcional no ensino superior brasileiro.

1.2 DO DIREITO À EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO

A atualidade traz consigo transformações que nos levam a imaginar meios de convergência de toda esta dinâmica para o empoderamento das pessoas com diversidade funcional; para a efetivação real de seus direitos como princípio constitucional da pessoa humana, aqui perfectibilizado pelo recorte do direito à educação mediado pela práxis da educomunicação.

Essa instrumentalização mediada se dá como uma maneira própria de relacionamento, conforme os ensinamentos de Ismar de Oliveira Soares:

A educomunicação, (...) faz sua opção pela construção de modalidades abertas e criativas de relacionamento, contribuindo, dessa maneira, para que normas que regem o convívio passem a reconhecer a legitimidade do diálogo com a metodologia de ensino, aprendizagem e convivência. A partir dessa perspectiva, entende-se que a relação dialógica não é dada pela tecnologia adotada, mais ou menos amigável, mas essencialmente pela adoção por um tipo de convívio humano. **Trata-se de uma decisão ético-político-pedagógica, que necessita naturalmente ser circundada pela definição de tecnologias de auxílio.** (SOARES, 2011, p. 45) (Grifos meus).

Tudo para que seja possível enfrentar a realidade evidenciada pelo Censo Demográfico de 2010 - IBGE, conforme anteriormente abordado, no qual restou diagnosticado que: a) 61,1% das pessoas com diversidade funcional não tinham instrução e/ou tinham apenas o fundamental incompleto, em relação direta aos 38,2% das pessoas que não declararam quaisquer incapacidades; que b) 17,7% indicaram ter ensino médio completo e/ou superior incompleto e, c) apenas 6,7% superior completo; todos representando uma diferença clara para com os que se declararam não ter nenhuma deficiência, 29,7% e 10,4%, respectivamente, para comparação.

Assim, no instrumento de pesquisa de opinião (apêndice 03) foram colocados itens de análise que aqui serão trabalhados a nível institucional, com mais ênfase no capítulo dois desta pesquisa, e que ora se apresenta apenas como ponderação preliminar acerca dos respondentes à questão: “Deixe seu registro pessoal sobre situação(ões) que tenha enfrentado no seu cotidiano no convívio com a diversidade funcional em sua instituição”, obteve-se:

a) Falta de acessibilidade atitudinal por parte de docentes e técnicos administrativos; b) Alguns prédios que foram construídos recentemente não possuem acessibilidade, o que impossibilita meu acesso livre a eles; c) No atendimento a dois alunos cegos que fariam uma prova de seleção tive dificuldades em obter as tecnologias necessárias para a

adaptação; d) Falta de conhecimento; e) Conheço cadeirantes que trancaram o curso pois não haviam elevadores no prédio; f) Na UNB, na Faculdade de Direito, onde estudei e leciono, há pouco esforço de acessibilidade. O curso tem apenas uma aluna cadeirante, por exemplo, e as aulas dela são sempre no primeiro piso por que o elevador do prédio está quebrado há anos. Os problemas vão sendo protelados e nunca resolvidos. De resto não conheço outro caso em específico na FD, mas de modo geral não vejo grandes esforços pela universidade como um todo, levando em conta que também estou em uma posição de privilégio nesse sentido, o que me leva a não ver essas necessidades e as lacunas que a instituição apresenta em atender esses direitos.

Tais problemas de vivência aqui relatados por amostragem devem ser generalizados para dar visibilidade ao tema abordado nesta dissertação, bem como para que se possa realizar diagnósticos e um plano de ação para minimizar tais situações, que parecem ser evidentes na legislação, porém, na prática, nem sempre isso é verificado.

Essa afirmação é feita levando em conta o desenvolvido anteriormente, de que, mesmo com uma premissa positiva de ampliação do acesso ao ensino superior ao longo do tempo, em contraposição com a premissa negativa de precariedade da continuação das políticas de acesso inclusivo e com a verificação de que existe uma lacuna no corpo normativo, pois é necessário o desenvolvimento de novas políticas públicas para a permanência, participação e aprendizagem real das pessoas com diversidade funcional, pode-se inferir que incluir pelo acesso, trabalhando-o no bojo normativo, não garante esta tão desejada educação inclusiva.

Para tanto, a universidade deve buscar uma atitude inclusiva, que é, antes de tudo, uma questão de direitos humanos, que se insere na perspectiva de assegurar o direito à educação dos jovens, independentemente de suas características. Importa não perder de vista que assegurar o direito à educação é ir além do acesso: é prever e redefinir ações efetivamente destinadas a estes alunos, em função das suas necessidades e/ou especificidades, tendo em vista sua formação educativa (SANTOS; FUMES, 2012, p. 122).

A escola deve se preparar para a nova configuração da sociedade. De fato, torna-se cada vez mais evidente, “que os jovens estão em busca de novas propostas para a sua formação e que, para apostarem no estudo, desejam uma escola que responda a esses anseios e ofereça novos elementos ante suas realidades e vivências” (SOARES, 2011a, p. 25).

Transcorrido um passado sombrio do pós-guerra, a Organização das Nações Unidas (ONU), com o fim de construir um mundo sob novos alicerces ideológicos de paz e cooperação, reuniu Assembleia Geral, que teve como um de seus primeiros atos a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Esse documento prevê, em seu artigo primeiro, que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e em direitos; são dotadas de razão e de consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade (ONU, 1948, p.1).

Marilena Chauí (1989) afirma que a prática de declarar direitos não significa um fato óbvio para todos os homens, ou seja, afirmar que os direitos humanos são direitos naturais e que as pessoas nascem livres e iguais não significa dizer que a consciência sobre a existência dos direitos seja algo prévio e espontâneo.

Justamente por isso, afirma-se que não bastam boas leis; não basta que estas sejam propagadas meramente como direitos e deveres de cada um, previstos na Constituição de um Estado Nação. É preciso que as pessoas conheçam seus direitos, pois dizer que ela nasce com direitos e dignidade, sendo cada um uma pessoa única no mundo, nos leva, desde cedo, ao engajamento social, pois ninguém pode ficar indiferente ao que acontece aos outros ao seu lado. Todos somos sujeitos de dignidade e direitos (GENEVOIS apud ZENAIDE, 2008, p. 1).

Kant (1996, p. 11) diz que, na realidade, os seres humanos são, por essência, diferentes e nascem na ignorância, precisando ser educados pela sociedade. Cristina Costa (2005) afirma que a comunicação dá forma à cultura e permite a integração dos seres à sociedade. É possível observar que essa “educação” se dá com o convívio social, sendo que é a partir desta vivência que os seres humanos se formam para a cidadania.

Assim, a educação para a cidadania passa a ser fundamental, tanto na educação formal quanto na educação informal e popular, bem como nos meios de comunicação. Tudo isso para que seja possível, em sociedade, a formação para vir a ser um cidadão de um determinado território, pois, na moderna biopolítica, o soberano é aquele que decide sobre o valor ou não valor da vida como tal. Esta – que com a declaração de direitos foi investida do princípio da soberania – torna-se agora o local da decisão soberana (AGAMBEN, p. 142).

A educação constitui um direito fundamental, como todos os direitos humanos, eis que ela é imprescindível a uma vida com dignidade. Entretanto, a Educação em Direitos Humanos ultrapassa este conceito de tradicional processo cognitivo de

aprendizagem, no qual o educador figura como um transmissor de conteúdos pré-estabelecidos. Assim, a Educação em Direitos Humanos - EDH passa a priorizar, além da informação e distribuição de conhecimentos, a formação ético-moral dos educandos e uma transformação no seu modo de ver o mundo. Conceito que é muito próximo daquele que afirma que a práxis da educomunicação perpassa todos os processos, como essencial para a formação dos seres humanos para a cidadania e a solidariedade.

A educação não pode significar, como bem traduz Adorno (2003, p. 141), “modelagem de pessoas, (...) nem também a mera transmissão de conhecimentos, (...) mas a produção de uma consciência verdadeira” para a emancipação, que, para o mesmo autor, significa conscientização (ADORNO, 2003, p. 143). Quando observamos o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, verificamos que há uma intencionalidade em se educar em direitos humanos:

Considerando **que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade** e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum (ONU, 1948, p.1, grifei).

Ainda, no artigo 26, especifica algumas características do direito à educação:

Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
I- A instrução **será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.** A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ONU, 1948, grifei).

A educação é um direito humano (caput, art. 26 da DUDH), bem como um meio para o gozo de outros direitos (art. 26, inciso I), conforme Ana María Rodino Pierre (2003), que traz que “(...) la EDH como parte del Derecho a la Educación y como condición necesaria para el ejercicio efectivo de todos los demás derechos humanos. Por ende, la considera un componente ineludible de la ED”¹¹; e prossegue, dizendo:

¹¹ Tradução livre: “[...] a EDH como parte do Direito à Educação e como condição necessária para o exercício efetivo de todos os demais direitos humanos. Portanto, considera-a um componente indispensável da Educação” (RODINO, 2003).

“la educación en derechos humanos y democracia es en si misma un derecho humano y un prerequisite para la plena realización de la justicia social, la paz y el desarrollo. El ejercicio de tal derecho contribuiría a salvaguardar la democracia y su comprensión integral”¹².

Já se sabe que todo direito que existe no mundo foi alcançado através da luta; seus postulados mais importantes tiveram de ser conquistados num combate contra as legiões de opositores; todo e qualquer direito, seja o direito de um povo, seja o direito do indivíduo, só se afirma através de uma disposição ininterrupta para a luta. (VON IHERING, 2002, p. 23).

Assim, uma educação em prol de mudanças de mentalidades e superação de valores e costumes, até então arraigados, retrógrados e preconceituosos, visando a criação de uma cultura de respeito às diferenças, baseada na dignidade humana, através da promoção e da vivência de princípios e valores tais quais o respeito ao próximo, a solidariedade, a tolerância e a paz é o que a Educomunicação permite, como mecanismo de luta, de empoderamento e de emancipação.

Aqui a educação em direitos humanos tem grande valia, pois, nos dizeres de J. Paul Martin (2004, p. 67):

definimos educação em direitos humanos de forma ampla, a saber, **como o aprendizado que promove o conhecimento, as habilidades, o comportamento e as atitudes necessárias para promover os direitos humanos e a justiça social (...)** a educação em direitos humanos funciona melhor quando aborda problemas da vida real da população alvo específica. **Durante grandes emergências, por exemplo, muitas populações locais sofrem um sentimento de impotência.** Nesses casos, **a educação em direitos humanos deve mostrar como princípios e instituições nacionais e internacionais de direitos humanos constituem fonte de fortalecimento**, especialmente com relação a funcionários públicos, militares e polícia local, bem como outros que controlam o acesso a recursos necessários para a reconstrução de suas vidas. Nesse caso, ao menos, **a educação em direitos humanos deveria convencer a população alvo de que ela tem direitos e de que o governo e os funcionários públicos são legalmente obrigados tanto pelo direito nacional quanto pelo internacional a proteger tais direitos.** (Grifei)

Aqui se demonstra, portanto, que a educação em direitos humanos é essencial para a práxis educacional, ora voltada como hipótese de pesquisa, ora como possível metodologia de tecnologia assistiva e meio de efetivação do direito à

¹² Tradução livre: “A Educação em Direitos Humanos e Democracia é, em si mesma, um direito humano e um pré-requisito para a realização plena da justiça social, da paz e do desenvolvimento. O exercício de tal direito contribuiria para salvaguardar a democracia e sua compreensão integral” (RODINO, 2003).

educação – à educação em direitos humanos – das pessoas com diversidade funcional.

1.2.1 Do caminhar: do instrumento de pesquisa e da descrição da amostra obtida

Neste estudo exploratório foi feita uma pesquisa de levantamento de dados, com a conseqüente descrição desses dados, para consideração dos objetivos elegidos, identificados na apresentação deste relatório, para descrever um grupo de pessoas, a fim de identificar sua atitude com relação à temática trabalhada, bem como suas queixas.

No instrumento de levantamento de dados¹³, pesquisa de opinião, atentou-se a coletar informações sobre a atitude da população-alvo¹⁴ em relação à educomunicação e à tecnologia assistiva; por meio de uma pesquisa empírica¹⁵ realizada a partir da amostra¹⁶ da autodeclaração dos respondentes sobre: a) fenômenos aleatórios de interesse (fase de descrição das amostras): gênero; idade; ocupação; área de conhecimento; autodeclaração de desempenho acadêmico; autodeclaração de diversidade funcional; bem como a atitude em relação à temática desenvolvida (fase de análises e testagem da hipótese de pesquisa) e, ainda,

¹³ Vale dizer que o instrumento de pesquisa foi feito pelo questionário on-line do *Google Forms* e divulgado pelo Centro de Processamento de Dados-CPD da UFSM por meio de notificação.

¹⁴ O grupo de indivíduos que você deseja estudar para obter a resposta à sua pergunta científica é chamado de população. (RUMSEY, 2016). Assim, retrata-se como um conjunto formado por todos os elementos que têm pelo menos uma característica comum de interesse do pesquisador em que são observados os resultados de um ou mais fenômenos de interesse (BAPTISTA, NUNES; 2016). Como intenta-se estudar um fenômeno a partir das observações de uma realidade, através de dados empíricos, define-se que tal fenômeno é em sua grande parte aleatório de interesse, pois se trata de “um objeto de estudo que, observado sob as mesmas condições iniciais preestabelecidas; pode ser observado em todo elemento da população; apresenta variabilidade de resultados; é impossível de ser previsto antes de uma realização futura; tem os resultados distribuindo-se com uma regularidade de frequência, quando observados um grande número de vezes” (BAPTISTA, NUNES; 2016). Pois o seu antagonico, os fenômenos determinísticos, “objeto de estudo que mesmo antes de uma realização futura tem como características apresentar sempre o mesmo resultado, sendo possível ser previsto” (BAPTISTA, NUNES; 2016), não se aplicam nesta pesquisa para além da observação do nível de ensino e do local da observação.

¹⁵ Portanto a população observada é o conjunto de todos os indivíduos que compõe a comunidade escolar representativa da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, tendo como subconjuntos de análise as amostras: docentes, estudantes e servidores. Essa amostragem é não probabilística, por cotas e intencional (BAPTISTA, NUNES; 2016).

¹⁶ Amostragem aqui determina-se, por qualquer subconjunto finito de elementos da população, que mantenham as características da população elegida para observação: neste caso docentes, estudantes e servidores da UFSM, separados em duas amostragens: respondentes sem e com diversidade funcional. Sendo que essa amostragem é a) não probabilística, já que intencional, pois visa a comparação dos resultados e b) por cotas, com base no controle das características: docentes, estudantes, servidores e pessoa com declaração de diversidade funcional (BAPTISTA, NUNES; 2016).

respeitando b) fenômenos determinísticos: como nível de ensino (universitário) e local da pesquisa (inicialmente as universidades públicas federais, revisto posteriormente para constar apenas a UFSM).

Inicialmente, delimitou-se a população como sendo as Universidades Brasileiras, especialmente Universidades Federais representativas de cada região, havendo um recorte posterior, em virtude de dificuldades com o registro e permissão de levantamento de dados nos diversos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP das Universidades Federais elegidas nesta pesquisa, para versar apenas sobre a universidade em que a autorização fora regularizada, ou seja, a Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Portanto, a população observada é o conjunto de todos os indivíduos que compõem as comunidades escolares representativas das Universidades Federais Brasileiras, focando-se na UFSM, nos cursos da Educação, da Comunicação e do Direito, tendo como subconjuntos de análise as amostras: docentes, estudantes e servidores, para levantamento das impressões sobre diversidade funcional no ensino superior universitário público.

Esta pesquisa trabalha com metodologia de método misto, assim, a análise quantitativa fora executada em duas etapas, prezando pela descrição direta dos fenômenos para após testar a hipótese de pesquisa, enfocando contrastes dentre os grupos e/ou casos observados, cumprindo-se as seguintes fases: 1.a) preparação da coleta de dados (escolha das categorias analíticas e confecção de roteiros); 1.b) execução da coleta de dados pela pesquisa de opinião; 1.c) seguido da organização os dados obtidos, correlacionando-os de maneira livre, uma vez que esta pesquisa é exploratória; 2.a) análise dos dados obtidos com a coleta correlacionando-os com as categorias preestabelecidas; 2.b) testar a hipótese de trabalho em atenção aos objetivos desta pesquisa (MOREIRA e CALEFFE, 2006, p. 135-164).

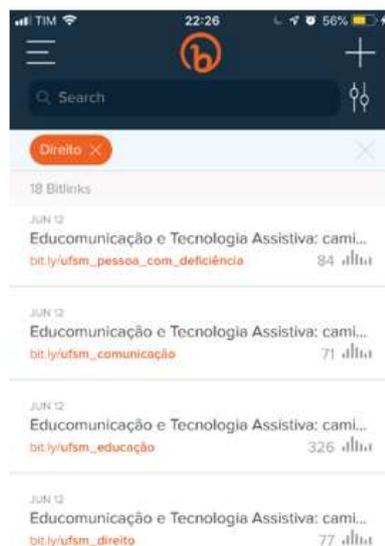
Passando-se para a fase de estudo piloto exploratório, para testagem do instrumento de pesquisa dos dias 27.12.2017 ao dia 01.01.2018, onde 800 e-mails foram enviados, com dados encaminhados pelos departamentos da educação, da comunicação, do direito e do núcleo de acessibilidade, com 105 acessos (13% de aproveitamento dos e-mails) e 13 respondentes avaliadores (12,38% de aproveitamento dos acessos), sendo necessário adaptação do instrumento em atenção às considerações dos respondentes, anulando-se as respostas obtidas para não conflitar com os dados futuros.

Nesta mesma testagem, houve a mensuração do tempo de resposta dos respondentes, que variou de 18 a 45 minutos, pois o questionário permitia, dependendo das respostas, pular questões. Após esta adequação no instrumento de pesquisa, este foi validado pelo professor orientador e foi feito o registro na Plataforma Brasil, com o término do trâmite junto ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFSM (CAAE: 89416318.5.0000.5346 – Parecer CEP nº 2.650.665).

O instrumento foi confeccionado utilizando escalas Likert, que são construídas para se verificar o nível de concordância de um sujeito com uma série de informações em relação a um objeto psicológico (atitude em relação à temática trabalhada); as informações são as que expressam algo de favorável ou desfavorável, sendo estas a “ponte entre dados qualitativos e quantitativos: são a possibilidade de se quantificarem as atitudes, as opiniões e os comportamentos” em ciências sociais (BAPTISTA, NUNES; 2016).

A pesquisa de opinião ficou disponível para acesso dos respondentes de 06/2018 até 09/2018, tendo os seguintes resultados de acesso - utiliza-se o site Bitly para esta mensuração - e reversões em respostas:

Figura 4 - Monitoramento de aproveitamento de divulgação e respostas ao instrumento de coleta de dados



Comunicação: 71 acessos ao link divulgado – 10 respostas (14% de aproveitamento)

Educação: 326 acessos ao link divulgado – 59 respostas (18% de aproveitamento)

Direito: 77 acessos ao link divulgado – 22 respostas (28,5% de aproveitamento)

Pessoas com deficiência: 84 acessos ao link divulgado – 21 respostas (25% de aproveitamento)

Fonte: Elaborado pela autora, 2018. (Reprodução tela aplicativo Bitly)

Vale trazer a informação que o aproveitamento dos e-mails encaminhados pelo CPD teve de 11% a 17,6%, levando em consideração as informações do Bitly com

relação aos acessos no link da pesquisa (Comunicação: 11%, Educação: 11,19%, Direito: 14,61% e Pessoa com diversidade funcional: 17,64%).

1.2.2 Do caminhar: apresentação do conjunto de dados desta pesquisa

Como dito anteriormente, este estudo é uma pesquisa de métodos mistos, gerando dois conjuntos de dados, um quantitativo e um qualitativo, sendo que o primeiro é dividido em dados de origem secundária e primária, pois existem dados obtidos pela coleta de informações em sítios de pesquisa como os das instituições: IBGE, INEP, ANDIFES, MEC, TCU, etc., bem como dados coletados por meio de um instrumento, como uma pesquisa de opinião, ambos pelo método de pesquisa de levantamento de dados, visando a descrição dos resultados. Este segundo conjunto busca explicar, ou ao menos levantar premissas que possam esclarecer os dados secundários, razão de ora ser necessário falar da população e da amostra obtida.

Para o transcorrer desta pesquisa foram delimitados os seguintes critérios de correlações a serem aplicados: a) quantitativo tipológico: os objetivos de “a.1” a “a.5”; b) quantitativo social: b.1) percepções acerca da temática em atenção aos sub objetivos “a.6” a “a.10” ; c) qualitativo de mediação social em atenção aos sub objetivos “a.6” a “a.10”, bem como do objetivo “b” e “c” .

Assim, é levado em conta o caráter exploratório quali quantitativo desta pesquisa, eis que as vantagens são muitas frente à complexidade e à multidimensionalidade dos fenômenos a serem analisados, lançando diferentes significados das experiências vividas, uma vez que lida com questões que visam à captação do significado subjetivo das questões norteadoras suscitadas durante a pesquisa.

Num primeiro momento, foi necessário observar os dados secundários já existentes para contextualizar o tema desenvolvido, o que foi retratado na etapa I desta pesquisa, nos itens 1 a 6, que analisa os dados quantitativos categóricos (itens dos objetivos de “A.1” até “A.5”). Vide a síntese destas etapas na análise 1 do relatório de trabalho.

Importa dizer que, em fase de qualificação deste mestrado, a população de trabalho abrangia as regiões e os estados brasileiros, bem como as Universidades Públicas Federais ranqueadas pelos itens de observação destes dados; porém, as

manipulações de informações restaram muito abrangentes, razão da diminuição do protocolo de observação relatando descrições por região do Brasil e não por Estados.

Em continuação, para tentar descrever melhor as tendências que apareceram neste primeiro momento, por meio de pesquisa de opinião, foram categorizadas possibilidades de explicação, nas quais um segundo subconjunto dos dados quantitativos foi formado pelas respostas obtidas com o levantamento de dados primários, obtendo tanto dados quantitativos como dados qualitativos.

Neste conjunto de dados primários, a população observada foi a Universidade Federal de Santa Maria/RS, delimitando o público alvo pela divulgação¹⁷ nos cursos de Direito (527 pessoas: 4 servidores, 32 docentes, 491 alunos), da Comunicação (645 pessoas: 15 servidores, 32 docentes, 598 alunos) e da Educação (2911 pessoas: 44 servidores, 134 docentes, 2733 alunos), vez que estas três áreas perpassam o tema da educomunicação como tecnologia assistiva. Esta população era de 4.083 pessoas, sendo 476 pessoas com diversidade funcional, o equivalente a 11,66% desta população, sendo 41 servidores, 3 docentes e 432 alunos. Após a divulgação da pesquisa de opinião pelo CPD da universidade aos e-mails dos alunos, servidores e professores destes departamentos, obtive uma amostra probabilística aleatória¹⁸ precisa¹⁹ de 112 (cento e doze) pessoas, sendo 23 respondentes que se autodeclararam com diversidade funcional, representando aproximadamente 20% da amostra.

Assim, verifica-se que os respondentes têm uma grande representação de pessoas que não apresentam necessidades especiais já que 80% não se autodeclarou como pessoa com diversidade funcional, o que indica que a maioria das respostas partem daqueles sujeitos que não vivem ou convivem com pessoa com diversidade.

¹⁷ Esta delimitação foi uma exigência do Centro de Processamento de Dados-CPD da Instituição, tendo em vista não poder notificar por e-mail a população geral da universidade. Assim, houve dois envios de notificação via e-mail (Ticket#: 2018061204003727 em 06/2018 e Ticket#: 2018071204003921 em 07/2018).

¹⁸ As amostras probabilísticas são caracterizadas pelo fato de que todos os elementos da população têm a mesma chance de ser escolhidos, implicando a seleção aleatória dos respondentes e a eliminação da subjetividade da amostra (BAPTISTA, CAMPOS, 2016).

¹⁹ A precisão da amostra é de 9% para os 112 respondentes e de 21% para os 23 respondentes que se autodeclararam pessoas com diversidade funcional, pois foi calculado a precisão seguindo a regra da divisão do número 1 pela raiz quadrada do tamanho amostral. Veja que a raiz quadrada de 112 é 10,58301, e que 1 dividido por este resultado é 0,094491, o que convertido em porcentagem equivale a 9% e, a raiz quadrada de 23 é 4,795832, e 1 dividido por este resultado é 0,208514, com a sua conversão em porcentagem, obtêm-se 21%. (RUMSEY, 2016, p. 106, versão física). Vide a Nota de Rodapé 17 para verificar o nível de poder do plano amostral desta pesquisa.

Ainda, a amostra desta pesquisa representa 3% da população-alvo²⁰, contabilizando apenas os respondentes efetivos. Foi possível observar que o curso de Educação participa com 53%, do Direito com 20%, as pessoas com diversidade com 19% e de Comunicação com 9% das respostas ao instrumento de pesquisa de opinião formulado e divulgado entre junho e julho de 2018. Dos respondentes, 14% são servidores, 11% são docentes e 75% são estudantes. Tal porcentagem leva em consideração a integralização das ocupações informadas no instrumento de pesquisa.

Logo, os possíveis achados desta pesquisa levam em consideração a seguinte descrição da amostra geral, sendo que não foi detalhada por cursos, tendo em vista a baixa adesão dos respondentes (3% da população-alvo):

- 1-Quanto às características gerais dos respondentes (gênero e idade – Análise 2.1): A maioria dos respondentes tem mais que 30 anos (67%) e são do gênero feminino (67%), havendo um pico de respondentes com idade entre 35 a 39 anos, apresentando uma média entre 34 e 35 anos.
- 2-Quanto às características gerais dos respondentes (nível de escolarização – Análise 2.2): 63% dos respondentes estão cursando especialização ou nível superior, sendo que, na ponderação de respondentes com superior completo ou nível acima, o gênero masculino se destaca com 76% frente aos 67% do gênero feminino, porém, se a delimitação for a partir do nível de mestrado completo ou nível acima, o gênero feminino se destaca com 25% frente 22% do gênero masculino. Ambas as ponderações levando em conta a equalização de tamanho da amostra, vez que os respondentes femininos representam grande parte das observações (75 frente aos 37 do gênero masculino).
- 3-Quanto às características gerais dos respondentes (ocupação – Análise 2.3): Da somatória das categorias estudante, docente e servidor pela quantidade de vezes citadas, vez que eram seis categorias, conforme tabela abaixo, tem-se que 75% são estudantes. Dos

²⁰ Tal decisão foi tomada tendo em vista a necessidade de que o plano amostral respeitasse níveis aceitáveis de poder, possibilitando testes de inferência estatística, em sendo necessário. Assim, segue-se a orientação de Cohen citado por Hair Jr para determinar níveis aceitáveis de poder, no qual este sugere que os estudos devem ser planejados para atingir níveis alfa de pelo menos 0,05 com níveis de poder de 80%. Traduzindo-se com o apoio da tabela abaixo, na qual é utilizada alfa (Nível de confiança de 0,05) e o trabalho é realizado com uma amostra com tamanho de 112 observações, atingindo um nível de poder moderado de 0,940. (HAIR JR, 2009, p 28).

TABELA 1-1 Níveis de poder para a comparação de duas médias: variações por tamanho de amostra, nível de significância e tamanho do efeito

Tamanho da amostra	alfa (α) = 0,05		alfa (α) = 0,01	
	Tamanho do efeito (ES)		Tamanho do efeito (ES)	
	Pequeno (0,2)	Moderado (0,5)	Pequeno (0,2)	Moderado (0,5)
20	0,095	0,338	0,025	0,144
40	0,143	0,598	0,045	0,349
60	0,192	0,775	0,067	0,549
80	0,242	0,882	0,092	0,709
100	0,290	0,940	0,120	0,823
150	0,411	0,990	0,201	0,959
200	0,516	0,998	0,284	0,992

respondentes estudantes 86% são ativos e destes 55% afirmam ser bons alunos com nota superior a 8,0. A maioria dos respondentes (60%) estuda ou trabalha somente, ou agrega ambas as ocupações. Das subamostras direito e pessoa com diversidade 50% delas estuda ou trabalha somente. Ainda, a subamostra da educação tem maior proporção de respondentes que trabalham, estudam, cuidam da casa e de filho(s) com 27%, seguido pela comunicação com 22%, pessoa com diversidade 7% e direito 6%.

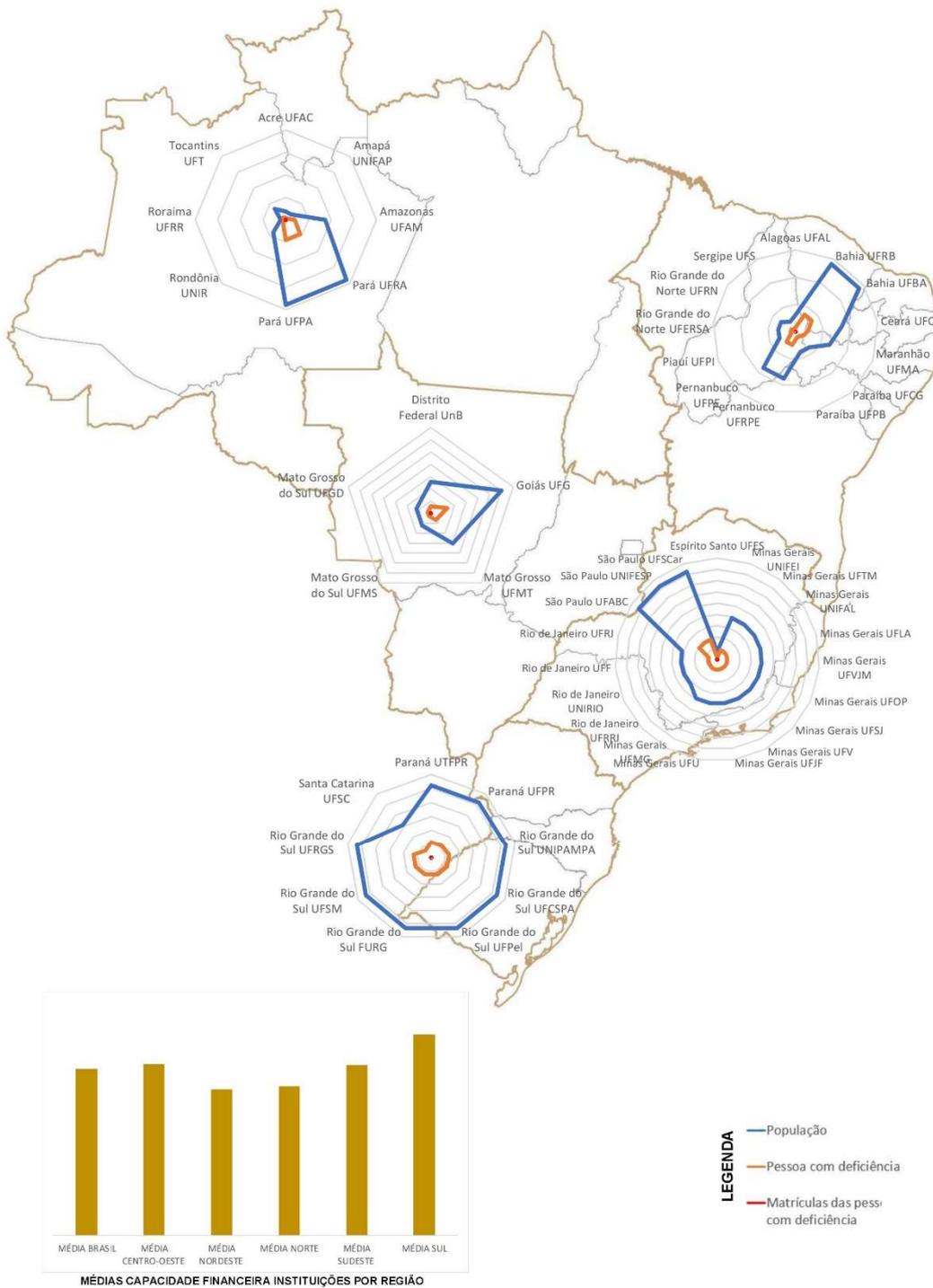
4-Quanto às características gerais dos respondentes (renda familiar – Análise 2.4): A média da renda familiar bruta (sem dividir pelas pessoas residentes no domicílio) está girando de 5 a 6 salários mínimos (observando o erro padrão indicado na análise e o salário mínimo de R\$954,00 em 2018). Porém, considerando a informação dos demais familiares, contabilizado de 2 a 3 pessoas por residência, a amostra indica que os respondentes da subamostra pessoas com diversidade funcional tem na média como renda por pessoa de 3 a 4 salários mínimos, quando as demais subamostras tem como renda por pessoa de 2 a 3 salários mínimos. Os respondentes que tem renda familiar acima de sete salários mínimos ($=<R\$7.632,00$), equivalente a 29% da amostragem, tem por característica terem entre 40 e 42 anos (mediana e média), com preponderância do gênero masculino, pois levou-se em consideração a proporção de respondentes da categoria frente a quantidade de respondentes total (Feminino: 20 observações de 75 da amostra total e Masculino: 11 de 37). Verifica-se que os respondentes em sua maioria são da educação (evidenciando as diferenças de tamanho subamostral). Ainda, 26% são docentes e 54% são estudantes, 68% estudam ou trabalham somente ou agregam ambas as ocupações.

5-Quanto às características gerais dos respondentes (autodeclaração pessoa com diversidade funcional – Análise 2.5): Dos 112 participantes desta pesquisa, 23 respondentes apresentaram 38 indicações de necessidades especiais, onde 31% tratava-se de um impedimento, 16% uma incapacidade e 53% uma deficiência. Sendo que 31% são demandas provenientes da diversidade funcional física, 29% visual, 16% motora, 8% mental, 8% cognitivo, 5% auditivo e 3% intelectual. Com relação ao gênero, a participação dos homens representa 30% desta amostra, eis que houve 11 respondentes que se autodeclararam pessoa com diversidade funcional frente aos 37 participantes. Ainda, 88% são estudantes, 8% servidores e 4% docentes.

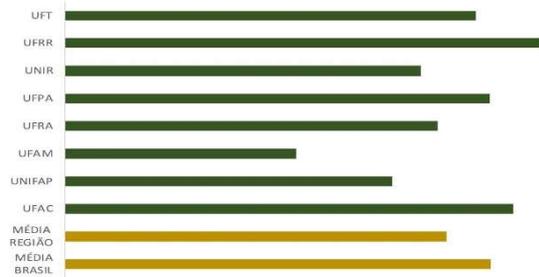
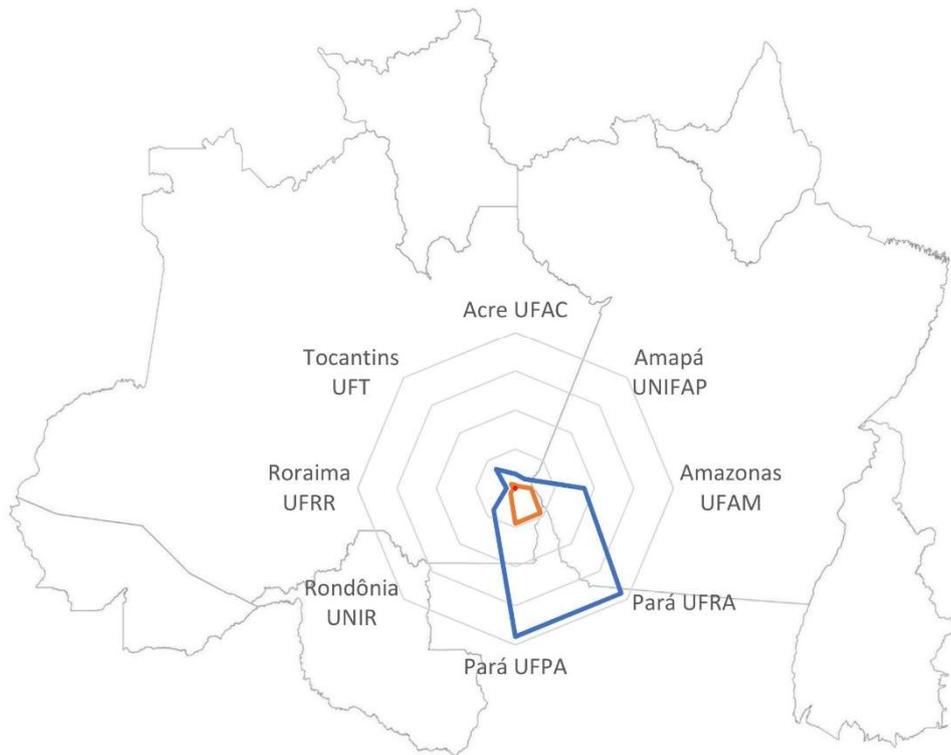
Como comentado anteriormente, por uma questão de poder da amostra, as análises quanto às atitudes em relação à educomunicação e à tecnologia assistiva não serão fragmentadas, para que possamos pensar em estratégias a nível geral de significância prática. Para facilitação do amostrado acima, colacionam-se os resumos das análises realizadas, já que mais informações podem ser obtidas no relatório de trabalho que está disponível em apêndice:

Figura 5 - Síntese ilustrativa: descrição da amostra geral

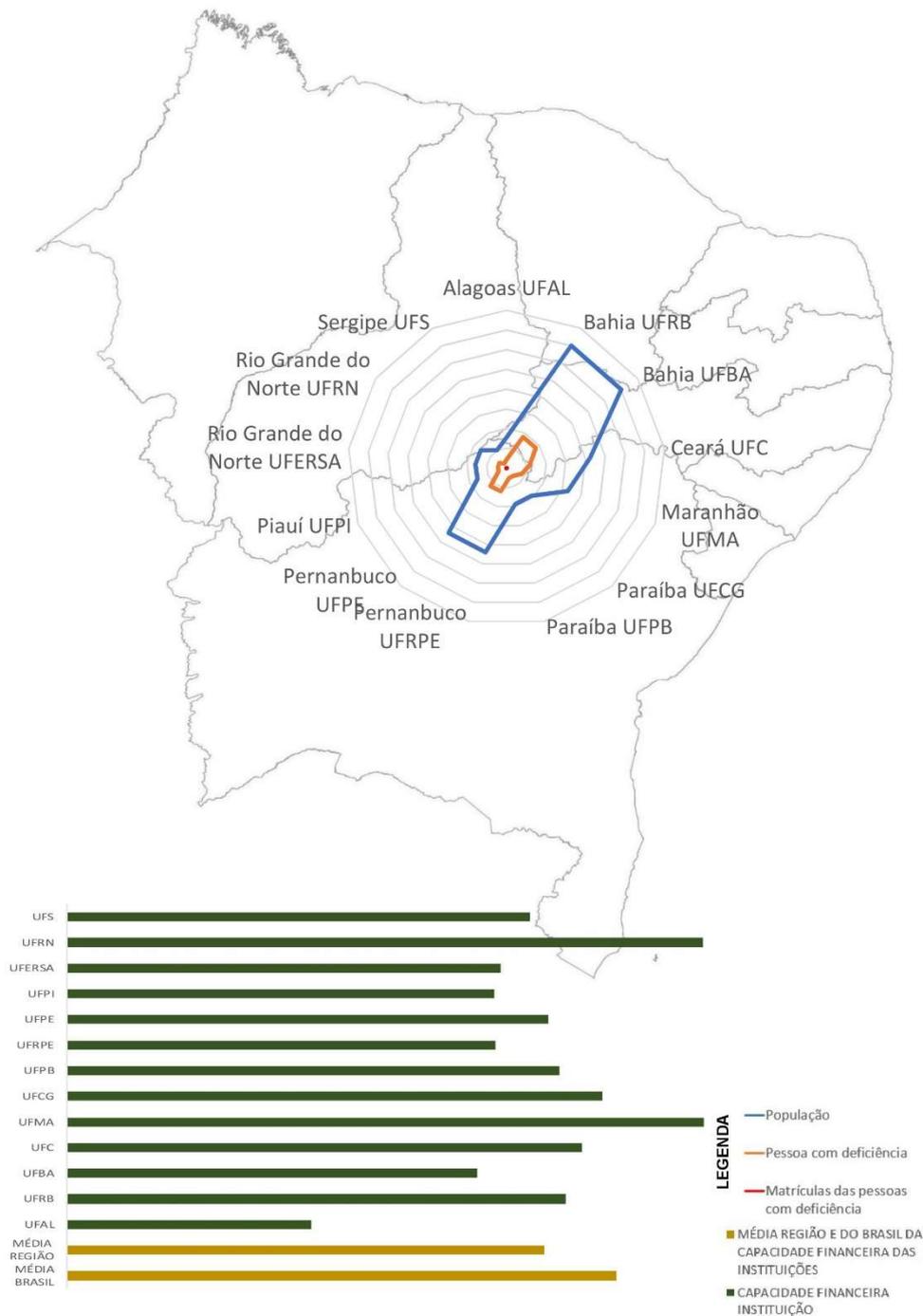
Análise 1 - Detalhamento distribuição da amostra dados secundários: Brasil



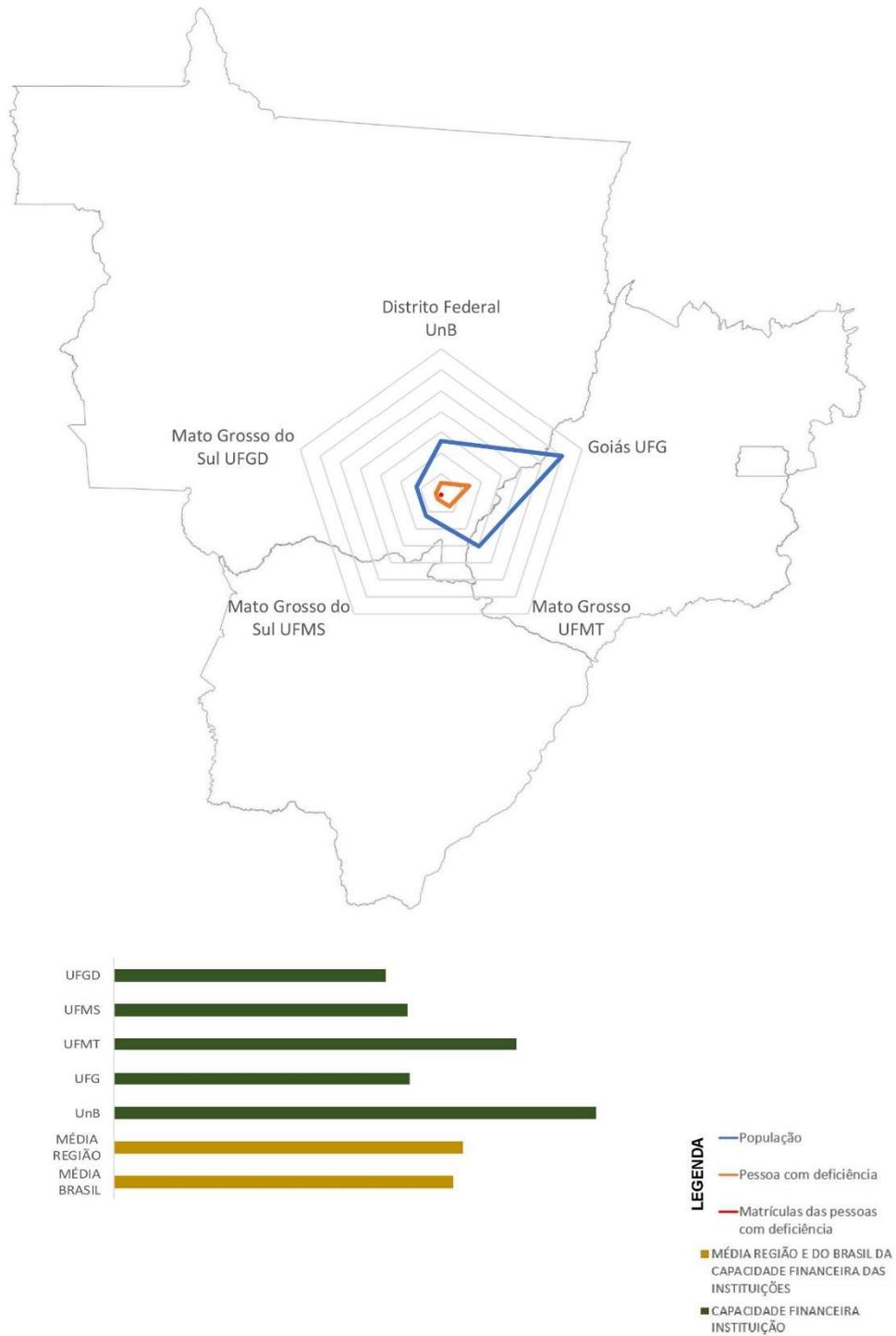
Análise 1.1 - Detalhamento distribuição da amostra dados secundários: Norte



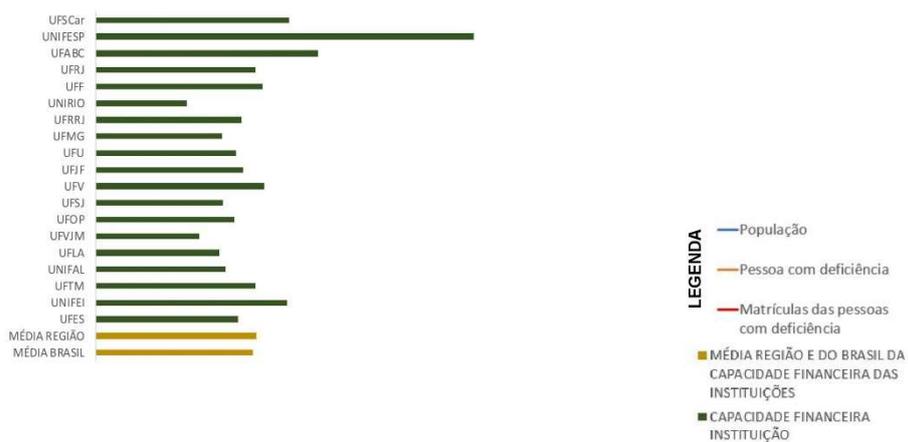
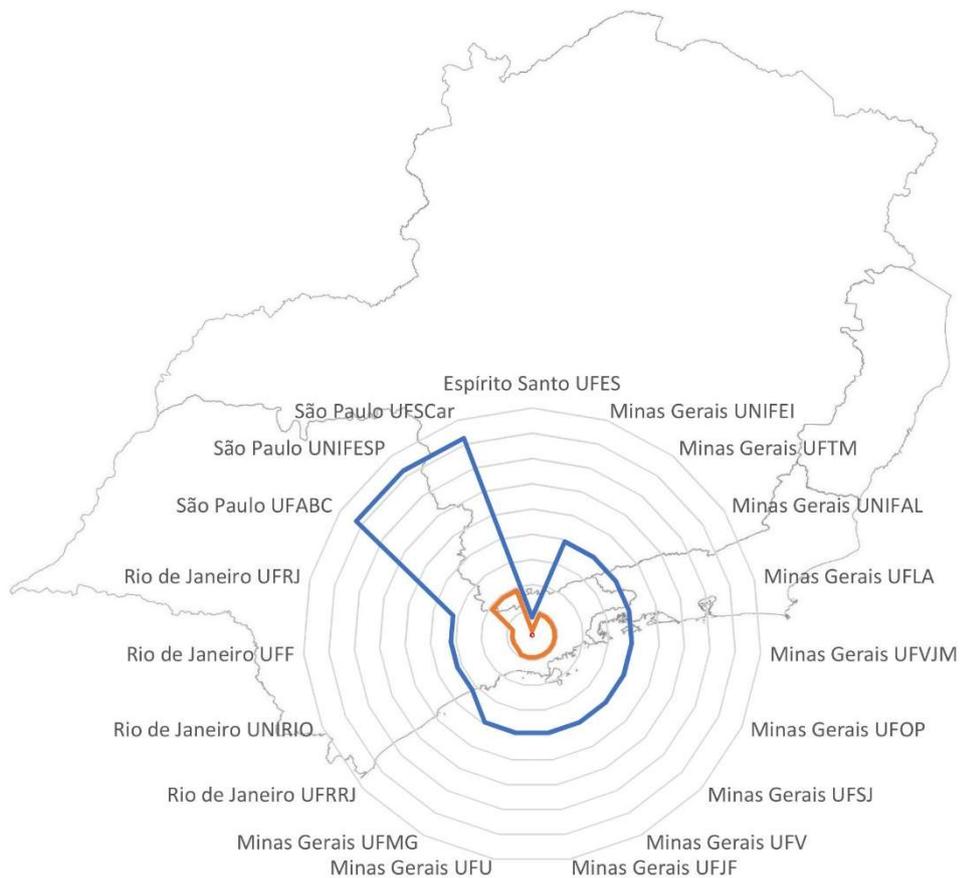
Análise 1.2 - Detalhamento distribuição da amostra dados secundários: Nordeste



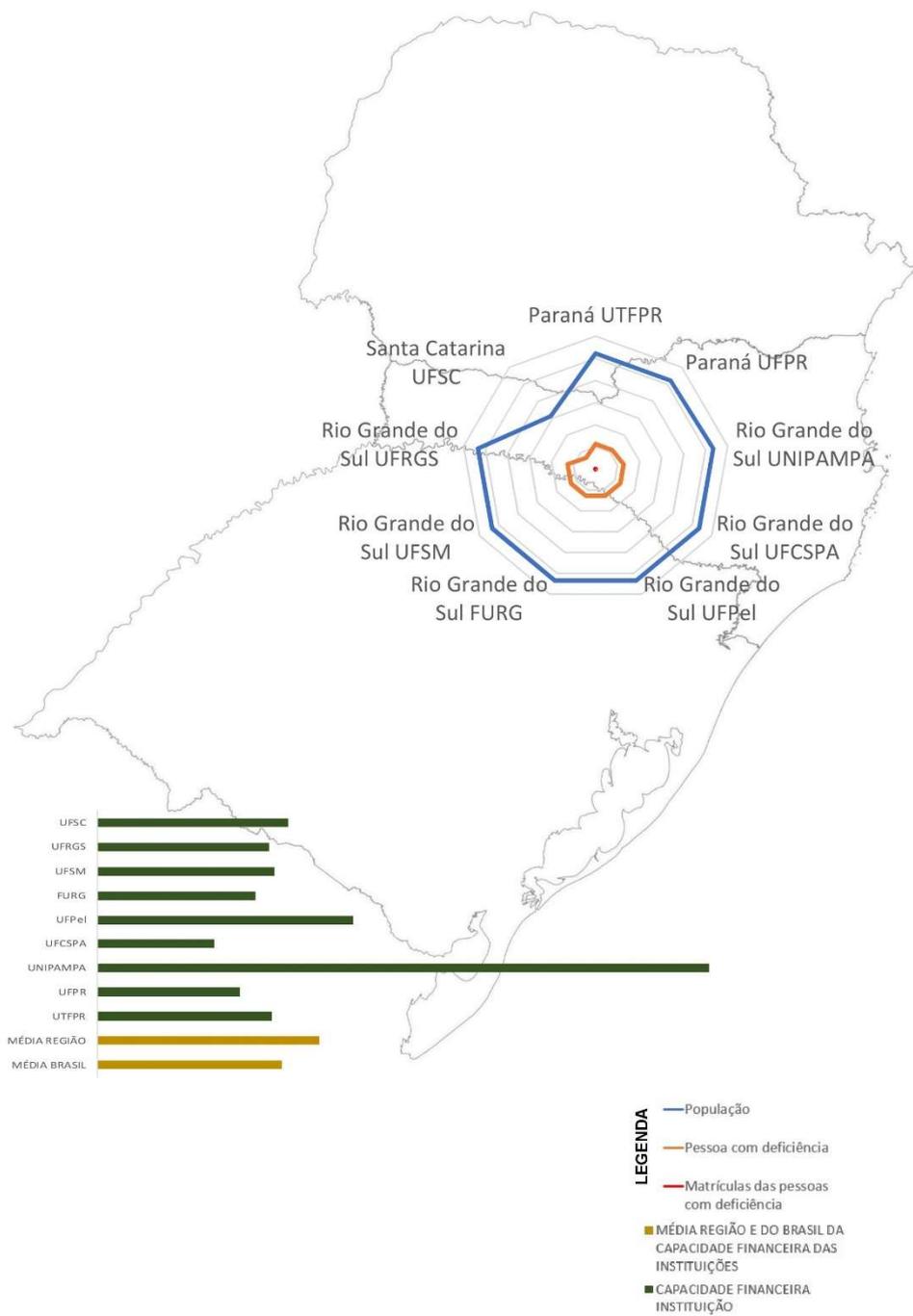
Análise 1.3 - Detalhamento distribuição da amostra dados secundários: Centro Oeste



Análise 1.4 - Detalhamento distribuição da amostra dados secundários: Sudeste



Análise 1.5 - Detalhamento distribuição da amostra dados secundários: Sul

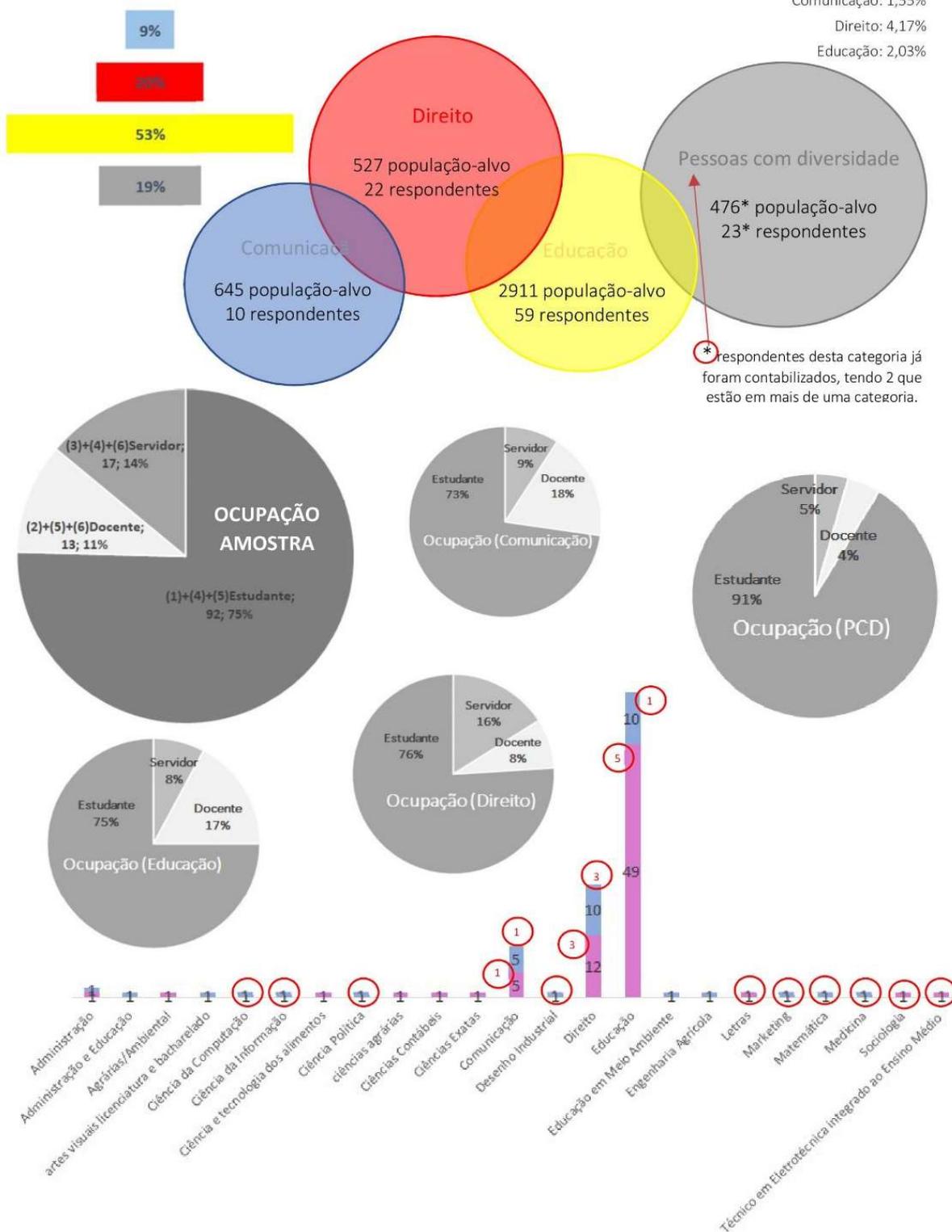


Análise 2 - Detalhamento distribuição da amostra dados primários

Total População: 4.083 população-alvo
 Total Amostra: 112 (2,74% da população)

Representação das sub-amostras com relação a população-alvo:

Pessoas com diversidade funcional: 4,83%
 Comunicação: 1,55%
 Direito: 4,17%
 Educação: 2,03%



²⁷ A partir deste ponto todas as tabelas, gráficos e ou infográficos apresentados são de elaboração da autora em 2018.

1.3 DAS ANÁLISES PRELIMINARES: OLHAR SOBRE AS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Na sociedade em rede, devemos poder discutir e validar conceitos e valores, preferencialmente refletindo acerca do construído e, quiçá, os resignificando, eis que não se pode perder a possibilidade de se fazer ouvir e, agora fazer parte, do planejamento de ações e/ou políticas públicas para uma verdadeira inclusão.

Desta forma, nesta pesquisa, intento apontar os obstáculos e as

perspectivas da práxis da educomunicação como possível tecnologia assistiva para garantir e instrumentalizar um efetivo direito à educação às pessoas com diversidade funcional como direito humano a ser protegido.

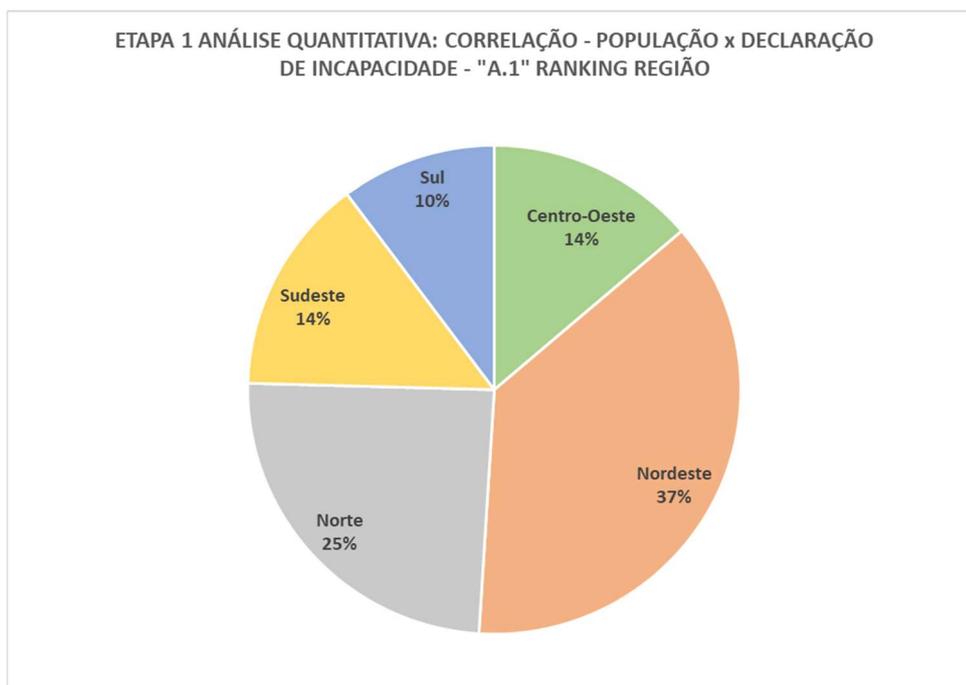
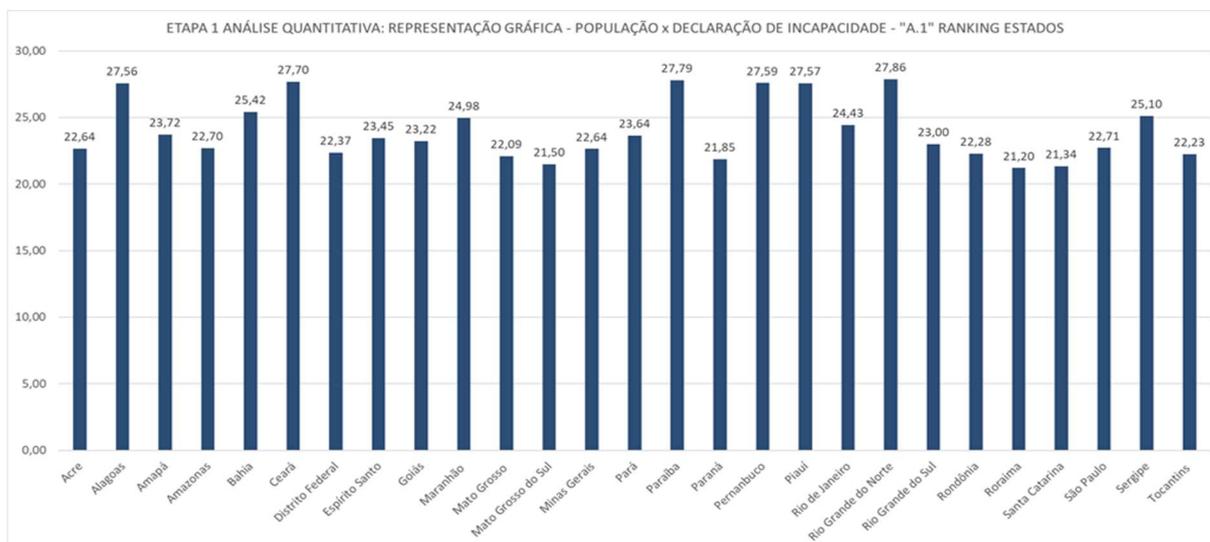
Primeiramente, cabe esclarecer que todas as análises foram registradas no relatório de trabalho que está disponível em apêndice desta pesquisa, portanto, maiores detalhamentos no cotejo e manipulação das informações podem ser lá observadas.

Assim, tendo como base o Censo Demográfico de 2010 foi analisado, como Etapa I, quantitativamente a população brasileira por Estados e Regiões, tal como apresentado nas sínteses acima, comparando-se a indicação quantitativa dos brasileiros respondentes em sua totalidade frente às pessoas que se autodeclararam com alguma incapacidade, sem aplicação de quaisquer critérios de exclusão. Abaixo, pode-se verificar uma representação gráfica dos dados obtidos na primeira análise quantitativa realizada, confrontando-se os estados brasileiros (número total da população brasileira x declaração de pessoas com deficiência):

Figura 6 - Trecho História em Quadrinho (HQ) Turma da Mônica: 'viva a diversidade'



Figura 7 - Representação Gráfica item "a.1" dos objetivos por Estados

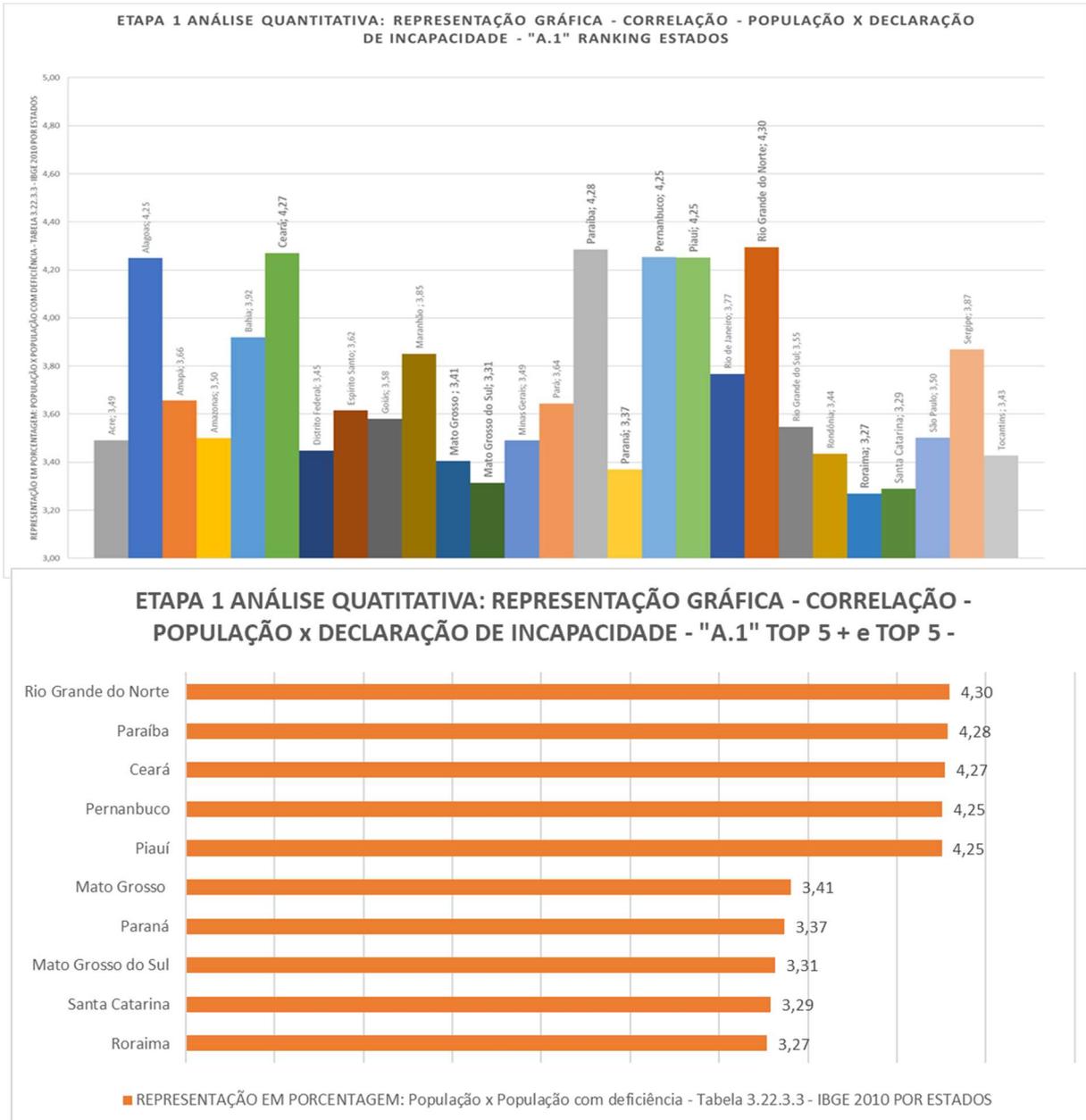


Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Censo Demográfico 2010 - IBGE).

Verifica-se, assim, em atenção ao objetivo "a", item "a.1" desta pesquisa, que os resultados são bem homogêneos quando cruzados os dados dos estados de forma simples entre si, girando em torno de 3,20 a 4,30%, apontando-se como primeiro lugar o estado do Rio Grande do Norte, seguido pela Paraíba (2º), Ceará (3º), Pernambuco (4º) e Piauí (5º); e Mato Grosso (23º), Paraná (24º), Mato Grosso do Sul (25º), Santa Catarina (26º) e Roraima (27º) como os últimos da listagem.

Convertendo-se estes dados em porcentagens, esta oscilação homogênea pode ser melhor observada:

Figura 8 - Representação Gráfica item "a.1" dos objetivos por Estados (%) e Top5

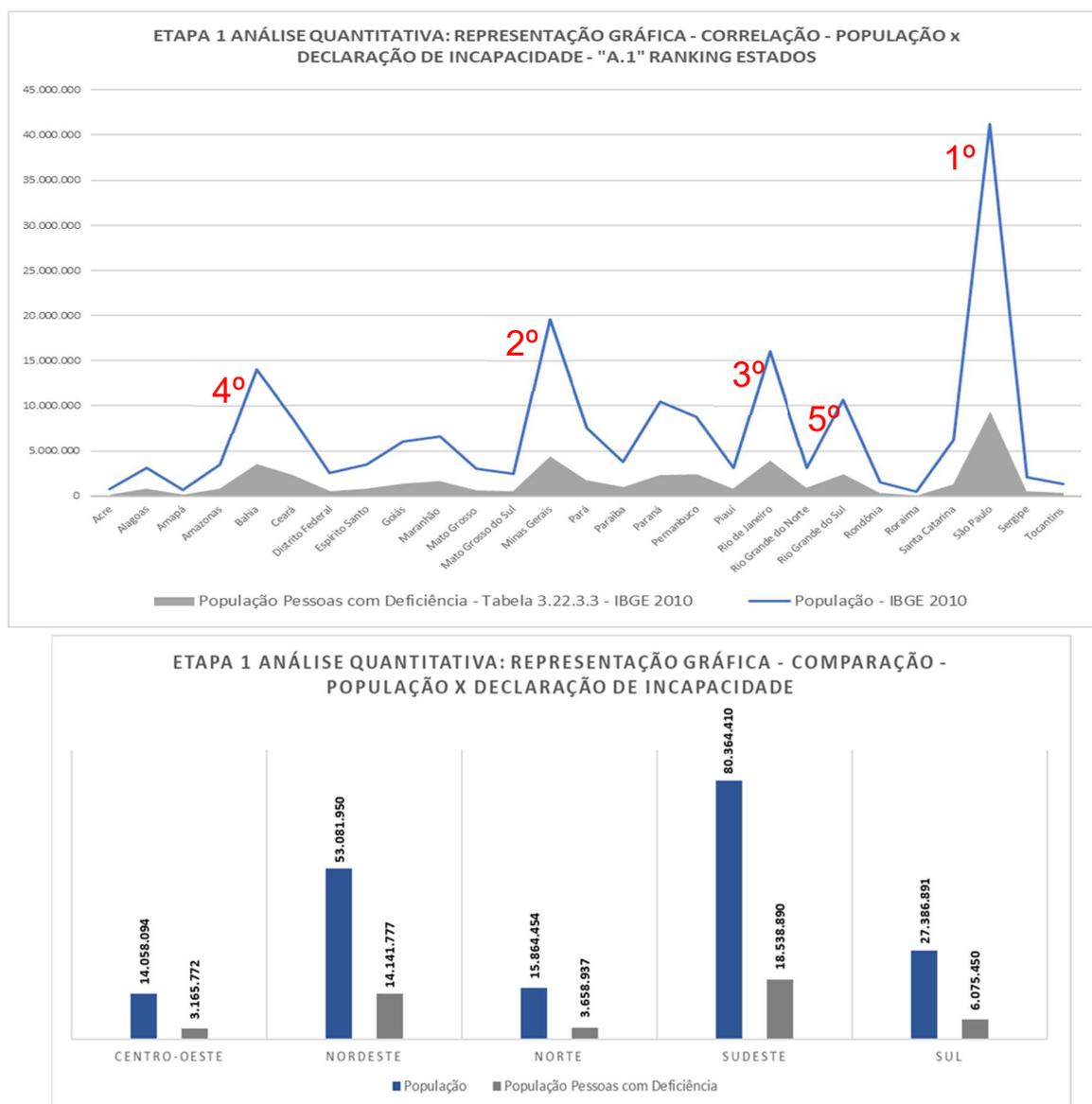


Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Censo Demográfico 2010 - IBGE).

Entretanto, quando se analisam os dados obtidos agrupando-se por região, a homogeneidade de 19 a 21% se perde, haja vista que resta evidente uma discrepância representativa na comparação da população brasileira frente aos autodeclarados com alguma incapacidade. Observe os gráficos abaixo que identificam os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul como os estados que

detêm maior número populacional de pessoas com diversidade funcional. Veja-se que o estado do Rio Grande do Sul está entre os cinco indicados, reforçando a tese aqui trabalhada da necessidade de tornarmos visíveis esta temática:

Figura 9 - Representação Gráfica item "a.1" dos objetivos correlação por Estados e Região



Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Censo Demográfico 2010 - IBGE).

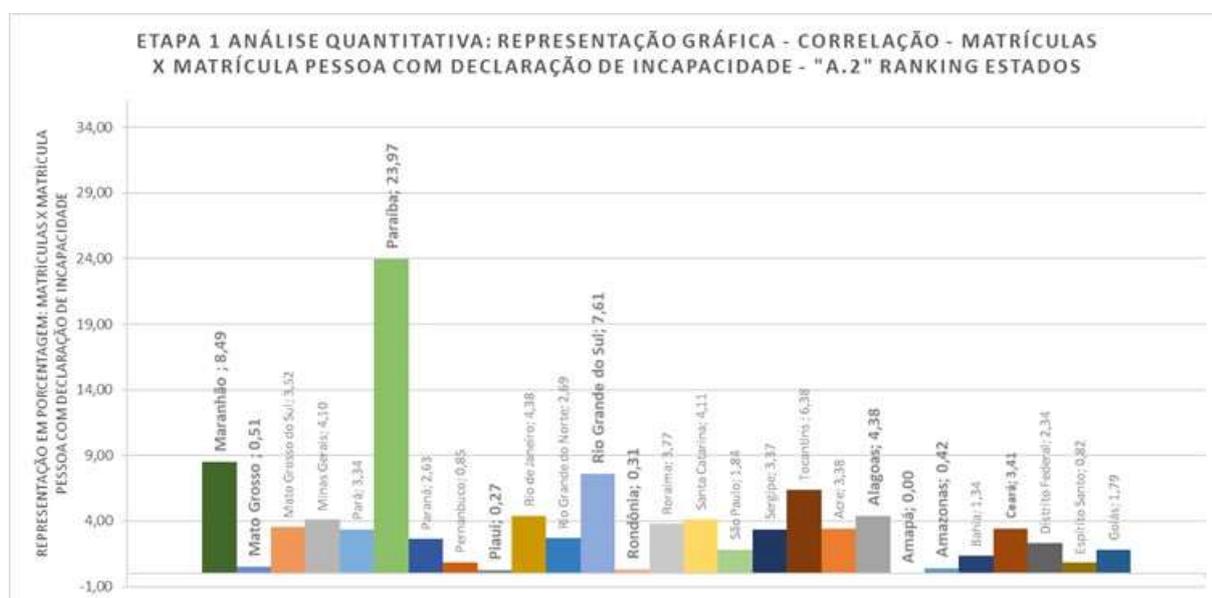
Para um complemento destas informações quanto às análises descritivas e estatísticas deste item, vide o apêndice relatório de trabalho, no qual são também apresentadas as representações gráficas em porcentagem de todas as variáveis por regiões.

Para justificar tecnicamente os dados obtidos, foram utilizadas técnicas metodológicas quantitativas, tais como: descrição estatística (encontrando-se um

desvio padrão de 0,34 e erro padrão de 0,06), bem como análise de significância, na qual foi identificado grau de liberdade ($gl=25$) sobre os pares ordenados apresentados ($n=27$), atendo-se a um nível de significância estatística de 99% ($\alpha=0,01$) chegou-se em $P\text{-valor}=0,31$ e $t=1,02$. Obtendo-se correlação de comunalidade entre as variáveis de 99%, numa correlação positiva de magnitude muito alta, ou seja, apresenta-se um dado com significância estatística e prática, eis que, quando a intensidade de uma variável aumenta, aumenta também a intensidade da outra.

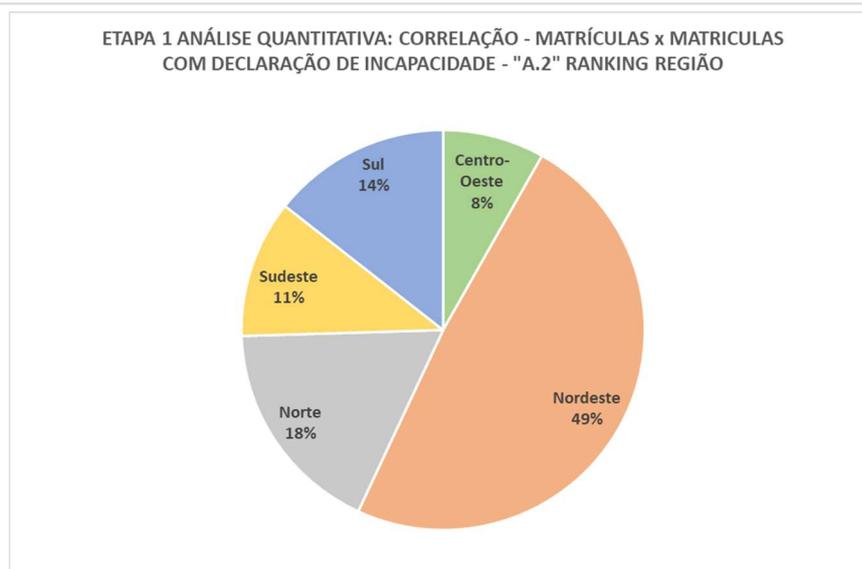
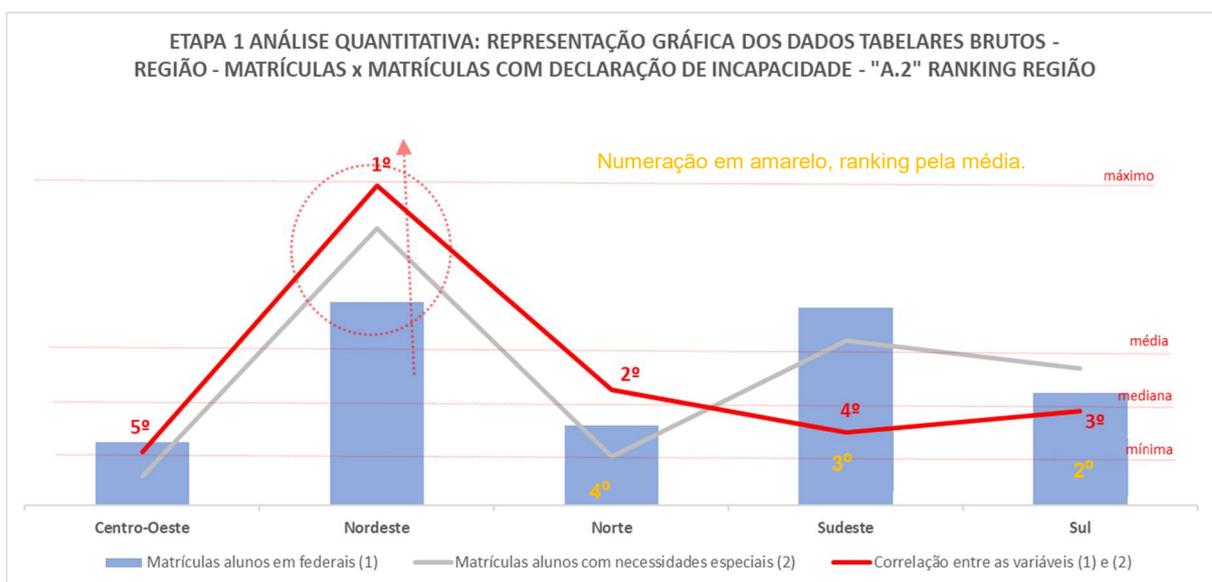
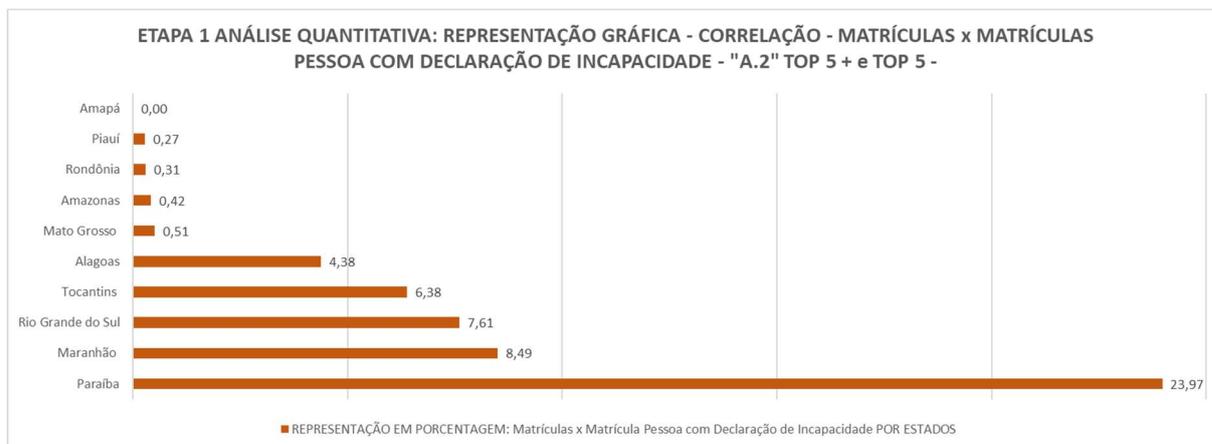
Já com relação ao item “a.2”, tem-se que, na correlação de alunos brasileiros matriculados nos cursos de graduação frente as matrículas de pessoas com diversidade funcional em nível de graduação, a Paraíba (1º) lidera o ranking de forma díspar em comparação com os demais, seguido por Maranhão (2º), Rio Grande do Sul (3º), Tocantins (4º), Alagoas (5º), apontando o estado de Mato Grosso (23º), Amazonas (24º), Rondônia (25º), Piauí (26º) e Amapá (27º) como os últimos do ranking.

Figura 10 - Representação Gráfica item "a.2" dos objetivos correlação por Estados (%)



Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Sinopse Ensino Superior 2011 - INEP).

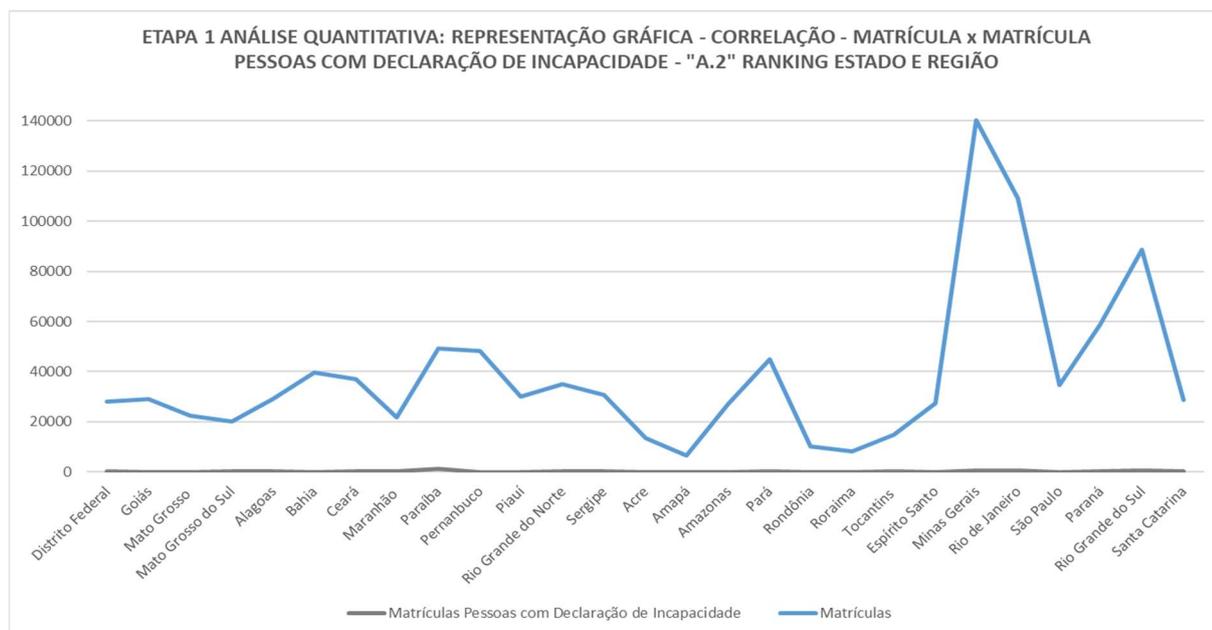
Figura 11 - Representação Gráfica item "a.2" dos objetivos (Top5)



Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Sinopse Ensino Superior 2011 - INEP).

Vale trazer aqui que, no universo total de matrículas em nível de graduação informadas no relatório do INEP de 2011 ora utilizado, as vagas destinadas e realmente utilizadas pelas pessoas com diversidade funcional representam muito pouco dentro dos dados obtidos, o que é demonstrado com o gráfico abaixo:

Figura 12 - Representação Gráfica item "a.2" dos objetivos comparação por Estados

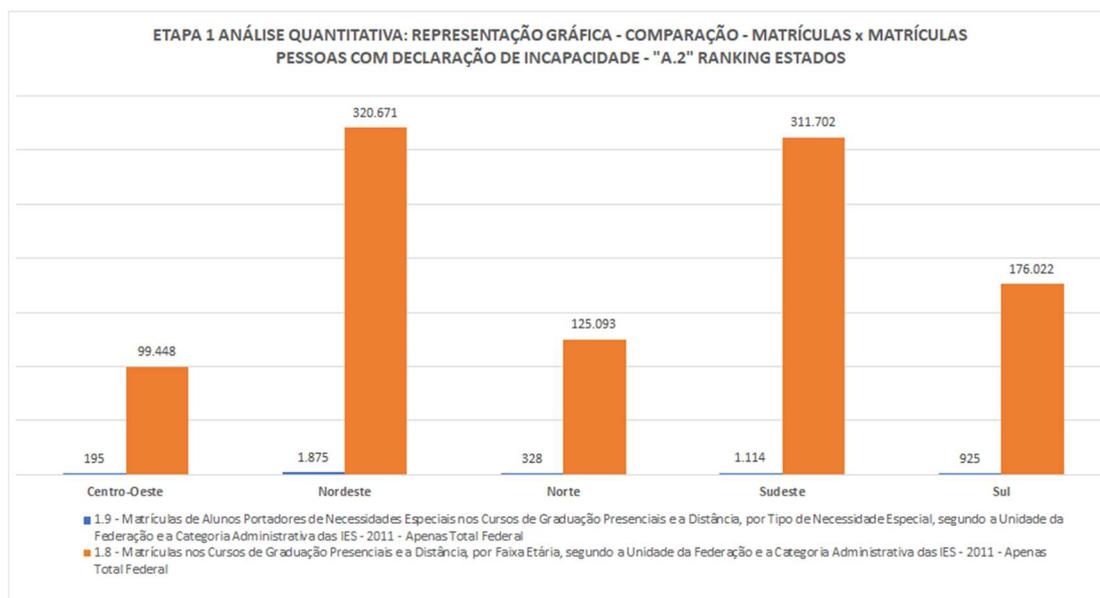


Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Sinopse Ensino Superior 2011 - INEP).

Observe-se que a linha representativa dos dados de matrícula das pessoas com diversidade funcional mal se desvincula da base do nível de mensuração inicial, o que nos leva a pensar quais são os motivos que impedem que as pessoas com alguma declaração de incapacidade aproveitem as vagas destinadas a elas, não apenas se matriculando, mas permanecendo, participando e, enfim, concluindo seu curso superior.

O mesmo ocorre quando são observados os dados por região, tendo a região Nordeste maior representatividade neste quadro de correlações, seguido pela região Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Já na comparação de dados brutos individualizados, é possível ver que este ranking se modifica:

Figura 13 - Representação Gráfica item "a.2" dos objetivos comparação por Região

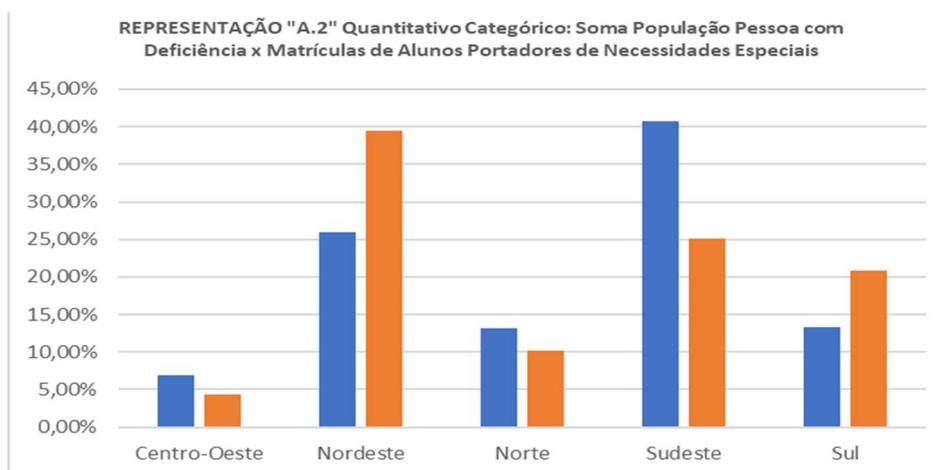


Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Sinopse Ensino Superior 2011 - INEP).

Em primeira análise de confrontamento de dados, dos itens "a.1" e "a.2", já é possível verificar que a região com maior índice quantitativo de pessoas com deficiência (pela correlação populacional), o Nordeste, é também a região com maior índice de acesso destes ao ensino superior, haja vista que em ambas as análises o Nordeste encabeça o ranking por região.

Observe-se no gráfico abaixo que as regiões Nordeste e Sul dispõem de maior número de alunos com diversidade funcional que pessoas autodeclaradas com alguma incapacidade.

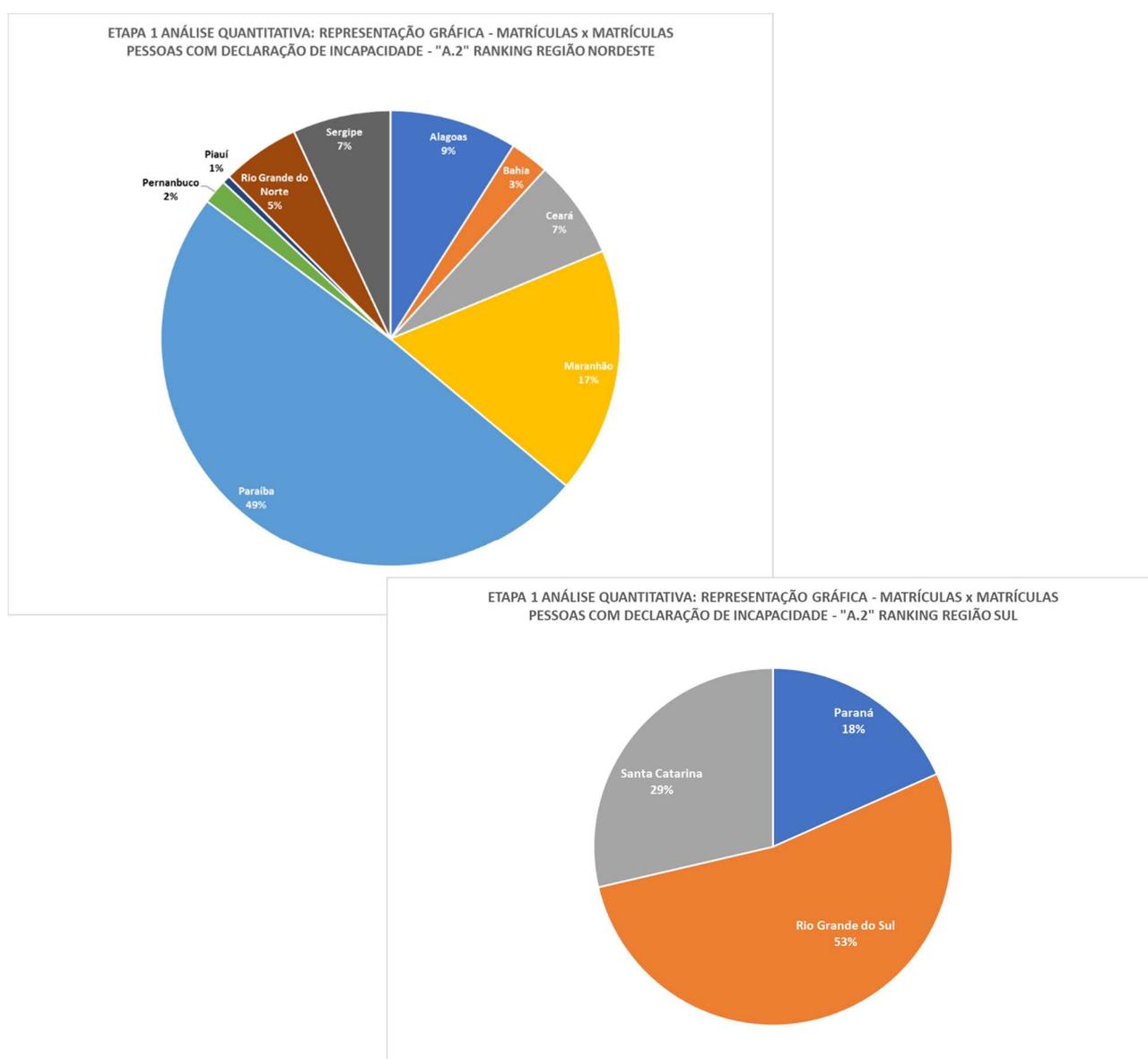
Figura 14 - Representação Gráfica comparação por região análises categorias itens dos objetivos "a.1" e "a.2"



Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Censo Demográfico 2010 - IBGE e Sinopse Ensino Superior 2011 - INEP).

Complementando a apresentação dos dados, pôde-se verificar junto ao apêndice 02B os demais gráficos da análise “a.2” demonstrando em percentil o espaço de cada estado dentro de sua região. Neste momento são apresentadas para comparação somente as representações gráficas das regiões Nordeste e Sul, levando-se em conta o acima descrito, bem como a informação de que os três primeiros estados indicados no Top5+ deste item de análise são a Paraíba, o Maranhão e o Rio Grande do Sul, conforme anteriormente comentado.

Figura 15 - Representação Gráfica item "a.2" dos objetivos (comparação Nordeste e Sul)



Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Sinopse Ensino Superior 2011 - INEP).

Preliminarmente, resta evidente que o Rio Grande do Sul, mesmo ocupando a 5º posição em número de pessoas com diversidade funcional pela autodeclaração, conforme figura 3 acima (e, apêndice 01); o 15º lugar na análise do item “a.1” (correlação população x população com declaração de incapacidade, apêndice 01); e a 3ª colocação na análise do item “a.2” (correlação matrículas x matrículas pessoa com declaração de incapacidade, apêndice 02); tem um aproveitamento muito inferior (7,61%) frente ao estado da Paraíba (23,97%) que ocupa o 1º lugar na análise do item “a.2” (correlação matrículas x matrículas pessoa com declaração de incapacidade, apêndice 02); o 2ª lugar na análise do item “a.1” (correlação população x população com declaração de incapacidade); e a 13ª colocação em número de pessoas com diversidade funcional pela autodeclaração.

Isso denota uma necessária e grande possibilidade de melhora na inclusão das pessoas com diversidade funcional, eis que um estado representativo em população de pessoas com alguma declaração de incapacidade (pela correlação populacional) demonstra ser possível este caminho; sendo importante que os cinco estados mais populosos pela autodeclaração de incapacidade citados se espelhem na Paraíba para providenciar mudanças que aproximem, ao menos em números, as oportunidades de uma verdadeira inclusão. Veja-se o gráfico abaixo:

Figura 16 - Representação Gráfica item "a.2" dos objetivos comparação por Estados



Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Sinopse Ensino Superior 2011 - INEP).

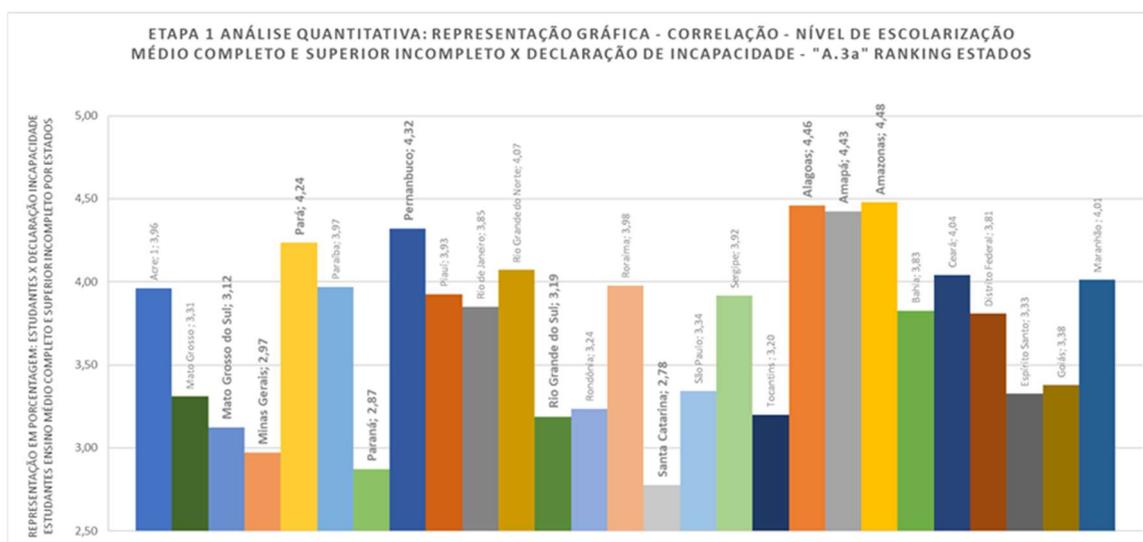
Pela observação direta da figura acima, é óbvia a proximidade de ações para a inclusão das pessoas com diversidade funcional dos estados da Paraíba (em maior escala) e do Rio Grande do Sul (em menor escala), conforme já foi comentado.

Porém, é possível notar nesta mesma imagem, pela progressão de comparação de alunos efetivamente matriculados no ensino superior (correlação total de matrículas e matrículas de pessoas com declaração de incapacidade), a ausência de ações provenientes de estados como Amapá, Piauí, Rondônia e Amazonas. Assim, com exceção do Piauí (Nordeste), os demais estados (Norte) demonstram uma clara debilidade ao pensar em inclusão no ensino superior das pessoas com diversidade funcional, levando-nos a questionar o porquê desta discrepância.

Por fim, deste item de análise, os dados apresentados foram testados metodologicamente, tal qual item anterior, obtendo-se um mínimo de “zero” e um máximo de 8,49% de oscilação em ações para inclusão no ensino superior de pessoas com diversidade funcional, com uma média de 2,92% e uma mediana de 3,01% aplicados aos estados brasileiros. Ainda, em descrição estatística: encontrou-se um desvio padrão de 0,13 e erro padrão de 0,06; utilizando-se os mesmos padrões para análise de significância: grau de liberdade ($gl=25$) sobre os mesmos pares ordenados ($n=27$); a um nível de significância estatística de 99% ($\alpha=0,01$) obtendo-se P-valor=0,52 e $t=0,71$, numa correlação de comunalidade entre as variáveis de 66%, numa correlação positiva de magnitude alta. Ou seja, apresenta-se um dado com menor significância estatística do que a análise anterior; porém, com significância prática, já que neste quesito também se observa que, quando a intensidade de uma variável aumenta, aumenta também a intensidade da outra.

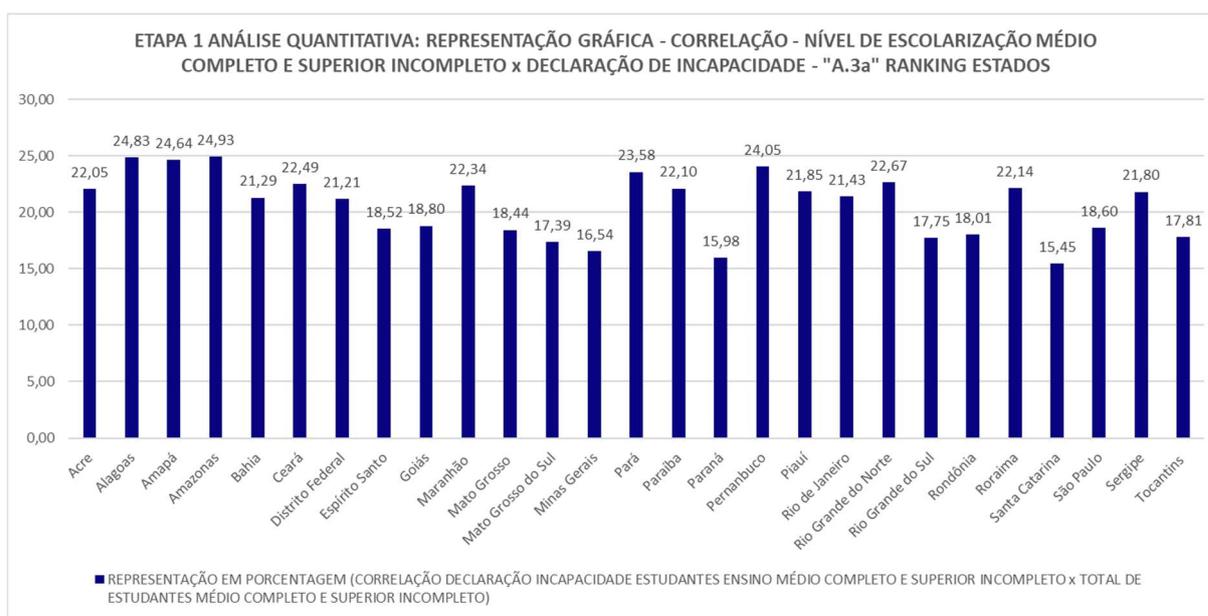
Ainda, com relação ao item “a.3”, correlação do nível de escolarização e declaração de incapacidade por Estado, na subanálise de nível médio e superior incompleto “a.3.a”, tem-se que o Norte e o Nordeste lideram o ranking de análise com o Amazonas em 1º lugar, seguido por Alagoas (2º), Amapá (3º), Pernambuco (4º) e Pará (5º), sendo que a região Sul está toda ela entre os últimos da lista, apresentando o Rio Grande do Sul como 23º, Mato Grosso do Sul (24º), Minas Gerais (25º), Paraná (26º) e Santa Catarina (27º).

Figura 17 - Representação Gráfica item "a.3.a" dos objetivos correlação Estados (%)



Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Censo Demográfico 2010 - IBGE).

Figura 18 - Representação Gráfica item "a.3.a" dos objetivos comparação por Estados (%)



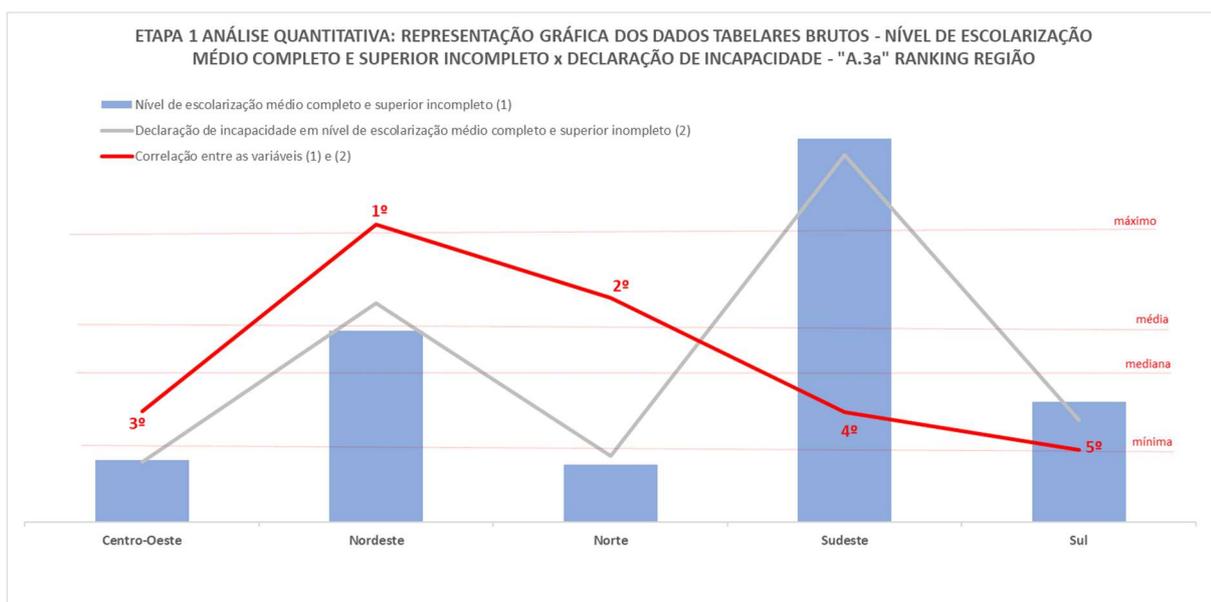
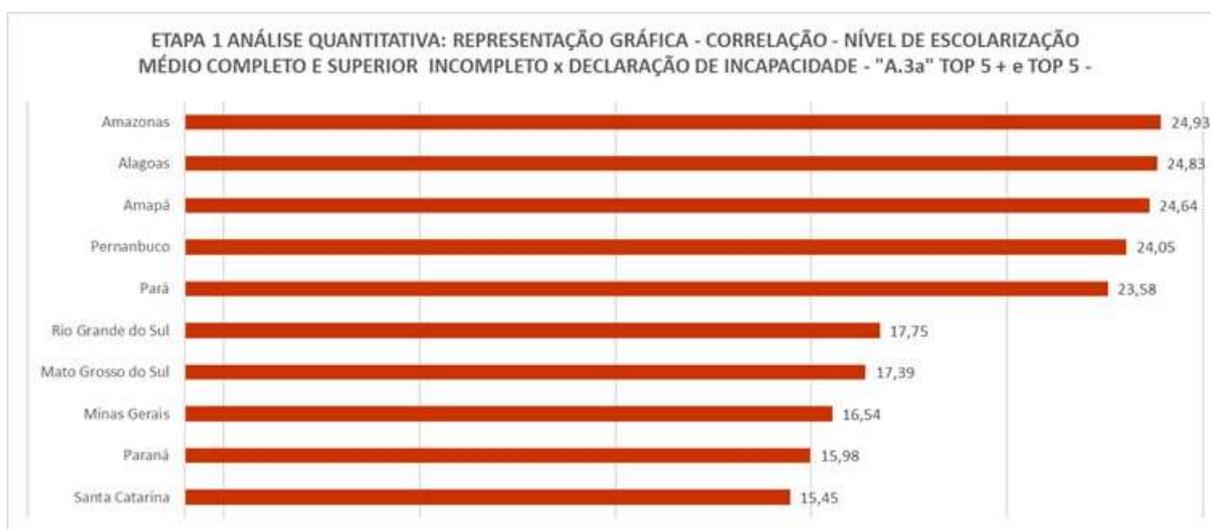
Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Censo Demográfico 2010 - IBGE).

A oscilação de dados encontrada varia de 15,45% a 24,93% dentro da região, fazendo contrastar os estados de Santa Catarina (com menor desempenho) e o Amazonas (com melhor desempenho) neste tópico de análise.

Estatisticamente, utilizando-se da porcentagem proveniente desta correlação de análise ("a.3.a") encontramos um valor mínimo de 2,78%, numa média de 3,70%, bem próximo da mediana de 3,85%, além de um valor máximo de 4,48%, conforme apêndice.

Observe-se que o Norte, mais especificamente os estados do Amapá e do Amazonas, que, na análise anterior (item “a.2”), posicionaram-se em 27º e 24º, respectivamente, na correlação total de matrículas e matrículas de pessoas com declaração de incapacidade, demonstram ter uma atitude silente com relação a ações de inclusão no ensino superior da pessoa com diversidade funcional. Neste novo olhar, estão entre os cinco primeiros estados com maior número de autodeclaração de nível de escolarização (nível médio completo e superior incompleto, item “a.3.a”), a saber: Amazonas (1º), Alagoas (2º), Amapá (3º), Pernambuco (4º) e Pará (5º), explicando em certa medida as discrepâncias anteriormente apontadas no item “a.2”.

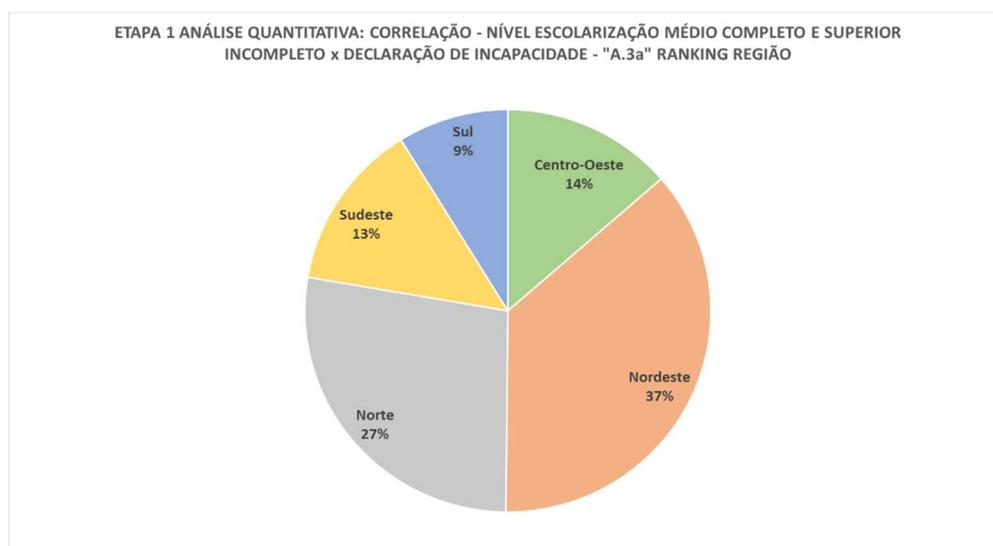
Figura 19 - Representação Gráfica item "a.3.a" dos objetivos (Top5)



Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Censo Demográfico 2010 - IBGE).

No apêndice relatório de trabalho poderão ser observados gráficos desta análise em porcentagem do espaço representativo de cada estado dentro das regiões brasileiras. Demonstra-se abaixo a discrepância encontrada entre as regiões Nordeste (37%) e Sul (9%):

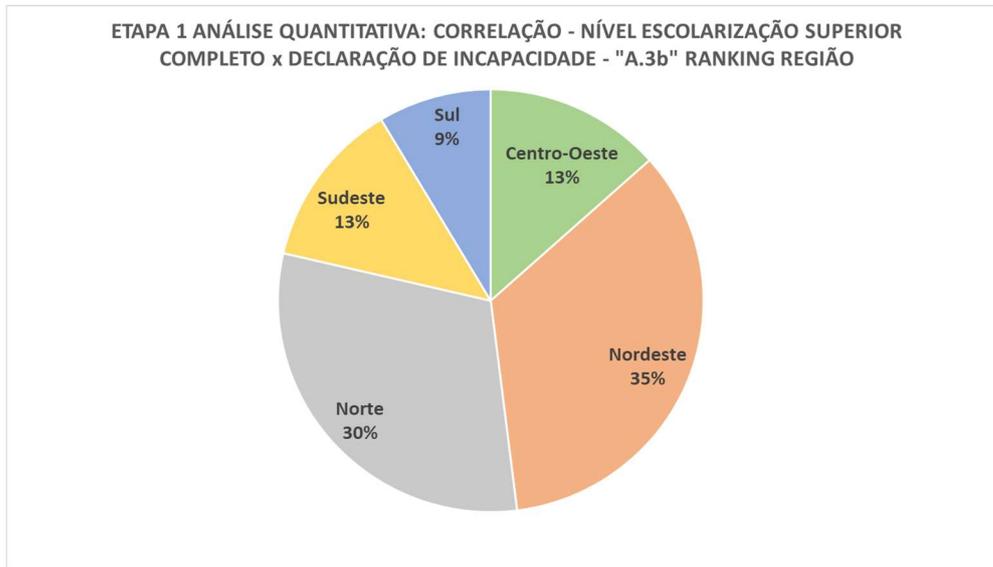
Figura 20 - Representação Gráfica item "a.3.a" dos objetivos por Região (%)



Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Censo Demográfico 2010 - IBGE).

No mesmo item "a.3", na subanálise da correlação do nível de escolarização e declaração de incapacidade por Estado em nível superior completo "a.3.b", tem-se que o Norte lidera o ranking novamente, seguindo os parâmetros da análise anterior, agora com os estados do Amazonas (1º), Amapá (2º), Acre (3º) e Pará (4º), bem como o Nordeste, com o Maranhão (5º). Novamente, a região Sul, representada pelos estados de Santa Catarina (27º) e Paraná (26º) estão entre os cinco últimos listados, juntamente com a região Sudeste com o estado de Minas Gerais (25º) e o Espírito Santo (23º), além do estado do Mato Grosso do Sul (24º) da região Centro-Oeste.

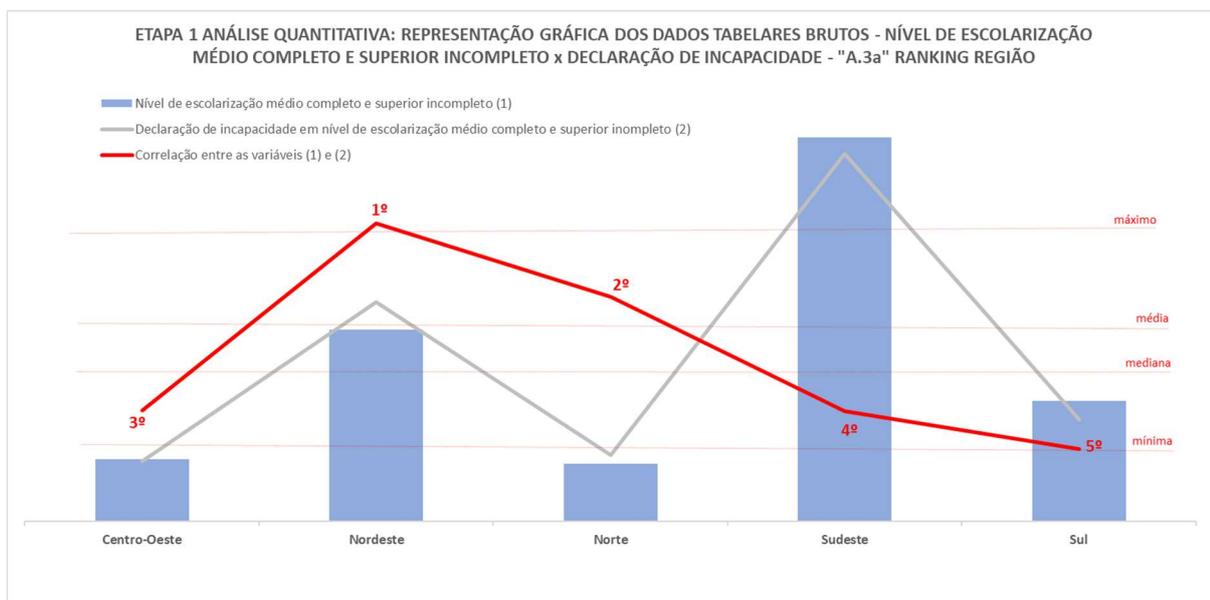
Figura 21 - Representação Gráfica item "a.3.b" dos objetivos por Região (%)

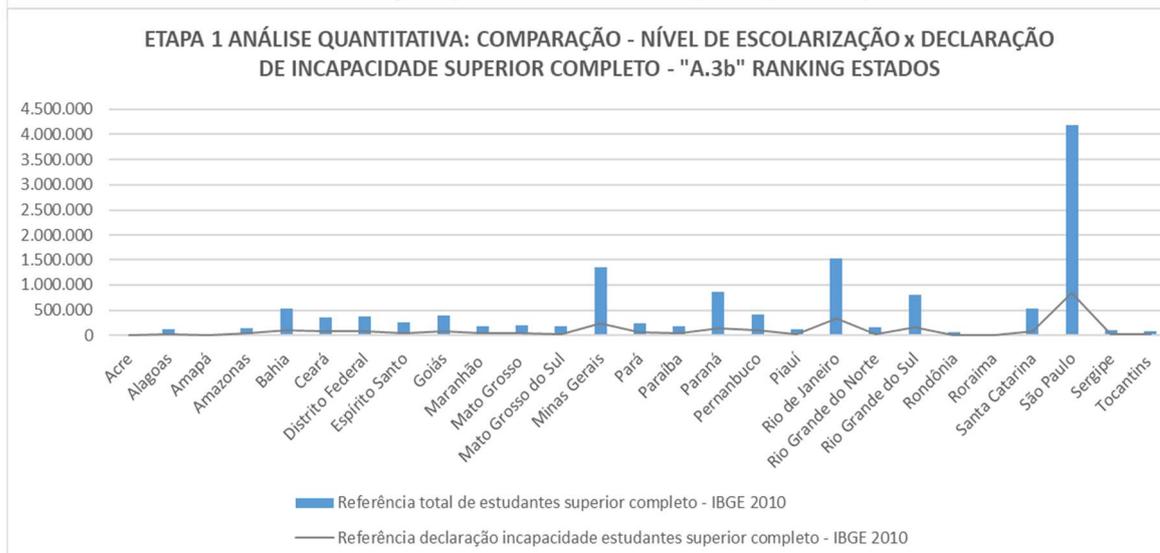
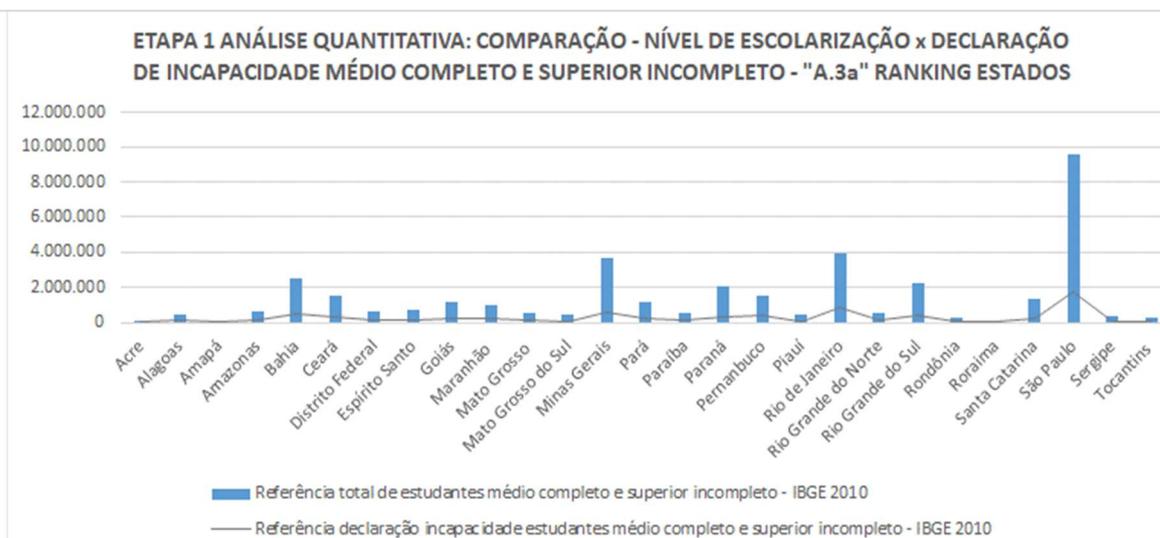
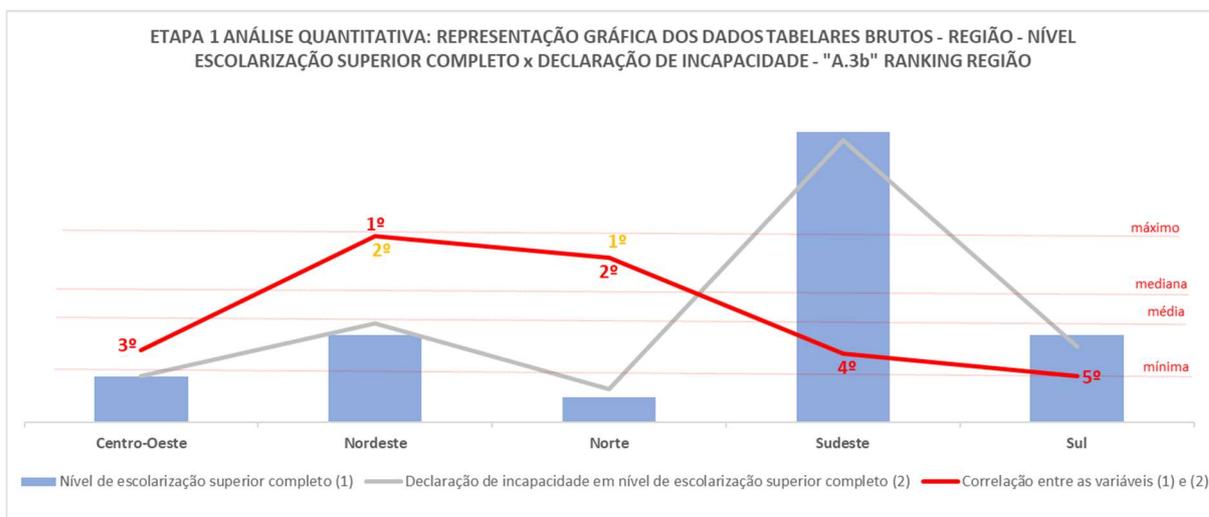


Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Censo Demográfico 2010 - IBGE).

Apontando-se apenas por complementação, como representação da experiencição de vivência desta pesquisadora, que o estado do Rio Grande do Sul está na 22^o posição, denotando que o esforço em prezar por ações de inclusão no ensino superior, demonstrado na análise "a.2", conforme figura 10, não está sendo efetivo como no estado do Amazonas, por exemplo, quando das análises neste item "a.3" em ambos os subtópicos.

Figura 22 - Representação Gráfica enfrentamento dados "a.3.a" e "a.3.b" dos objetivos





Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Censo Demográfico 2010 - IBGE).

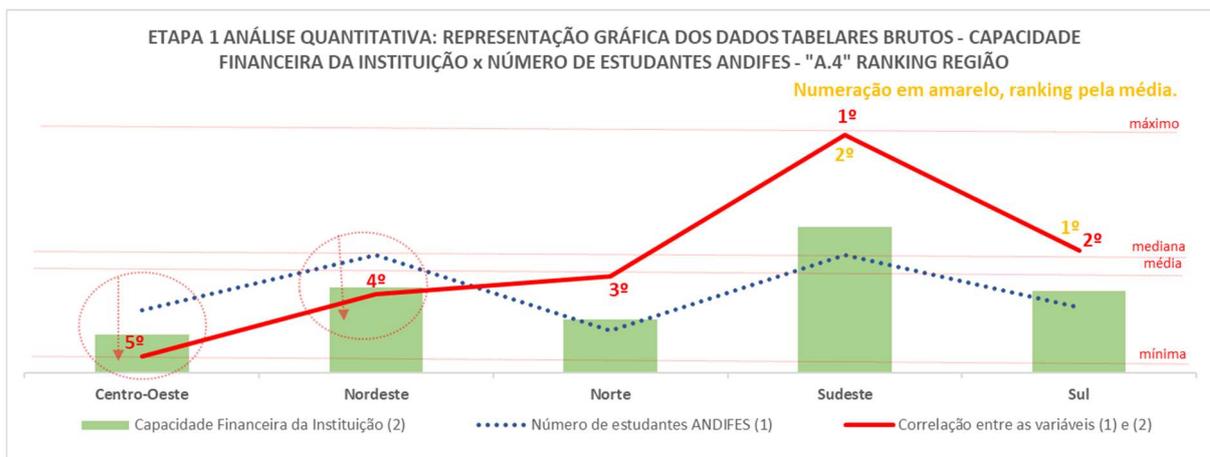
O enfrentamento dos dados encontrados nas subanálises “a.3.a” e “a.3.b” denotam grande similaridade no ranqueamento dos estados brasileiros, tudo como se pode verificar na figura 15, acima. O que pode ser comprovado com a comparação de dados estatísticos de ambas as análises, eis que utilizando-se da porcentagem proveniente desta correlação de análise (“a.3.a”) encontrou-se um valor mínimo de 2,78%, numa média de 3,70%, bem próximo da mediana de 3,85%, além de um valor máximo de 4,48%, conforme apêndice 03B. Neste momento (ainda na correlação “a.3.b”), podemos observar um valor mínimo de 2,62%, na mesma margem de média, com a mediana levemente mais baixa, indicada em 3,61%, e um valor máximo maior que o encontrado anteriormente, em 5,12%.

Por todo o exposto até aqui, concernente à análise “a.3” em sua totalidade, verifica-se que a região Nordeste figura como 1º lugar na análise da correlação entre os itens “a.1 e a.2”, apresentando maior índice quantitativo (pela correlação populacional) de pessoas com diversidade funcional no ensino superior, sendo este acesso inclusivo e efetivo, pois aponta um grande aproveitamento na permanência dessas pessoas na comunidade escolar quando se observam as respostas obtidas nesta fase de análise quantitativa de dados.

Passando-se para nova análise, do item “a.4”, com relação à capacidade financeira das universidades federais brasileiras, foram utilizados os dados da Sinopse de Educação Superior INEP 2016, Relatórios de Gestão do TCU 2010 e o relatório de perfil socioeconômico e cultural dos estudantes ANDIFES 2011. Dessa forma, foram encontradas 54 (cinquenta e quatro) universidades para análise (vide apêndice 05 para observação da tabela bruta de dados).

Desta análise, o Nordeste (1º), novamente, lidera o ranking de maior custo corrente por aluno, apontando uma média de R\$ 12.550,41 para 199.480 alunos, fechando em R\$ 62,91 por aluno de custo corrente (sem cotação de despesas com hospital universitário), levando-se em conta 13 instituições contabilizadas, contra a região Centro-Oeste (5º) que recebeu numa média R\$14.688,01 para 105.830 alunos, perfazendo o valor de R\$ 138,79 por aluno de custo corrente (nas mesmas condições), contando com 4 instituições apontadas para análise.

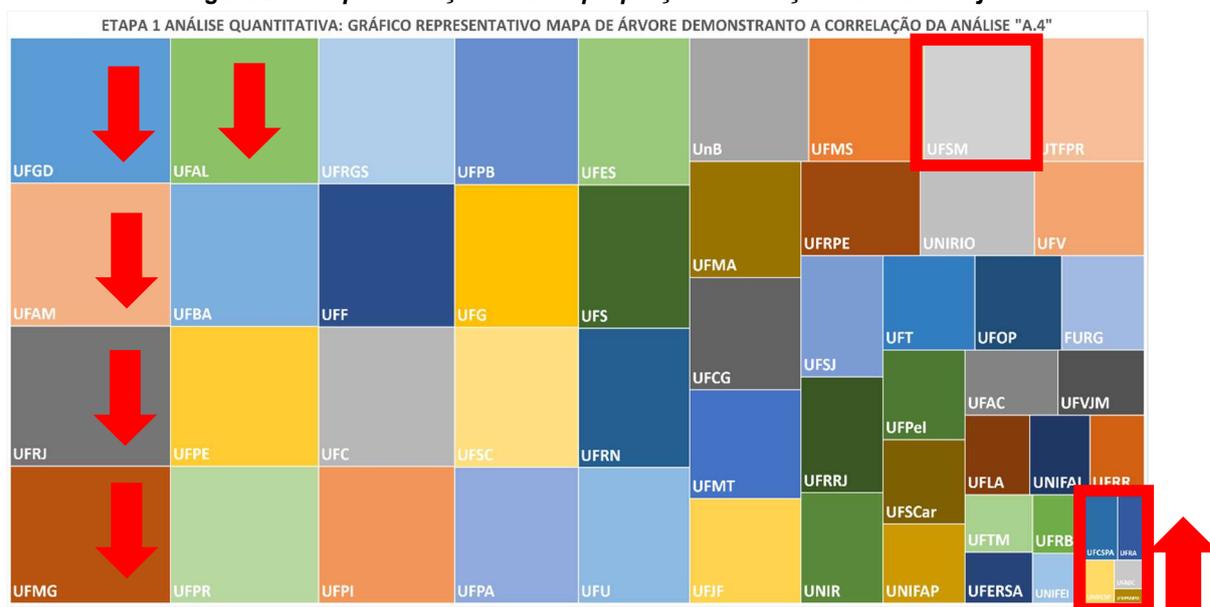
Figura 23 - Representação Gráfica item "a.4" dos objetivos por Região (%)



Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Andifes, 2011 e TCU, 2010).

Para uma visualização e melhor compreensão do que é aqui demonstrando, um gráfico mapa de árvore é apresentado com as proporções da correlação entre avaliação da capacidade econômica da instituição distribuída entre o número de alunos cadastrados nestas universidades federais:

Figura 24 - Representação Gráfica proporção correlação "a.4" dos objetivos



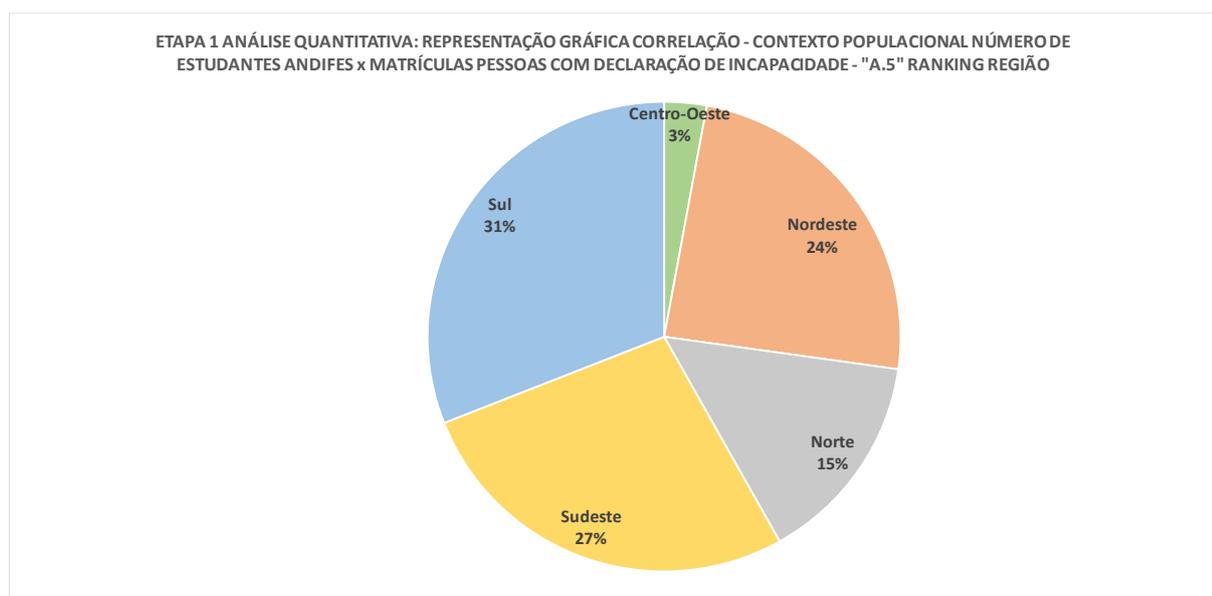
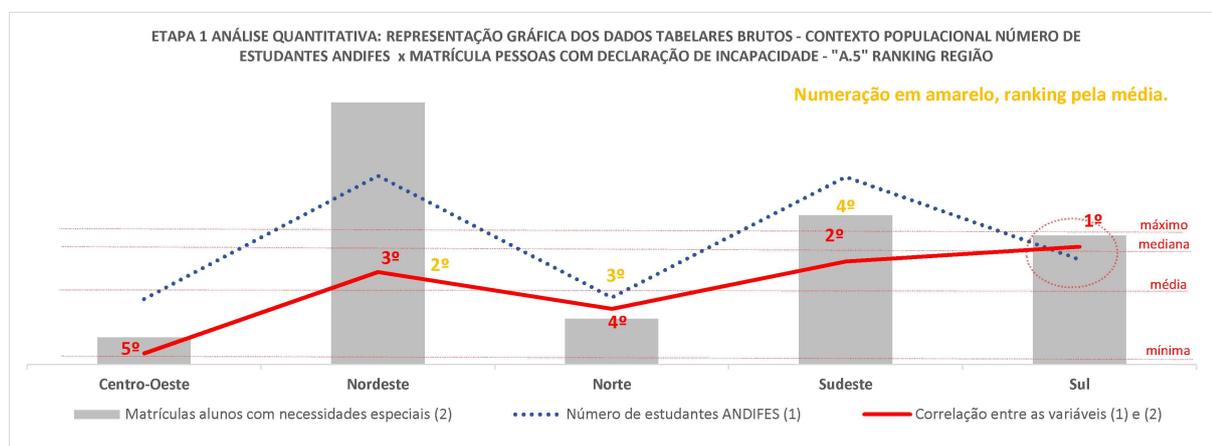
Setas em vermelho indicam a saturação financeira, podendo ser positiva ou negativa. O tamanho da caixa no mapa de árvore é relativo a proporção populacional. A UFMS está mais próxima da saturação negativa financeira pela relação estudantes x capacidade financeira, estando no ranking no 33º lugar nesta análise.

Fonte: Autora, 2017. (Elaborado com base em: Sinopse Educação Superior INEP 2016, Relatórios TCU 2010 e Relatório Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras ANDIFES 2011).

Desta forma, passamos ao último item de análise quantitativa inicial para que sejam elegidas as Universidades Federais a serem observadas neste estudo empírico, nominadas pela análise correlacional "a.5" (matrícula das pessoas com diversidade funcional por região, frente ao número de estudantes indicados no relatório de perfil socioeconômico e cultural dos estudantes ANDIFES 2011).

No ranking por região, mais uma vez, o Nordeste está em 1º lugar na análise de contexto populacional (correlação do número de estudantes das instituições x matrículas alunos com diversidade funcional, valor do estado distribuído entre as instituições indicadas para análise), seguido pelo Sudeste, Sul, Norte e Centro-Oeste.

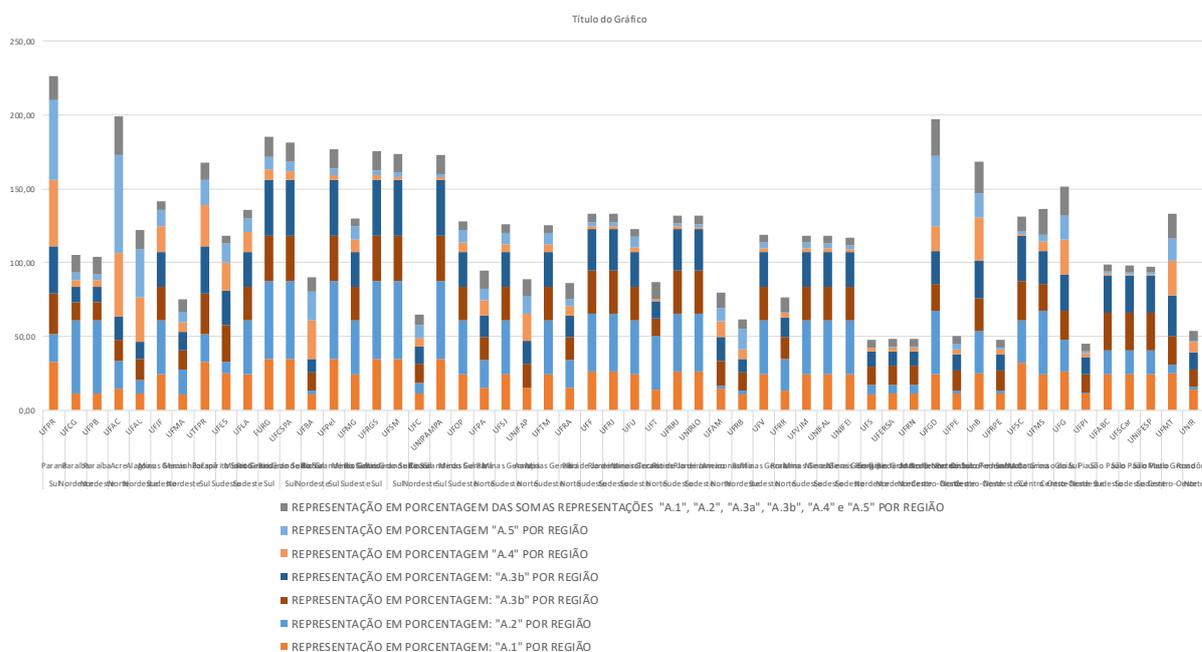
Figura 25 - Representação Gráfica proporção correlação "a.5" dos objetivos



Fonte: Autora, 2018. (Elaborado com base em: Sinopse Educação Superior INEP 2011 e Relatório Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras ANDIFES 2011).

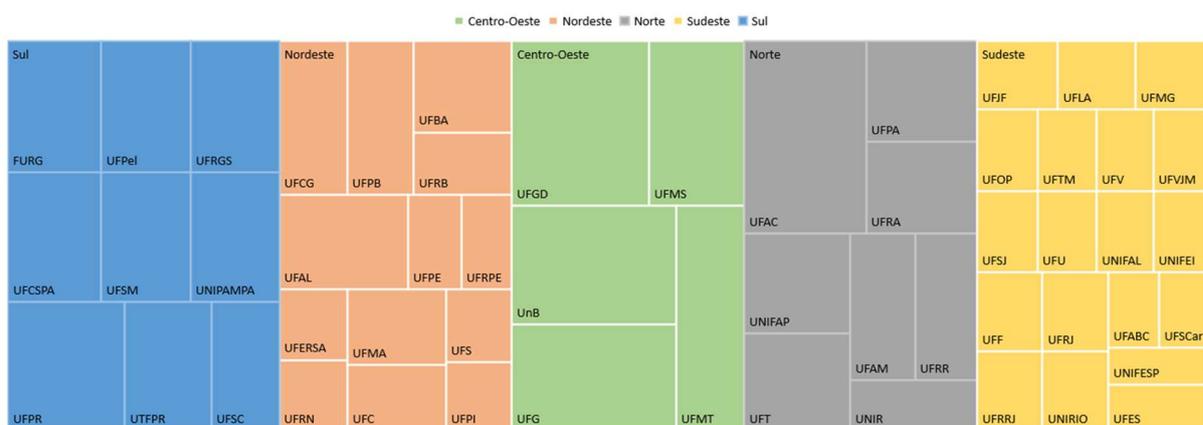
Abaixo, os gráficos demonstram a reunião dos pontos analisados, apresentando um parâmetro 'criado' para comparação entre elas, das somas das proporções encontradas nos resultados de cada análise anterior:

Figura 26 - Representação gráfica para comparação das universidades observadas sob parâmetro criado da reunião das análises "a.1" a "a.5"



Nesta observação a UFSM está em 17º lugar no ranking no cotejo geral das análises e em 6º lugar quando comparado com as demais instituições federais da região Sul. Abaixo se pode ver a questão da proporção final das análises, separados por Estados e Regiões brasileiras.

ETAPA 1 ANÁLISE QUANTITATIVA: REPRESENTAÇÃO GRÁFICA MAPA DE ÁRVORE CORRELAÇÃO - SÍNTESE DOS DADOS SECUNDÁRIOS QUANTITATIVOS CATEGÓRICOS



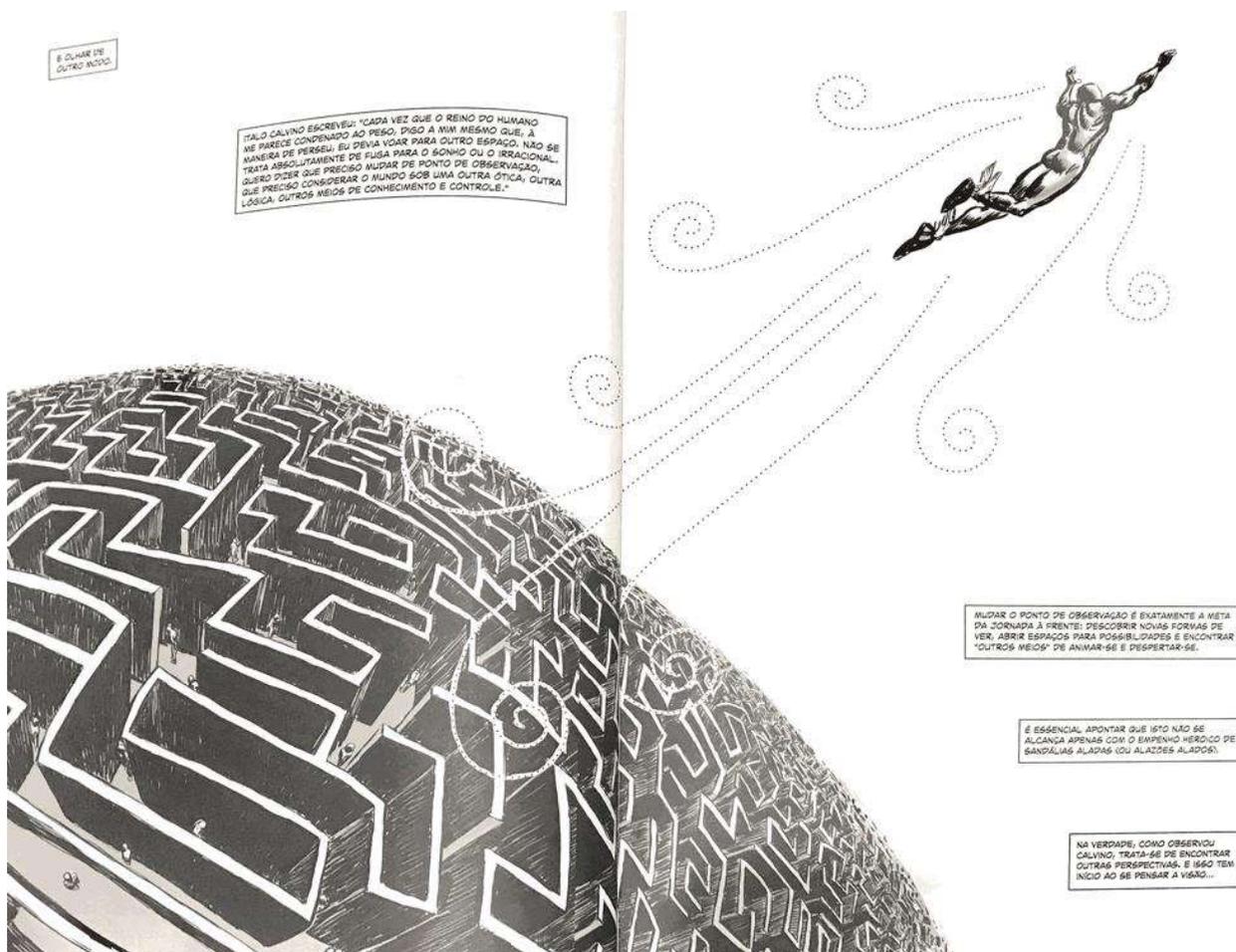
Fonte: Autora, 2018.

Destarte, pelo recorte das análises acima ("a.1" a "a.5") do objeto empírico (universidades federais brasileiras), a partir do bojo normativo existente, atentando-se

à necessidade de efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional para além da inclusão na comunidade escolar, assegurando-se a participação plena e efetiva destes, o que, pelo Censo do IBGE de 2010 e as ponderações analíticas quantitativas apresentadas até aqui, torna-se possível afirmar que parece haver ainda muito o que fazer para realmente garantir a permanência, participação e aprendizagem real dentro de um sistema educacional inclusivo.

2 DOS OBSTÁCULOS E DAS PERSPECTIVAS DA EDUCOMUNICAÇÃO PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DIVERSIDADE FUNCIONAL

Figura 27 - Trecho história em quadrinho (HQ) Desaplanar: "trata-se de encontrar outras perspectivas"



(SOUSANIS, 2017, p.26-27)

Novamente tentando pensar diferente para alçar novos voos, trilhando novos caminhos, é descrita a seguir a trajetória da pesquisa empírica com levantamento de dados primários.

2.1 DA SOCIEDADE EM QUE SE VIVE E DOS REFLEXOS PARA AS PESSOAS COM DIVERSIDADE FUNCIONAL

Este subitem apresenta premissas que levam em conta a sociedade em que vivemos, que mesmo estando em constante transformação, transcendendo no tempo e no espaço, constantemente significando e recriando seu próprio meio, na esfera

física e, atualmente, também virtual, perpassam a sociedade da informação, num contexto de abundância de geração de informações para comunicação de conhecimentos, inseridas num contexto de modo de produção capitalista (maximização do lucro) e estatista (maximização do poder).

Perpassa também a sociedade do conhecimento, que visa transformar informação em produto, sendo este componente principal de qualquer atividade econômica e conseqüentemente de poder; baseado no novo modo de desenvolvimento, o informacional, cuja fonte de produtividade é a própria tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento de informação e de comunicação de símbolos.

O poder está justamente no controle do resultado da partilha coletiva de significados das coisas, tendo em vista que o conhecimento é necessariamente construído em sociedade, agora em rede, sendo que estas constituem a nova morfologia de nossas sociedades.

E, é aqui que o sujeito deve se ver apto, pois nesta nova lógica de difusão pelas redes, que permite a modificação de operações e de resultados dos processos produtivos, de experiência, poder e cultura, tem-se a necessidade de contra-atacar, avaliando o que é posto como valor e refletindo sobre estes mesmos significados postos, fazendo valer sua voz dentro desta nova concepção de organização social.

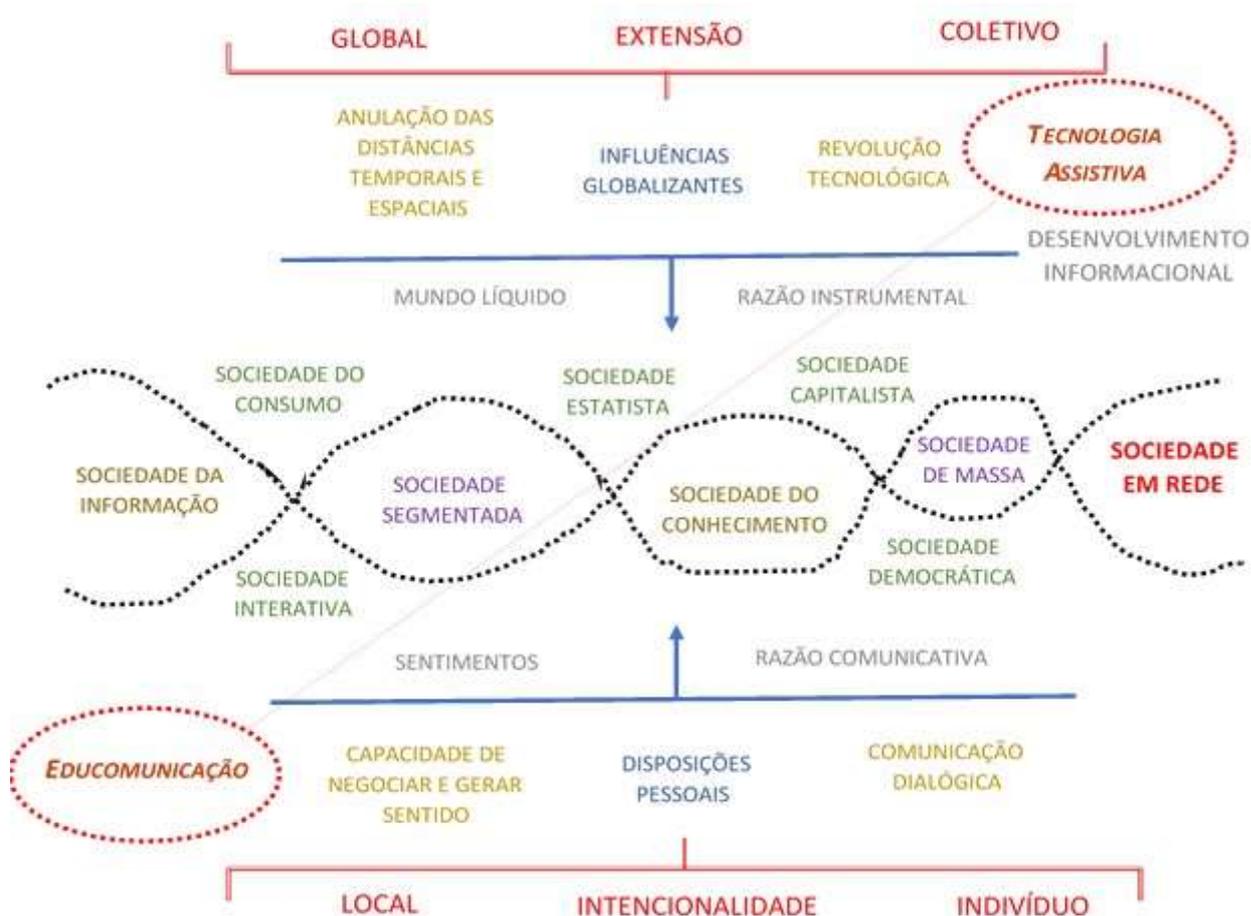
As ponderações acima partem da discussão elaborada quando da dissertação de mestrado em extensão rural²¹, no capítulo II daquela pesquisa, quando tratado sobre a que sociedade pertencemos, tendo como base os autores Castells, Giddens, Baumann, Habermas, Soares, entre outros, revisitados nesta pesquisa, com autores como Galimberti, Negri, Hardt, Foucault, Agamben e Palacios e Romañach. Isso foi feito para enquadrar a temática ora desenvolvida dentro do mesmo escopo de premissas conceituais iniciais e evoluir os pensamentos, para incluir, agora, a ideia da educomunicação – não como disciplina, ponto ali abordado – mas, como metodologia estratégica passível de ser reconhecida como tecnologia assistiva.

Abaixo é apresentado um ensaio esquemático dos conceitos norteadores desta pesquisa, no qual a educomunicação é enquadrada como tecnologia assistiva próxima das ideias de Habermas para a comunicação dialógica e capacidade de negociar

²¹ Estudo de minha autoria, realizado na pesquisa monográfica, intitulada: “Práticas Educomunicativas no Contexto Escolar: Obstáculos e Perspectivas”, com a orientação do Prof. Clayton Hillig (HOPPE, 2016).

sentidos, através do agir comunicativo. Fazendo frente, próximo das composições de Giddens, à crescente interconexão entre dois extremos, da extensão e da intencionalidade, ou ainda, das influências globalizantes de um lado e disposições pessoais de outro, que também podem ser observadas nas teses de Bauman.

Figura 28 - Ensaio esquemático desenvolvendo o contexto temático: educomunicação como tecnologia assistiva na sociedade em rede



Fonte: Autora, 2018. (Revisitando CASTELLS, GIDDENS, BAUMANN, HABERMAS, SOARES entre outros)

Conceitualmente, o potencial da educomunicação como tecnologia assistiva fica saliente quando da percepção de que se fala em uma estratégia para a mudança no pensar e agir, refletindo uma necessária mudança cultural de respeito e reconhecimento do outro, de liberdade com relação ao significado do que é tido como valor numa sociedade, bem como da potencialidade de criar autonomia quando do

desenvolvimento de ações educomunicativas. Premissas formuladas no desenvolvimento de pesquisas com o tema da educomunicação como disciplina em formação na dissertação de mestrado em extensão rural, citada anteriormente, e em artigo na especialização em mídias na educação, como prática metodológica, ambas pela Universidade Federal de Santa Maria. As ideias ali expostas são revisitadas e complementadas agora, para pensar na instrumentalização da educomunicação como tecnologia assistiva.

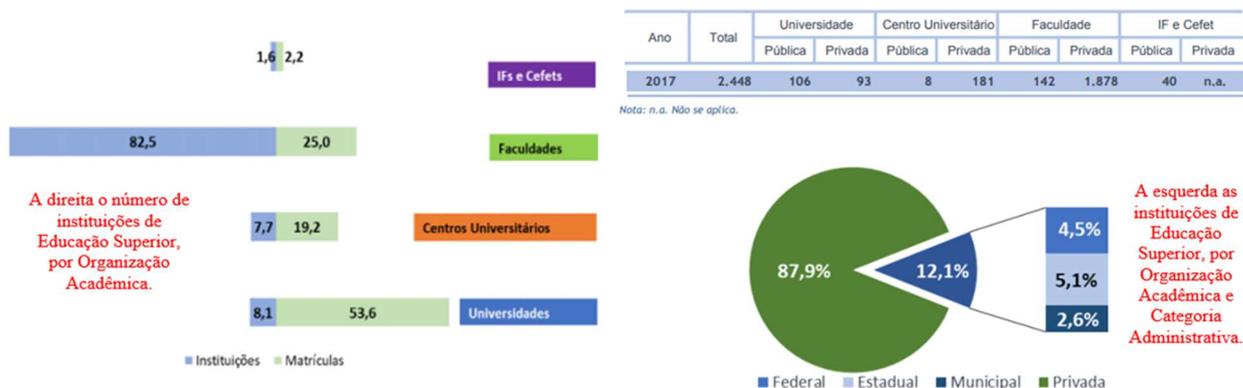
Esses estudos são feitos justamente porque existe a necessidade de um desenvolvimento de meios e métodos para a inclusão das pessoas com diversidade funcional, sendo a educomunicação como tecnologia assistiva uma forma possível de tratar tal demanda, levando em conta as etapas das práticas educomunicativas: a) integrar às práticas educativas o estudo sistemático dos sistemas de comunicação; b) criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos; e, c) melhorar o coeficiente expressivo e comunicativo das ações educativas, conforme já referido anteriormente (SOARES, 2004a).

Assim, numa contextualização quantitativa da temática preliminar, temos a informação de que as universidades existentes no Brasil equivalem a 8,1% do total de Instituições de Educação Superior (IES), concentrando 53,6% das matrículas da educação superior, sendo que destas apenas 0,5% são de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil, conforme dito anteriormente citando o Censo da Educação Superior de 2017 (INEP). Isto, de um universo de 23,9% da população brasileira, representando, há época, 45,6 milhões de pessoas que declararam ter pelo menos uma das deficiências investigadas, tal qual a indicação pelo Censo de 2010 (IBGE).

Números que, aliados aos metadados de acompanhamento do PNE Brasil, indicam que, mesmo havendo universalização do ensino superior, o mesmo não corresponde qualitativamente aos critérios de uma educação inclusiva, até porque inexistente expressamente nas metas do PNE a abrangência do direito à educação inclusiva no ensino superior, conforme já explanado.

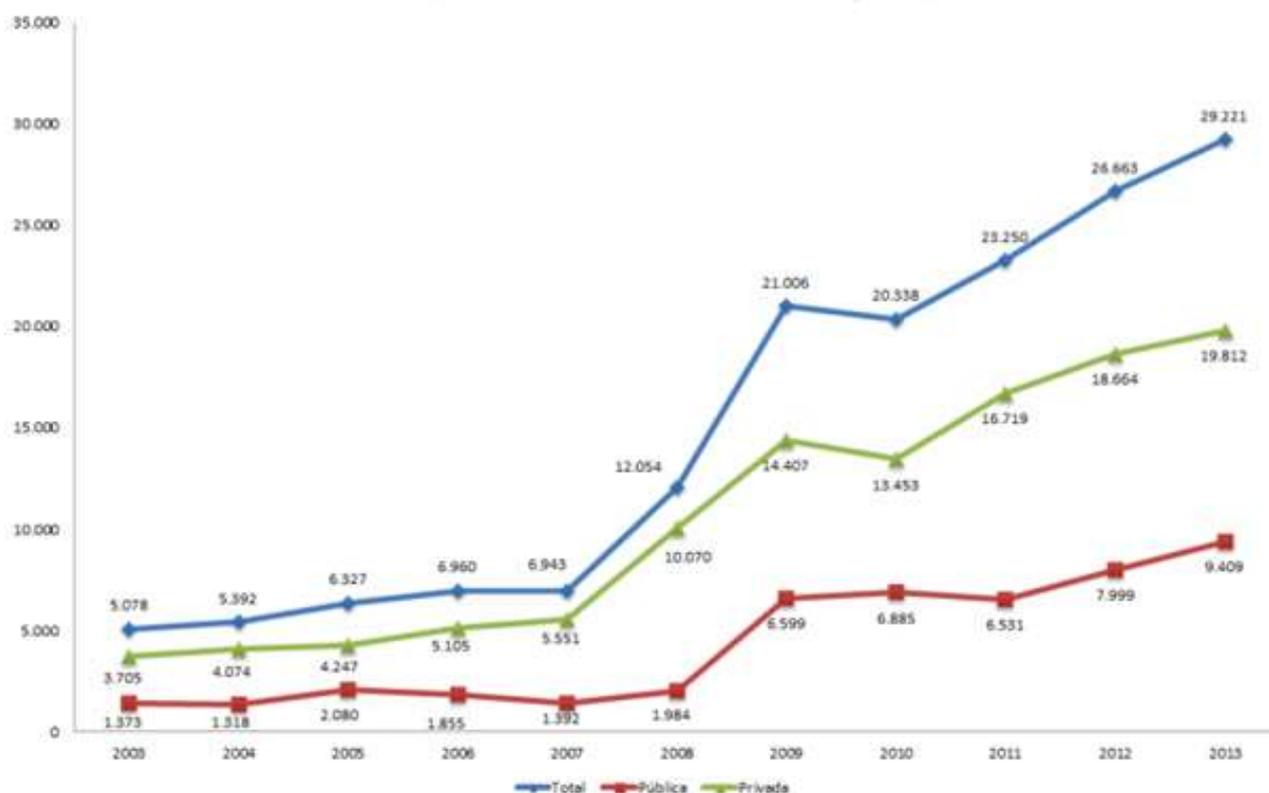
Observe os infográficos reproduzidos abaixo para uma melhor compreensão de contexto introdutório:

Figura 29 - Infográfico de contextualização introdutória da representação das instituições públicas federais brasileiras



Fonte: Compilação Censo da Educação Superior MEC/INEP, 2017.

Figura 30 - Infográfico de contextualização introdutória quanto ao acesso das pessoas com deficiência na Educação Superior



Fonte: Censo Escolar MEC/INEP, 2015.

A mera confrontação dos dados brutos indicados acima corrobora a premissa anteriormente levantada de que existe um crescimento do acesso no ensino superior

público federal – recorte empírico desta pesquisa – que, em 2003, representava 27% e, em 2016, passou a 32%, ou seja, apenas 5% de aumento em treze anos (MEC, 2018), sendo esta uma evidência clara da exclusão das pessoas com diversidade funcional, o que torna necessário o aprofundamento teórico qualitativo para refletir sobre os dados quantitativos tratados até então.

A pesquisa trabalha com a clara identificação de que com a expansão da sociedade em rede, a partir da difusão da internet aos ambientes públicos e privados, criou-se uma relação direta entre o acesso às tecnologias de informação e comunicação e o exercício de direitos fundamentais, como o direito à educação.

Contudo, para que seja garantida uma educação inclusiva às pessoas com deficiência, é necessário que essas instituições educacionais sejam adequadas às suas necessidades, o que se dá a partir da acessibilidade em seus diversos níveis. O que se busca é um aprimoramento das políticas públicas mediada pela educomunicação como tecnologia assistiva; ao menos esta é a hipótese desta pesquisa que, sendo confirmada, pode indicar caminhos à efetivação do direito à educação inclusiva. É lembrando a conhecida frase de Hannah Arendt (2007) de que é através da educação que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade, que venho dar visibilidade a esta questão.

Pois bem, caberia aqui transcorrer, ainda, os tópicos de análise de garantias legais em países da América Latina, já que este mestrado está sob a área de concentração “Direitos emergentes na sociedade global”, com ênfase na linha de pesquisa “Direitos na Sociedade em Rede: atores, fatores e processos na mundialização”; porém, por uma questão de recorte desta pesquisa, deixamos de apresentar esmiuçadamente tal tópico, pois as observações nessa pesquisa partem do compilado em duas dissertações que tratam da temática:

1) Na dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, para obtenção do grau de mestre em educação de Valquíria Prates Pereira Teixeira (2008), já que a mesma desenvolve categorias de análise que são aproveitáveis em sua totalidade nesta pesquisa, inclusive enquadrando o direito à educação, as recomendações internacionais e a construção de garantias legais no contexto da educação inclusiva, na qual traz um quadro de proposta de sistematização do conceito de acessibilidade na educação escolar que aqui vai replicado, pois foi lendo este material que combinamos a educomunicação com a tecnologia assistiva: a) como ajuda técnica para a educação,

com foco de ação no indivíduo de tecnologia assistiva para comunicação e acesso à informação, bem como, b) de cultura de acessibilidade, com foco de ação nos indivíduos e na sociedade, pela conscientização e de planejamento de políticas públicas e institucionais para equiparação de oportunidades de acesso, ora complementadas, inclusive, para a permanência, participação e aprendizagem real. Veja-se:

Figura 31 - Reprodução Quadro I. Proposta de sistematização do conceito de acessibilidade na educação escolar

	Acessibilidade física/arquitetônica			Ajudas técnicas para educação			Cultura de acessibilidade		
conceitos de base	Desenho Universal, Ergonomia			Ergonomia (física e cognitiva)			Desenho universal, Ergonomia (organizacional)		
foco de ação	meio, ambiente			indivíduo			sociedade, indivíduos		
áreas	transportes	mobiliário urbano	edificações e instalações	tecnologias assistivas para mobilidade	tecnologias assistivas para motricidade	tecnologias assistivas para comunicação e acesso à informação	conscientização		
							incentivo governamental para expansão, legalização e divulgação dos direitos	criminalização do preconceito; realização de campanhas de conscientização e formação de profissionais	planejamento de políticas públicas e institucionais para equiparação de oportunidades de acesso

**PONTOS DE FUSÃO OBSERVADOS:
EDUCOMUNICAÇÃO COMO TECNOLOGIA ASSISTIVA**

Fonte: Incremento da dissertação de Acessibilidade como fator de equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência na escola: análise das garantias legais em países da América Latina (TEIXEIRA, 2015, p. 48).

O Brasil está na categoria de países mais inclusivos da América Latina, levando em conta a existência de conquistas legais e não necessariamente sua efetivação no cotidiano, conforme relatório internacional dos direitos das pessoas com deficiência, apresentado na mesma dissertação apontada acima, para mais informações vide o anexo 1.

Por fim, a dissertação em comento, concluiu que as recomendações internacionais promulgadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foram importantes fatores de difusão de parâmetros mínimos de direitos a serem assegurados às pessoas com deficiência, confirmando que as reformas educativas focaram desde sempre na inclusão destas pessoas no ensino comum. O que já foi apontado quando dos comentários sobre as metas do PNE.

Cabe dizer que o Rio Grande do Sul, em 2017, já alcançou um alto índice de aproveitamento quando da análise da meta 12, indicador 12A, que trata da taxa bruta de matrículas na graduação, estando a cidade de Santa Maria num patamar de melhor escala, observe o anexo 2, para maior detalhamento, o que justifica o foco do objeto empírico escolhido para a realização de estudo de caso, junto à população da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

2) Na dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP) da Universidade de São Paulo, para obtenção do grau de mestre, Ana Carolina Altieri Soares (2012) desenvolve o tema dos direitos humanos, a comunicação e a educação de forma abrangente, traçando um panorama histórico e descrevendo, ao longo do seu trabalho, o contexto político-social em que surgiu a educomunicação na América Latina. O capítulo 4, nominado “Entre o poder e a resistência: comunicação e movimento popular na América Latina”, trata sobre como a comunicação passou de poder controlador à força de resistências político-sociais, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pelo reconhecimento do direito à informação como direito fundamental. Cita também os mesmos órgãos internacionais que Teixeira (2008) para basear sua linha de pensamento, ou seja, a ONU e a UNESCO, como atores representativos deste contexto evolutivo.

Assim, vale transcrever aqui um trecho em que a pesquisadora Ana Soares, citando Ramos (SOARES, 2012, p. 103 apud RAMOS, 2000, p. 49), traz. Para o pesquisador citado, o reconhecimento da emergência do campo da Educomunicação, “representa uma conquista civilizatória”:

“La propia idea de la Educomunicación tomada no solamente como un conjunto de proyectos de Educación frente a los Medios, sino como un esfuerzo sistémico de planificación de prodecimientos y prácticas destinadas a crear ecosistemas comunicacionales abiertos y democráticos en espacios educativos, ilustra y comprueba la hipótesis de que los proyectos tradicionales han cumplido su destino histórico de cambiar mentalidades y de provocar cambios culturales (...).

Veja-se que faz quase duas décadas que o conceito de educomunicação vem sendo desenvolvido na América Latina, baseando-se nas teorias da inter-relação da comunicação com a educação de Paulo Freire. Desde 1969 Soares já vinha desenvolvendo a ideia de “apropriação dos bens e linguagens comunicacionais, como constituintes da Educação ‘Cidadã’ e ‘Libertadora’”, pela qual Freire militou, tendo influenciado, nessa perspectiva, o contexto mundial da Educação, com seu ensaio

“Extensão ou Comunicação?” (SOARES, 2012, p. 105), dentre outras obras desenvolvidas.

Desta forma, ficam esclarecidas as premissas de observação e análise, bem como o lugar de fala da pesquisadora, para a descrição em si dos procedimentos desta pesquisa.

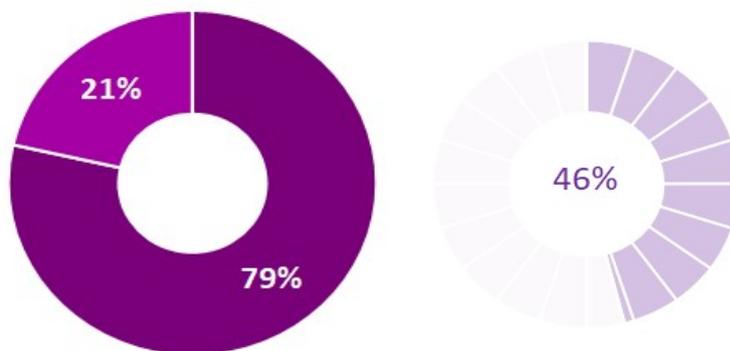
As pessoas com alguma declaração de incapacidade, aqui tratadas como pessoas com diversidade funcional, podem ser tidas como minoria. Buscamos, na proposta de Alain Birou (1982), sua definição como um grupo, cujos membros apresentam necessidades e características específicas e semelhantes, não partilhadas por toda a massa de indivíduos da sociedade:

Numa sociedade global uma minoria é uma sociedade particular caracterizada por aspirar a um modo de viver próprio que a distingue do conjunto e que, de certo modo, a põe à parte. Uma minoria não está necessariamente afastada ou isolada da sociedade nacional. É por isso que nem sempre se identifica com um grupo marginal e não é necessariamente objeto de segregação. Uma minoria constitui-se como colectividade ou comunidade particular na base da raça, da língua, da religião ou de um género de vida e de cultura muito diferentes do resto do país ou conjunto. Deste modo se criam ligações afectivas e afinidades que tendem a afastar este grupo do resto da população ainda que ele se encontre disperso” (BIROU, 1982, p. 17).

Assim, descrevemos sucintamente o que se pôde observar das análises do objetivo específico, item “a”, com relação ao levantamento de dados qualitativo quantificável categórico, com o intuito de tentar conhecer esta minoria a que buscamos dar visibilidade com esta pesquisa.

Portanto, quando da verificação da existência de Núcleo de Acessibilidade e/ou atendimento educacional especializado na UFSM, item “a.6”, os respondentes indicam que o atendimento educacional especializado da UFSM é conhecido, pois 79% sabe da existência de um núcleo de acessibilidade dentro da Instituição. Entretanto, a mesma amostra não reconhece uma completude de seus recursos técnicos, humanos e materiais, indicando um potencial no incremento dos trabalhos de quase 50%.

Figura 32 - Representação gráfica item "a.6" dos objetivos



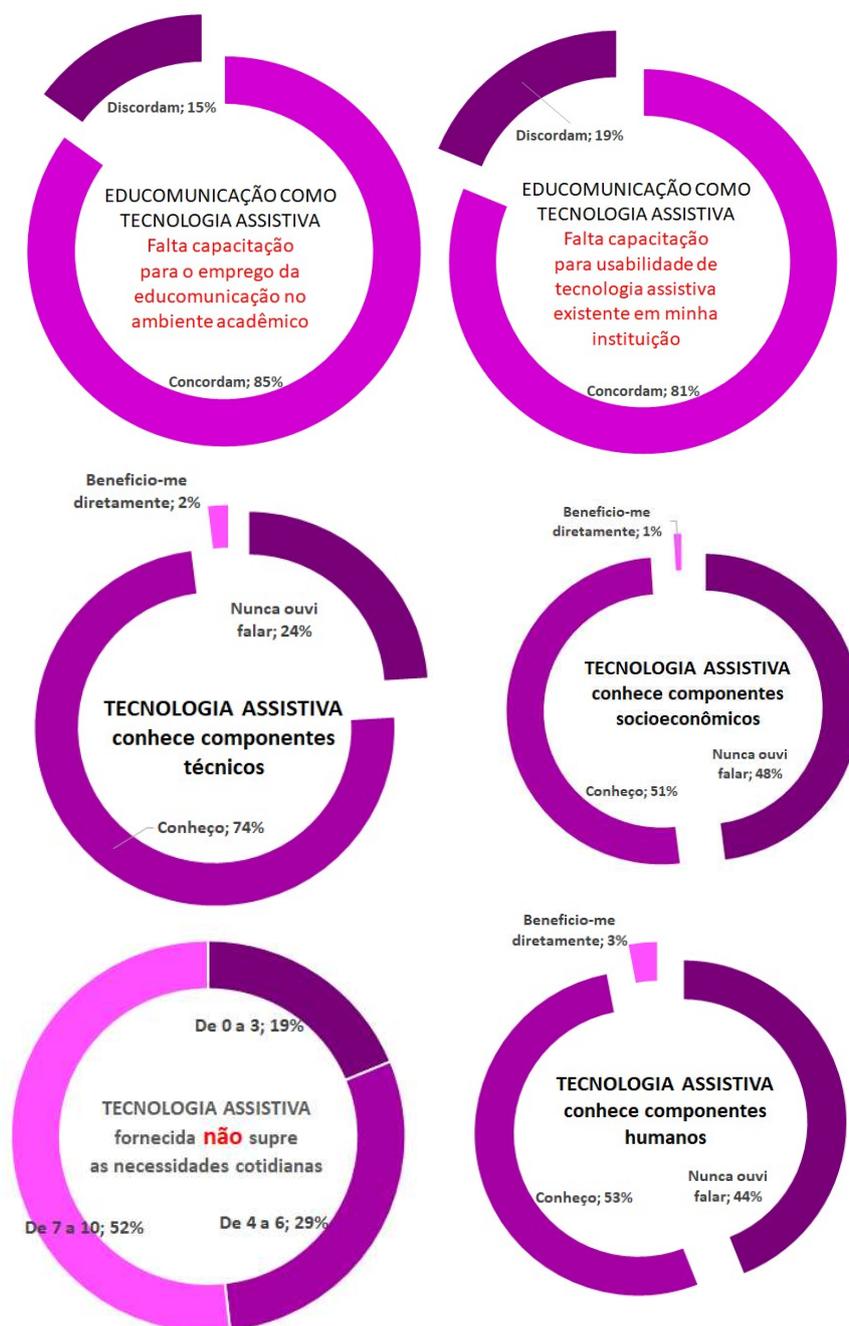
O atendimento educacional especializado da UFSM é conhecido, porém permite uma melhora quanto a completude de seus recursos técnicos, humanos e materiais.

Fonte: Autora, 2019.

Já, quando do diagnóstico da triagem e usabilidade de tecnologias assistivas oferecidas pela instituição observada, bem como das ações educomunicativas perfectibilizadas pela UFSM, item "a.7", pode-se observar que 50% dos respondentes conhecem sobre educomunicação e 64% conhecem sobre tecnologia assistiva; porém, os respondentes, em sua maioria (mais que 80%), afirmam que falta capacitação para o emprego da educomunicação e/ou usabilidade de tecnologias assistivas. Quanto à tecnologia assistiva de componentes socioeconômicos e de componentes humanos, mais de 40% dos respondentes nunca ouviram falar disso. O interessante é que a instituição os oferece, e, em torno de 40%, não acreditam que a tecnologia assistiva é o suficiente.

Figura 33 - Representação gráfica item "a.7" dos objetivos

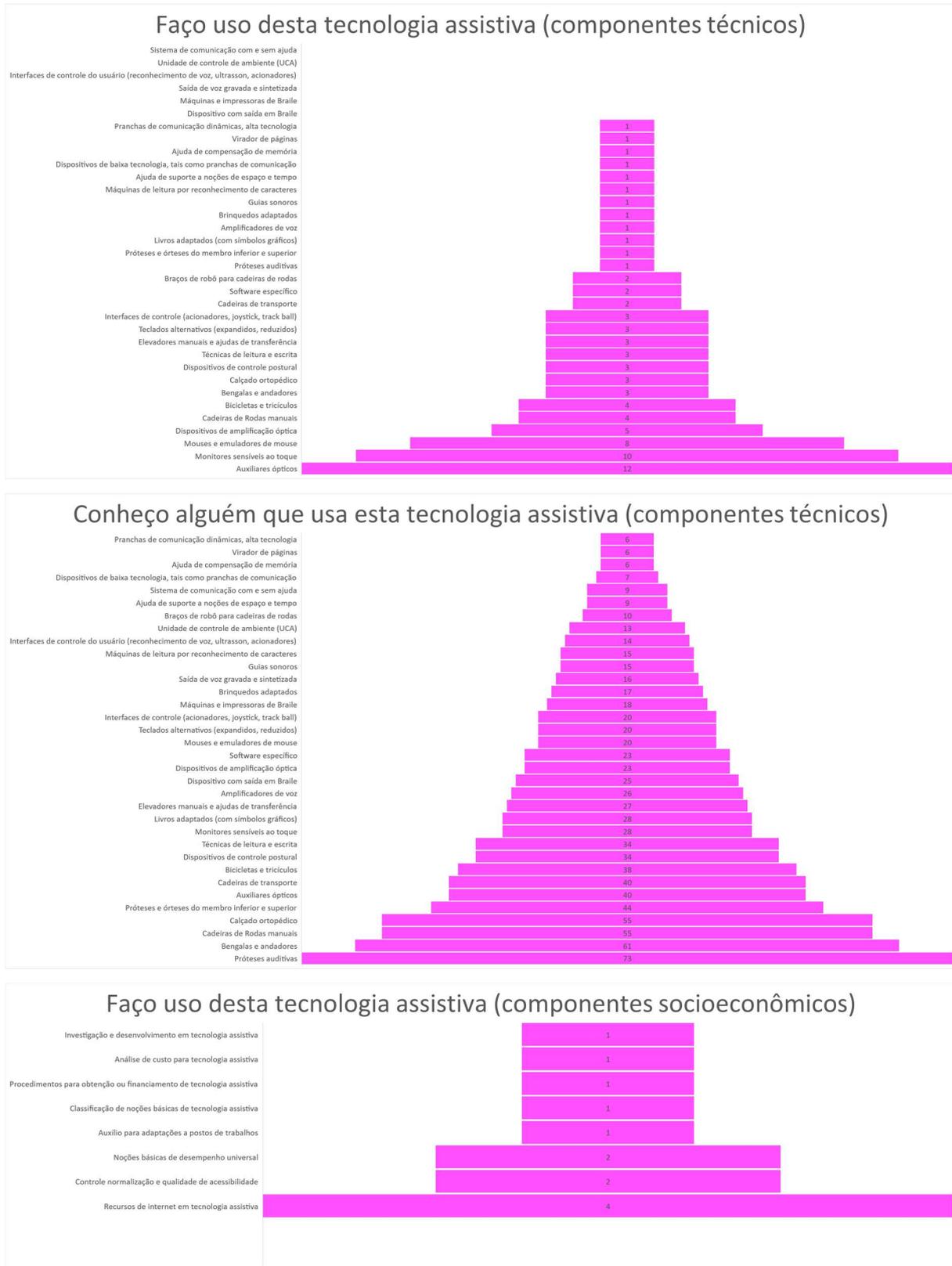


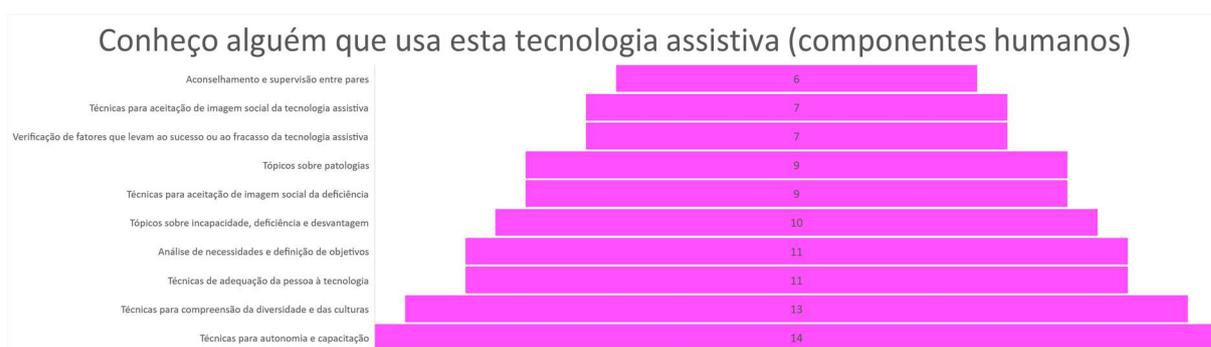
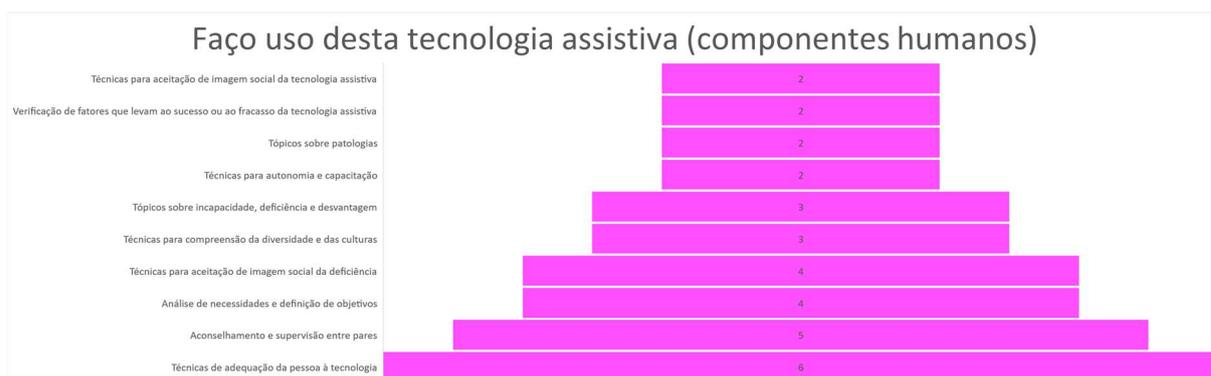
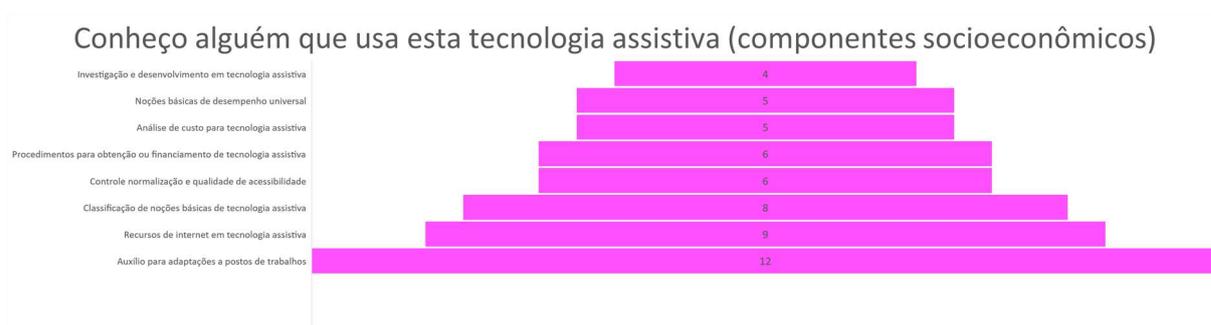


Fonte: Autora, 2019.

As seguintes tecnologias assistivas de componentes técnicos, humanos e socioeconômicos foram apontadas:

Figura 34 - Identificação das tecnologias assistiva reconhecidas

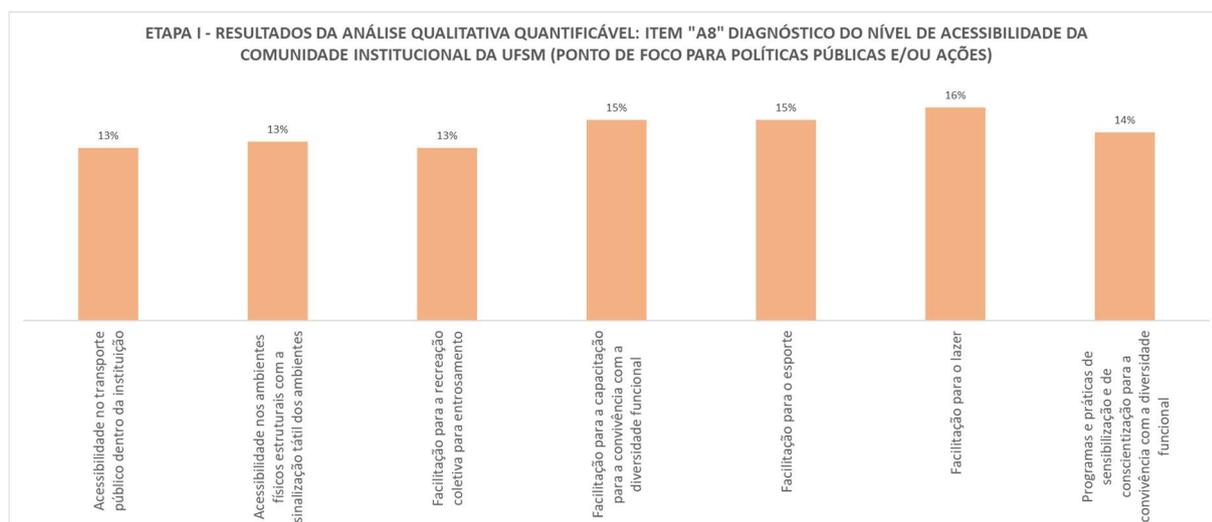




Fonte: Autora, 2019.

Com relação ao diagnóstico do nível de acessibilidade da comunidade institucional no âmbito acadêmico da UFSM, item “a.8”, verificou-se uma potencialidade de melhora das seguintes observações acima de 80%: a) Acessibilidade dos recursos didáticos e técnicas de aprendizagem físicos/presenciais (81%) e b) Acessibilidade nos ambientes físicos estruturais com a sinalização tátil dos ambientes (81%). Vide detalhamentos no relatório de trabalho disponível nos apêndices.

Figura 35 - Representação gráfica item "a.8" dos objetivos



Fonte: Autora, 2019.

A oferta de ensino na UFSM, item “a.9”, que se subdivide em a) a oferta de ensino de língua brasileira de sinais, item “a.9.1”, Libras, está contando, atualmente, com uma boa oferta, já que 62% dos respondentes indicaram-na, porém, já os itens “a.9.2”, Sistema Braille, e “a.9.3”, áudio descrição de imagens, necessita provavelmente de maior divulgação, pois o percentual de respondentes que alegou desconhecer o conteúdo foi significativo, 41% e 38% respectivamente. Ainda, o item “a.9.4”, que intentava levantar outros conteúdos curriculares de temas relacionados à pessoa com diversidade funcional, apenas trouxe as seguintes sugestões: as disciplinas e discussões acerca das políticas de inclusão e tecnologias assistivas; fundamentos da educação especial, mobilidade e interpretes libras, todas das

subamostras educação e pessoa com diversidade funcional, ficando evidente neste item que a oferta é restrita aos campos das áreas afins, não havendo ampla divulgação pela instituição.

Figura 36 - Representação gráfica item "a.9" dos objetivos



Fonte: Autora, 2019.

Quando da identificação das políticas públicas para o aprimoramento dos sistemas educacionais da UFSM, item "a.10", que é subdividido em quatro pontos de análise, temos que:

1) Condições de acesso, item "a.10.1": verificamos que existe potencialidade de melhora, pois 51% dos respondentes esperam mudanças. Os casos em que esse indicativo iguala ou supera 80% são: a) Escadas sem contraste de cor nos degraus (89%); b) Ausência de sinalização tátil (86%); c) Ausência telefones públicos (85%); d) Ausência de extintores de incêndio e caixa de correio adaptados aos cadeirantes (81%); e, f) Existência de desníveis nas portas que impeçam a livre circulação de pessoas com deficiência (80%).

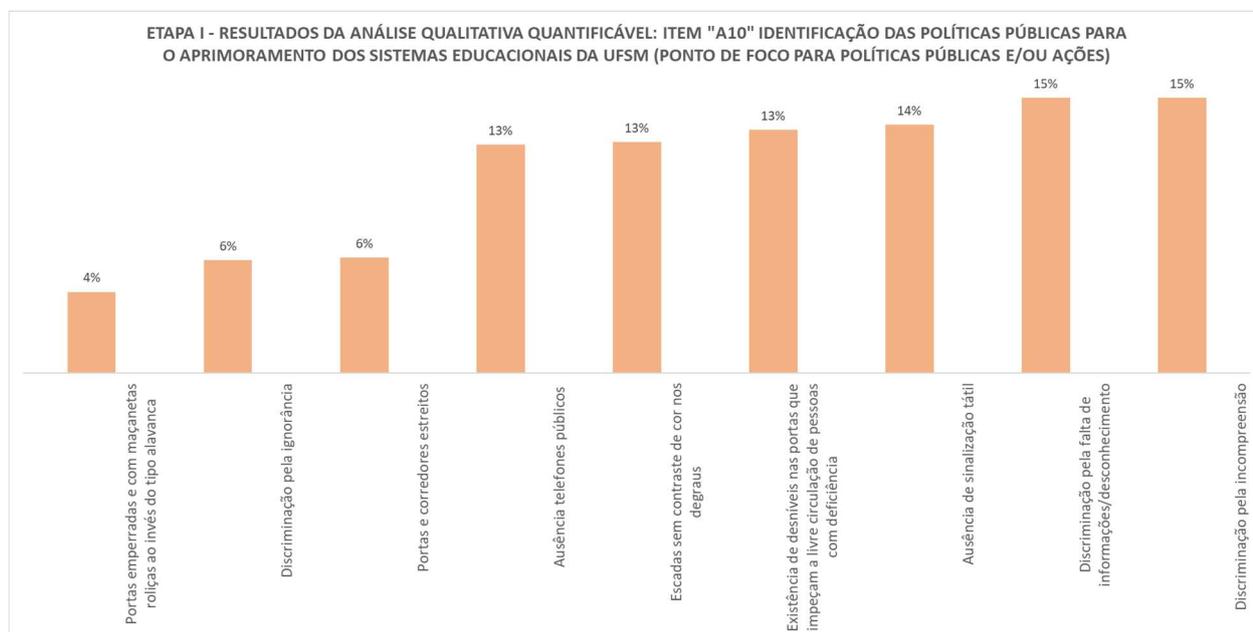
2) Permanência, item, "a.10.2": podemos ver um ponto emergente de potencialidade de melhora, no quesito permanência, pois a discriminação no âmbito da comunidade acadêmica necessita de uma atenção para a eliminação das suas causas, principalmente: a) Discriminação pela incompreensão (89%) e b) Discriminação pela falta de informações/desconhecimento (88%).

3) Participação na comunidade escolar, item "a.10.3": atentando-nos a proposta desta pesquisa de traçar-se possíveis caminhos ao aprimoramento, focamos, neste item, nos pontos negativos de atitude e sentimento. Assim, os respondentes em 52% acreditam ter muita participação. Entretanto, da mesma amostra na totalidade, 12%

não acreditam ter liberdade, 13% não acreditam ter uma vida independente, por problemas comunicacionais, 21% não têm a sensação de gozo da igualdade, 15% acreditam não ter dignidade, 23% não acreditam ter aprendizagem plena, 27% veem-se discriminados e 20% afirmam não ter qualidade de vida.

4) Aprendizagem, item "a.10.4": quando proposta a ideia da educomunicação como tecnologia assistiva, apenas 4% discordam do uso em sala de aula para otimizar a participação, e mais de 60% afirmam que provavelmente potencializaria a aprendizagem, e 95% que seria uma boa proposta de mudança.

Figura 37 - Representação gráfica item "a.10" dos objetivos



Fonte: Autora, 2019.

2.2 EDUCOMUNICAÇÃO COMO TECNOLOGIA ASSISTIVA

Assim, retomando a Figura 6, que reproduz o quadro proposta de sistematização do conceito de acessibilidade na educação escolar e permite o enquadramento da educomunicação com a tecnologia assistiva:

a) como ajuda técnica para a educação, com foco de ação no indivíduo de tecnologia assistiva para comunicação e acesso à informação, bem como,

b) de cultura de acessibilidade, com foco de ação nos indivíduos e na sociedade, pela conscientização e de planejamento de políticas públicas e institucionais para equiparação de oportunidades de acesso – que ora complementamos, inclusive, para a permanência, participação e aprendizagem real. Apresentamos as possibilidades de aprimoramento dos sistemas educacionais da UFSM que se enquadrariam nesta categoria:

Figura 38 - Possibilidades de aprimoramento dos sistemas educacionais da UFSM (permanência)



Fonte: Autora, 2019.

Figura 39 - Possibilidades de aprimoramento dos sistemas educacionais da UFSM (participação na comunidade escolar)





Fonte: Autora, 2019.

Figura 40 - Possibilidades de aprimoramento dos sistemas educacionais da UFSM (aprendizagem)



Fonte: Autora, 2019.

Ainda com relação à identificação das políticas públicas para o aprimoramento dos sistemas educacionais, as seguintes demandas foram apreciadas:

Figura 41 - Identificação das políticas públicas para aprimoramento dos sistemas educacionais





Fonte: Autora, 2019.

Figura 42 - Identificação responsabilidade para perfectibilizar o aprimoramento dos sistemas educacionais



Fonte: Autora, 2019.

Uma vez nominados, descritos e comentados os dados quantitativos e qualitativos, podemos observar que é possível aprimorar os sistemas educacionais e o ecossistema comunicativo institucional.

Desta forma, vale trazer a informação de que existem no Brasil atualmente apenas duas universidades (a Universidade de São Paulo-USP e a Universidade Federal de Campina Grande-UFCG) que têm curso de graduação em educomunicação, curso este que vem pensando na formação do profissional que esteja apto a desenvolver ações de gestão da comunicação no âmbito dos espaços educativos. Porém, foram encontrados pela pesquisadora, cursos on-line de capacitação para tal fim, tanto nas universidades já citadas, muitas das quais trabalham com o tema, nominando-o de forma diversa, como “Educação e Tecnologias” na UFSCar; ou trabalhando-o de forma mais superficial como “Mídias na educação” como na Instituição observada (UFSM).

Assim, uma sugestão seria se espelhar e/ou tentar parcerias com as instituições que são especializadas (a USP e a UFCG) para treinar replicadores destas dinâmicas e ações, eis que estamos defasados neste ponto.

Ainda, é possível pensar ações em menor escala para aprimorar o ecossistema comunicativo do espaço educativo da Instituição, sendo necessário pensar na instrumentalização de ações focadas em: conscientização, esclarecimentos, apoio, lazer e esporte.

Por observação pontual, a pesquisadora localizou estados que estão trabalhando com a educomunicação em políticas públicas, como o estado de São Paulo, por exemplo, em que a capital se apresenta como município pioneiro no desenvolvimento de políticas públicas de Educomunicação. Lá estão desenvolvendo a capacitação no tema da educomunicação na gestão pública para exercitar os fundamentos e as ferramentas que subsidiam ações de transparência, integridade, participação popular e inovação tecnológica, em consonância aos princípios de governo aberto, conforme divulgado no site da Prefeitura de São Paulo. Apontando-se ao fato que, naquele município, desde 2004, está instituída a Lei Educom nº 13.941/2004, que é o Programa EDUCOM-Educomunicação pelas ondas do rádio, muito difundido naquela região, pela confirmação da possibilidade transformadora daquele projeto nas escolas públicas de ensino comum (vide apêndice 06 para ler a íntegra).

Já na região Norte, no Pará, sub-região brasileira com claro interesse nos termos “pessoa com deficiência”, “tecnologia assistiva” e “educomunicação”, pela composição do levantamento de dados pelo Google Trends, foi possível ver que no quesito inovação pela práxis da educomunicação, este estado conta com um projeto chamado Biizu, que incentiva, desenvolve e democratiza os recursos populares de comunicação por meio de jornadas e oficinas de aperfeiçoamento. Isso é feito com vistas a construir uma rede de comunicação alicerçada em polos distribuídos nas doze regiões de integração do Pará, onde oferecem oficinas de diversas linguagens como Rádio, Jornal Impresso, Produção de Textos para Internet, Audiovisual para Mídias Móveis, Introdução às Novas Mídias, Fotografia e Desenho para associações comunitárias, escolas, órgãos do governo e diversos movimentos da sociedade civil organizada, tal como informado no site da Secretaria de Comunicação daquele estado.

Estas são possibilidades que podem vir a ser trabalhadas de modo focal na Instituição observada, a fim de enfrentar as demandas que surgirem com respeito à educação inclusiva.

2.3 DAS PROPOSTAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E APRENDIZAGEM PARA DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Tendo em vista que existe espaço para o aprimoramento dos sistemas educativos, conforme se observou acima, apresento²², na sequência uma sistematização das premissas levantadas ao longo desta pesquisa, para que se possa cotejar possibilidades de inclusão, permanência, participação e aprendizagem para o desenvolvimento social das pessoas com diversidade funcional.

2.3.1 Fim da jornada: síntese das premissas contextuais de análise levantadas

Condensando aqui as informações sobre as premissas do objetivo “b” desta pesquisa, que previa a pontuação das questões (in)controvertidas acerca do tema:

- 1) O Brasil está na categoria de países mais inclusivos da América Latina, levando em conta a existência de conquistas legais e não necessariamente sua efetivação no cotidiano;
- 2) O Rio Grande do Sul, em 2017, já alcançou um alto índice de aproveitamento quando da análise da meta 12, indicador 12A do PNE, que trata da taxa bruta de matrículas na graduação, estando a cidade de Santa Maria num patamar de melhor escala, observe o anexo 2, para maior detalhamento, o que justifica o foco do objeto empírico escolhido para a realização de estudo de caso, junto a população da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM);
- 3) A comunicação passou de poder controlador à força de resistências político-sociais com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pelo reconhecimento do direito à informação como direito fundamental;

²² Neste tópico, utilizo a linguagem em primeira pessoa por serem conclusões pessoais obtidas pelo/no desenvolvimento do estudo.

- 4) Os temas da inclusão e da acessibilidade estão sendo tratados em larga escala pela legislação e no campo científico. Estando pacificado o direito ao atendimento especializado para todas as pessoas com necessidades educacionais especiais, em contrapartida, parece não existirem subsídios suficientes para a efetivação destas políticas públicas para além do acesso;
- 5) Combinei a educomunicação com a tecnologia assistiva enquadrando-a a) como ajuda técnica para a educação, com foco de ação no indivíduo de tecnologia assistiva para comunicação e acesso à informação, bem como, b) de cultura de acessibilidade, com foco de ação nos indivíduos e na sociedade, pela conscientização e de planejamento de políticas públicas e institucionais para equiparação de oportunidades de acesso – que ora complemento, inclusive, para a permanência, participação e aprendizagem real;
- 6) Conceitualmente, o potencial da educomunicação como tecnologia assistiva fica saliente quando da percepção de que se fala em uma estratégia para a mudança no pensar e agir, refletindo uma necessária mudança cultural de respeito e reconhecimento do outro, de liberdade com relação ao significado do que é tido como valor numa sociedade, bem como da potencialidade de criar autonomia quando do desenvolvimento de ações educacionais;
- 7) Educomunicação como tecnologia assistiva é trabalhada aqui como a) uma primeira ferramenta metodológica estratégica para a inclusão, que seria então, uma ajuda técnica e/ou b) tecnologia assistiva para comunicação e acesso à informação;
- 8) Incluir pelo acesso, trabalhando-o no bojo normativo, não garante a tão desejada educação inclusiva; e,
- 9) A hipótese apresentada, qual seja, de que a práxis da educomunicação como possível tecnologia assistiva, visando acessibilidade, às pessoas com diversidade funcional, poderá potencializar a formação integral e o desenvolvimento social, já apresenta grande potencialidade da educomunicação como estratégia de tecnologia assistiva a ser empregada pelos docentes, discentes e tutores do meio universitário, salientando-se apenas a demanda para a formação especializada, conforme pesquisas adjacentes realizadas sobre o tema com outros recortes.

2.3.2 Fim da jornada: síntese dos dados secundários quantitativos categóricos (“a.1” a “a.5”): premissas levantadas e novas suscitações para reflexão

Apresento, também, síntese dos dados secundários quantitativos categóricos, como premissas levantadas após a realização das análises:

- 10) do resultado da análise “A.1”, verifiquei que o Nordeste é a única região que conta com um índice elevado de pessoas que se autodeclararam pessoas com alguma deficiência (37%) na equivalência de duas variáveis (população x pessoa com deficiência), utilizando-se os dados do Censo Demográfico IBGE de 2010. Sendo que esta premissa tem significância prática de magnitude muito alta (96%) e positiva.
- 11) do resultado da análise “A.2”, pondero que o Nordeste é a única região que conta com um índice claramente mais alto de matrículas de alunos com alguma necessidade especial no ensino superior (49%) na equivalência de duas variáveis (matrículas x matrículas com declaração de incapacidade), tornando-se um *outlier*, utilizando-se os dados da Sinopse Educação Superior INEP de 2011. Esta premissa também tem significância prática de magnitude alta (69%) e positiva.
- 12) do resultado da análise “A.3.a”, observo que o Nordeste, novamente, destaca-se, sendo o único estado entre as regiões brasileiras que tem mais pessoas que se autodeclararam como pessoas com deficiência em nível de escolarização médio completo e superior incompleto estando acima da média dos dados brutos. Vale dizer que o Norte também demonstra a mesma situação, porém está abaixo do mínimo dos dados correlacionados. Assim, ambos representam 64% de todas as pessoas que se autodeclararam pessoas com deficiência de nível médio completo e superior incompleto, onde Centro-Oeste (13,62%) e Sudeste (13,49%) estão próximos e o Sul (8,83%) destacando-se negativamente como o último do ranking desta análise, utilizando os dados do Censo Demográfico IBGE de 2010. Esta premissa tem significância prática de magnitude muito alta (96%) e positiva.
- 13) do resultado da análise “A.3.b”, noto que o Nordeste e o Norte seguem a regra acima, apontando terem mais pessoas que se autodeclararam como pessoas com deficiência em nível de escolarização superior completo. Juntos representam 65%, onde Centro-Oeste (13,42%) e Sudeste (12,78%) estão

próximos e o Sul (8,61%) destacando-se negativamente como o último do ranking novamente e ainda utilizando os dados do Censo Demográfico IBGE de 2010. Esta premissa tem significância prática de magnitude muito alta (96%) e positiva.

- 14) do resultado da análise “A.4”, deduzo que os estados do Nordeste (14%) e Centro-Oeste (3%) têm capacidade econômica financeira menor que os estados das regiões Norte, Sul e Sudeste, esta última estando acima da média (43%). Utilizando os dados do relatório de perfil dos estudantes emitido pela Andifes de 2011 e relatórios de gestão das universidades indicadas no relatório da Andifes emitidos pelo TCU de 2010. Esta premissa tem significância prática de magnitude alta (39%) e positiva.
- 15) do resultado da análise “A.5”, depreendo que, em testagem da análise “A.2”, a qual indicou o Nordeste como *outlier*, mudando o bando de dados de correlação (de INEP de 2011 somente para INEP de 2011 e Andifes de 2011), houve uma inversão no ranking, na qual o Nordeste passou para terceiro lugar (24%) e o Sul ficou em primeiro (31%). Assim, temos uma discrepância que deve ser melhor observada futuramente. Esta premissa tem significância prática de magnitude alta (62%) e positiva.

2.3.3 Fim da jornada: síntese dos dados primários qualitativo quantificáveis categóricos (“a.6” a “a.10”): premissas levantadas e novas suscitações para reflexão

- 16) do resultado da análise “A.6”: Os respondentes indicam que o atendimento educacional especializado da UFSM é conhecido, pois 79% sabem da existência de um núcleo de acessibilidade dentro da instituição. Entretanto, a mesma amostra não reconhece uma completude de seus recursos técnicos, humanos e materiais, indicando um potencial no incremento dos trabalhos de quase 50%.
- 17) do resultado da análise “A.7”: Pude observar que 50% dos respondentes conhecem sobre educomunicação e 64% conhecem sobre tecnologia assistiva, porém os respondentes, em sua maioria (mais que 80%), afirmam que falta capacitação para o emprego da educomunicação e/ou usabilidade de tecnologias assistivas. Quanto à tecnologia assistiva de componentes socioeconômicos e de componentes humanos, mais de 40% dos respondentes

nunca ouviram falar disso. O interessante é que a Instituição os oferece, e, em torno de 40% não acreditam que a tecnologia assistiva é o suficiente.

- 18) do resultado da análise “A.8”: Quanto à acessibilidade da comunidade acadêmica observada de forma geral, verifiquei uma potencialidade de melhora das seguintes observações acima de 80%: a) Acessibilidade dos recursos didáticos e técnicas de aprendizagem físicos/presenciais (81%) e b) Acessibilidade nos ambientes físicos estruturais com a sinalização tátil dos ambientes (81%). Ainda, 38% dos respondentes esperam mudanças com relação a acessibilidade dentro da UFSM, atentando-se aos âmbitos presencial e virtual da comunidade institucional.
- 19) do resultado da análise “A.9”: De forma geral, a oferta de ensino de língua brasileira de sinais, item “a.9.1” Libras, está contando atualmente com uma boa oferta, já que 62% dos respondentes indicaram-na. Já os itens “a.9.2” Sistema Braille e “a.9.3” áudio descrição de imagens, necessitam, provavelmente, de maior divulgação, pois o percentual de respondentes que alegou desconhecer o conteúdo fora significativo, 41% e 38% respectivamente. Ainda, o item “a.9.4”, que intentava levantar outros conteúdos curriculares de temas relacionados à pessoa com diversidade funcional, apenas trouxe as seguintes sugestões: as disciplinas e discussões acerca das políticas de inclusão e tecnologias assistivas; fundamentos da educação especial, mobilidade e interpretes libras, todas das subamostras educação e pessoa com diversidade funcional, ficando evidente neste item que a oferta é restrita aos campos das áreas afins, não havendo ampla divulgação pela Instituição.
- 20) do resultado da análise “A.10”: a.10.1) Condições de acesso: Quando da observação geral das dificuldades analisadas, verifiquei que existe potencialidade de melhora, pois 51% dos respondentes esperam mudanças. Os casos em que esse indicativo iguala ou supera 80% são: a) Escadas sem contraste de cor nos degraus (89%); b) Ausência de sinalização tátil (86%); c) Ausência telefones públicos (85%); d) Ausência de extintores de incêndio e caixa de correio adaptados aos cadeirantes (81%); e, f) Existência de desníveis nas portas que impedem a livre circulação de pessoas com deficiência (80%). a.10.2) permanência: Ainda, quando da observação geral das dificuldades analisadas, pude ver um ponto emergente de potencialidade de melhora, no quesito permanência, pois a discriminação no âmbito da comunidade

acadêmica necessita de uma atenção para a eliminação das suas causas, principalmente: a) Discriminação pela incompreensão (89%) e b) Discriminação pela falta de informações/desconhecimento (88%). a.10.3) participação na comunidade escolar: Atentando-se a proposta desta pesquisa de traçar possíveis caminhos ao aprimoramento, foquei, neste item, nos pontos negativos de atitude e sentimento. Assim, os respondentes em 52% acreditam ter muita participação. Entretanto, da mesma amostra na totalidade, 12% não acreditam ter liberdade, 13% não acreditam ter uma vida independente, por problemas comunicacionais, 21% não têm a sensação de gozo da igualdade, 15% acreditam não ter dignidade, 23% não acreditam ter aprendizagem plena, 27% veem-se discriminados e, 20% afirmam não ter qualidade de vida. a.10.4) aprendizagem: quando proposta a ideia da educomunicação como tecnologia assistiva, apenas 4% discordam do uso em sala de aula para otimizar a participação, mais de 60% afirmam que provavelmente potencializaria a aprendizagem, e, 95% que seria uma boa proposta de mudança.

Em complemento, as questões (in)controvertidas acerca do tema da educomunicação como tecnologia assistiva, também foram retiradas do bojo interno regulamentatório da UFSM, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2026), que apresenta as Diretrizes das Políticas Públicas Institucionais relacionadas aos tópicos: planejamento e avaliação institucional; governança, controle interno e gestão de riscos; organização administrativa; gestão de pessoas; gestão orçamentária; tecnologia de informação; assistência estudantil; infraestrutura; gestão ambiental; comunicação, acessibilidade; inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologias; o qual traz, no Quadro 12, fraquezas, forças, ameaças e oportunidades, aqui recortadas para constar apenas as que se encaixam nas análises deste estudo. A saber:

Relação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças identificadas durante a elaboração do PDI da UFSM 2016-2026	
FRAQUEZAS	FORÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura de transporte inadequada • Infraestrutura física inadequada • Política de extensão desarticulada interna/externamente • Falta de indicadores internos da eficiência do ensino • Pesquisas voltadas para a sociedade • Processo de acessibilidade da UFSM 	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão do ensino superior na UFSM • Tecnologias de informação e comunicação aplicadas ao ensino

<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca (bibliografia básica, complementar e acessibilidade de comunicação e informação) • Qualificação de docentes e tutores para EAD • Qualificação do quadro de pessoal 	
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Descontinuidade nos programas de apoio e nas linhas de financiamento de recursos extraorçamentários • Ingerência exagerada de órgãos de controle • Política Orçamentária (contingenciamento de recursos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias internacionais • Plano Nacional de Educação • Rede Nacional de Ensino e Pesquisa • Ampliação de vagas no ensino superior – REUNI II • Existência de novas tecnologias para uso no ensino • Editais para captação de recursos • Sistemas de informações governamentais • Alta demanda de transferência de conhecimento especializado (entidades públicas e privadas)

21) Em continuidade, atentando-se aos objetivos estratégicos apresentados no PDI da UFSM, pôde-se verificar que esta pesquisa está alinhada com os seguintes objetivos institucionais:

- 1) o desafio 2 (D2), educação inovadora e transformadora com excelência acadêmica, item AS-D2-03; PR-D2-04; AI-D2-01 e AI-D2-03;
- 2) o desafio 3 (D3), inclusão social, item AS-D3-01; PR-D3-01; AI-D3-01 e AI-D3-02;
- 3) o desafio 4 (D4), inovação, geração de conhecimento e transferência de tecnologia, item AS-D4-02 e AS-D4-03; e
- 4) o desafio 6 (D6), desenvolvimento local, regional e nacional, item AS-D6-01 e AS-D6-03; PR-D6-01.

22) Ainda, pode ser inserida em qualquer política pública que trate das seguintes iniciativas extraídas das contribuições da comunidade, item 3.4.2.4 do PDI:

- a) Fomentar a formação (educação continuada) dos docentes abordando temas como interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e metodologias inovadoras;
- b) Promover e disseminar metodologias de ensino/aprendizagem que sejam inovadoras no que tange ao acesso e à produção de conhecimento na universidade;
- c) Investir em tecnologias da informação e da comunicação para apoiar atividades didáticas; e,
- d) Incentivar pesquisas para educação inovadora e transformadora.

Vide síntese abaixo:

Figura 43 - Reprodução Quadro objetivos do Desafio 3 - Gestão Inclusão Social (PDI 2016-2026)

Objetivos do Desafio 3 - Gestão Inclusão Social			PC-1	PC-2	PC-3	PC-4	PC-5	PC-6	PC-7	PC-8	PC-9	PC-10	PC-11	PC-12	PC-1
Dimensão	Código	Objetivo	Total	Form.	Reut.										Acessibilidade
(AS) Alunos e Sociedade	(AS-D2-02)	Formar alunos com visão global e humanista, comprometidos com a sociedade, com o meio-ambiente e com o desenvolvimento científico e tecnológico													PC-2
	(AS-D2-03)	Estimular o sentimento de pertencimento e satisfação dos alunos para com a UFSM													PC-3
	(AS-D3-01)	Fortalecer as políticas de acesso à universidade em consonância com a estratégia de ações afirmativas do país													PC-4
	(AS-D4-03)	Desenvolver e inserir na sociedade tecnologias sociais e a produção artística e cultural													PC-5
	(AS-D6-03)	Desenvolver projetos de extensão com foco na intervenção, transformação e desenvolvimento da sociedade													PC-6
	(PR) Processos	(PR-D2-01)	Fortalecer o aprendizado extra classe, oportunizando atividades de extensão, inserção na sociedade, empreendedorismo, pesquisa e inovação												
(PR-D2-02)		Manter métodos de ensino atualizados e de acordo com as expectativas dos alunos													PC-8
(PR-D2-04)		Desenvolver estratégias de permanência que incentivem o aprendizado e a conclusão do curso dentro de um prazo adequado													PC-9
(PR-D3-01)		Fortalecer as políticas de assistência estudantil com foco na permanência dos estudantes, conclusão dos estudos e bom uso dos recursos													PC-10
(PR-D5-01)		Otimizar as rotinas administrativas e os sistemas de informação, primando pela agilidade, desburocratização, transparência e qualidade das informações e da gestão													PC-11
(PR-D5-03)		Aumentar a eficiência do processo de comunicação institucional													PC-12
(PR-D5-04)		Desenvolver processos e rotinas de trabalho que considerem a realidade multi-campi e os diferentes níveis de ensino													
(PR-D6-01)	Fomentar projetos de pesquisa, ensino e extensão aplicados a problemas da sociedade e da universidade														
(AI) Aprendizado e Infraestrutura	(AI-D3-01)	Preparar o corpo técnico e docente para lidar com os diferentes aspectos da inclusão social													
	(AI-D3-02)	Disseminar uma cultura ética em relação à inclusão, à diversidade e ao meio-ambiente													
	(AI-D5-01)	Possuir uma infraestrutura de engenharia e logística adequada, respeitando as premissas de acessibilidade e respeito ao meio-ambiente													

Figura 37: Relação dos objetivos estratégicos do Desafio 3 com as palavras-chave (PC-1 a PC-12)

Figura 44 - Reprodução Quadros relações de objetivos institucionais PDI 2016-2026

Desafio e Cód.	Descrição do Objetivo Institucional	Desafios Relacionados ao Objetivo							Legenda dos Desafios
		D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	
D1 AS-D2-01	Oferecer cursos de excelência integrados à sociedade		X		X				D1 Desafio 1 - Internacionalização
D2 AS-D2-02	Formar alunos com visão global e humanista, comprometidos com a sociedade, com o meio ambiente e com o desenvolvimento científico e tecnológico		X	X	X		X	X	D2 Desafio 2 - Educação Inovadora e Transformadora com Excelência Acadêmica
D2 AS-D2-03	Estimular o sentimento de pertencimento e satisfação dos alunos para com a UFSM		X						
D3 AS-D3-01	Fortalecer as políticas de acesso à universidade em consonância com a estratégia de ações afirmativas do país				X				D3 Desafio 3 - Inclusão Social
D4 AS-D4-01	Aumentar a inserção científica da Instituição		X		X				
D4 AS-D4-02	Fortalecer a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a transferência de tecnologias para a sociedade				X				D4 Desafio 4 - Inovação, Geração de Conhecimento e Transferência de Tecnologia
D4 AS-D4-03	Desenvolver e inserir na sociedade tecnologias sociais e a produção artística e cultural			X	X		X		
D5 AS-D5-01	Fortalecer políticas de governança, transparência e profissionalização da gestão					X			D5 Desafio 5 - Modernização e Desenvolvimento Organizacional
D6 AS-D6-01	Desenvolver projetos relacionados a políticas públicas nas áreas de saúde, educação, inclusão social, gestão ambiental e outras						X		
D6 AS-D6-02	Oferecer serviços de apoio à comunidade em consonância com a política de inovação e de extensão universitária				X		X		D6 Desafio 6 - Desenvolvimento Local, Regional e Nacional
D6 AS-D6-03	Desenvolver projetos de extensão com foco na intervenção, transformação e desenvolvimento da sociedade			X			X		
D7 AS-D7-01	Implantar um sistema de gestão ambiental							X	D7 Desafio 7 - Gestão Ambiental

Figura 28: Relação de Objetivos da Dimensão Alunos e Sociedade e as Desafios Institucionais aos quais estão relacionados.

Objetivos Institucionais		Desafios Relacionados ao Objetivo							Legenda dos Desafios				
Desafio e Cód.	Descrição do Objetivo Institucional	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7					
D1	PR-D1-01	Desenvolver parcerias com pesquisadores e instituições internacionais	X							D1	Desafio 1 - Internacionalização		
	PR-D1-02	Oportunizar experiências de internacionalização aos alunos	X								D2	Desafio 2 - Educação Inovadora e Transformadora com Excelência Acadêmica	
	PR-D1-03	Firmar relações de colaboração internacional para trocas culturais e desenvolvimento de políticas acadêmicas e de gestão	X				X						
D2	PR-D2-01	Fortalecer o aprendizado extracurricular, oportunizando atividades de extensão, inserção na sociedade, empreendedorismo, pesquisa e inovação		X	X	X			X		D3	Desafio 3 - Inclusão Social	
	PR-D2-02	Manter métodos de ensino atualizados e de acordo com as expectativas dos alunos		X									
	PR-D2-03	Possuir currículos interdisciplinares, flexíveis e atualizados em relação às demandas da sociedade	X	X					X	X		D4	Desafio 4 - Inovação, Geração de Conhecimento e Transferência de Tecnologia
	PR-D2-04	Desenvolver estratégias de permanência que incentivem o aprendizado e a conclusão do curso dentro de um prazo adequado		X	X								
D3	PR-D3-01	Fortalecer as políticas de assistência estudantil com foco na permanência dos estudantes, conclusão dos estudos e bom uso dos recursos			X						D5	Desafio 5 - Modernização e Desenvolvimento Organizacional	
D4	PR-D4-01	Implementar projetos interdisciplinares				X		X					
D5	PR-D5-01	Otimizar as rotinas administrativas e os sistemas de informação, primando pela agilidade, desburocratização, transparência e qualidade das informações e da gestão	X	X	X	X	X	X			D6	Desafio 6 - Desenvolvimento Local, Regional e Nacional	
	PR-D5-02	Adequar a estrutura administrativa com a estratégia de alocação e dimensionamento de pessoal					X						
	PR-D5-03	Aumentar a eficiência do processo de comunicação institucional			X	X	X	X				D7	Desafio 7 - Gestão Ambiental
	PR-D5-04	Desenvolver processos e rotinas de trabalho que considerem a realidade multi-campi e os diferentes níveis de ensino	X	X	X	X	X	X	X				
D6	PR-D6-01	Fomentar projetos de pesquisa, ensino e extensão aplicados a problemas da sociedade e da universidade			X	X	X	X	X				
	PR-D6-02	Instituir um processo de relacionamento e colaboração c/ os diversos setores da sociedade		X		X	X	X					
D7	PR-D7-01	Manter processos e rotinas que valorizem os diferentes aspectos da gestão ambiental								X			

Figura 29: Relação de Objetivos da Dimensão Processos e os Desafios Institucionais aos quais estão relacionados.

Objetivos Institucionais		Desafios Relacionados aos Objetivos							Legenda dos Desafios			
Desafio e Cód.	Descrição do Objetivo Institucional	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7				
D1	AI-D1-01	Prover um ambiente de acolhimento para integração internacional	X							D1	Desafio 1 - Internacionalização	
D2	AI-D2-01	Manter um quadro docente capacitado quanto ao uso de práticas pedagógicas		X							D2	Desafio 2 - Educação Inovadora e Transformadora com Excelência Acadêmica
	AI-D2-02	Desenvolver uma cultura de comprometimento organizacional		X		X						
	AI-D2-03	Oferecer uma infraestrutura de apoio qualificada e de acordo com as necessidades de cada área de conhecimento		X		X				D3		Desafio 3 - Inclusão Social
	AI-D2-04	Fortalecer a cultura de inovação, compromisso social e integração entre ensino, pesquisa e extensão e entre as diferentes áreas de conhecimento		X		X		X				
D3	AI-D3-01	Preparar o corpo técnico e docente para lidar com os diferentes aspectos da inclusão social			X					D4	Desafio 4 - Inovação, Geração de Conhecimento e Transferência de Tecnologia	
	AI-D3-02	Disseminar uma cultura ética em relação à inclusão, à diversidade e ao meio-ambiente			X			X				
D4	AI-D4-01	Estimular o desenvolvimento de um quadro docente com pesquisadores de excelência que sejam referência na área	X	X		X		X		D5	Desafio 5 - Modernização e Desenvolvimento Organizacional	
	AI-D4-02	Equipar laboratórios de pesquisa de acordo com as necessidades de cada área e das necessidades multiusuário		X		X						
	AI-D4-03	Expandir os ambientes de inovação				X					D6	Desafio 6 - Desenvolvimento Local, Regional e Nacional
D5	AI-D5-01	Possuir uma infraestrutura de engenharia e logística adequada, respeitando as premissas de acessibilidade e respeito ao meio-ambiente			X		X	X				
	AI-D5-02	Desenvolver as competências gerenciais, técnicas e de liderança necessárias para manter um nível de excelência					X					
	AI-D5-03	Modernizar a infraestrutura de TI para suportar as necessidades acadêmicas e administrativas		X			X			D7		Desafio 7 - Gestão Ambiental
AI-D5-04	Desenvolver um sistema de seleção e progressão docente com critérios que equilibrem ensino, pesquisa e extensão e as particularidades das diferentes áreas e níveis de ensino		X		X	X	X					

Figura 30: Relação de Objetivos da Dimensão Aprendizagem e Infraestrutura e os Desafios Institucionais aos quais estão relacionados.

Portanto, após compreender o enquadramento possível desta pesquisa no bojo das normativas da Instituição observada, levando em conta o conceito apresentado no item 5.12 Diretrizes da política de acessibilidade, cita-se:

A acessibilidade na UFSM é compreendida a partir das suas diferentes dimensões ou áreas, quais sejam: as áreas da comunicação e informação, arquitetura urbanística e nas edificações, nos transportes e na formação acadêmica e profissional. Vista dessa forma, a acessibilidade atenderá as condições de ingresso, permanência institucional com qualidade e participação social, a formação e a conclusão das metas de desenvolvimento profissional no que tange a atuação dos estudantes e servidores (PDI-UFSM-2016-2026, p.187).

Considerando o cotejado, baseado no segundo conjunto de dados desta pesquisa, obtidos pelo levantamento de dados primários, a fim de pontuar as

respostas qualitativas acerca do tema, apresento as seguintes questões (in)controvertidas, já organizadas pelas categorias indicadas no PDI (veja os dados brutos obtidos que puderam ser aproveitados nesta pesquisa):

Acessibilidade nas comunicações e informações

COMENTÁRIO 11: Dificuldade de comunicação com surdos.

COMENTÁRIO 17: Eu assisti a colegas reclamando que tinham surdos em aula e que era impossível trabalhar com eles. Acho que é possível, mas também não é somente colocar intérpretes com ensino médio para mediar a aula. Como terei certeza que os surdos estão construindo os conceitos como deveriam? É uma relação indireta. Deveríamos ser preparados como docentes e termos conhecimento de como diminuir as barreiras comunicacionais.

COMENTÁRIO 23: Falta de vídeo aula em libras.

COMENTÁRIO 35: Percebo que a comunidade acadêmica desconhece os caminhos aos quais pode buscar para que receba auxílio. O núcleo de acessibilidade deveria ser mais bem explorado e seu trabalho divulgado.

COMENTÁRIO 41: Servidor (...) com limitações físicas ao qual nunca foi dado suporte. (Suprimida identificação)

COMENTÁRIO 42: Sinto falta de maior interação com colegas com deficiência. Há pouca convivência e troca de experiências.

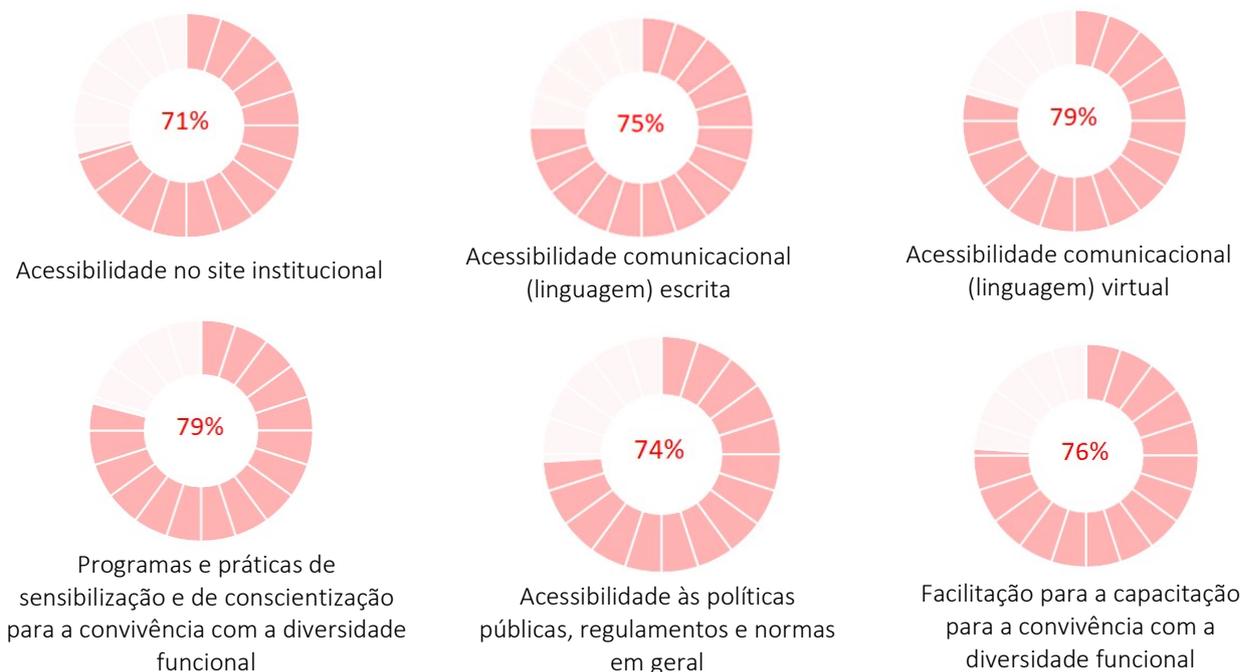
COMENTÁRIO 44: Temos um desafio quando falamos de diversidade, pois, muitos professores ainda buscam manter a padronização dentro de uma instituição que deveria ser pura diversidade.

COMENTÁRIO 47: Tive uma colega com deficiência visual que teve de desistir do curso por falta de assistência e tecnologia adaptadas a sua deficiência.

COMENTÁRIO 59: Pessoas com deficiência de natureza visual têm mais barreiras.

Abaixo, sugiro caminhos de aprimoramento:

Figura 45 - Sugestões de aprimoramento em acessibilidade nas comunicações e informações por potencial de capacidade



Fonte: Autora, 2019.

Acessibilidade arquitetônica e urbanística

COMENTÁRIO 2: Alguns centros não possuem rampas ou elevadores. Forçando algumas vezes a troca de sala em prol do acesso do aluno.

COMENTÁRIO 4: As rampas de acesso aos cadeirantes não seguem padrões e normas o que leva os cadeirantes a caírem ao tentar utiliza-las, já presenciei isso. Há uma descontinuidade da pista multiuso no campus essencial para cadeirantes.

COMENTÁRIO 7: Calçadas irregulares.

COMENTÁRIO 12: Dificuldade em localizar prédios dentro do contexto do campus.

COMENTÁRIO 22: Falta de rampa de acesso em algumas calçadas.

COMENTÁRIO 26: Há calçadas muito altas, dificultando a locomoção.

COMENTÁRIO 36: Precárias condições de acessibilidade aos ambientes/espços e a falta de materiais adequados para o aluno com deficiência poder desenvolver os seus estudos.

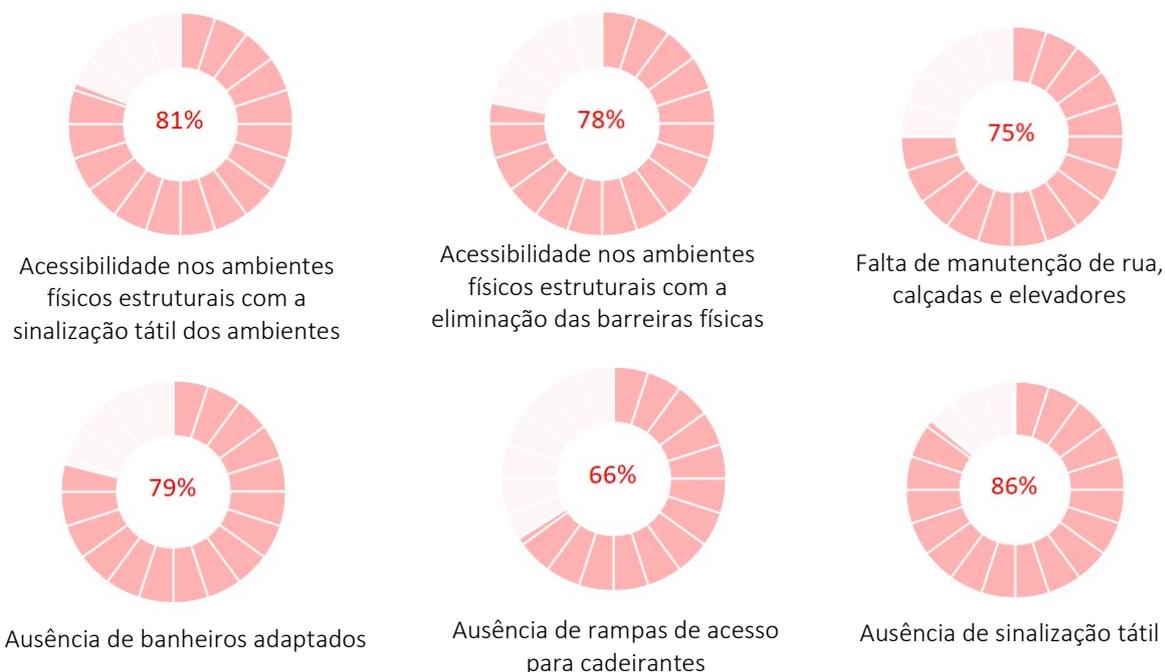
COMENTÁRIO 46: Tenho muita dificuldade de locomoção dentro do ambiente da universidade. Cadeiras e mesas não adaptadas, falta de consideração, atenção, respeito e sensibilidade da parte de professores.

COMENTÁRIO 62: Rampas com corrimão e emprego de tinta antiderrapante nas sinalizações horizontais.

COMENTÁRIO 63: Sala de recursos, banheiro adaptados, acesso físico a todos os ambientes, equipe multidisciplinar, tecnologia assistiva.

Abaixo sugiro caminhos de aprimoramento:

Figura 46 - Sugestões de aprimoramento em acessibilidade arquitetônica e urbanística por potencial de capacidade



Fonte: Elaboração da Autora, 2019.

Acessibilidade nos transportes

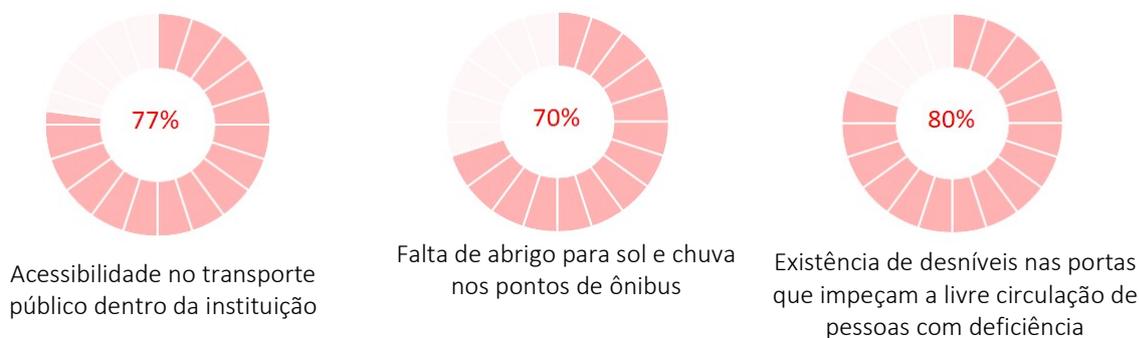
COMENTÁRIO 19: Falta de acesso a biblioteca para cadeirante, falta de rampa de acesso ao transporte, para cadeirante.

COMENTÁRIO 43: Situação como a vivenciada pelos alunos cadeirantes no uso do transporte que faz o trajeto para o CAMPUS da UFSM, que é praticamente inexistente. Estes alunos, na sua maioria, acessam a universidade por transporte privado.

COMENTÁRIO 46: Tenho muita dificuldade de locomoção dentro do ambiente da universidade. Cadeiras e mesas não adaptadas, falta de consideração, atenção, respeito e sensibilidade da parte de professores.

Abaixo sugiro caminhos de aprimoramento:

Figura 47 - Sugestões de aprimoramento em acessibilidade nos transportes por potencial de capacidade



Fonte: Autora, 2019.

Acessibilidade pedagógica

COMENTÁRIO 1: Acredito que ainda estamos iniciando um processo de adaptação tanto no que se refere a tecnologias assistivas como em acessibilidade da Universidade Federal de Santa Maria, muitos cursos não tem acessibilidade para que os alunos com deficiência tenham os mesmos direitos de acesso à educação e liberdade nas dependências do campos, visando que a lei prevê esses direitos desde a constituição federal essas adequações deveriam estar plenamente implementadas, porém o que se vê são grotescas adaptações que em sua maioria não atendem as condições mínimas de acessibilidade e muito menos permanência desses alunos.

COMENTÁRIO 8: Colega com deficiência visual que por diversas vezes enfrentou dificuldades em aula. Como de acesso ao moodle, letras pequenas nas provas, dificuldade na disponibilização de slides e materiais escritos.

COMETÁRIO 13: Durante a realização da docência orientada em determinada turma, havia um aluno cego e percebi que pouco ou raramente se fala sobre acessibilidade ou se treina docentes para lidar com tal diversidade, por exemplo.

COMENTÁRIO 15: Enfrentei situações de adaptação a necessidades especiais de estudantes com deficiências ou perdas visuais e auditivas e tive dificuldades em utilizar técnicas, instrumentos e estratégias de ensino para atender às suas necessidades em razão da falta de capacitação para tanto. O núcleo de acessibilidade, até o momento, não ofereceu capacitação para tanto, apenas tendo enviado mensagens eletrônicas para informar que a docente deveria realizar adaptação de materiais utilizados na disciplina para estes estudantes, sem maiores explicações ou capacitação para fazê-lo. Fui informada, no entanto, em curso para novos servidores, de

que se está estruturando curso de capacitação nesta temática, o qual será, em breve, disponibilizado, e que pretendo cursar.

COMENTÁRIO 16: Estudantes que não conseguiam acessar material por não enxergar e não ter material adaptado.

COMENTÁRIO 29: Nada a ponderar, exceto cadeiras para canhotos.

COMENTÁRIO 35: Percebo que a comunidade acadêmica desconhece os caminhos aos quais pode buscar para que receba auxílio. O núcleo de acessibilidade deveria ser mais bem explorado e seu trabalho divulgado.

COMENTÁRIO 36: Precárias condições de acessibilidade aos ambientes/espços e a falta de materiais adequados para o aluno com deficiência poder desenvolver os seus estudos.

COMENTÁRIO 37: Presenciei casos de não permanência de estudante, um deles, de uma colega surda, no curso de graduação, devido à dificuldade que enfrentava, como por exemplo: muitas noites de aula sem intérprete, leitura e interpretação de textos acadêmicos, comunicação com os demais colegas, entre outros enfrentamentos de cunho pessoal.

COMENTÁRIO 48: Trabalhos em grupos com deficientes auditivos é uma impossibilidade, por ausência do entendimento de libras, ou disciplinas audiovisuais e estéticas com deficientes visuais (incapacidade do professor explicar o conteúdo).

COMENTÁRIO 49: Um aluno com nanismo sem mesa e cadeira adaptada.

COMENTÁRIO 54: Em parte, cadeiras para canhotos existem poucas.

COMENTÁRIO 60: Psicoterapia gratuita.

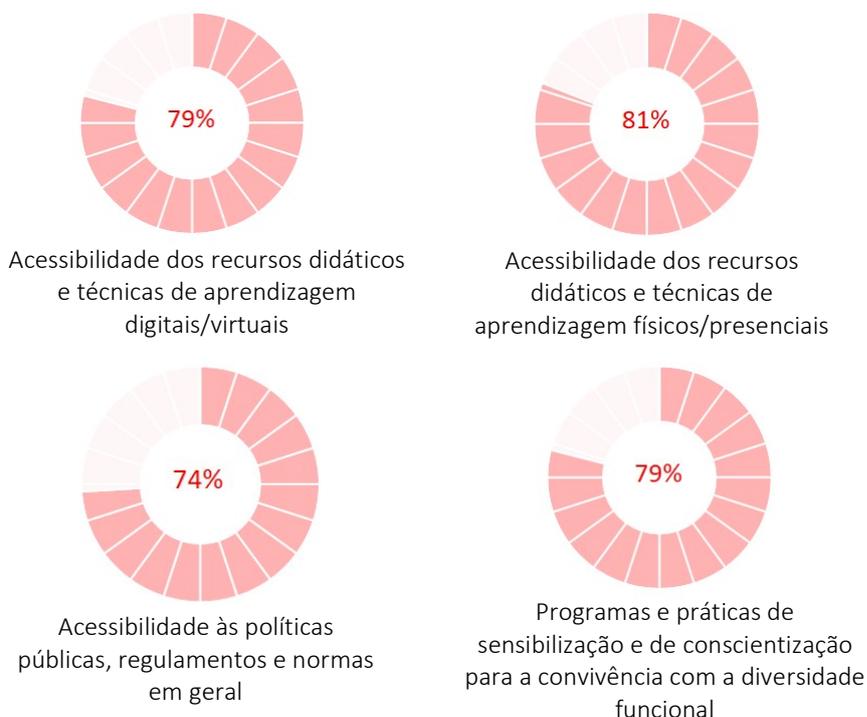
COMENTÁRIO 61: Quando não tive provas ampliadas.

COMENTÁRIO 63: Sala de recursos, banheiro adaptados, acesso físico a todos os ambientes, equipe multidisciplinar, tecnologia assistiva.

COMENTÁRIO 64: Tecnologia assistiva à disposição.

Abaixo sugiro caminhos de aprimoramento:

Figura 48 - Sugestões de aprimoramento em acessibilidade pedagógica por potencial de capacidade



Fonte: Autora, 2019.

Acessibilidade atitudinal

- COMENTÁRIO 6: Barreiras informacionais e de comunicação presentes em praticamente todo conteúdo online da instituição. E muita barreira atitudinal por parte dos docentes, pesquisadores e desenvolvedores da instituição.
- COMENTÁRIO 10: Desde o primeiro momento em que a instituição soube de minhas necessidades especiais, recebi uma atenção especial. Tive a possibilidade de me matricular em pouquíssimas matérias (exigem número mínimo de créditos, sendo que para mim foi dispensado). Uma mesa adaptada foi feita para minha cadeira de rodas. E em relação ao convívio com os demais não posso dizer que tive problemas ou casos de discriminação evidentes, mas o número reduzido de pessoas com diversidades funcionais dentro de uma instituição de ensino superior evidência, aos meus olhos, uma limitação as demais pessoas, no sentido de quando uma cadeirante (no meu caso) se faz presente e se mostra "igual", isso surpreende, espanta, digo limitação no sentido de que elas acabam por não tem um convívio e quando tem ocorre isso, ou então se desenvolve como uma discriminação. Outra situação recente ocorreu quando tivemos uma prova oral e no relatório individual feito pelo professor aos alunos o professor fez menção várias vezes "ainda que tenha limitação física", sendo que a prova era oral e não necessitava de nenhuma mobilidade física para tal.
- COMENTÁRIO 24: Fofoca.
- COMENTÁRIO 25: Há a completa indiferença pelas pessoas, que têm um aparente receio de apenas perguntar e entender a diferença do próximo. Pensam que inclusão se faz com indiferença.
- COMENTÁRIO 28: Muita demagogia.
- COMENTÁRIO 30: Não estamos preparados para sermos auxiliares de pessoas com diversidade funcional.
- COMENTÁRIO 34: No primeiro semestre da graduação, logo que ingressei na Universidade, frequentei o Núcleo de Acessibilidade da UFSM, mas ao fim do semestre resolvi suspender minhas visitas, pois acreditava que a educadora especial que me atendia não trazia pautas relevantes para minhas dificuldades. Também gostaria de ressaltar que fiz algumas cadeiras com uma menina surda de outro curso, foi muito bom saber que mesmo necessidades "extremas" (uso esse termo porque para mim era uma novidade alguém com uma limitação ainda maior que a minha frequentar uma turma "normal", comandada por um professor despreparado) ela conseguia acompanhar o andamento da disciplina. Dentre essas três cadeiras que cursamos juntas, duas intérpretes a auxiliavam. Percebi que uma delas era muito mais atenciosa, não deixava nada passar sem que a aluna compreendesse. Já a outra, às vezes, não "traduzia" toda a fala do professor e isso me inquietou. Acredito que, por também possuir limitações físicas, gostaria que ela fosse contemplada por todo o conteúdo, assim como os outros alunos, sem que faltassem partes da fala do professor. Enfim, gostaria apenas de deixar registrado que todos temos direito a aprendizagem de qualidade.
- COMENTÁRIO 38: Professores com medo de "queimarem o filme" do curso por ter alguém com minha incapacidade frequentando ou futuramente se formando na instituição. Vi isso em redes sociais e pessoalmente.
- COMENTÁRIO 40: Gostaria de reforçar a necessidade de vontade política institucional e não centrada em alguns profissionais para que atinjamos esta qualidade.
- COMENTÁRIO 44: Temos um desafio quando falamos de diversidade, pois, muitos professores ainda buscam manter a padronização dentro de uma instituição que deveria ser pura diversidade.
- COMENTÁRIO 45: Tenho dificuldade com a utilização para realizar trabalhos no computador e ocorrer uma dificuldade para obter ajuda, indicam pessoas que cobram, os funcionários as vezes dizem que não é sua função em ajudar. Gostaria de fazer um curso e quando tem curso eles cobram e colocam num horário

das nossas aulas, estou desempregada, e não sou aposentada e sou aluna bolsista. Preciso de ajuda.

COMENTÁRIO 46: Tenho muita dificuldade de locomoção dentro do ambiente da universidade. Cadeiras e mesas não adaptadas, falta de consideração, atenção, respeito e sensibilidade da parte de professores.

COMENTÁRIO 50: A maioria dos professores do meu curso são extremamente atenciosos e dispostos a fazer o possível para que eu me sinta inclusa. Entretanto, a coordenação do curso, às vezes, não notifica os novos professores sobre mim e minhas necessidades, então eu acabo tendo que me apresentar e expor minhas limitações a eles no primeiro dia de aula.

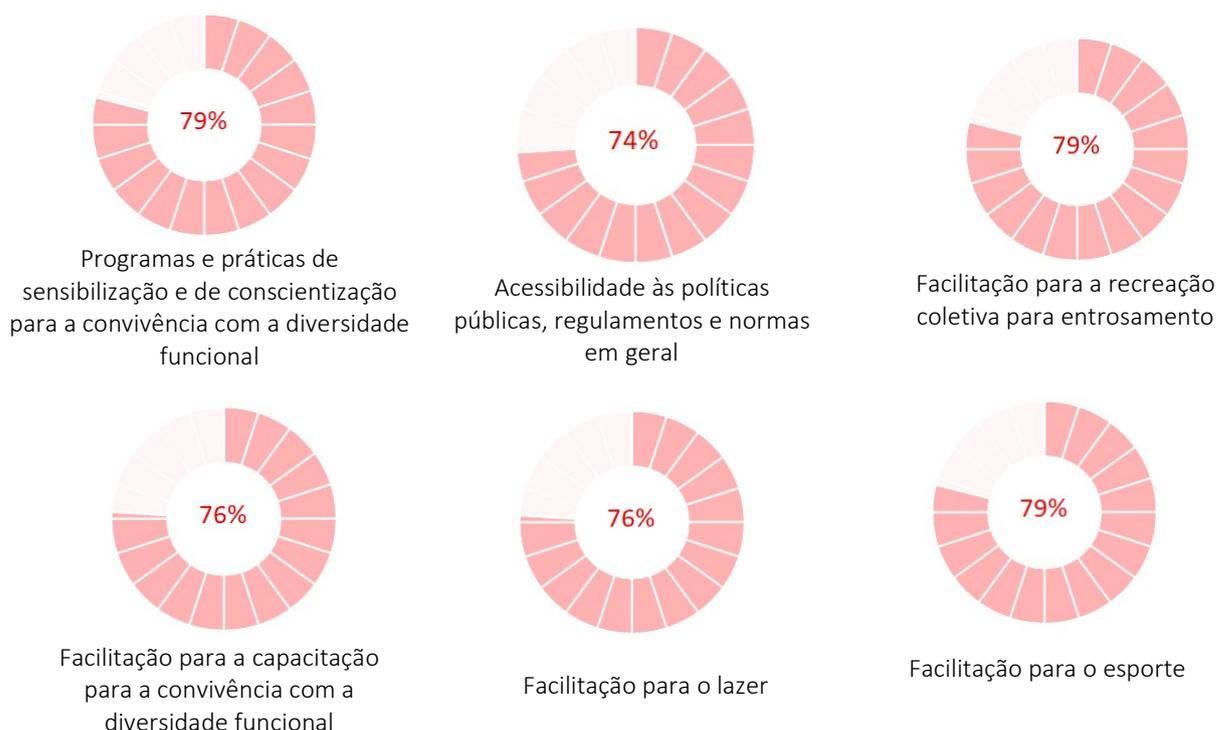
COMENTÁRIO 53: Conscientização e melhorar a pedagogia (muita demagogia).

COMENTÁRIO 55: Está começando. Precisa mais investimento institucional. Não basta só responsabilizar os profissionais.

COMENTÁRIO 58: Interesse de alguns professores sobre assuntos que fogem da "normalidade".

Abaixo sugiro caminhos de aprimoramento:

Figura 49 - Sugestões de aprimoramento em acessibilidade atitudinal por potencial de capacidade



Fonte: Autora, 2019.

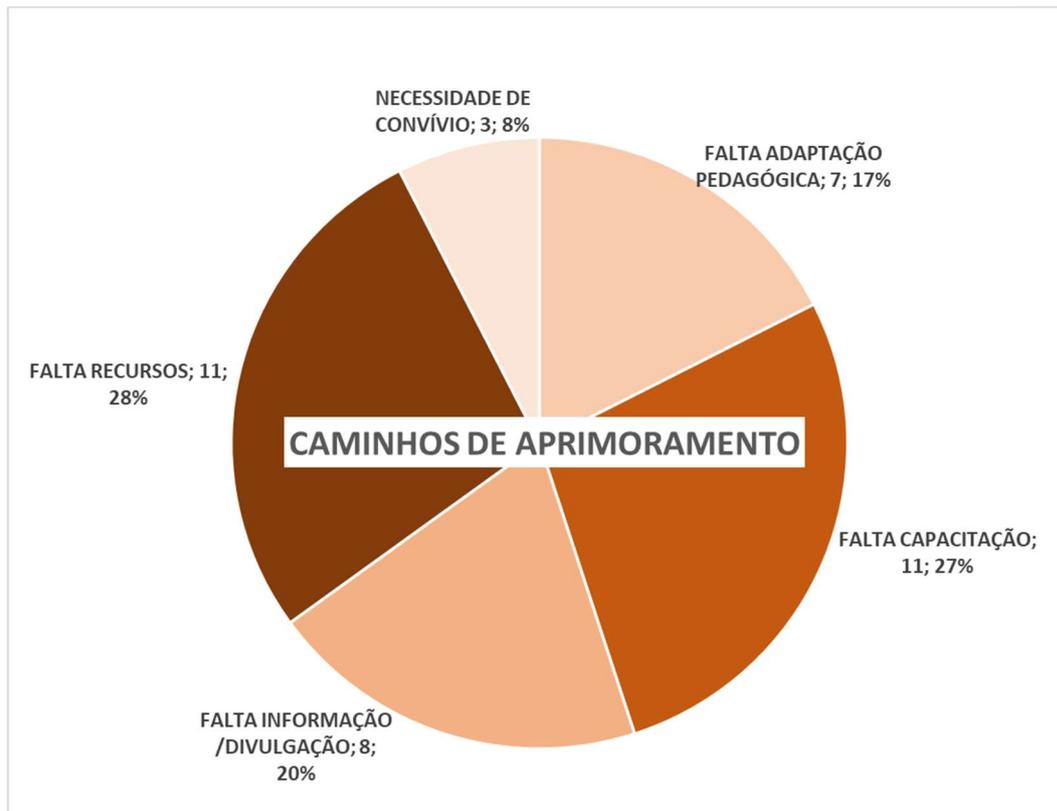
23) Após analisar os comentários (para saber mais, veja o relatório de trabalho, no qual é demonstrado o procedimento da análise de conteúdo, síntese apresentada em apêndice), tem-se o seguinte resumo dos dados qualitativos sociais: o sentimento prioritário é negativo, representando 69% das falas, seguido pelo sentimento neutro (20%) e o sentimento positivo (11%).

Figura 50 - Sentimento demonstrado nos comentários dos respondentes



Fonte: Autora, 2019.

Figura 51 - Da sugestão de caminhos de aprimoramento em atendimento as demandas levantadas



Fonte: Autora, 2019.

2.3.4 Fim da jornada: síntese dos dados primários qualitativos sociais: premissas levantadas e novas suscitações para reflexão

- 24) A questão da necessidade de mudanças fica evidente na análise qualitativa social, especialmente com relação à falta de recursos e à necessidade de maior inclusão pela adaptação de processos institucionais pedagógicos.
- 25) Existe um interesse na capacitação do uso de tecnologias assistivas e de educomunicação.
- 26) Há demanda de ações que trabalhem a acessibilidade comunicacional/informacional, bem como a acessibilidade atitudinal.
- 27) Existe a dúvida: se os trabalhos e serviços do núcleo de atendimento são bem divulgados, ou se realmente não conseguem suprir as necessidades da comunidade. Há uma inclinação para a informação de falta de divulgação do que é feito.
- 28) Existe a dúvida: sobre a vontade institucional de superar os obstáculos apontados. Há uma inclinação à premissa de dificuldade de diálogo na tríade: docente-aluno-instituição. PDI-UFSM tem previsão de inclusão (2016-2026), apontando um reforço na vontade institucional, porém, ainda em fase de implantação de ações e medidas.

Por fim, vale fazer novas indagações, sobre as premissas de análises quantitativas categóricas (I a V) e as premissas de análises qualitativas quantificáveis (IV a IX). Apresento as questões que a serem discutidas no decorrer deste estudo ou em desdobramentos desta pesquisa:

I) Existe alguma característica representativa que se possa definir como justificativa desta clara diferença positiva da região Nordeste na análise “a.2”? Em pesquisa preliminar, para tentar explicar estes dados, somente localizei informações sobre o Atlas do Censo Demográfico de 2010 e o Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo; este último traz um artigo sobre os desafios para a produção de indicadores sobre pessoa com deficiência – ontem, hoje e amanhã, disponível na biblioteca do IBGE. Esse artigo não foi aqui aproveitado, mas traz informações significantes do contexto histórico de um esforço de retratação da pessoa com deficiência. Inclusive traz amostragem de outras esferas que não o Brasil. (BOTELHO; SIMÕES; ATHIAS,

2018). Não encontrei uma explicação para tal resultado, apenas detalhamento técnico e demonstrações gráficas.

II) Existe alguma característica representativa que se possa definir como justificativa desta clara diferença negativa para a região Sul na análise “A.3a”? A explicação parcial coloca em xeque a premissa que forma a questão, pois, quando da observação dos resultados do PNE, que apresenta para a região Sul alto índice de aproveitamento, levando em consideração unicamente o acesso ao ensino superior, bem como a constatação de que incluir pelo acesso não garante a permanência, participação e aprendizagem das pessoas com diversidade funcional. Esta questão demandaria mais pesquisas para encontrar algum indicativo aqui não mensurado que possa ter grande impacto sobre esses resultados, ficando assim sem uma resposta potencial de justificção para a discrepância destes dados quantitativos categóricos.

III) Existe alguma característica representativa que se possa definir como justificativa desta clara diferença negativa para a região Sul na análise “A.3b”? A explicação parcial coloca em xeque a premissa que forma a questão, pois, quando da observação dos resultados do PNE, que apresenta para a região Sul alto índice de aproveitamento, levando em consideração unicamente o acesso ao ensino superior, bem como a constatação de que incluir pelo acesso não garante a permanência, participação e aprendizagem das pessoas com diversidade funcional. Esta questão demandaria mais pesquisas para encontrar algum indicativo aqui não mensurado que possa ter grande impacto sobre esses resultados, ficando assim sem uma resposta potencial de justificção para a discrepância destes dados quantitativos categóricos.

IV) Existe alguma justificativa para que, mesmo com a precariedade financeira apontada para a região Nordeste, esta sempre se destaque nas demais análises acima? E, existe alguma justificativa para que o Sudeste, nas análises acima, item “A.4”, não se destaque, tendo em vista a clara potencialidade econômica? Os relatórios do TCU trazem apenas dados brutos de observação, neste ponto é bem possível que existam contextos sociais-econômicos-históricos-culturais que devem ser levados em consideração, mas que, por ora, não foi possível desenvolver.

V) Existe alguma justificativa para que o Sul se destaque de forma positiva que possa levar ao afastamento do resultado da análise “A.2” que dá destaque significativo para o Nordeste? Encontrada informação junto ao PNE que põe em xeque os resultados deste tópico, bem como dos tópicos “A.3.a” e “A.3.b”. A probabilidade de que existam contextos sociais-econômicos-históricos-culturais que possam vir a

serem considerados é grande, levando em conta o desenvolvimento realizado no Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo (BOTELHO; SIMÕES; ATHIAS, 2018).

VI) Quais as propostas institucionais para a inclusão e permanência dos alunos com necessidades especiais? Respondido parcialmente, tópicos 21 e 22.

VII) Existe vontade institucional para propor mudanças de acessibilidade educacional e acessibilidade nas comunicações e informações? Respondido parcialmente, tópico 28.

VIII) A comunidade institucional como um todo pode participar de que forma para que as mudanças de acessibilidade atitudinal ocorram? Respondido parcialmente, tópico 23.

IX) Quais possibilidades de capacitação na usabilidade da educomunicação como tecnologia assistiva são possíveis? Respondido parcialmente, tópico 22.

2.3.5 Fim da jornada realizada: testagem da hipótese de pesquisa

A testagem da hipótese de pesquisa, qual seja, de que a práxis da educomunicação como possível tecnologia assistiva, visando acessibilidade às pessoas com diversidade funcional, poderá potencializar a formação integral e o desenvolvimento social, a nível teórico e conceitual, apresenta-se viável de implantação, pelas premissas:

- a) desde que a educomunicação encontrou ressonância nos instrumentos normativos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mesmo que, em contrapartida, pareça não existir subsídios suficientes para a efetivação destas políticas públicas para além do acesso ao ensino superior, conforme observado no PNE;
- b) que os temas da inclusão e da acessibilidade estão sendo tratados em larga escala pela legislação e no campo científico, estando pacificado o direito ao atendimento especializado para todas as pessoas com necessidades educacionais especiais;
- c) que existe a possibilidade de enquadramento da educomunicação com a tecnologia assistiva: c.1) como ajuda técnica para a educação, com foco de ação no indivíduo de tecnologia assistiva para comunicação e acesso à informação, e, c.2) de cultura de acessibilidade, com foco de ação nos

indivíduos e na sociedade, pela conscientização e de planejamento de políticas públicas e institucionais para equiparação de oportunidades de acesso – que ora complemento, inclusive, para a permanência, participação e aprendizagem real; e,

- d) que existe potencial da educomunicação como tecnologia assistiva pela percepção de que se fala em uma estratégia para a mudança no pensar e agir, refletindo uma necessária mudança cultural de respeito e reconhecimento do outro, de liberdade com relação ao significado do que é tido como valor numa sociedade, bem como da potencialidade de criar autonomia quando do desenvolvimento de ações educacionais, que combina com o ponto “c” acima, sendo que a educomunicação como tecnologia assistiva seria, primeiro, uma ferramenta metodológica estratégica para a inclusão, portanto, uma ajuda técnica e/ou tecnologia assistiva para comunicação e acesso à informação.

A testagem da hipótese, pelo âmbito institucional, também, apresenta-se viável de implantação, pelas premissas:

- e) o Brasil está entre os países mais inclusivos da América Latina, mesmo que pela existência de garantias legais e não necessariamente a efetivação destas no cotidiano e, que o estado do Rio Grande do Sul, bem como o município de Santa Maria são referência quanto ao monitoramento da meta 12, indicador 12A do PNE, que trata da taxa bruta de matrículas na graduação, viabilizando o foco do objeto empírico escolhido para a realização deste estudo de caso, junto a população da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM);
- f) que o PDI da instituição estudada tem objetivos estratégicos e institucionais que podem vir a abarcar as possibilidades de políticas públicas apresentadas;
- g) existe uma ampliação do acesso ao ensino superior ao longo do tempo, aqui observada a nível de Brasil e institucional;
- h) que se tem o reconhecimento pela instituição observada de fraquezas e oportunidades que este estudo pode vir a impactar;

- i) que incluir pelo acesso, trabalhando-o no bojo normativo, não garante a tão desejada educação inclusiva, permanecendo uma lacuna em políticas públicas para a permanência, participação e aprendizagem real das pessoas com diversidade funcional; e,
- j) que mesmo apresentando potencialidade de efetivação, a educomunicação, como estratégia de tecnologia assistiva a ser empregada pelos docentes, discentes e tutores do meio universitário, necessita de formação especializada, conforme pesquisas adjacentes realizadas sobre o tema com outros recortes e a confirmação desta premissa com o cotejo qualitativo social desta pesquisa.

CONCLUSÃO

Observada a lacuna existente nas normativas especializadas acerca da não abrangência de aprimoramentos e nos índices de monitoramento da universalização do acesso inclusivo ao ensino superior como política nacional, o que gera precariedade na continuação das políticas públicas institucionais de acesso inclusivo, já que inexistente a garantia do direito a educação para além deste mesmo acesso, ou seja, para a permanência, participação e aprendizagem real, esta pesquisa busca trazer uma nova potencialidade de acessibilidade ao ensino superior brasileiro das pessoas com diversidade funcional pela práxis da educomunicação como tecnologia assistiva.

Esta Dissertação de Mestrado trouxe como problema saber quais os obstáculos e as perspectivas para a educomunicação como tecnologia assistiva, apresentando-se como mecanismo de instrumentalização para a efetivação do direito à educação, para além do acesso ao ensino superior e, sim, para inclusão, permanência, participação e aprendizagem inserida num sistema educativo realmente inclusivo. Por não ter encontrado materiais para a resolução do problema proposto, realizei um esforço para apresentar premissas contextuais que pudessem dar indicativos de solução à essa questão e versaram sobre a união dos conceitos de educomunicação e tecnologia assistiva. São premissas contextuais quantitativas, contextuais de significância histórico-social teórico e popularidade em rede digital, contextuais legais e jurisprudenciais, além de outras premissas levantadas nas análises realizadas de potencialidade desta união entre áreas transdisciplinares supostamente independentes. Isso foi feito com o fim de compor o bojo da testagem da hipótese desta pesquisa e da práxis da educomunicação como possível tecnologia assistiva, visando acessibilidade e como forma de potencializar a formação integral e o desenvolvimento social das pessoas com diversidade funcional.

Elejo as seguintes premissas incontroversas desta pesquisa:

A. A educomunicação é um direito de todos, podendo assumir um caráter de metodologia de ação quando mediante planos globais de políticas públicas, tal qual Soares (2009) nos ensina;

B. Que a educomunicação, se reconhecida como metodologia de ação, passa a ter status de técnica universal para alcançar qualquer objetivo, deixando de

ser um meio para ser um fim a ser alcançado, viabilizando, posteriormente, buscar outros fins, conforme Galimberti (MARX, s.d. apud GALIMBERTI, 2015) desenvolve em seus estudos;

C. Que a educomunicação deve se dar pela efetivação do direito à educação em Direitos Humanos, que ultrapassa o conceito tradicional de processo cognitivo de aprendizagem, para desenvolver no educando uma formação ético-moral e uma transformação no seu modo de ver o mundo, como se pode confirmar contrapondo as orientações da ONU na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e os ensinamentos de Paul Martin (2004).

D. A educação em direitos humanos nesse formato é muito próxima do que a práxis da educomunicação perpassa como essencial para a formação dos seres humanos para a cidadania e solidariedade, conforme ensinamentos de Soares (2004).

E. Os conceitos, de forma abrangente, tratam tanto a educomunicação como a tecnologia assistiva como áreas do conhecimento, de característica interdisciplinar, nas quais tecnologia assistiva conglomera: produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços, que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015). E, educomunicação como práxis, que tem como vertente sustentar o diálogo, abrindo o espaço para o conhecimento crítico e criativo, fortalecendo o ecossistema comunicativo educacional, voltados para a formação cidadã e a solidariedade presente nas dinâmicas de ensino-aprendizagem. Isso tudo sendo uma proposta de convergência tecno-educativa necessária para os sujeitos estarem aptos a transitarem na universalidade do conhecimento em rede posto atualmente.

F. Os temas da inclusão e da acessibilidade estão sendo tratados em larga escala pela legislação e no campo científico. Já os temas da educomunicação e da tecnologia assistiva são tratadas em menor escala, como já comentado anteriormente, pois são termos muito específicos de cada área e não os encontrei unidos em quaisquer referências, abrindo espaço para discussões acerca das possíveis ações de instrumentalização.

G. Existe a necessidade de um desenvolvimento de meios e métodos para a inclusão das pessoas com diversidade funcional, sendo a educomunicação como tecnologia assistiva uma forma possível de se tratar tal demanda, levando em conta

as etapas das práticas educomunicativas a) integrar às práticas educativas o estudo sistemático dos sistemas de comunicação; b) criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos; e, c) melhorar o coeficiente expressivo e comunicativo das ações educativas, conforme já referido por SOARES (2004a).

H. Escolho trabalhar com o novo entendimento de percepção social das pessoas com deficiência, o modelo social, nominando-os pessoa com diversidade funcional, termo que propõe que as pessoas com alguma incapacidade ou necessidade especial podem contribuir para com as necessidades da comunidade na mesma medida que outras pessoas sem deficiência, a partir do reconhecimento e respeito de sua condição de pessoa diferente, conforme debatido por Palacios e Romañach (2006).

I. Busco defender que as políticas devem dar prioridade às mudanças no ambiente e o tratamento da questão deve ser retratado como uma responsabilidade pública, tal qual Piccolo e Mendes (2012) ensinam.

Após desenvolver estudos preliminares, no âmbito da educação à distância – recorte não trabalhado aqui – verifiquei que a educomunicação como tecnologia assistiva trazia uma perspectiva que se apresentava como passível de implementação para aprimoramento das políticas públicas de acessibilidade e inclusão social.

Desta maneira, após o levantamento de dados de duas frentes, utilizando uma abordagem de método misto, o projeto sequencial explanatório permitiu o levantamento i) de dados quantitativos secundários e primários, visando o entendimento geral da temática e da problemática em tela pelo delineamento de um objeto empírico de análise e, ii) de dados qualitativos que pudessem refinar e explicar os resultados estatísticos descritivos apresentados no estudo de caso representativo, realizado com a população da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Num cotejo geral, os dados quantitativos secundários, apreciados na etapa I, foram uníssonos em evidenciar uma fragilidade no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as pessoas com diversidade funcional. Isso foi confirmado, em certo nível, pela etapa II, já que mesmo o Brasil estando entre os países que mais incluem na América Latina, bem como o estado do Rio Grande do Sul e o município de Santa Maria/RS, estejam também bem pontuados no monitoramento das ações do PNE quanto à universalização do acesso ao ensino superior. Confirmou-se, em etapa II e III, que apenas garantir direitos no corpo normativo não garante a participação,

permanência e aprendizagem das pessoas com diversidade funcional no ensino superior.

Porém, resta evidente nesta pesquisa que existe vontade institucional de agir para além do acesso pela universalização do ensino superior, traçando objetivos institucionais e estratégicos de planejamento de ações ao enfrentamento dos desafios existentes para a efetivação de uma educação realmente inclusiva.

Principalmente na sociedade que vivemos, que é dinâmica, fluída, acelerada pelo desenvolvimento informacional, retratada pelas conexões em rede, enfrentando influências de intencionalidade, geradas pela globalização, ao mesmo tempo que os sujeitos buscam resguardar sua individualidade, seus valores locais, com o desejo de não perder a possibilidade de se fazer ouvir e, agora fazer parte, do planejamento de ações e/ou políticas públicas para uma verdadeira inclusão social.

Assim, enquadrei o encontro da educomunicação como tecnologia assistiva como prática metodológica estratégica, que pode vir a ser instrumentalizada a) como ajuda técnica para a educação, com foco de ação no indivíduo de tecnologia assistiva para comunicação e acesso à informação, bem como, b) de cultura de acessibilidade, com foco de ação nos indivíduos e na sociedade, pela conscientização e de planejamento de políticas públicas e institucionais para equiparação de oportunidades de acesso, permanência, participação e aprendizagem real.

Esta definição confirma a hipótese de pesquisa a nível teórico-conceitual e no âmbito dos objetivos estratégicos e institucionais, pois a efetivação do direito à educação em direitos humanos, perfectibilizado pela implantação de aprimoramento dos ecossistemas comunicativos dos espaços educacionais e dos sistemas educativos de gestão universitária, mostrou-se viável, pela aceitabilidade da ideia no âmbito institucional, sendo necessária a capacitação e formação para tal ação.

Agora, é preciso pensar em ações de instrumentalização desta nova possibilidade de metodologia de ação para a acessibilidade, preferencialmente atendendo aos nichos de conscientização para enfrentamento das barreiras atitudinais por parte de toda a coletividade acadêmica, bem como das barreiras comunicacionais e informacionais. Digo isso pela percepção de que existe uma dúvida sobre a vontade institucional de superar os obstáculos apontados. Ao que se ponderou que há uma inclinação à premissa de dificuldade de diálogo na tríade: docente-aluno-instituição, mas também há previsão de inclusão de formação e ações

no PDI-UFSM (2016-2026) indicando um reforço na vontade institucional, porém, ainda em fase de implantação de ações e medidas.

Enfim, com o cotejo de diversos pontos acerca da acessibilidade existente na instituição observada, inclusive dos instrumentos de gestão interna, verifiquei que apenas se faz necessário incrementar as ações para: a) melhor divulgar as ações de capacitação (“o núcleo de acessibilidade deveria ser mais bem explorado e seu trabalho divulgado.”), já que a emergência de uma educação inclusiva existe, “*todos temos direito à aprendizagem de qualidade*”; b) diagnosticar o porquê da evasão, pois falas como “*a educadora especial que me atendia não trazia pautas relevantes para minhas dificuldades*”, “*muitas noites de aula sem intérprete, leitura e interpretação de textos acadêmicos, comunicação com os demais colegas*” denotam desamparo; e, como sugestão de ação educacional como tecnologia assistiva: c) trabalhar com foco em desenvolver mais recursos educacionais para a conscientização, tentando desmistificar a ideia de compartimentação de direitos em subgrupos, pois falas como “*pensam que inclusão se faz com indiferença*” denotam um afastamento que prejudica ações futuras de acessibilidade atitudinal, como estas “*no relatório individual feito pelo professor aos alunos o professor fez menção várias vezes ‘ainda que tenha limitação física’, sendo que a prova era oral e não necessitava de nenhuma mobilidade física para tal*”, “*docente deveria realizar adaptação de materiais utilizados na disciplina para estes estudantes, sem maiores explicações ou capacitação para fazê-lo*”.

Sabe-se que a instituição vem pensando cursos de capacitação e formação especializada, e esta demanda restou emergente das falas qualitativas acima e praticamente um rogo de ação imediata: “*não estamos preparados para sermos auxiliares de pessoas com diversidade funcional*”. E, com base na fala “*gostaria de reforçar a necessidade de vontade política institucional e não centrada em alguns profissionais para que atinjamos esta qualidade*”, deixo a consideração que estas ações demandam uma injeção de recursos ao núcleo de acessibilidade. Vou além para dizer, principalmente, recursos humanos especializados. Para tanto, deixo a sugestão para que a ação seja coordenada com participação de departamentos da comunicação, por exemplo, já que da educação se sabe que existe a possibilidade de estágio, porém, esta parceria com os discentes, não supre a necessidade de recursos humanos capacitados à disposição para fazer qualquer incremento em políticas

públicas voltadas para a inclusão pelo meio da educomunicação como tecnologia assistiva.

Um modo que fica à guisa de sugestão, pensando-se em políticas de permanência e participação, em atendimento a demanda: “*sinto falta de maior interação com colegas com deficiência. Há pouca convivência e troca de experiências*”, é que as ações se deem de forma descentralizada, preferencialmente pelo chamado de pessoas com diversidade funcional para propor as pautas a serem tratadas, que poderiam ser registradas em audiovisual para posterior disseminação no meio acadêmico.

Em tempo, vale dizer que quaisquer ações planejadas para a instrumentalização da educomunicação como tecnologia assistiva precisam estar alinhadas ao desafio “Desenvolver soluções inovadoras para a inclusão produtiva e social” previsto na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCIT) 2016-2022, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Conforme lá está indicado: novas tecnologias e sua disseminação contribuem significativamente para a inclusão social e para a redução das desigualdades de oportunidade e de inserção ocupacional. As tecnologias assistivas, por exemplo, são essenciais para a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais e para a criação de oportunidades iguais para todos. Este tem sido um campo novo e estratégico de atuação do MCTIC, que participa do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Viver sem Limite, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Seguridade Social. E, também, alinhada com os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES (Decreto nº 7.234/2010), que embasa o Programa Incluir: acessibilidade na Educação Superior (SECADI/SESu, 2013).

Finalmente, acredito que o objetivo desta pesquisa, que era investigar os obstáculos e as perspectivas do direito à educação das pessoas com diversidade funcional, mediada pela práxis da educomunicação como tecnologia assistiva e possível meio potencializador da formação integral e de desenvolvimento social, perpassando pelos seguintes objetivos específicos: a) coleta e tabulação por categorias de dados quantitativos e qualitativos quantificáveis escolhidos para análises de contexto, para após conhecê-los qualitativamente; b) identificando as questões (in)contravertidas acerca do tema; e, enfim, c) analisar as possibilidades e

os desafios para a efetivação do direito à educação inclusiva mediada pela práxis da educomunicação como tecnologia assistiva; fora realizado a contento.

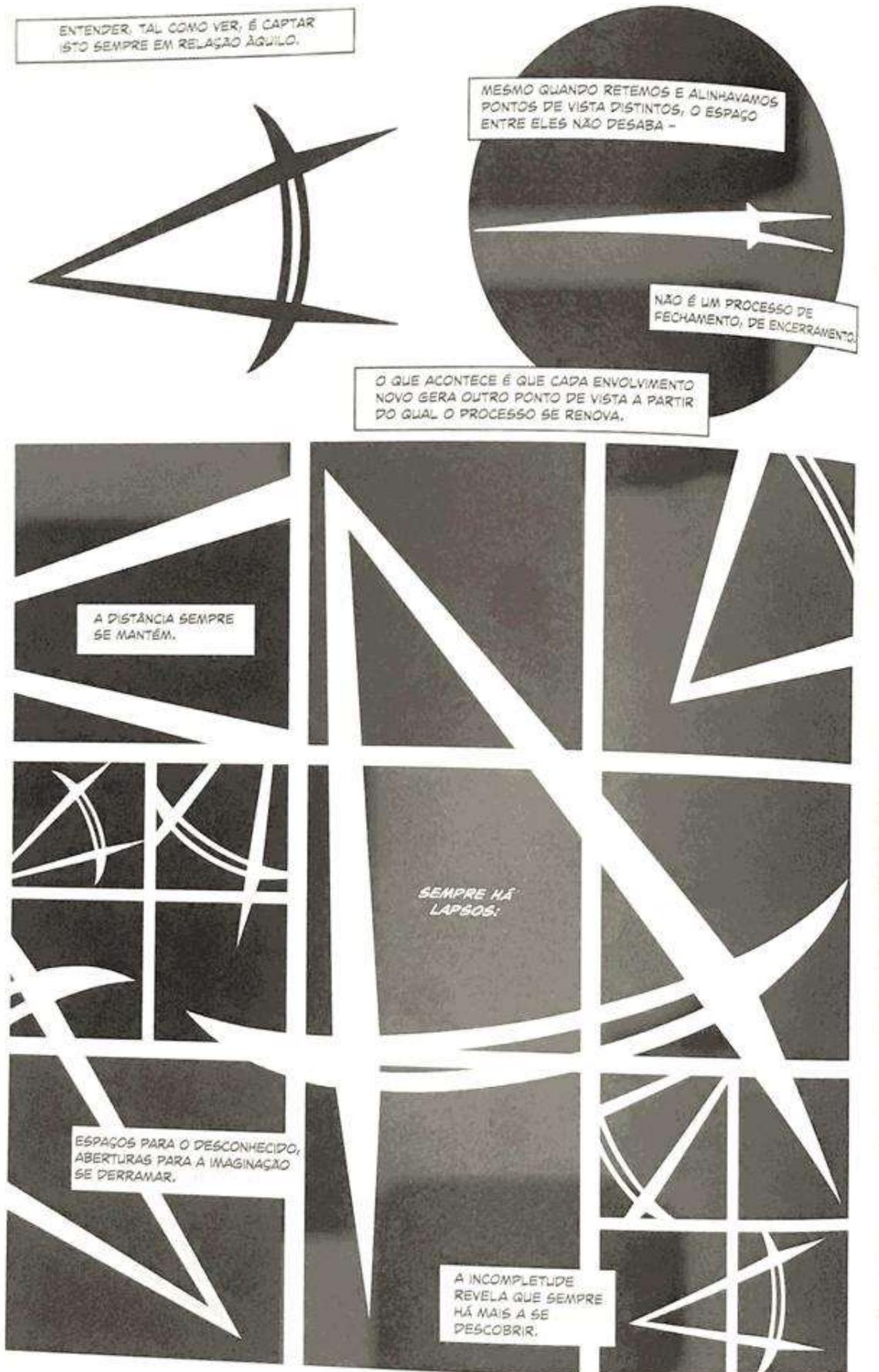
Da hipótese testada e confirmada, tem-se um conceito aplicável ao uso do termo “educomunicação como tecnologia assistiva”, bem como um diagnóstico de que existe interesse e ânimo em desenvolver ações que incrementem e aprimorem os sistemas educacionais da Instituição observada. E, ainda, este estudo pode eleger demandas passíveis de execução pela gestão administrativa de forma imediata, quais sejam: a) revisão dos recursos apontados como faltantes para a acessibilidade ideal; b) capacitação para b.1) compreender as necessidades das pessoas com diversidade funcional, b.2) diagnosticar situações que possa haver a intervenção do núcleo de acessibilidade pelo cumprimento e reconhecimento do item “b.1” acima, b.3) execução de técnicas de adaptação de recursos e materiais; b.4) técnicas de capacitação continuada para a qualificação destes replicadores de conhecimento; c) divulgação em diversos meios dos trabalhos desenvolvidos pelo núcleo, pois o site e as redes sociais da forma que se encontram atualmente, parecem ser insuficientes; e, d) ações “viva a diversidade”, com o intuito de unir sujeitos, ouvi-los, e dar voz a esta minoria que se sente afastada do todo, supostamente pela *“completa indiferença [das] pessoas, que têm um aparente receio de apenas perguntar e entender a diferença do próximo”*.

Fecho este escopo de trabalho, ciente da incompletude dos pensamentos, já que uma pesquisa sempre tem novos desdobramentos... Por isso mesmo, deixo uma última reflexão, citando Nilmaria Miranda, para quem os Direitos Humanos, a democracia e a acessibilidade são indissolúveis, pois representam o respeito e a valorização da diversidade humana, como instrumento de bem-estar e de desenvolvimento inclusivo. Pensamento norteador desta pesquisa, pois para ser cidadã ou cidadão, é necessário que cada pessoa, que é única e singular, conviva com toda a sociedade, interagindo com ela, oferecendo a todos o seu saber e as suas habilidades, em troca de permanente aperfeiçoamento.

Portanto, as leis representam um caminho para a promoção e a garantia da igualdade social, como ensinado pelo mesmo autor. Assim, pessoalmente afirmo, tal a importância do Direito em nossas vidas - a tudo ele perpassa, a tudo conecta - não podendo deixar de abraçar razões de ser de outras áreas, já que o saber de áreas diversas o justificam e o remodelam, atualizando conceitos pela hermenêutica. Neste estudo, que acredito transdisciplinar, é possível notar tal influência do direito, nas

áreas da educação e da comunicação. Servindo este de chamamento à busca de inovação por meio da acessibilidade promovida pela educomunicação como tecnologia assistiva instrumentalizada por políticas públicas de inclusão social. Este é meu sonho, transformado em projeto...

Figura 52 - Trecho história em quadrinho (HQ) Desaplanar: 'a incompletude revela que sempre há mais a se descobrir'



REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o Poder Soberano e a Vida Nua I**. Belo Horizonte: UFMG: Humanitas, 2004.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **III Relatório do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. 2011. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/categoria/documentos/biblioteca/publicacoes-andifes/>>. Acesso em 10 jun. 2017.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. São Paulo: Editora Forense-Universitária, 10ª edição, 2007.

BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. **Metodologias de Pesquisa em Ciências: análises quantitativas e qualitativa**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. Versão e-book.

BARBOSA, Aparecida. **A música como instrumento lúdico de transformação**. Revela Periódico de Divulgação Científica da FALS, ano VI, nº XIV, Dez. 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2001.

BIROU, Alain. **Dicionário de Ciências Sociais**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

BOTELHO, Luanda; SIMÕES, André; ATHIAS, Leonardo. **Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101562.pdf>>. Acesso em 04 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília: 20 dez. 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em 16 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da**

União. Brasília: 25 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm>. Acesso em 12 jun. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União.** Brasília: 20 jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em 16 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. **Diário Oficial da União.** Brasília: 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em 16 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília: 30 mai. 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-018/2017/Decreto/D9057.htm#art24>. Acesso em 16 set. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior:** 2008. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior:** Notas Estatísticas 2017. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE:** biênio 2014-2016. Brasília, DF: Inep, 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/barba/Downloads/RELATÓRIO%20DO%20PRIMEIRO%20CICLO%20DE%20MONITORAMENTO%20DAS%20METAS%20DO%20PNE%20-%20BIÊNIO%202014-2016.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística de Educação Superior de 2016.** Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília: 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em 12 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Brasília: 6 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 10 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014. PNE em movimento. **Situação das metas dos planos de educação**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Principais Indicadores da Educação de Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16759-principais-indicadores-da-educacao-de-pessoas-com-deficiencia&Itemid=30192>. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. 73 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192>. Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. Brasília: CORDE, 2009. Disponível em: <<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatórios de Gestão**. 2010. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/econtasWeb/web/externo/listarRelatoriosGestaoAnteriores.xhtml>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A cultura da virtualidade real**: a integração da comunicação eletrônica, o fim da audiência de massa e o surgimento de redes interativas. In: *A Sociedade em Rede – Tradução Roneide Venâncio Majer*. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação**: economia, sociedade e cultura, vol. 3. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. **A sociedade em rede**: do conhecimento à Acção Política. Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 2005. Disponível em

<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf>. Acesso em 19 fev. 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CHAUÍ, Marilena. Direitos humanos e medo. In: FESTER, A.C.R. (Org.). **Direitos Humanos: um debate necessário**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 15-36.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **O que todo cidadão precisa saber sobre Democracia**. Cadernos de educação política. Série ação política. 3ª Ed. São Paulo: Global, 1989.

CRESWELL, Jonh W. **Pesquisa de métodos mistos**. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

DOUZINAS, Costas. **O fim dos direitos humanos**. Tradutora Luiza Araújo. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

ELIANE, Maria. **Manual básico de estatística descritiva**. Licenciatura em Biologia, Educação à Distância, UESC 2011.2. Disponível em: <http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/mod4bloco3/eb11/Estatistica_descritiva___parte_2.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALIMBERTI, Umberto. (2003) **O ser humano na idade da técnica**. Cadernos IHU ideias. Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

GALIMBERTI, Umberto. (2003) **Psiche e techne**. L'uomo nell'età della tecnica. 2.ed. Roma, Feltrinelli. pp. 33-48. Tradução portuguesa de Selvino J. Assmann. Florianópolis, UFSC, Outubro 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/54480/35531>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

GENEVOIS, Margarida Pedreira Bulhões. **Educação e direitos humanos**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/estaduais/rs/adunisinos/margarida.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HAIR JR, Joseph F. [et al.] **Análise Multivariada de dados**. 6 ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HUERGO, Jorge. **Comunicación/Educación: itinerarios transversales**. 2000. Disponível em: <[http://www.sedguaviare.gov.co/attachments/426_Comunicaci%C3%B3n%20Huerdo%20\(1\).pdf](http://www.sedguaviare.gov.co/attachments/426_Comunicaci%C3%B3n%20Huerdo%20(1).pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2018.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Tradução Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Unimep, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. Atlas: São Paulo, 2003.

MARTIN, J. Paul. **Educação em direitos humanos em comunidades em recuperação após grandes crises sociais: lições para o Haiti**. In.: SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.1, n.1, jan.2004 – São Paulo, 2004. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/44455/educacao_em_direitos_martin.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2018.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

PALACIOS, A., ROMAÑACH, J. **El modelo de la diversidad: la bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional**. Vedra: Ediciones Diversitas, 2006.

PICCOLO, G. M.; MENDES, E. G. **Para além do natural: contribuições sociológicas a um pensar sobre a deficiência**. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.) A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões: teoria, política e formação. Marília: ABPEE, 2012, p. 5390.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. **Relações entre Educomunicação e Direitos Humanos no ponto de vista de Ismar de Oliveira Soares**. In.: EDUCOMUNICAÇÃO: CAMINHOS DA SOCIEDADE MIDIÁTICA PELOS DIREITOS HUMANOS. Claudia Lago, Claudemir Edson Viana (org.); São Paulo: ABPEducom/NCE-USP/Universidade Anhembi Morumbi. 2015. Disponível em: <https://issuu.com/abpeducom/docs/educomunica_o_e_direitos_humanos/29>. Acesso em 08 dez. 2018.

RODINO, Ana Maria. Visión y propuestas para la región. In: UNESCO. **La educación en derechos humanos en la América Latina y el Caribe**. México: Universidad Nacional Autónoma de México y Universidad Iberoamericana/ UNESCO, 2003. p. 53-70.

RUMSEY, Deborah. **Estatística Para Leigos**. Editora Altabooks. Edição do Kindle.
SANTOS, S. D. G.; FUMES, N. L. F. A inclusão da pessoa com deficiência na educação superior: um olhar sobre a formação e a prática. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.) **Dimensões pedagógicas nas práticas de inclusão escolar**. Marília: ABPEE, 2012, p. 109-126.

SOUSANIS, Nick. **Desaplanar**. (História em Quadrinho-HQ) Tradução de Érico Assis. São Paulo: Veneta. 2017.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SECADI/SESu. Documento orientador Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI. Secretaria de Educação Superior-SESu. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 10 dez. 2017.

SOARES, Ana Carolina Altieri. **Educomunicação e cidadania na América Latina. A interface comunicação/educação a partir das práticas sociais no continente: estudo de caso de políticas públicas na Argentina e no Brasil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-22102012-124009/pt-br.php>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Caminos de la educucomunicación: utopías, confrontaciones, reconocimientos**. *Nómadas* [online]. 2009, n.30, pp.194-207. ISSN 0121-7550. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0121-75502009000100015&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 22 nov. 2017.

SOARES, Ismar Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação – contribuições para a reforma do Ensino Médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o Conceito, o Profissional, a Aplicação. Contribuições para a Reforma do Ensino Médio**. Editora: Paulinas. 2011a.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Mas, afinal, o que é educucomunicación?** 2004a. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/aeducucomunicacao/saibamais/textos/>>. Acesso em: 23 mar 2018.

SOARES, Ismar de Oliveira. **O que é um educador?** A formação e a comunicação dos professores. Conferência, São Paulo, 1998. Educommunication, São Paulo: Núcleo de Comunicação e educação, 2004.

SOUSA, Maurício de. **Turma da Mônica em Viva as diferenças!** (História em Quadrinho-HQ) (s.d.) Disponível em: <http://www.cmdca-sl.org.br/wp-content/uploads/2012/10/REVISTA_VIVA_AS_DIFERENCAS.pdf>. Acesso em 10 abr. 2017

TAVARES, Celma. **Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar.** In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos-metodológicos. João Pessoa. Editora Universitária, 2007.

TEIXEIRA, Valquiria Prates Pereira. **Acessibilidade como fator de equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência na escola:** análise de garantias legais em países da América Latina. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, University of São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16062008-111711/en.php>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

VIGENTIM, Uilian Donizeti. **Tecnologia Assistiva:** analisando espaços de acessibilidade às pessoas com deficiência visual em universidades públicas. Dissertação de Mestrado em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara). 2014. p. 123. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/3265.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

VON IHERING, Rudolf. **A luta pelo direito.** 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman. 2010.

ANEXO 02 – Mapa de acompanhamento do Programa Nacional de Acompanhamento e Avaliação do PNE

Meta 12 – Educação Superior

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta : Indicador 12A: Taxa bruta de matrículas na graduação (TBM)
Rio Grande do Sul: 45.21 (2017)

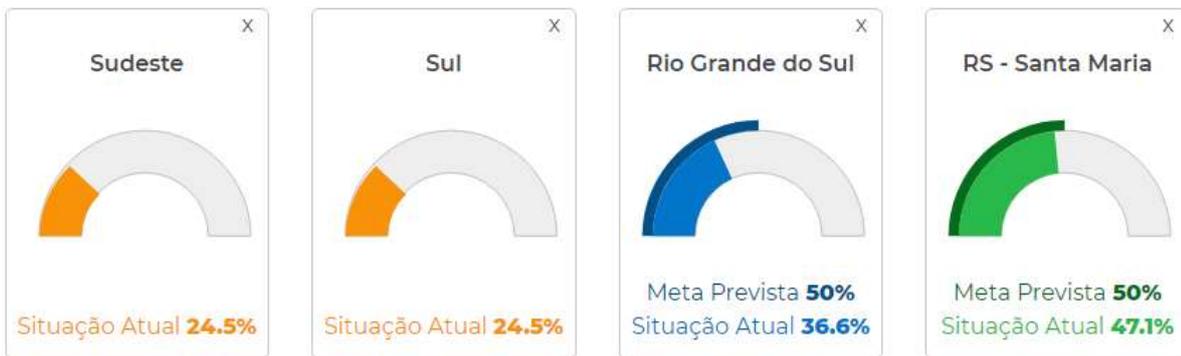
PNAD - 2015 e Censo da Educação Superior 2015
IBGE/Censo Populacional - 2010



Indicador 12A: Taxa bruta de matrículas na graduação (TBM)

FONTES



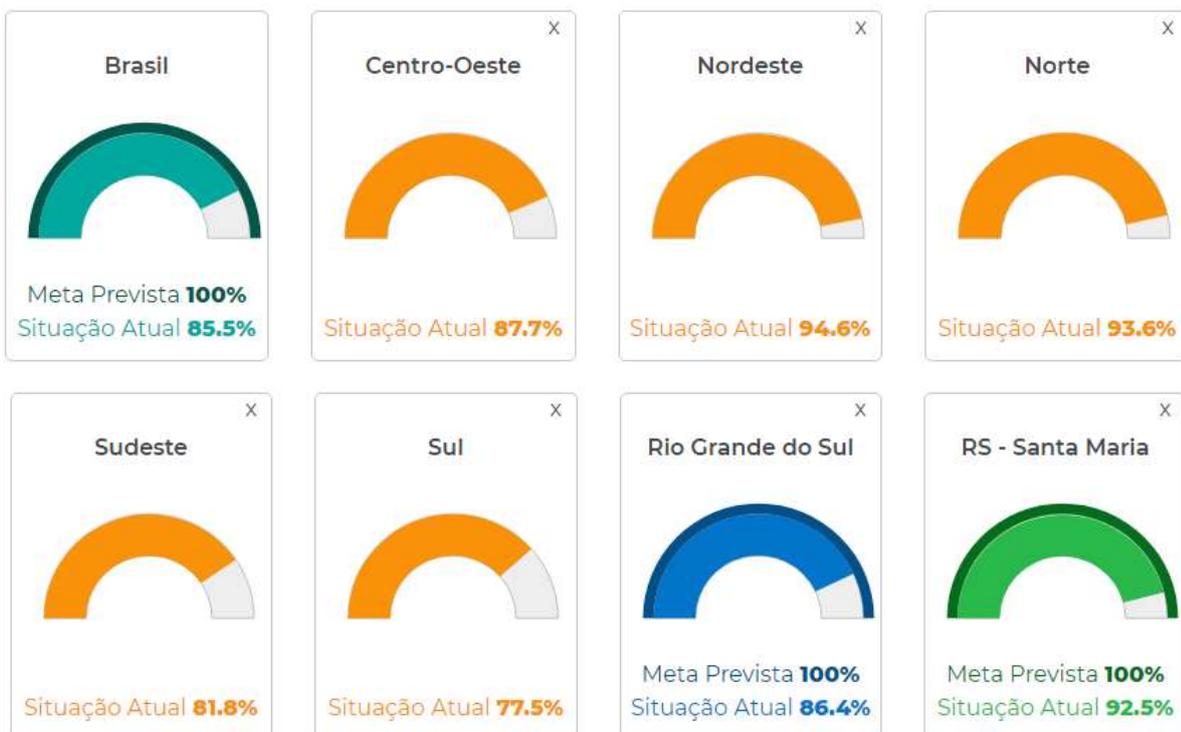


Meta 4 – Inclusão

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

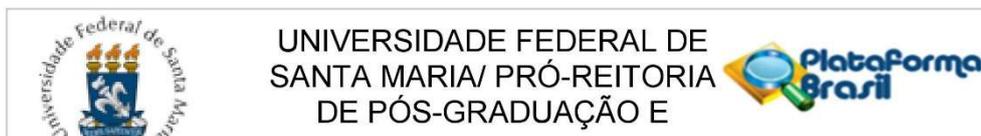
Indicador 4B-Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica

FONTES



Explicação 1 – Dados reproduzidos do site PNE em movimento – situação das metas dos planos de educação.

APÊNDICE 01 – Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCOMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA ASSISTIVA: CAMINHOS À EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO, DA PESSOA COM DIVERSIDADE FUNCIONAL NO ENSINO SUPERIOR.

Pesquisador: RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 89416318.5.0000.5346

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.650.665

Apresentação do Projeto:

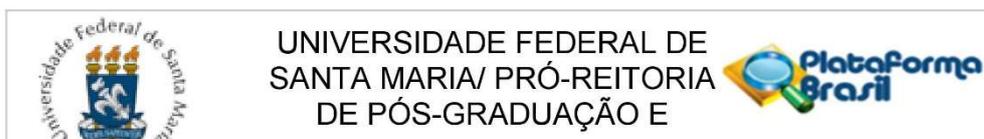
O projeto se intitula "EDUCOMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA ASSISTIVA: CAMINHOS À EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DIVERSIDADE FUNCIONAL NO ENSINO SUPERIOR" e vincula ao Programa de Pós-Graduação em Direito.

No projeto não consta resumo e palavras-chave nos termos do MDT/UFSM.

No formulário gerado pela PB há o seguinte resumo: "Nesta pesquisa intenta-se reunir teorias da educomunicação para perfectibilizar a tecnologia assistiva possível as alunos com diversidade funcional, visando verificar se a troca de experiências em educomunicação como tecnologia assistiva para as pessoas com diversidade funcional poderá propiciar novas formas de participação em ações coletivas na comunidade escolar, permitindo que os partícipes se tornem proativos na recriação da significação das informações, incentivando a construção e reconstrução do conhecimento pela reflexão crítica, efetivando, assim, o direito à educação realmente inclusiva no meio acadêmico, aqui recortada a análise para o ensino superior levado a termo em instituições públicas federais."

No projeto há revisão bibliográfica, cronograma. Não foi localizado orçamento.

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.650.665

Objetivo da Pesquisa:

Investigar os obstáculos e perspectivas do direito à educação das pessoas com deficiência mediada pela práxis da educomunicação como tecnologia assistiva e possível meio potencializador da formação integral e de desenvolvimento social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A descrição de riscos e benefícios foi apresentada de modo suficiente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados de modo suficiente.

Recomendações:

.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

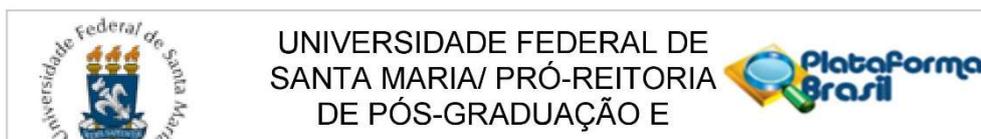
.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1134097.pdf	11/05/2018 11:48:03		Aceito
Outros	TermoConfBHoppe.pdf	11/05/2018 11:45:04	RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	projeto_60431.pdf	11/05/2018 11:23:35	RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	AutorizacaoBHoppe.pdf	11/05/2018 11:22:16	RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	TestageminstrumentoBHoppe.pdf	11/05/2018 11:21:26	RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA/ PRÓ-REITORIA
DE PÓS-GRADUAÇÃO E

Continuação do Parecer: 2.650.665

Outros	CriteriosanaliseBHoppe.pdf	11/05/2018 11:20:50	RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLInstrumento.pdf	11/05/2018 11:19:56	RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoBHoppe.pdf	11/05/2018 11:19:28	RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaBHoppe.pdf	11/05/2018 11:17:55	RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

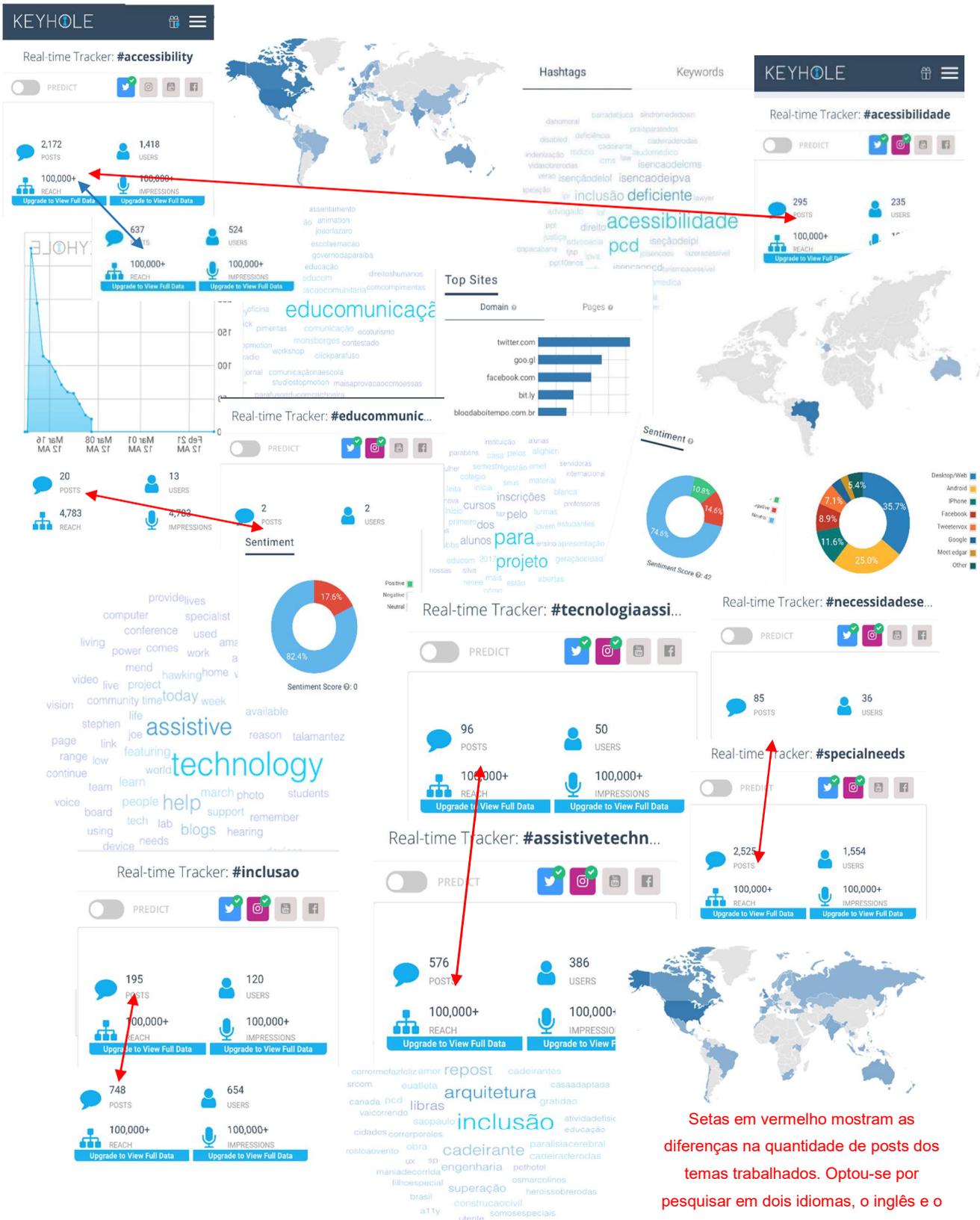
Não

SANTA MARIA, 11 de Maio de 2018

Assinado por:
CLAUDEMIR DE QUADROS
(Coordenador)

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com

APÊNDICE 02 – Testagem da significância das categorias quantitativas tipológicas na rede virtual



Setas em vermelho mostram as diferenças na quantidade de posts dos temas trabalhados. Optou-se por pesquisar em dois idiomas, o inglês e o português, para verificar a abrangência dos conceitos chaves a nível global.

Interesse ao longo do tempo ?



Detalhamento comparado por sub-região

- educação à distância
- acessibilidade digital
- pessoa com deficiência
- educomunicação
- tecnologia assistiva



A intensidade da cor representa o percentual de pesquisas SAIBA MAIS

educomunicação

Interesse por sub-região ? Sub-região

tecnologia assistiva

Interesse por sub-região ? Sub-região

Detalhamento comparado por sub-região

- pessoa com deficiência
- educação a distância
- acessibilidade digital
- educomunicação
- tecnologia assistiva

A intensidade da cor representa o percentual de pesquisas SAIBA MAIS

pessoa com deficiência

Interesse por sub-região ? Sub-região

educação à distância

Interesse por sub-região ? Sub-região

acessibilidade digital

Interesse por sub-região ?

Não há dados de pesquisa suficientes para exibir aqui.
Verifique se tudo está escrito corretamente ou tente usar um termo mais geral.

Explicação 3 - Amostra busca termos de pesquisa no Google Trends, coletados em 07 e 08/2018.

APÊNDICE 03 – Instrumento de Coleta de Dados

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino superior

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO

Prezado (a) Senhor (a)

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre a união da educomunicação e da tecnologia assistiva para o desenvolvimento social e a formação integral da pessoa com diversidade funcional no ensino superior brasileiro, que está sendo desenvolvida por Bárbara Chiodini Axt Hoppe, do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), intitulado "Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino superior".

O objetivo deste trabalho é investigar os obstáculos e perspectivas do direito à educação das pessoas com diversidade funcional mediada pela práxis da educomunicação como tecnologia assistiva e possível meio potencializador da formação integral e de desenvolvimento social.

Justifica-se este estudo pela necessidade de se garantir e se instrumentalizar um aprimoramento real dos sistemas educacionais para além das condições de acesso, viabilizando a permanência, a efetiva participação e a aprendizagem plena da pessoa com diversidade funcional como direito humano a ser protegido.

A sua participação acontecerá totalmente online, para quaisquer dúvidas quanto à participação nesta pesquisa poder-se-á entrar em contato pelo telefone (55) 99998-0505, também WhatsApp, em horário comercial.

Você participará de uma pesquisa de opinião, onde serão realizadas perguntas de natureza geral, como: idade, gênero, local de nascimento, ocupação, nível de escolarização, área de conhecimento, etc; e, natureza mais específica, como: dificuldades enfrentadas no trabalho/estudo no convívio com a diversidade funcional, bem como seu nível de conhecimento e atitude com relação a educomunicação e tecnologia assistiva. Não se preocupe se estes termos lhe forem desconhecidos, pois é justamente isso que se busca nesta pesquisa, auferir seu grau de conhecimento real sobre tais temas.

Será mantido total sigilo sobre sua identificação e participação, salvo permissão específica para identificação, tanto na apresentação dos resultados como nas narrativas de história de vida produzida pela autobiografia.

Ao responder as perguntas você corre o risco de sentir algum cansaço ou desconforto, caso isso ocorra, quer-se deixar claro que poderá interromper o preenchimento do formulário online a qualquer momento, retirando esse consentimento sem penalidade alguma. Você não terá benefício direto, mas o estudo poderá resultar em políticas públicas de acolhimento e ações voltadas ao aprimoramento dos sistemas educacionais brasileiros, que propiciem melhoria de qualidade de vida.

Para você participar da pesquisa você precisa ser docente, estudante e/ou servidor de alguma Universidade Federal Brasileira, e ter disposição para auxiliar fornecendo dados para esta pesquisa. Não se aplica fatores de exclusão. Ainda, a sua participação é livre e voluntária. Você não terá nenhum gasto e também não receberá nenhum pagamento por participar desse estudo. Você terá direito a indenização, por qualquer dano decorrente da sua participação desde que comprovado conforme determina a resolução 466/2012 CNS.

No curso da pesquisa poderá vir a ser solicitada imagens com uma autobiografia, em formato história de vida, caso queiras participar da segunda etapa desta pesquisa, tudo restará registrado online, porém a utilização destas imagens e/ou depoimentos apenas serão usados para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores desta pesquisa, sendo resguardado toda e qualquer forma de identificação do participante da pesquisa, salvo liberação específica para identificação.

O participante terá garantias de esclarecimento antes e durante o curso do estudo. Em caso de dúvida, poderá entrar em contato com a pesquisadora Bárbara Chiodini Axt Hoppe, pelo telefone (55) 99998-0505, ou WhatsApp no mesmo número, em horário comercial, ou pelo endereço eletrônico axt.ppgd@gmail.com, além de contato pelo Facebook <https://www.facebook.com/barbarachiodini.axt>.

*Obrigatório

1. **Endereço de e-mail *****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO**

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Uso de Imagem e Depoimento é solicitado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEP, que é um colegiado integrado por representantes das unidades universitárias da UFSM.

Foi criado nos termos da resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, sendo responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos das pesquisas que, de uma forma ou de outra, envolvem seres humanos e as suas atribuições são de caráter consultivo, deliberativo e educativo.

Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Maria (CEP/UFSM), junto à Av. Roraima, nº 1000, Prédio da Reitoria, 2º andar, sala Comitê de Ética, Cidade Universitária, bairro: Camobi, CEP: 97.105-000, Santa Maria/RS, telefones: (55) 3220-8000; (55) 3220-9362; e-mail: cep.ufsm@gmail.com. Com horário de atendimento ao público de segunda a sexta, pela manhã das 08h30min. às 12h e pela tarde das 14h às 17h, conforme site <<http://nucleodecomites.ufsm.br/index.php/cep/contato>>.

Por último, quero lhe dizer que participando desta pesquisa, respondendo este questionário, você estará DOANDO em torno de MEIA HORA do seu TEMPO, que mesmo não tendo benefício direto, poderá resultar em políticas públicas de acolhimento e ações voltadas ao aprimoramento dos sistemas educacionais brasileiros, que propiciem melhoria de qualidade de vida.

Assim, depois de tudo detalhado, gostaria de perguntar-lhe se concorda em participar desta pesquisa.

A sua participação é muito importante e é voluntária.

2. **Concordas em participar desta pesquisa? ***

Marcar apenas uma oval.

- SIM *Ir para "Esclarecimentos iniciais..."*.
- NÃO *Ir para a pergunta 59.*

Esclarecimentos iniciais...

Nesta pesquisa uso o termo PESSOA COM DIVERSIDADE FUNCIONAL numa proposta que visa eliminar o sentido negativo de separar pessoas com deficiências em dois coletivos para reforçar que a essência do ser humano está presente no indivíduo, na pessoa, e não em sua diversidade, conforme proposto por Augustina Palacios e Javier Romañach em El Modelo de La Diversidad: una nueva visión de la bioética desde la perspectiva de las personas con diversidad funcional (discapacidad). In Revista Sociológica de Pensamiento Crítico Interstícios. Vol. 2. 2008. Disponível em: <<http://www.scholarlyexchange.org/ojs/index.php/InterSoc/article/viewFile/2712/2122>>.

Assim, quando falo de tecnologia assistiva, estou falando de recursos e serviços que possibilitem a autonomia e independência das pessoas com diversidade funcional.

Já quando trato sobre a educomunicação, como tecnologia assistiva, se está partindo para uma proposta de planejamento de ação de pessoas (pela pedagogia de projetos), dentro de um ecossistema (aqui instituições de ensino superior), garantindo que os sujeitos sociais (aqui subdivididos docentes, estudantes e servidores) tenham a possibilidade de expressar-se de forma igualitária (pela linguagem acessível) socializando maneiras de ver e construir o mundo, empoderando os sujeitos para o diálogo civil e político na sociedade em rede, visando real desenvolvimento social, seguindo os ensinamentos de Dr. Ismar de Oliveira Soares (USP), entre outros autores, que nos traduzem ensinamentos da inter-relação da educação (especialmente com Paulo Freire) e da comunicação (especialmente com Mario Kaplun).

Para saber sobre os temas desta pesquisa, de forma opcional, você pode assistir alguns vídeos listados abaixo:

Entendendo Tecnologia Assistiva (3 min): <<https://www.youtube.com/watch?v=iE1k11Vx4FE>>.

Promovendo a inclusão pela tecnologia assistiva desde a infância (16 min): <https://www.youtube.com/watch?v=JmvQ_2XnNMQ>.

Origem da educomunicação (3 min): <<https://www.youtube.com/watch?v=LaCMGKUINB8>>.

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

Sobre educomunicação com Dr. Ismar de Oliveira Soares USP (15 min): <<https://www.youtube.com/watch?v=8iMyk4ddXZl>>.

Os tempos de reprodução destes vídeos não foram contabilizados no tempo indicado inicialmente para responder esta pesquisa de aproximadamente 30 minutos de seu tempo, por isso não foram incluídos no corpo deste formulário.

Dados Gerais Básicos

Dados que serão utilizados para contextualizar as respostas oferecidas voluntariamente a esta pesquisa.

3. **Qual a sua idade? (Em anos completos) ***

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 18 anos
- 18 anos
- 19 anos
- 20 anos
- 21 anos
- 22 anos
- 23 anos
- 24 anos
- De 25 a 29 anos
- De 30 a 34 anos
- De 35 a 39 anos
- De 40 a 44 anos
- De 45 a 49 anos
- De 50 a 54 anos
- De 55 a 59 anos
- De 60 a 64 anos
- 65 anos ou mais

4. **Qual o seu gênero? ***

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer
- Outro: _____

5. **Qual seu local de nascimento? (Cidade/Estado)**

*

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

6. Qual seu nível de escolarização? *

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino Técnico incompleto
- Ensino Técnico completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Especialização incompleta
- Especialização completa
- Mestrado incompleto
- Mestrado completo
- Doutorado incompleto
- Doutorado completo
- Pós-Doutorado incompleto
- Pós-Doutorado completo

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

7. Sua formação está atrelada a qual área de conhecimento? (Aqui apontou-se todas as cadastradas pela CAPES) *

Marcar apenas uma oval.

- Matemática
- Probabilidade e estatística
- Ciência da Computação
- Astronomia
- Física
- Química
- Geociências
- Biologia
- Morfologia
- Bioquímica
- Biofísica
- Farmacologia
- Imunologia
- Microbiologia
- Parasitologia
- Ecologia
- Oceanografia
- Botânica
- Zoologia
- Engenharia Civil
- Engenharia Sanitária
- Engenharia de Transportes
- Engenharia de Minas
- Engenharia de Materiais e Metalúrgica
- Engenharia Química
- Engenharia Nuclear
- Engenharia Mecânica
- Engenharia de Produção
- Engenharia Naval e Oceânica
- Engenharia Aeroespacial
- Engenharia Elétrica
- Engenharia Biomédica
- Medicina
- Nutrição
- Odontologia
- Farmácia
- Enfermagem
- Saúde Coletiva
- Educação Física
- Fonoaudiologia
- Fisioterapia e Terapia Ocupacional
- Agronomia
- Recursos Florestais e Engenharia Florestal

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

- Engenharia Agrícola
- Zootecnia
- Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca
- Medicina Veterinária
- Ciência e Tecnologia de Alimentos
- Direito
- Administração
- Turismo
- Economia
- Arquitetura e Urbanismo
- Desenho Industrial
- Planejamento Urbano e Regional
- Demografia
- Ciência da Informação
- Museologia
- Comunicação
- Serviço Social
- Filosofia
- Sociologia
- Antropologia
- Arqueologia
- História
- Geografia
- Psicologia
- Educação
- Ciência Política
- Linguística
- Letras
- Artes
- Multidisciplinar
- Outro: _____

8. **Você estuda atualmente? (Responda sim para o caso de estar suspenso) ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Ir para a pergunta 8.*
- Não *Ir para a pergunta 11.*

9. **Qual a situação do seu curso? ***

Marcar apenas uma oval.

- Ativo (frequentemente sempre)
- Ativo (porém tenho muitas faltas por outros fatores como: trabalho e/ou casa e/ou filhos)
- Suspenso (porém quero me organizar e retomar os estudos)
- Suspenso (sem previsão de retorno)

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

10. **Até então, como você classificaria seu desempenho acadêmico, levando em conta a média de suas notas? (Por favor, seja sincero(a). Lembre-se que não há identificação de suas respostas)** *

Marcar apenas uma oval.

- Insuficiente (Média de notas até 6,0)
- Regular (Média de notas de 6,1 até 7,0)
- Bom (Média de notas de 7,1 até 8,0)
- Muito Bom (Média de notas de 8,1 até 9,0)
- Excelente (Média de notas de 9,1 até 10,0)

11. **Em qual semestre você está na sua grade curricular? (Favor preencher semestre e total de semestres do curso, ex.: 5 de 10. Caso não estudando formalmente, apenas informar fato) ***

12. **Qual instituição você frequenta como docente, estudante ou servidor? (Favor preencher ao menos a sigla da instituição. Ex.: UFSM) ***

13. **Qual o seu tempo de frequência junto à instituição? (Favor responder em anos completos, arredondamentos para meio ano são aceitos) ***

14. **Qual sua ocupação na instituição? (Poderás marcar mais de uma opção) ***

Marque todas que se aplicam.

- Estudante
- Docente
- Servidor

15. **Com relação a sua ocupação, para além da instituição, você: ***

Marcar apenas uma oval.

- Estuda ou Trabalha somente
- Trabalha e Estuda
- Trabalha, Estuda e cuida da casa sozinho(a)
- Trabalha, Estuda, cuida da casa sozinho(a) e de filho(s)

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

16. **Qual o nível de escolarização de seus pais? (Favor marcar as opções de todos os responsáveis quando forem de níveis diferentes) ***

Marque todas que se aplicam.

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino Técnico incompleto
- Ensino Técnico completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Especialização incompleta
- Especialização completa
- Mestrado incompleto
- Mestrado completo
- Doutorado incompleto
- Doutorado completo
- Pós-Doutorado incompleto
- Pós-Doutorado completo
- Não possui Responsável

17. **Qual a renda bruta total familiar, contabilizando-se todas as pessoas residentes no seu domicílio? ***

Marcar apenas uma oval.

- Até um salário mínimo R\$ 954,00
- Acima de um salário mínimo até dois salários R\$ 1908,00
- Acima de dois salários mínimos até três salários R\$ 2862,00
- Acima de três salários mínimos até quatro salários R\$ 3816,00
- Acima de quatro salários mínimos até cinco salários R\$ 4770,00
- Acima de cinco salários mínimos até seis salários R\$ 5724,00
- Acima de seis salários mínimos até sete salários R\$ 6678,00
- Acima de sete salários mínimos até oito salários R\$ 7632,00
- Acima de oito salários mínimos até nove salários R\$ 8586,00
- Acima de nove salários mínimos até dez salários R\$ 9540,00
- Acima de dez salários mínimos R\$ 9540,01
- Até quinze salários mínimos R\$ 14310,00
- Até vinte salários mínimos R\$ 19080,00
- Acima de vinte salários mínimos R\$ 19080,01
- Outro: _____

18. **Quantas pessoas residem no seu domicílio? (Contabilizando-se todas as crianças nascidas, bem como as que deram origem a renda bruta acima declarada. Favor preencher em números inteiros). ***

Para ajudar a responder:

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS) a conceituação para impedimento, deficiência e incapacidade é:

IMPEDIMENTO: alguma perda ou anormalidade das funções ou da estrutura anatômica, fisiológica ou psicológica do corpo humano;

DEFICIÊNCIA: alguma restrição ou perda, resultante do impedimento, para desenvolver habilidades consideradas normais para o ser humano;

INCAPACIDADE: uma desvantagem individual, resultante do impedimento ou da deficiência, que limita ou impede o cumprimento ou desempenho de um papel social, dependendo da idade, sexo e fatores sociais e culturais.

Fonte: SASSAKI, Romeu Kazumi. Por falar em classificação de deficiências. In. Revista Brasileira de Tradução Visual. s.d. Disponível em: <<http://www.espanholacessivel.ufc.br/falar.pdf>>.

19. **Você se declara como uma pessoa com necessidades especiais? (Levando em conta quaisquer impedimentos, deficiências e/ou incapacidades, mesmo que temporária? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não *Ir para a pergunta 20.*
- Talvez

20. **Sua autodeclaração de diversidade funcional se daria com relação a quais categorias? ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nenhum dificuldade	Impedimento	Deficiência	Incapacidade
Auditiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Visual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Física	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Motora	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Intelectual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cognitiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Dados específicos de conhecimento e atitude em relação ao tema pesquisado de forma abrangente

Dados principais desta pesquisa que serão analisados dentro do contexto obtido pela seção anterior.

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

21. **Quais dificuldades, com relação a obstáculos, você pode observar dentro da instituição que você trabalha e/ou estuda? (Responda crítico quando verificada a existência do obstáculo, razoável quando está em processo inicial de transformação, bom quando as transformações estão em fase avançada e ótimo quando já não existem mais tais obstáculos dentro da instituição.)***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Crítico	Razoável	Bom	Ótimo	Não se aplica
Escadas sem corrimão	<input type="radio"/>				
Escadas sem contraste de cor nos degraus	<input type="radio"/>				
Ausência de banheiros adaptados	<input type="radio"/>				
Pouca iluminação	<input type="radio"/>				
Ausência de rampas de acesso para cadeirantes	<input type="radio"/>				
Ausência telefones públicos	<input type="radio"/>				
Ausência de extintores de incêndio e caixa de correio adaptados aos cadeirantes	<input type="radio"/>				
Ausência de sinalização tátil	<input type="radio"/>				
Ausência de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência	<input type="radio"/>				
Ausência de espaços para cadeiras de rodas nos corredores entre poltronas, cadeiras e arquibancadas	<input type="radio"/>				
Existência de desníveis nas portas que impeçam a livre circulação de pessoas com deficiência	<input type="radio"/>				
Portas e corredores estreitos	<input type="radio"/>				
Catracas sem porta alternativa	<input type="radio"/>				
Portas emperradas e com maçanetas roliças ao invés do tipo alavanca	<input type="radio"/>				
Falta de manutenção de rua, calçadas e elevadores	<input type="radio"/>				
Bueiros sem tampa ou grades de proteção	<input type="radio"/>				
Falta de abrigo para sol e chuva nos pontos de ônibus	<input type="radio"/>				

22. **Quais dificuldades, com relação a discriminação, você pode observar dentro da instituição que você trabalha e/ou estuda? (Responda crítico quando verificada a existência do tipo de discriminação, razoável quando acontece raramente, bom quando acontece por algumas vezes e ótimo quando já não se vê mais este tipo de discriminação dentro da instituição) ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Crítico	Razoável	Bom	Ótimo
Ignorância	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de informações/desconhecimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Incompreensão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

23. Com relação ao nível de acessibilidade em sua instituição, você acredita que existe: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo em parte	Discordo totalmente
Acessibilidade dos recursos didáticos e técnicas de aprendizagem físicos/presenciais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acessibilidade dos recursos didáticos e técnicas de aprendizagem digitais/virtuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acessibilidade no site institucional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acessibilidade comunicacional (linguagem) escrita	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acessibilidade comunicacional (linguagem) virtual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Programas e práticas de sensibilização e de conscientização para a convivência com a diversidade funcional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acessibilidade às políticas públicas, regulamentos e normas em geral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acessibilidade nos ambientes físicos estruturais com a eliminação das barreiras físicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acessibilidade no transporte público dentro da instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acessibilidade nos ambientes físicos estruturais com a sinalização tátil dos ambientes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facilitação de acesso a instrumentos e utensílios de aprendizagem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facilitação para o lazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facilitação para o esporte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facilitação para a recreação coletiva para entrosamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facilitação para a capacitação para a convivência com a diversidade funcional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

24. Em sua instituição existe núcleo de acessibilidade e/ou atendimento educacional especializado? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outro: _____

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

25. **Sua instituição oferta conteúdos curriculares de temas relacionados à pessoa com deficiência (pessoa com diversidade funcional) e/ou ensino de? ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nunca	Quase Nunca	Raramente	Muitas vezes	Quase sempre	Sempre	Não sei dizer
Libras (Língua Brasileira de Sinais)	<input type="radio"/>						
Sistema Braille	<input type="radio"/>						
Descrição de imagens para arquivo digital	<input type="radio"/>						

26. **Com relação a questão anterior, sabes informar algum outro conteúdo? ***

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Outro: _____

27. **Sua instituição aprimora os sistemas educacionais por meio de políticas públicas, para facilitar as condições de acesso aos cursos disponibilizados? ***

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Não realiza nenhuma ação	<input type="radio"/>	Sempre está em busca de aprimoramento										

28. **Sua instituição aprimora os sistemas educacionais por meio de políticas públicas, para ajudar na permanência e consequente conclusão dos cursos dos estudantes com necessidades especiais? ***

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Não realiza nenhuma ação	<input type="radio"/>	Sempre está em busca de aprimoramento										

29. **Sua instituição aprimora os sistemas educacionais por meio de políticas públicas, para viabilizar a participação das pessoas com deficiência na comunidade escolar? ***

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Não realiza nenhuma ação	<input type="radio"/>	Sempre está em busca de aprimoramento										

30. **Sua instituição aprimora os sistemas educacionais por meio de políticas públicas, para tornar a aprendizagem acessível e inclusiva? ***

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Não realiza nenhuma ação	<input type="radio"/>	Sempre está em busca de aprimoramento										

31. **Como você mensuraria seu sentimento com relação a sensação de gozo dos pontos abaixo dentro de sua instituição? (Sendo Zero a total impossibilidade de gozo e 07 a efetividade total) ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	0	1	2	3	4	5	6	7
Liberdade	<input type="radio"/>							
Igualdade	<input type="radio"/>							
Dignidade	<input type="radio"/>							
Vida independente (autonomia para comunicar-se nas esferas: física e virtual)	<input type="radio"/>							
Vida independente (autonomia para locomover-se, nas esferas: física e virtual)	<input type="radio"/>							
Não-discriminação	<input type="radio"/>							
Acesso universal (níveis de acessibilidade de forma geral)	<input type="radio"/>							
Padronização do ambiente físico	<input type="radio"/>							
Padronização do ambiente virtual	<input type="radio"/>							
Diálogo civil (oportunidade de falar sobre políticas públicas)	<input type="radio"/>							
Participação na comunidade escolar	<input type="radio"/>							
Aprendizagem plena	<input type="radio"/>							
Qualidade de vida	<input type="radio"/>							

Dados específicos de conhecimento e atitude em relação à educomunicação

Dados principais desta pesquisa que serão analisados dentro do contexto obtido anteriormente.

32. **Você sabe o que é educomunicação? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Ir para a pergunta 33.*
- Não *Ir para a pergunta 32.*

Para saber o que é...

A EDUCOMUNICAÇÃO é uma proposta de relação dialógica e participativa que parece apresentar respostas para as inquietudes da sociedade contemporânea, justamente por entender-se que se trata de um conceito mais abrangente para pensar os fenômenos de ensino-aprendizagem sob as circunstâncias que matizam a vida em sua pluralidade de dispositivos técnicos, estímulos à visualidade, desafios suscitados pelos circuitos digitais, instigações provocadas pelas estratégias de produção, circulação e distribuição da informação e do conhecimento.

Fonte: CITELLI, Adilson. OROFINO, Maria Isabel. Uma apresentação entre mediações. In: OROZCO GÓMEZ, Guillermo. Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania. São Paulo: Paulinas, 2014.

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

33. **Depois de saber mais, já tinhas ouvido falar? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Ir para a pergunta 33.*
- Não *Ir para a pergunta 38.*

Educomunicação: teoria ou prática?

A EDUCOMUNICAÇÃO é uma proposta de relação dialógica e participativa que parece apresentar respostas para as inquietudes da sociedade contemporânea, justamente por entender-se que se trata de um conceito mais abrangente para pensar os fenômenos de ensino-aprendizagem sob as circunstâncias que matizam a vida em sua pluralidade de dispositivos técnicos, estímulos à visualidade, desafios suscitados pelos circuitos digitais, instigações provocadas pelas estratégias de produção, circulação e distribuição da informação e do conhecimento.

Fonte: CITELLI, Adilson. OROFINO, Maria Isabel. Uma apresentação entre mediações. In: OROZCO GÓMEZ, Guillermo. Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania. São Paulo: Paulinas, 2014.

34. **Como você conceituaria educomunicação? ***

Marcar apenas uma oval.

- Uma prática.
- Uma teoria.
- Uma prática teórica.
- Não sei dizer
- Outro: _____

35. **Você participa ou participou de algum grupo de estudos, projeto, capacitação ou oficina sobre educomunicação? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não *Ir para a pergunta 38.*

36. **Fale-me um pouco das ações realizadas no seu grupo de estudos, projeto, capacitação ou oficina sobre educomunicação. (Caso não tenhas nada a dizer só informe esta condição, por favor) ***

37. **Você estuda as teorias de educomunicação? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Ir para a pergunta 37.*
- Não *Ir para a pergunta 38.*
- Um pouco *Ir para a pergunta 37.*

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

38. **Aceitarias contato para troca de informações e experiências? (Se quiser informar-me seu whatsapp coloque o número do seu telefone com DDD em Outro) ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Outro: _____

39. **Você acredita que a prática da educomunicação auxilia ou pode auxiliar na participação em aula? ***

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
 Quase nunca
 Raramente
 Muitas vezes
 Quase sempre
 Sempre

40. **A prática da educomunicação atrapalha a discussão crítica e criativa na produção do conhecimento. ***

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
 Concordo em parte
 Discordo em parte
 Discordo totalmente

41. **A prática da educomunicação potencializa as dinâmicas de ensino-aprendizagem. ***

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
 Quase nunca
 Raramente
 Muitas vezes
 Quase sempre
 Sempre

42. **A instituição que frequento é um ambiente flexível, onde todas as pessoas participam ativamente na comunidade escolar. ***

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
 Quase nunca
 Raramente
 Muitas vezes
 Quase sempre
 Sempre

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

48. Você sabe o que é tecnologia assistiva? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Ir para a pergunta 49.*
- Não *Ir para a pergunta 48.*

Para saber o que é...

Tecnologia assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Fonte: BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEDH. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. Brasília. CORDE. 2009.

49. Depois de saber mais, já tinhas ouvido falar? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

Tecnologia Assistiva: conhecimento interdisciplinar

Tecnologia assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Fonte: BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEDH. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. Brasília. CORDE. 2009.

50. Você utiliza alguma ajuda técnica para ter alguma autonomia e independência no seu cotidiano? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outro: _____

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

43. **A aprendizagem hoje em dia procura abranger diversas áreas do conhecimento e a educomunicação como metodologia tecno-educativa pode ser uma proposta para uma mudança real visando o desenvolvimento social. ***

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
 Concordo em parte
 Discordo em parte
 Discordo totalmente

44. **Falta capacitação para o emprego da educomunicação no ambiente acadêmico. ***

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
 Concordo em parte
 Discordo em parte
 Discordo totalmente

45. **Havendo uma capacitação, oficina, curso, sem custos, online, em educomunicação eu gostaria de cursar. ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Talvez

46. **Compreendo que o papel da escola e do educador é importante na formação de pessoas capazes de atuar na sociedade contemporânea atual em rede.**

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
 Concordo em parte
 Discordo em parte
 Discordo totalmente

47. **As instituições de ensino deveriam desempenhar um papel fundamental na tentativa de nivelar as desigualdades de participação, dando acesso igual às oportunidades, experiências, habilidades e conhecimentos (Onde zero representa sem nenhuma participação e 6 intensa responsabilidade): ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	0	1	2	3	4	5	6
Por políticas públicas	<input type="radio"/>						
Por iniciativa dos docentes	<input type="radio"/>						
Por iniciativa dos estudantes	<input type="radio"/>						
Por esforço conjunto	<input type="radio"/>						

Dados específicos de conhecimento e atitude em relação à tecnologia assistiva

Dados principais desta pesquisa que serão analisados dentro do contexto obtido anteriormente.

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

51. Quais dos componentes técnicos para comunicação, mobilidade, manipulação e orientação abaixo você conhece e em que nível? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nunca ouvi falar	Conheço um pouco	Conheço alguém que usa	Faço uso desta tecnologia
Próteses auditivas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auxiliares ópticos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Amplificadores de voz	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Técnicas de leitura e escrita	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saída de voz gravada e sintetizada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pranchas de comunicação dinâmicas, alta tecnologia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dispositivos de baixa tecnologia, tais como pranchas de comunicação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sistema de comunicação com e sem ajuda	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Interfaces de controle (acionadores, joystick, track ball)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Teclados alternativos (expandidos, reduzidos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mouses e emuladores de mouse	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Monitores sensíveis ao toque	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Livros adaptados (com símbolos gráficos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dispositivo com saída em Braille	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Software específico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dispositivos de amplificação óptica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Máquinas de leitura por reconhecimento de caracteres	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Máquinas e impressoras de Braille	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cadeiras de Rodas manuais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cadeiras de transporte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bengalas e andadores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Braços de robô para cadeiras de rodas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Elevadores manuais e ajudas de transferência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bicicletas e tricículos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Calçado ortopédico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Próteses e órteses do membro inferior e superior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dispositivos de controle postural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Unidade de controle de ambiente (UCA)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Interfaces de controle do usuário (reconhecimento de voz, ultrassom, acionadores)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Virador de páginas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Brinquedos adaptados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Guias sonoros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

	Nunca ouvi falar	Conheço um pouco	Conheço alguém que usa	Faço uso desta tecnologia
Ajuda de compensação de memória	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ajuda de suporte a noções de espaço e tempo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

52. **Quais dos componentes humanos que facilitam o estudo da autonomia provocada pela utilização de tecnologia assistiva abaixo você conhece e em que nível? ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nunca ouvi falar	Conheço um pouco	Conheço alguém que se beneficia disso	Benefício-me diretamente
Técnicas para autonomia e capacitação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tópicos sobre incapacidade, deficiência e desvantagem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tópicos sobre patologias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Técnicas para aceitação de imagem social da deficiência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Técnicas para aceitação de imagem social da tecnologia assistiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Técnicas para compreensão da diversidade e das culturas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Análise de necessidades e definição de objetivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Técnicas de adequação da pessoa à tecnologia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Verificação de fatores que levam ao sucesso ou ao fracasso da tecnologia assistiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aconselhamento e supervisão entre pares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

53. **Quais dos componentes socioeconômicos que indicam como a tecnologia assistiva afeta as interações dentro do contexto social apontando vantagens e desvantagens dos diferentes modelos de prestação de serviços abaixo você conhece e em que nível? ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nunca ouvi falar	Conheço um pouco	Conheço alguém que se beneficia disso	Benefício-me diretamente
Classificação de noções básicas de tecnologia assistiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Noções básicas de desempenho universal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auxílio para adaptações a postos de trabalhos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Procedimentos para obtenção ou financiamento de tecnologia assistiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Investigação e desenvolvimento em tecnologia assistiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Controle normalização e qualidade de acessibilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos de internet em tecnologia assistiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Análise de custo para tecnologia assistiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

54. **Na instituição que frequento existem projetos de aprimoramento, laboratório(s) e software(s) específicos para atendimento aos alunos com necessidades especiais. ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo em parte	Discordo totalmente
Laboratório(s)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Software(s)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos materiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Projetos de acessibilidade arquitetônica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Projetos de acessibilidade sinalização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Projetos de acessibilidade comunicação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Projetos de acessibilidade mobiliário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Projetos de acessibilidade transporte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

55. **Você acredita que a instituição que frequenta está adaptada as suas necessidades? (Diga em outros se sente falta de algo) ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outro: _____

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

56. **A tecnologia assistiva fornecida pela minha instituição não supre as necessidades cotidianas. (Afirmção fora dita pensando no coletivo) ***

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Não supre as necessidades	<input type="radio"/>	Supre as necessidades coletivamente										

57. **Na instituição que frequento o atendimento especializado é reconhecido pela completude de seus recursos técnicos, humanos e materiais. ***

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
- Quase nunca
- Raramente
- Muitas vezes
- Quase sempre
- Sempre

58. **Falta capacitação para usabilidade de tecnologia assistiva existente em minha instituição. ***

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo em parte
- Discordo em parte
- Discordo totalmente

59. **Deixe seu registro pessoal sobre situação(ões) que tenha enfrentado no seu cotidiano no convívio com a diversidade funcional em sua instituição (Caso não tenhas nada a ponderar é só informar esta condição). ***

Muito obrigada pelo seu tempo e pela participação nesta pesquisa.

Esperamos que os resultados sejam proveitosos para a sua instituição a guisa de diagnóstico, ao mesmo tempo que possibilita uma análise de possíveis caminhos a serem trilhados para a efetivação do direito à educação, especialmente da pessoa com diversidade funcional.

Santa Maria/RS, dezembro de 2017.

Bárbara Chiodini Axt Hoppe
 ORCID ID 0000-0002-3305-6460
<http://lattes.cnpq.br/1452863287589530>
 (55) 99998-0505
axt.ppgd@gmail.com

08/03/2018 Educomunicação e Tecnologia Assistiva: caminhos à efetivação do direito à educação da pessoa com diversidade funcional no ensino su...

60. **Você tem interesse em contar sua história de vida para enriquecer os dados desta pesquisa numa segunda etapa? (Respondendo sim outro formulário será encaminhado para ser respondido online.) ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não *Ir para a pergunta 61.*

61. **Deixe seu telefone com DDD ou whatsapp ou facebook para contato ***

62. **Você pode assinalar o campo a seguir, para receber o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse: ***

Marcar apenas uma oval.

- Quero receber uma cópia deste formulário com o seu termo e, posteriormente dos resultados da pesquisa.
 Não quero receber uma cópia deste formulário com o seu termo e os resultados da pesquisa.

APÊNDICE 04 – Reprodução parcial do Relatório de Trabalho: detalhamento amostra dados primários

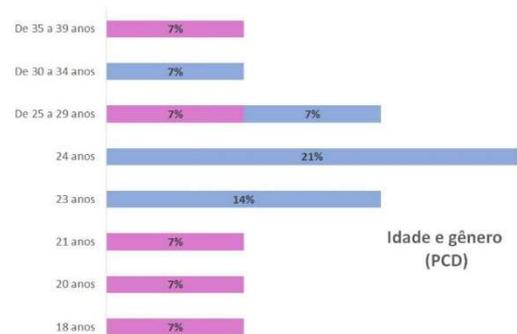
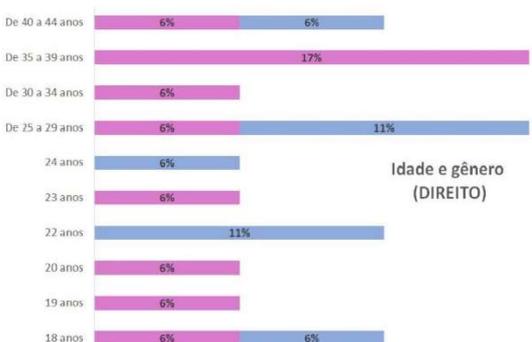
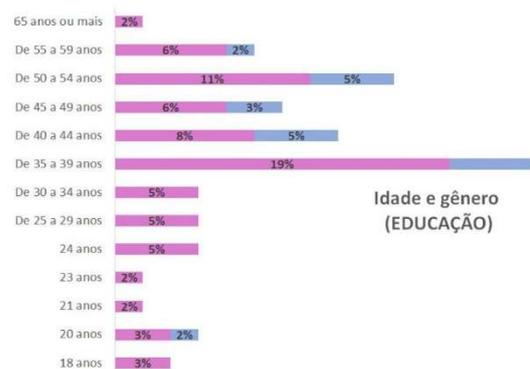
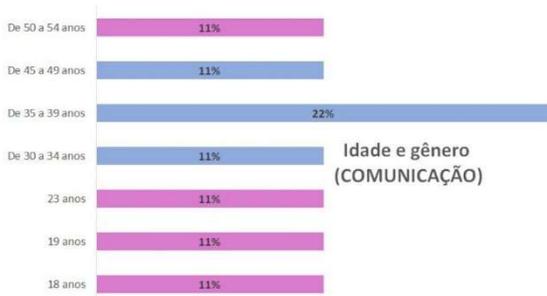
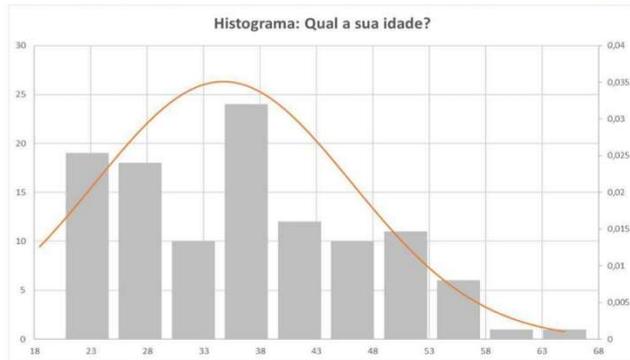
Análise 2.1 - Detalhamento amostra dados primários: qual a sua idade e gênero?

QUAL O SUA IDADE?			
Rótulos de Linha	Feminino	Masculino	Total Geral
18 anos	4	1	5
19 anos	2	0	2
20 anos	4	1	5
21 anos	3	0	3
22 anos	2	2	4
23 anos	4	0	4
24 anos	3	1	4
De 25 a 29 anos	5	5	10
De 30 a 34 anos	6	4	10
De 35 a 39 anos	16	8	24
De 40 a 44 anos	6	6	12
De 45 a 49 anos	6	4	10
De 50 a 54 anos	7	4	11
De 55 a 59 anos	5	1	6
De 60 a 64 anos	1	0	1
De 65 anos ou mais	1	0	1
Total Geral	75	37	112



ESTATÍSTICA DESCRITIVA- Qual a sua idade?

Média	34,75
Erro padrão	1,07434
Mediana	35
Modo	35
Desvio padrão	11,3697
Variância da amostra	129,27
Curtose	-0,7164
Assimetria	0,37368
Intervalo	47
Mínimo	18
Máximo	65
Soma	3892
Contagem	112
Nível de confiança(95,0%)	2,12887

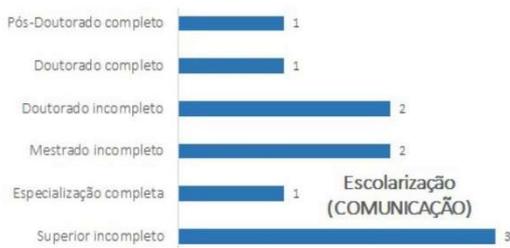


Análise 2.2 - Detalhamento amostra dados primários: qual o seu nível de escolarização?

QUAL O SEU NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO?				
Nível de escolarização	Feminino	Masculino	Total Geral	
10-Pós-Doutorado completo	2	0	2	2%
9-Doutorado completo	8	3	11	10%
8-Doutorado incompleto	4	5	9	8%
7-Mestrado completo	5	0	5	4%
6-Mestrado incompleto	14	9	23	21%
5-Especialização completa	9	5	14	13%
4-Especialização incompleta	5	1	6	5%
3-Superior completo	3	4	8	7%
2-Superior incompleto	24	9	33	29%
1-Ensino Técnico incompleto	1	0	1	1%
Total Geral	75	37	112	100%

ESTATÍSTICA DESCRITIVA: Qual o seu nível de escolarização?

Média	4,9018
Erro padrão	0,2373
Mediana	5
Modo	2
Desvio padrão	2,5111
Variância da amostra	6,3056
Curtose	-1,1470
Assimetria	0,2557
Intervalo	9
Mínimo	1
Máximo	10
Soma	549
Contagem	112
Nível de confiança(95,0%)	0,4702

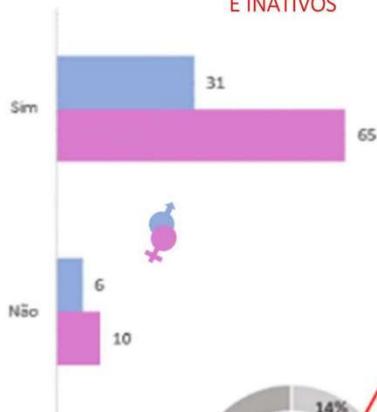


Análise 2.3 - Detalhamento amostra dados primários: qual a sua ocupação?

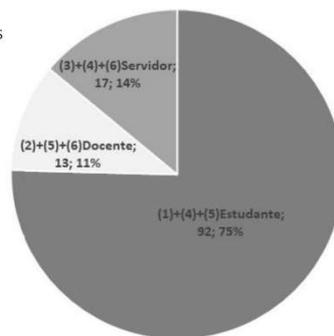
QUAL A SUA OCUPAÇÃO?*		
Rótulos de Linha	Total Geral	
1-Estudante	84	75%
2-Docente	12	11%
3-Servidor	4	4%
4-Estudante, Servidor	8	7%
5-Estudante, Docente	3	3%
6-Docente, Servidor	1	1%
Total Geral	112	100%



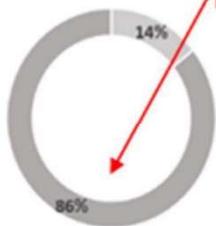
DISTRIBUIÇÃO ESTUDANTES ATIVOS E INATIVOS



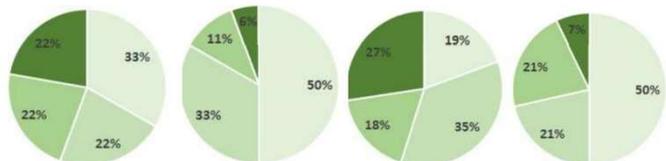
* As porcentagens apresentadas no gráfico de pizza levam em conta a integralização dos itens 4 a 6 com os itens 1 a 3.



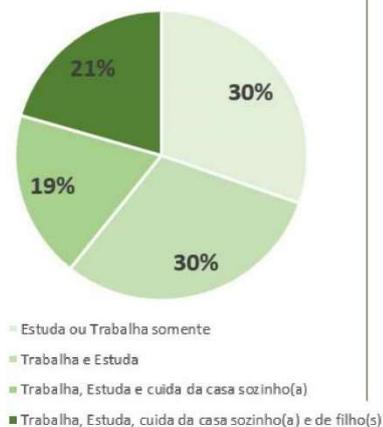
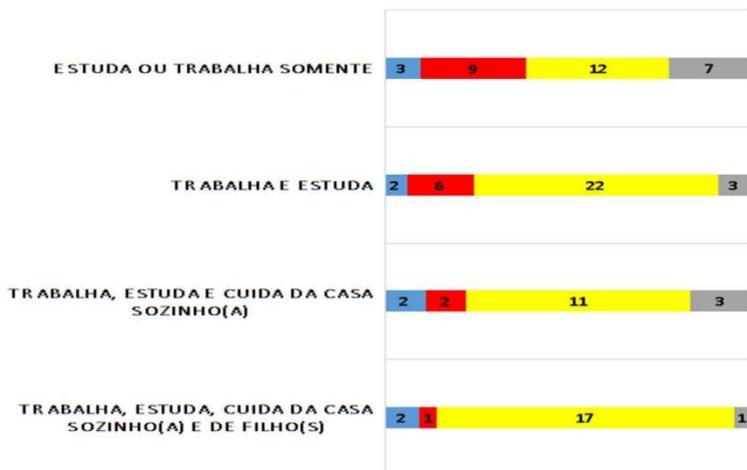
55% dos estudantes respondentes ativos dizem tirar de 8,1 até 10,0, 32% de 7,1 até 8,0 e 13% menos de 7,0



QUAL A SUA OCUPAÇÃO? (complementação)	
Rótulos de Linha	Total Geral
Estuda ou Trabalha somente	34 30%
Trabalha e Estuda	34 30%
Trabalha, Estuda e cuida da casa sozinho(a)	21 19%
Trabalha, Estuda, cuida da casa sozinho(a) e de filho(s)	23 21%
Total Geral	112 100%



■ Amostra Comunicação ■ Amostra Direito ■ Amostra Educação ■ Amostra Pessoa com deficiência



Análise 2.4 - Detalhamento amostra dados primários: qual a sua renda familiar?

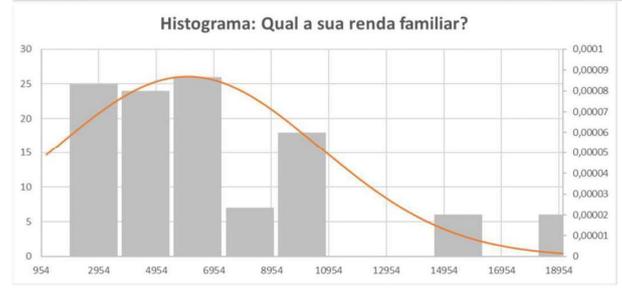
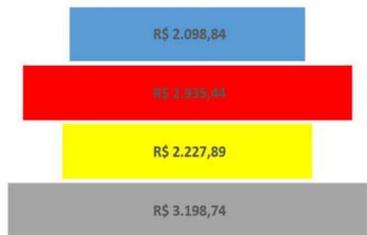
QUAL A SUA RENDA FAMILIAR?		
Rótulos de Linha	Total Geral	
1-Até um salário mínimo R\$ 954,00	9	8%
2-Acima de um salário mínimo até dois salários R\$ 1908,00	16	14%
3-Acima de dois salários mínimos até três salários R\$ 2862,00	12	11%
4-Acima de três salários mínimos até quatro salários R\$ 3816,00	12	11%
5-Acima de quatro salários mínimos até cinco salários R\$ 4770,00	9	8%
6-Acima de cinco salários mínimos até seis salários R\$ 5724,00	17	15%
7-Acima de seis salários mínimos até sete salários R\$ 6678,00	4	4%
8-Acima de sete salários mínimos até oito salários R\$ 7632,00	3	3%
9-Acima de oito salários mínimos até nove salários R\$ 8586,00	4	4%
10-Acima de nove salários mínimos até dez salários R\$ 9540,00	6	5%
11-Acima de dez salários mínimos R\$ 9540,01	8	7%
12-Até quinze salários mínimos R\$ 14310,00	6	5%
13-Até vinte salários mínimos R\$ 19080,00	3	3%
14-Acima de vinte salários mínimos R\$ 19080,01	3	3%
Total Geral	112	100%

ESTATÍSTICA DESCRITIVA: Qual a sua renda familiar?

Média	6047,6796
Erro padrão	433,8485
Mediana	4770
Modo	5724
Desvio padrão	4591,4208
Variância da amostra	21081144,95
Curtose	1,5310
Assimetria	1,3717
Intervalo	18126,01
Mínimo	954
Máximo	19080,01
Soma	677340,11
Contagem	112
Nível de confiança(95,0%)	859,6997

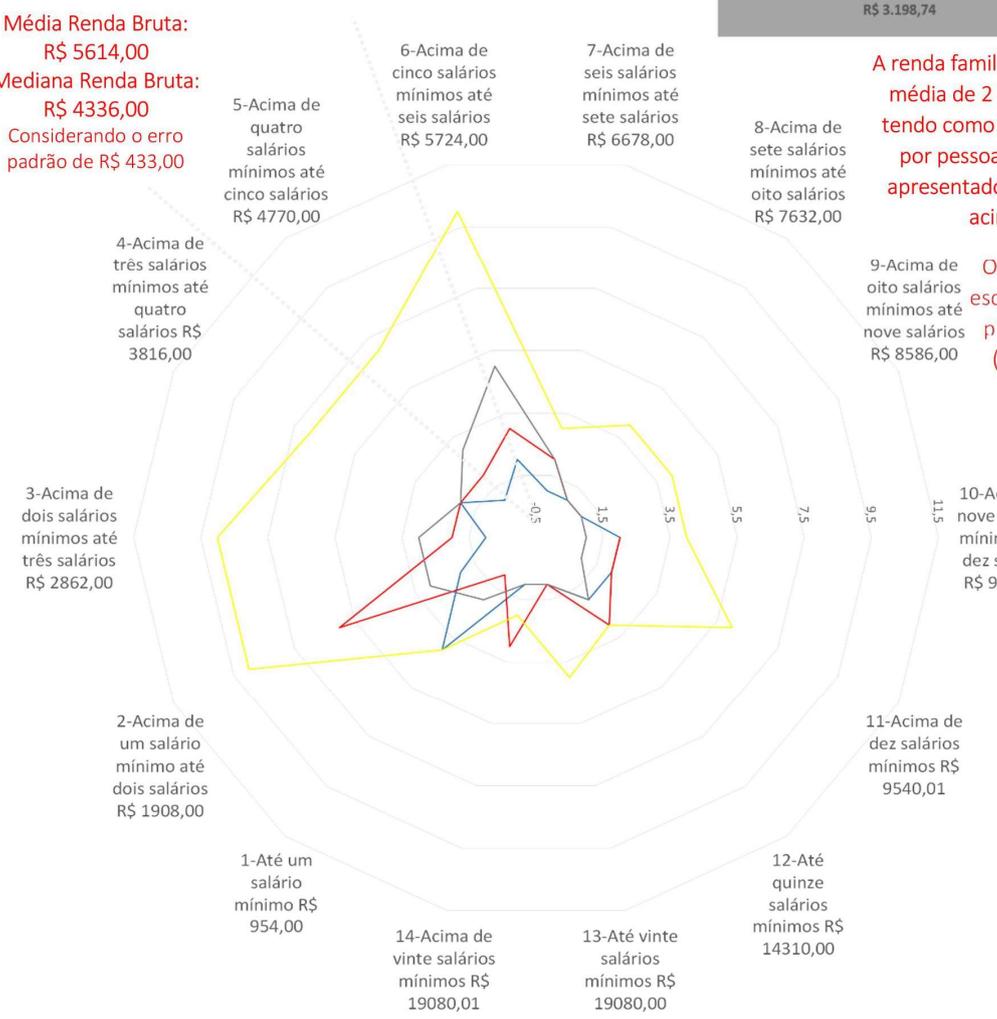


Gráfico acima indica número de pessoas por domicílio produzido pela média das informações.
(P: 2,43 – C: 2,77 – E: 2,79 – D: 2,89)



■ Amostra Comunicação ■ Amostra Direito ■ Amostra Educação ■ Amostra Pessoa com deficiência

Média Renda Bruta:
R\$ 5614,00
Mediana Renda Bruta:
R\$ 4336,00
Considerando o erro padrão de R\$ 433,00

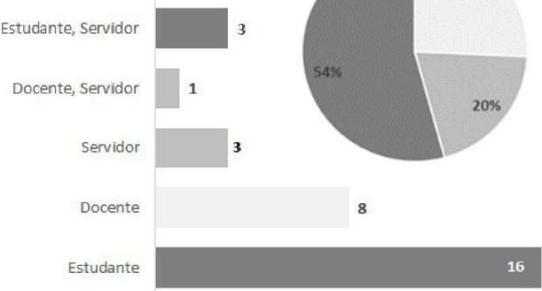
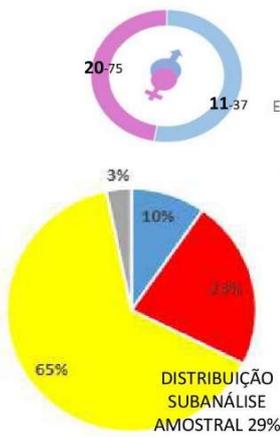


A renda familiar atende em média de 2 a 3 pessoas, tendo como renda média por pessoa os valores apresentados no gráfico acima.

O gráfico ao lado esquerdo evidencia picos em escalas (itens 1 a 14) e tamanho das subamostras.

Análise 2.4.1 - Detalhamento amostra dados primários: continuação - qual a sua renda familiar?

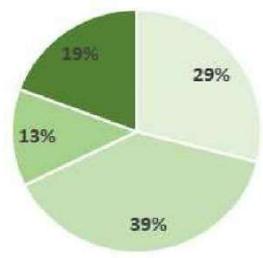
Falando dos 29% com maior renda familiar, verifica-se que os respondentes em sua maioria são da educação (evidenciando as diferenças de tamanho subamostral), com idade de 40-42 anos, com preponderância do gênero masculino. 26% são docentes e 54% são estudantes, 60% estudam ou trabalham somente ou agregam ambas as ocupações.



■ Amostra Comunicação ■ Amostra Direito ■ Amostra Educação ■ Amostra Pessoa com deficiência

DISTRIBUIÇÃO SUBANÁLISE OCUPAÇÃO 29%

DESCRIÇÃO DOS 29% RESPONDENTES COM MAIOR RENDA			
Contagem categorias	Respondentes subamostra	Respondentes amostra	Correspondência
Masculino	11	37	30%
Feminino	20	75	27%
Amostra Comunicação	3		10%
Amostra Direito	7	31	23%
Amostra Educação	20	100%	65%
Amostra Pessoas com diversidade	1		3%
SIM	52	62	84%
NÃO	10	100%	16%
Estudante	16	Integralização resultados	
Docente	8	Docente	9 26%
Servidor	3	Servidor	7 20%
Docente, Servidor	1	Estudante	19 54%
Estudante, Servidor	3		35 100%
Estuda ou Trabalha somente		9	29%
Trabalha e Estuda		12	39%
Trabalha, Estuda e cuida da casa sozinho(a)		4	13%
Trabalha, Estuda, cuida da casa sozinho(a) e de filho(s)		6	19%

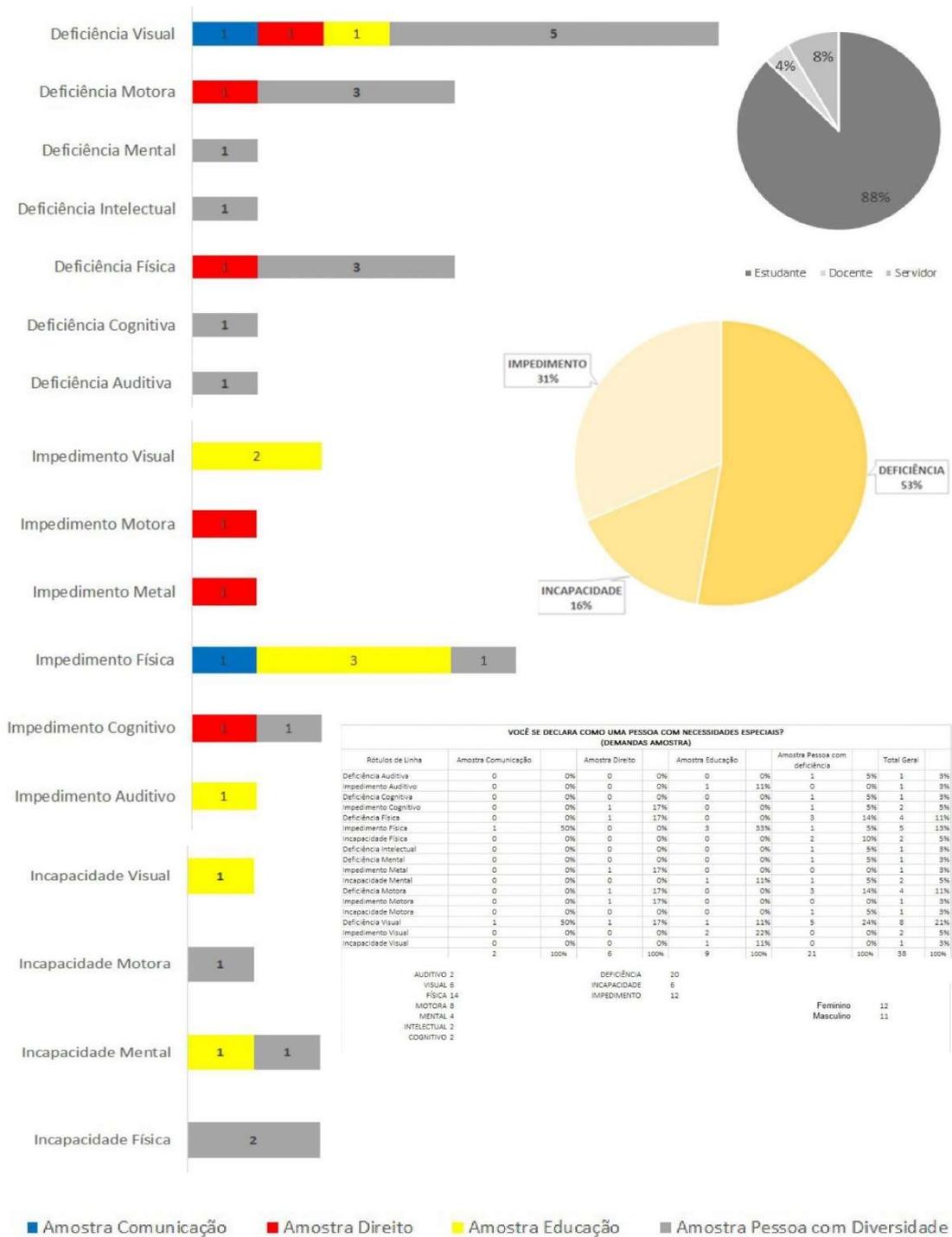


■ Estuda ou Trabalha somente
 ■ Trabalha e Estuda
 ■ Trabalha, Estuda e cuida da casa sozinho(a)
 ■ Trabalha, Estuda, cuida da casa sozinho(a) e de filho(s)

Análise 2.5 - Detalhamento amostra dados primários: autodeclaração de pessoa com necessidades especiais



Análise 2.5.1 - Detalhamento amostra dados primários: continuação autodeclaração de pessoa com necessidades especiais



APÊNDICE 05 – Reprodução parcial do Relatório de Trabalho: análise de conteúdo sobre dados quantitativos sociais

DESCRIÇÃO ETAPA 2 - DAS ANÁLISES EXPLORATÓRIAS DOS DADOS PRIMÁRIOS QUALITATIVOS

ETAPA 2- Dos dados primários qualitativos sociais

A partir desta etapa, as análises se somam, pois os dados colhidos na Etapa 1, agora são interpretados com vistas a atender o objetivo “b” desta pesquisa:

b) *Pontuar as questões (in)controvertidas acerca do tema*, utilizando as teorias do direito à educação como direito humano, da educomunicação como possível tecnologia assistiva, bem como meio potencializador de mudança social e direito de todos; e da necessidade de aprimoramento das políticas públicas para a real inclusão das pessoas com diversidade funcional desde a ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009) e o Estatuto das Pessoas com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), complementada com pesquisa de campo, perfectibilizada pela aplicação de questionário on-line, por pesquisa de opinião e história oral, descrevendo histórias de vida das pessoas com diversidade funcional, para uma interlocução da discussão teórica e da realidade vivenciada pelas pessoas com diversidade funcional das Universidades Federais Brasileiras elegidas para observação.

Assim, segue os comentários qualitativos observados pela técnica da análise de conteúdo, onde sistematizou-se as contribuições livres para esta pesquisa, interpretando e quantificando ocorrências de palavras e/ou temas recorrentes das falas, para possibilitar a comparação posterior. Focou-se também no sentimento expressado nas falas, onde se obteve 69% observações negativas, 20% neutras e 11% positivas. A maioria dos comentários aponta falta de recursos (28%), falta capacitação (27%), falta de informação e/ou divulgação da mesma (20%), falta de adaptação pedagógica (17%) e, necessidade de convivência (8%) para atingimento de uma melhora com relação a acessibilidade e consequente inclusão.

Análise 8 - Questões (in)controvertidas acerca do tema: dados primários qualitativos sociais

Deixe seu registro pessoal sobre situação(ões) que tenha enfrentado no seu cotidiano no convívio com a diversidade funcional em sua instituição (Caso não tenha nada a ponderar é só informar esta condição).

COMENTÁRIO 1: Acredito que ainda estamos iniciando um processo de adaptação tanto no que se refere a tecnologias assistivas como em acessibilidade da Universidade Federal de Santa Maria, muitos cursos não tem acessibilidade para que os alunos com deficiência tenham os mesmos direitos de acesso à educação e liberdade nas dependências do campus, visando que a lei prevê esses direitos desde a constituição federal essas adequações deveriam estar plenamente implementadas, porém o que se vê são grotescas adaptações que em sua maioria não atendem as condições mínimas de acessibilidade e muito menos permanência desses alunos.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 1: Acredito que ainda estamos iniciando um processo de adaptação tanto no que se refere a tecnologias assistivas como em acessibilidade da Universidade Federal de Santa Maria, muitos cursos não tem acessibilidade para que os alunos com deficiência tenham os mesmos direitos de acesso à educação e liberdade nas dependências do campus, visando que a lei prevê esses direitos desde a constituição federal essas adequações deveriam estar plenamente implementadas, porém o que se vê são grotescas adaptações que em sua maioria não atendem as condições mínimas de acessibilidade e muito menos permanência desses alunos.								ACESSIBILIDADE
COMENTÁRIO 1	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	PERMANÊNCIA
	X	X						
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	1	5	5	8	13	11	14	

COMENTÁRIO 2: Alguns centros não possuem rampas ou elevadores. Forçando algumas vezes a troca de sala em prol do acesso do aluno.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 2: Alguns centros não possuem rampas ou elevadores. Forçando algumas vezes a troca de sala em prol do acesso do aluno.								ACESSIBILIDADE
COMENTÁRIO 2	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	MOBILIDADE
	X	X	X					
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	1	5	7			11		

COMENTÁRIO 3: Aluna com paralisia cerebral (criança) com alguns materiais adaptados.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 3: Aluna com paralisia cerebral (criança) com alguns materiais adaptados.								TECNOLOGIA ASSISTIVA
COMENTÁRIO 3	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	INCLUSÃO
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	FORA DO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO
	X	X	X	X		X	X	
	2	4	6	8		11	14	

COMENTÁRIO 4: As rampas de acesso aos cadeirantes não seguem padrões e normas o que leva os cadeirantes a caírem ao tentar utiliza-las, já presenciei isso. Há uma descontinuidade da pista multiuso no campus essencial para cadeirantes.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 4: As rampas de acesso aos cadeirantes não seguem padrões e normas o que leva os cadeirantes a caírem ao tentar utiliza-las, já presenciei isso. Há uma descontinuidade da pista multiuso no campus essencial para cadeirantes.								ACESSIBILIDADE
COMENTÁRIO 4	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	MOBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	X	X	X		X		X	
	1	5	6		10	11	14	

COMENTÁRIO 5: Atender um cliente mudo não sabia o que fazer, comecei fazer gestos e mostrar os produtos.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 5: Atendi um cliente mudo não sabia o que fazer, comecei fazer gestos e mostrar os produtos.								ACESSIBILIDADE
COMENTÁRIO 5	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	COMUNICAÇÃO
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	FORA DO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO
	X	X	X				X	
	1						12	

COMENTÁRIO 6: Barreiras informacionais e de comunicação presentes em praticamente todo conteúdo online da instituição. E muita barreira atitudinal por parte dos docentes, pesquisadores e desenvolvedores da instituição.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 6: Barreiras informacionais e de comunicação presentes em praticamente todo conteúdo online da instituição. E muita barreira atitudinal por parte dos docentes, pesquisadores e desenvolvedores da instituição.								ACESSIBILIDADE
COMENTÁRIO 6	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ATITUDINAL
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	AMBIENTE VIRTUAL
	X	X	X		X	X	X	
	1	5	7	14	10	11	12	

COMENTÁRIO 7: Calçadas irregulares.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 7: Calçadas irregulares.								ACESSIBILIDADE
COMENTÁRIO 7	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	MOBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	X	X	X			X	X	
	1	5	7			11	14	

COMENTÁRIO 8: Colega com deficiência visual que por diversas vezes enfrentou dificuldades em aula. Como de acesso ao moodle, letras pequenas nas provas, dificuldade na disponibilização de slides e materiais escritos.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 8: Colega com deficiência visual que por diversas vezes enfrentou dificuldades em aula. Como de acesso ao moodle, letras pequenas nas provas, dificuldade na disponibilização de slides e materiais escritos.								ACESSIBILIDADE
COMENTÁRIO 8	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	
	X	X	X	X			X	
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFTIVAÇÃO DOS DIREITOS	FALTA ADAPTAÇÃO PEDAGÓGICA
					X	X		AMBIENTE VIRTUAL
	1	5	7	5	10	11	12	

COMENTÁRIO 9: Conheço uma aluna EAD que possui cegueira e cursa Lic. em Pedagogia pela UFSM. Uma experiência bem gratificante envolvendo a tecnologia assistida.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 9: Conheço uma aluna EAD que possui cegueira e cursa Lic. em Pedagogia pela UFSM. Uma experiência bem gratificante envolvendo a tecnologia assistida.								ACESSIBILIDADE
COMENTÁRIO 9	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	
					X			
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFTIVAÇÃO DOS DIREITOS	TECNOLOGIA ASSISTIVA
	X	X	X	X		X	X	AMBIENTE VIRTUAL
	2	4	5	8	13	11	14	

COMENTÁRIO 10: Desde o primeiro momento em que a instituição soube de minhas necessidades especiais, recebi uma atenção especial. Tive a possibilidade de me matricular em pouquíssimas matérias (exigem número mínimo de créditos, sendo que para mim foi dispensado). Uma mesa adaptada foi feita para minha cadeira de rodas. E em relação ao convívio com os demais não posso dizer que tive problemas ou casos de discriminação evidentes, mas o número reduzido de pessoas com diversidades funcionais dentro de uma instituição de ensino superior evidência, aos meus olhos, uma limitação as demais pessoas, no sentido de quando uma cadeirante (no meu caso) se faz presente e se mostra "igual", isso surpreende, espanta, digo limitação no sentido de que elas acabam por não tem um convívio e quando tem ocorre isso, ou então se desenvolve como uma discriminação. Outra situação recente ocorreu quando tivemos uma prova oral e no relatório individual feito pelo professor aos alunos o professor fez menção várias vezes "ainda que tenha limitação física", sendo que a prova era oral e não necessitava de nenhuma mobilidade física para tal.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 10: Desde o primeiro momento em que a instituição soube de minhas necessidades especiais, recebi uma atenção especial. Tive a possibilidade de me matricular em pouquíssimas matérias (exigem número mínimo de créditos, sendo que para mim foi dispensado). Uma mesa adaptada foi feita para minha cadeira de rodas. E em relação ao convívio com os demais não posso dizer que tive problemas ou casos de discriminação evidentes, mas o número reduzido de pessoas com diversidades funcionais dentro de uma instituição de ensino superior evidência, aos meus olhos, uma limitação as demais pessoas, no sentido de quando uma cadeirante (no meu caso) se faz presente e se mostra "igual", isso surpreende, espanta, digo limitação no sentido de que elas acabam por não tem um convívio e quando tem ocorre isso, ou então se desenvolve como uma discriminação. Outra situação recente ocorreu quando tivemos uma prova oral e no relatório individual feito pelo professor aos alunos o professor fez menção várias vezes "ainda que tenha limitação física", sendo que a prova era oral e não necessitava de nenhuma mobilidade física para tal.								NECESSIDADE DE CONVÍVIO
COMENTÁRIO 10	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	
					X		X	DISCRIMINAÇÃO
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFTIVAÇÃO DOS DIREITOS	FALTA CAPACITAÇÃO
	X	X	X		X	X	X	
	14	2	4	6	13	10	11	12

COMENTÁRIO 11: Dificuldade de comunicação com surdos.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 11: Dificuldade de comunicação com surdos.								ACESSIBILIDADE
COMENTÁRIO 11	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	
	X	X			X		X	COMUNICAÇÃO
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFTIVAÇÃO DOS DIREITOS	
					X			
	1	5			13	10	12	

COMENTÁRIO 12: Dificuldade em localizar prédios dentro do contexto do campus.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 12: Dificuldade em localizar prédios dentro do contexto do campus.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 12	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
	X					X		MOBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	3				10	11		

COMENTÁRIO 13: Durante a realização da docência orientada em determinada turma, havia um aluno cego e percebi que pouco ou raramente se fala sobre acessibilidade ou se treina docentes para lidar com tal diversidade, por exemplo.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 13: Durante a realização da docência orientada em determinada turma, havia um aluno cego e percebi que pouco ou raramente se fala sobre acessibilidade ou se treina docentes para lidar com tal diversidade, por exemplo.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 13	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA CAPACITAÇÃO
	X	X			X		X	
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	1	5			13	11	12	

COMENTÁRIO 14: É um sistema diferenciado do atual convívio.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 14: É um sistema diferenciado do atual convívio.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 14	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	PERMANÊNCIA
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	3				X 10	X 11		

COMENTÁRIO 15: Enfrentei situações de adaptação a necessidades especiais de estudantes com deficiências ou perdas visuais e auditivas e tive dificuldades em utilizar técnicas, instrumentos e estratégias de ensino para atender às suas necessidades em razão da falta de capacitação para tanto. O núcleo de acessibilidade, até o momento, não ofereceu capacitação para tanto, apenas tendo enviado mensagens eletrônicas para informar que a docente deveria realizar adaptação de materiais utilizados na disciplina para estes estudantes, sem maiores explicações ou capacitação para fazê-lo. Fui informada, no entanto, em curso para novos servidores, de que se está estruturando curso de capacitação nesta temática, o qual será, em breve, disponibilizado, e que pretendo cursar.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 15: Enfrentei situações de adaptação a necessidades especiais de estudantes com deficiências ou perdas visuais e auditivas e tive dificuldades em utilizar técnicas, instrumentos e estratégias de ensino para atender às suas necessidades em razão da falta de capacitação para tanto. O núcleo de acessibilidade, até o momento, não ofereceu capacitação para tanto, apenas tendo enviado mensagens eletrônicas para informar que a docente deveria realizar adaptação de materiais utilizados na disciplina para estes estudantes, sem maiores explicações ou capacitação para fazê-lo. Fui informada, no entanto, em curso para novos servidores, de que se está estruturando curso de capacitação nesta temática, o qual será, em breve, disponibilizado, e que pretendo cursar.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 15	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA CAPACITAÇÃO
					X		X	ACESSIBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	TECNOLOGIA ASSISTIVA
	X 2			13	X 10		12	INCLUSÃO

COMENTÁRIO 16: Estudantes que não conseguiam acessar material por não enxergar e não ter material adaptado.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 16: Estudantes que não conseguiram acessar material por não enxergar e não ter material adaptado.								
COMENTÁRIO 16	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
	X	X	X	X				AMBIENTE VIRTUAL
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	FALTA ADAPTAÇÃO PEDAGÓGICA
	1	5	7	9				

COMENTÁRIO 17: Eu assisti a colegas reclamando que tinham surdos em aula e que era impossível trabalhar com eles. Acho que é possível, mas também não é somente colocar intérpretes com ensino médio para mediar a aula. Como terei certeza que os surdos estão construindo os conceitos como deveriam? É uma relação indireta. Deveríamos ser preparados como docentes e termos conhecimento de como diminuir as barreiras comunicacionais.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 17: Eu assisti a colegas reclamando que tinham surdos em aula e que era impossível trabalhar com eles. Acho que é possível, mas também não é somente colocar intérpretes com ensino médio para mediar a aula. Como terei certeza que os surdos estão construindo os conceitos como deveriam? É uma relação indireta. Deveríamos ser preparados como docentes e termos conhecimento de como diminuir as barreiras comunicacionais.								
COMENTÁRIO 17	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA CAPACITAÇÃO
	X	X			X		X	ACESSIBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	COMUNICAÇÃO
	1	5		13	10		12	

COMENTÁRIO 18: Eu não vejo muita iniciativa de inclusão para pessoas com diversidade funcional na UFSM.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 18: Eu não vejo muita iniciativa de inclusão para pessoas com diversidade funcional na UFSM.								
COMENTÁRIO 18	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	INCLUSÃO
	X	X			X		X	PERMANÊNCIA
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	NECESSIDADE DE CONVÍVIO
	1	5		13	10	11	12	

COMENTÁRIO 19: Falta de acesso a biblioteca para cadeirante, falta de rampa de acesso ao transporte, para cadeirante.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 19: Falta de acesso a biblioteca para cadeirante, falta de rampa de acesso ao transporte, para cadeirante.								
COMENTÁRIO 19	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
	X	X				X		MOBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	1	5				11		

COMENTÁRIO 20: Falta de equipamento adequado para desempenhar minha função, como, por exemplo, um telefone adaptado onde trabalho. Além disso, um gravador para gravar as aulas que assisto entre outras.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 20: Falta de equipamento adequado para desempenhar minha função, como, por exemplo, um telefone adaptado onde trabalho. Além disso, um gravador para gravar as aulas que assisto entre outras.								
COMENTÁRIO 20	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
	X	X		X				
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	FALTA RECURSOS
	1	5		9	10			

COMENTÁRIO 21: Falta de locais protegidos da chuva e do sol para cadeirantes. Falta de espaço para que os sujeitos que não podem caminhar possam praticar esportes, desenvolver recreação na UFSM.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 21: Falta de locais protegidos da chuva e do sol para cadeirantes. Falta de espaço para que os sujeitos que não podem caminhar possam praticar esportes, desenvolver recreação na UFSM.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 21	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
	X		X		X	X		MOBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	ESPORTES/LAZER
	1		7	X 8	X 13		11	10

COMENTÁRIO 22: Falta de rampa de acesso em algumas calçadas.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 22: Falta de rampa de acesso em algumas calçadas.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 22	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
	X	X				X		MOBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	1	5	6			11		

COMENTÁRIO 23: Falta de vídeo aula em libras.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 23: Falta de vídeo aula em libras.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 23	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
	X	X	X	X	X		X	COMUNICAÇÃO
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	FALTA ADAPTAÇÃO PEDAGÓGICA
	12	1	5	7	9	X 13	X 10	11

COMENTÁRIO 24: Fofoca.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 24: Fofoca.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 24	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO
	X				X		X	ATITUDINAL
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	1			13	X 10	X 11	12	

COMENTÁRIO 25: Há a completa indiferença pelas pessoas, que têm um aparente receio de apenas perguntar e entender a diferença do próximo. Pensam que inclusão se faz com indiferença.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 25: Há a completa indiferença pelas pessoas, que têm um aparente receio de apenas perguntar e entender a diferença do próximo. Pensam que inclusão se faz com indiferença.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 25	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	INCLUSÃO
	X				X		X	ACESSIBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	ATITUDINAL
	1			13	X 10	X 11	12	

COMENTÁRIO 26: Há calçadas muito altas, dificultando a locomoção.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 26: Há calçadas muito altas, dificultando a locomoção.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 26	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
	X	X				X		MOBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	1	5	6			11		

COMENTÁRIO 27: Já tive alunos com deficiência visual, auditiva e cadeirante.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 27: Já tive alunos com deficiência visual, auditiva e cadeirante.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 27	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	PERMANÊNCIA
								INCLUSÃO
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	3					X 11		

COMENTÁRIO 28: Muita demagogia.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 28: Muita demagogia.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 28	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	PERMANÊNCIA
	X				X		X	ACESSIBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	ATITUDINAL
	1			13	X 10	X 11	12	

COMENTÁRIO 29: Nada a ponderar, exceto cadeiras para canhotos.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 29: Nada a ponderar, exceto cadeiras para canhotos.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 29	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA DE RECURSOS
	X	X						
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	1	5	6		X 10	X 11		

COMENTÁRIO 30: Não estamos preparados para sermos auxiliares de pessoas com diversidade funcional.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 30: Não estamos preparados para sermos auxiliares de pessoas com diversidade funcional.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 30	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA CAPACITAÇÃO
	X							ACESSIBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	ATITUDINAL
	1				X 10	X 11		

COMENTÁRIO 31: Não faço uso de tecnologias assistivas.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 31: Não faço uso de tecnologias assistivas.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 31	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	PERMANÊNCIA
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	TECNOLOGIA ASSISTIVA
	3					X 11		

COMENTÁRIO 32: Não tenho nada a informar. Faço curso na modalidade à distância, por isso não consigo opinar muito em relação aos conceitos físicos/estruturais.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 32: Não tenho nada a informar. Faço curso na modalidade à distância, por isso não consigo opinar muito em relação aos conceitos físicos/estruturais.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 32	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	PERMANÊNCIA
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	3					X 11		

COMENTÁRIO 33: Não tive nenhuma diversidade pessoal. Só os banheiros com mal cheiro, sem papel e sem sabonete.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 33: Não tive nenhuma diversidade pessoal. Só os banheiros com mal cheiro, sem papel e sem sabonete.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 33	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA RECURSOS
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	3					X 11		

COMENTÁRIO 34: No primeiro semestre da graduação, logo que ingressei na Universidade, frequentei o Núcleo de Acessibilidade da UFSM, mas ao fim do semestre resolvi suspender minhas visitas, pois acreditava que a educadora especial que me atendia não trazia pautas relevantes para minhas dificuldades. Também gostaria de ressaltar que fiz algumas cadeiras com uma menina surda de outro curso, foi muito bom saber que mesmo necessidades "extremas" (uso esse termo porque para mim era uma novidade alguém com uma limitação ainda maior que a minha frequentar uma turma "normal", comandada por um professor despreparado) ela conseguia acompanhar o andamento da disciplina. Dentre essas três cadeiras que cursamos juntas, duas intérpretes a auxiliavam. *Percebi que uma delas era muito mais atenciosa, não deixava nada passar sem que a aluna compreendesse. Já a outra, às vezes, não "traduzia" toda a fala do professor e isso me inquietou.* Acredito que, por também possuir limitações físicas, gostaria que ela fosse contemplada por todo o conteúdo, assim como os outros alunos, sem que faltassem partes da fala do professor. Enfim, gostaria apenas de deixar registrado que todos temos direito a aprendizagem de qualidade.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 34: No primeiro semestre da graduação, logo que ingressei na Universidade, frequentei o Núcleo de Acessibilidade da UFSM, mas ao fim do semestre resolvi suspender minhas visitas, pois acreditava que a educadora especial que me atendia não trazia pautas relevantes para minhas dificuldades. Também gostaria de ressaltar que fiz algumas cadeiras com uma menina surda de outro curso, foi muito bom saber que mesmo necessidades "extremas" (uso esse termo porque para mim era uma novidade alguém com uma limitação ainda maior que a minha frequentar uma turma "normal", comandada por um professor despreparado) ela conseguia acompanhar o andamento da disciplina. Dentre essas três cadeiras que cursamos juntas, duas intérpretes a auxiliavam. <i>Percebi que uma delas era muito mais atenciosa, não deixava nada passar sem que a aluna compreendesse. Já a outra, às vezes, não "traduzia" toda a fala do professor e isso me inquietou.</i> Acredito que, por também possuir limitações físicas, gostaria que ela fosse contemplada por todo o conteúdo, assim como os outros alunos, sem que faltassem partes da fala do professor. Enfim, gostaria apenas de deixar registrado que todos temos direito a aprendizagem de qualidade.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 34	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA CAPACITAÇÃO
	X	X			X		X	ACESSIBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	ATTITUDINAL
			X	X	X	X	X	
13	1	5	5	8	10	11	14	12

COMENTÁRIO 35: Percebo que a comunidade acadêmica desconhece os caminhos aos quais pode buscar para que receba auxílio. O núcleo de acessibilidade deveria ser mais bem explorado e seu trabalho divulgado.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 35: Percebo que a comunidade acadêmica desconhece os caminhos aos quais pode buscar para que receba auxílio. O núcleo de acessibilidade deveria ser mais bem explorado e seu trabalho divulgado.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 35	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
	X	X			X		X	
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	FALTA INFORMAÇÃO / DIVULGAÇÃO
			X		X	X		
	1	5	6	13	10	11	12	

COMENTÁRIO 36: Precárias condições de acessibilidade aos ambientes/espacos e a falta de materiais adequados para o aluno com deficiência poder desenvolver os seus estudos.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 36: Precárias condições de acessibilidade aos ambientes/espacos e a falta de materiais adequados para o aluno com deficiência poder desenvolver os seus estudos.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 36	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
	X	X		X	X	X	X	MOBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	FALTA ADAPTAÇÃO PEDAGÓGICA
			X		X	X		
12	1	5	5	9	13	10	11	

COMENTÁRIO 37: Presenciei casos de não permanência de estudante, um deles, de uma colega surda, no curso de graduação, devido à dificuldade que enfrentava, como por exemplo: muitas noites de aula sem intérprete, leitura e interpretação de textos acadêmicos, comunicação com os demais colegas, entre outros enfrentamentos de cunho pessoal.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 37: Presenciei casos de não permanência de estudante, um deles, de uma colega surda, no curso de graduação, devido à dificuldade que enfrentava, como por exemplo: muitas noites de aula sem intérprete, leitura e interpretação de textos acadêmicos, comunicação com os demais colegas, entre outros enfrentamentos de cunho pessoal.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 37	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	PERMANÊNCIA
	X	X			X		X	ACESSIBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	COMUNICACIONAL
			X	X	X	X		FALTA ADAPTAÇÃO PEDAGÓGICA
13	1	5	6	8	10	11	12	

COMENTÁRIO 38: Professores com medo de "queimarem o filme" do curso por ter alguém com minha incapacidade frequentando ou futuramente se formando na instituição. Vi isso em redes sociais e pessoalmente.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 38: Professores com medo de "queimarem o filme" do curso por ter alguém com minha incapacidade frequentando ou futuramente se formando na instituição. Vi isso em redes sociais e pessoalmente.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 38	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
	X						X	ATTITUDINAL
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	DISCRIMINAÇÃO
	1						12	

COMENTÁRIO 39: Sendo da área da Educação especial as situações são bem conhecidas. Penso que o questionário respondido da ideia geral das questões.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 39: Sendo da área da Educação especial as situações são bem conhecidas. Penso que o questionário respondido da ideia geral das questões.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 39	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	PERMANÊNCIA
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	
						X		
					11			

COMENTÁRIO 40: Gostaria de reforçar a necessidade de vontade política institucional e não centrada em alguns profissionais para que atinjamos esta qualidade.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 40: Gostaria de reforçar a necessidade de vontade política institucional e não centrada em alguns profissionais para que atinjamos esta qualidade.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 40	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
					X			
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	POLÍTICA INSTITUCIONAL
					X	X		
	3			13	10	11		

COMENTÁRIO 41: Servidor [...] com limitações físicas ao qual nunca foi dado suporte. (Suprimida identificação)

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 41: Servidor [...] com limitações físicas ao qual nunca foi dado suporte.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 41	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA RECURSOS
	X	X	X	X				FALTA INFORMAÇÃO / DIVULGAÇÃO
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	1	5	7	9				

COMENTÁRIO 42: Sinto falta de maior interação com colegas com deficiência. Há pouca convivência e troca de experiências.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 42: Sinto falta de maior interação com colegas com deficiência. Há pouca convivência e troca de experiências.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 42	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	NECESSIDADE DE CONVÍVIO
	X	X			X		X	PERMANÊNCIA
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	INCLUSÃO
	1	5		13	10	11	12	

COMENTÁRIO 43: Situação como a vivenciada pelos alunos cadeirantes no uso do transporte que faz o trajeto para o CAMPUS da UFSM, que é praticamente inexistente. Estes alunos, na sua maioria, acessam a universidade por transporte privado.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 43: Situação como a vivenciada pelos alunos cadeirantes no uso do transporte que faz o trajeto para o CAMPUS da UFSM, que é praticamente inexistente. Estes alunos, na sua maioria, acessam a universidade por transporte privado.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 43	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
	X	X						MOBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	1	5	6		10	11		

COMENTÁRIO 44: Temos um desafio quando falamos de diversidade, pois, muitos professores ainda buscam manter a padronização dentro de uma instituição que deveria ser pura diversidade.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 44: Temos um desafio quando falamos de diversidade, pois, muitos professores ainda buscam manter a padronização dentro de uma instituição que deveria ser pura diversidade.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 44	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
					X			ATTUDINAL
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	FALTA CAPACITAÇÃO
	3			13	10	11	14	

COMENTÁRIO 45: Tenho dificuldade com a utilização para realizar trabalhos no computador e ocorrer uma dificuldade para obter ajuda, indicam pessoas que cobram, os funcionários as vezes dizem que não é sua função em ajudar. Gostaria de fazer um curso e quando tem curso eles cobram e colocam num horário das nossas aulas, estou desempregada, e não sou aposentada e sou aluna bolsista. Necessito de ajuda.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 45: Tenho dificuldade com a utilização para realizar trabalhos no computador e ocorrer uma dificuldade para obter ajuda, indicam pessoas que cobram, os funcionários as vezes dizem que não é sua função em ajudar. Gostaria de fazer um curso e quando tem curso eles cobram e colocam num horário das nossas aulas, estou desempregada, e não sou aposentada e sou aluna bolsista. Necessito de ajuda.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 45	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA RECURSOS
	X	X						ACESSIBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	ATTITUDINAL
	1	5	6	8		11		FALTA INFORMAÇÃO / DIVULGAÇÃO

COMENTÁRIO 46: Tenho muita dificuldade de locomoção dentro do ambiente da universidade. Cadeiras e mesas não adaptadas, falta de consideração, atenção, respeito e sensibilidade da parte de professores.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 46: Tenho muita dificuldade de locomoção dentro do ambiente da universidade. Cadeiras e mesas não adaptadas, falta de consideração, atenção, respeito e sensibilidade da parte de professores.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 46	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
	X	X					X	MOBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	ATTITUDINAL
	1	5	6	8	10	11	12	FALTA CAPACITAÇÃO

COMENTÁRIO 47: Tive uma colega com deficiência visual que teve de desistir do curso por falta de assistência e tecnologia adaptadas a sua deficiência.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 47: Tive uma colega com deficiência visual que teve de desistir do curso por falta de assistência e tecnologia adaptadas a sua deficiência.								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 47	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA RECURSOS
	X	X						PERMANÊNCIA
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	1	5				11		

COMENTÁRIO 48: Trabalhos em grupos com deficientes auditivos é uma impossibilidade, por ausência do entendimento de libras, ou disciplinas audiovisuais e estéticas com deficientes visuais (incapacidade do professor explicar o conteúdo).

ANÁLISE DE CONTEÚDO								
COMENTÁRIO 48: Trabalhos em grupos com deficientes auditivos é uma impossibilidade, por ausência do entendimento de libras, ou disciplinas audiovisuais e estéticas com deficientes visuais (incapacidade do professor explicar o conteúdo).								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 48	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA DE RECURSOS
	X	X			X		X	FALTA CAPACITAÇÃO
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	INCLUSÃO
	1	5	6	8	13	11	12	

COMENTÁRIO 49: Um aluno com nanismo sem mesa e cadeira adaptada.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 49: Um aluno com nanismo sem mesa e cadeira adaptada.								FALTA DE RECURSOS
COMENTÁRIO 49	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA DE RECURSOS
	X	X	X	X				
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEATIVÇÃO DOS DIREITOS	
	X					X		
	1	5	7	9		11		

Você acredita que a instituição que frequenta está adaptada as suas necessidades? (Diga em outros se sente falta de algo)

COMENTÁRIO 50: A maioria dos professores do meu curso são extremamente atenciosos e dispostos a fazer o possível para que eu me sinta inclusa. *Entretanto, a coordenação do curso, às vezes, não notifica os novos professores sobre mim e minhas necessidades, então eu acabo tendo que me apresentar e expor minhas limitações a eles no primeiro dia de aula.*

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 50: A maioria dos professores do meu curso são extremamente atenciosos e dispostos a fazer o possível para que eu me sinta inclusa. Entretanto, a coordenação do curso, às vezes, não notifica os novos professores sobre mim e minhas necessidades, então eu acabo tendo que me apresentar e expor minhas limitações a eles no primeiro dia de aula.								FALTA DE INFORMAÇÃO / DIVULGAÇÃO
COMENTÁRIO 50	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA DE INFORMAÇÃO / DIVULGAÇÃO
	X						X	FALTA CAPACITAÇÃO
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEATIVÇÃO DOS DIREITOS	ACESSIBILIDADE
		X	X	X		X		ATTUDINAL
	1	4	6	8		11	12	

COMENTÁRIO 51: Algumas adaptações existem, mas não chegam nem perto de proporcionarem uma efetiva autonomia, com a possibilidade de usufruir de todos os locais e materiais disponíveis aos demais alunos. *Mas a instituição se encontra em constante adequação quanto a acessibilidade.*

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 51: Algumas adaptações existem, mas não chegam nem perto de proporcionarem uma efetiva autonomia, com a possibilidade de usufruir de todos os locais e materiais disponíveis aos demais alunos. Mas a instituição se encontra em constante adequação quanto a acessibilidade.								ACESSIBILIDADE
COMENTÁRIO 51	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
		X						INCLUSÃO
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEATIVÇÃO DOS DIREITOS	FALTA INFORMAÇÃO / DIVULGAÇÃO
	X		X	X	X	X	X	
	2	5	6	8	10	11	14	

COMENTÁRIO 52: As minhas sim, mas de pessoas com deficiência, não totalmente.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 52: As minhas sim, mas de pessoas com deficiência, não totalmente.								PERMANÊNCIA
COMENTÁRIO 52	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	PERMANÊNCIA
		X	X					ACESSIBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEATIVÇÃO DOS DIREITOS	ATTUDINAL
	X					X		
	2	5	7			11		

COMENTÁRIO 53: Conscientização e melhorar a pedagogia (muita demagogia).

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 53: Conscientização e melhorar a pedagogia (muita demagogia).								
COMENTÁRIO 53	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
	X	X					X	ATITUDINAL
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	COMUNICAÇÃO
	1	5			10	11	12	

COMENTÁRIO 54: Em parte, cadeiras para canhotos existem poucas.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 54: Em parte, cadeiras para canhotos existem poucas.								
COMENTÁRIO 54	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA RECURSOS
		X				X		
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	
		5				X		11

COMENTÁRIO 55: Está começando. Necessita mais investimento institucional. Não basta só responsabilizar os profissionais.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 55: Está começando. Necessita mais investimento institucional. Não basta só responsabilizar os profissionais.								
COMENTÁRIO 55	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	POLÍTICA INSTITUCIONAL
		X				X	X	ACESSIBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	ATITUDINAL
	X	5				X		11 12

COMENTÁRIO 56: Falta papel higiênico nos banheiros. Mulheres são muito mais prejudicadas com isso.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 56: Falta papel higiênico nos banheiros. Mulheres são muito mais prejudicadas com isso.								
COMENTÁRIO 56	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA RECURSOS
	X							
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	FORA DO CONTEXTO OBSERVADO
	1					X		11

COMENTÁRIO 57: Faltam alguns itens.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 57: Faltam alguns itens.								
COMENTÁRIO 57	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA RECURSOS
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	3					X		11

COMENTÁRIO 58: Interesse de alguns professores sobre assuntos que fogem da "normalidade".

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 58: Interesse de alguns professores sobre assuntos que fogem da "normalidade".								
COMENTÁRIO 58	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA CAPACITAÇÃO
								ACESSIBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	ATTUDINAL
	3				10	11		

COMENTÁRIO 59: Pessoas com deficiência de natureza visual têm mais barreiras.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 59: Pessoas com deficiência de natureza visual têm mais barreiras.								
COMENTÁRIO 59	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA ADAPTAÇÃO PEDAGÓGICA
						X		
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	FALTA INFORMAÇÃO / DIVULGAÇÃO
	3					X	11	

COMENTÁRIO 60: Psicoterapia gratuita.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 60: Psicoterapia gratuita.								
COMENTÁRIO 60	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA ADAPTAÇÃO PEDAGÓGICA
						X		
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	FALTA INFORMAÇÃO / DIVULGAÇÃO
	3					X	11	

COMENTÁRIO 61: Quando não tive provas ampliadas.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 61: Quando não tive provas ampliadas.								
COMENTÁRIO 61	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA ADAPTAÇÃO PEDAGÓGICA
	X	X	X			X		
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	FALTA INFORMAÇÃO / DIVULGAÇÃO
	1	5	7	X	X	X		

COMENTÁRIO 62: Rampas com corrimão e emprego de tinta antiderrapante nas sinalizações horizontais.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 62: Rampas com corrimão e emprego de tinta antiderrapante nas sinalizações horizontais.								
COMENTÁRIO 62	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	ACESSIBILIDADE
	X	X				X		MOBILIDADE
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	
	1	5	5	X	X	X	11	

COMENTÁRIO 63: Sala de recursos, banheiro adaptados, acesso físico a todos os ambientes, equipe multidisciplinar, tecnologia assistiva.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 63: Sala de recursos, banheiro adaptados, acesso físico a todos os ambientes, equipe multidisciplinar, tecnologia assistiva.								
COMENTÁRIO 63	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA RECURSOS
	X	X	X			X		TECNOLOGIA ASSISTIVA
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	FALTA INFORMAÇÃO / DIVULGAÇÃO
	1	5	7			X		11

COMENTÁRIO 64: Tecnologia assistiva à disposição.

ANÁLISE DE CONTEÚDO								TEMA RECORRENTE
COMENTÁRIO 64: Tecnologia assistiva à disposição.								
COMENTÁRIO 64	SENTIMENTO NEGATIVO	NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	NÃO TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA NÃO EXISTE	EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL	ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA	PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	FALTA RECURSOS
	X	X				X		TECNOLOGIA ASSISTIVA
	SENTIMENTO POSITIVO	ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	TEM ACESSIBILIDADE	TECNOLOGIA ASSISTIVA EXISTE	PROCESSO DE MUDANÇA	PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	EFEITIVAÇÃO DOS DIREITOS	FALTA INFORMAÇÃO / DIVULGAÇÃO
	1	5	6	X	X	X	X	11

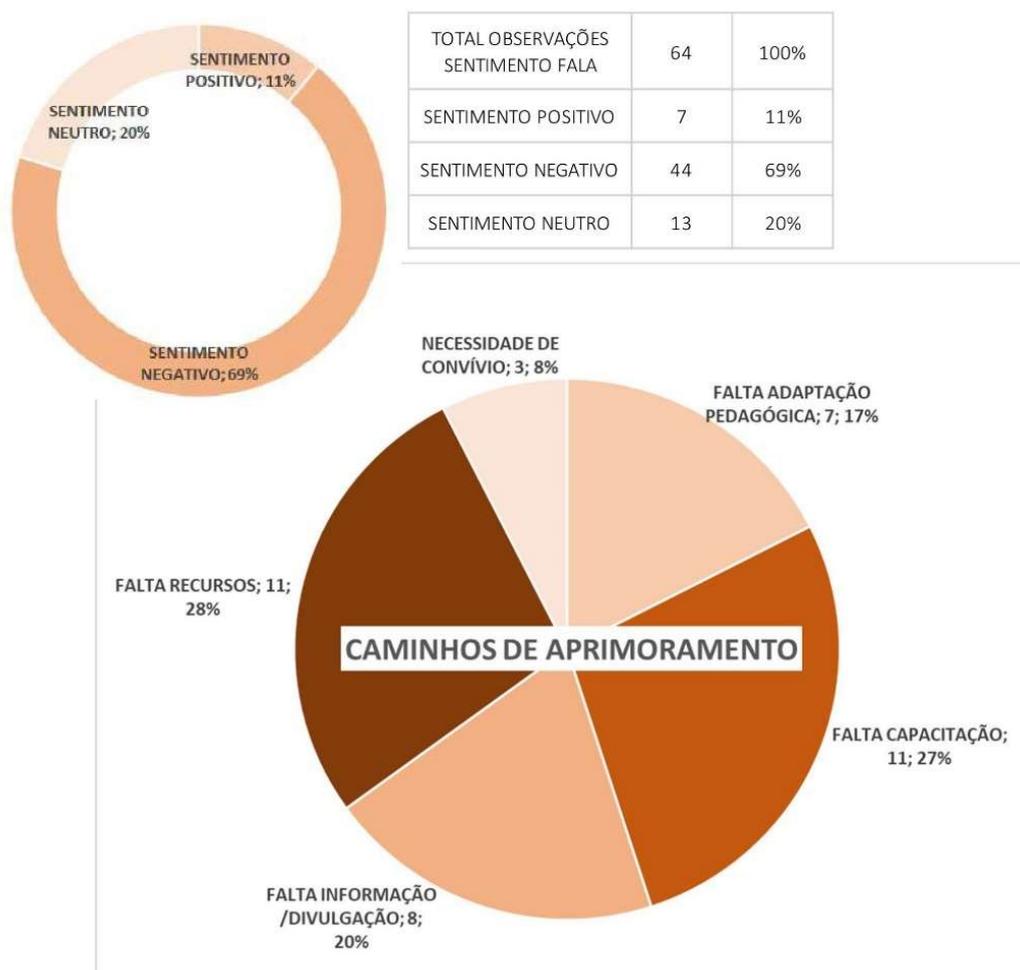
RESUMO DADOS QUANTITATIVOS SOBRE OS DADOS QUALITATIVOS ANALISADOS

Deixe seu registro pessoal sobre situação(ões) que tenha enfrentado no seu cotidiano no convívio com a diversidade funcional em sua instituição (Caso não tenhas nada a ponderar é só informar esta condição).					
Rótulos de Linha	Amostra Comunicação	Amostra Direito	Amostra Educação	Amostra Pessoa com deficiência	Total Geral
Nada a ponderar	4	11	37	9	61
Comentários	5	7	25	14	51
Total Geral	9	18	62	23	112

Você acredita que a instituição que frequenta está adaptada as suas necessidades? (Diga em outros se sente falta de algo)

Rótulos de Linha	Amostra Comunicação	Amostra Direito	Amostra Educação	Amostra Pessoa com deficiência	Total Geral
Não		5	15	3	23
Sim	9	11	40	13	73
Total Geral	9	18	62	23	112

TEMAS RECORRENTES	OBSERVAÇÕES		RESUMO DA ANÁLISE QUANTITATIVA DAS CATEGORIAS QUALITATIVAS	OBSERVAÇÕES	
ACESSIBILIDADE	25	20%	ADAPTAÇÃO É NECESSÁRIA PARA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS	56	18%
ACESSIBILIDADE ATITUDINAL	15	12%			
ACESSIBILIDADE MOBILIDADE	12	10%	SENTIMENTO NEGATIVO	44	15%
FALTA CAPACITAÇÃO	11	9%	OS RECURSOS ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	39	13%
FALTA RECURSOS	11	9%	A INSTITUIÇÃO ESTÁ EM PROCESSO DE MUDANÇA	33	11%
FALTA INFORMAÇÃO / DIVULGAÇÃO	8	6%	EXISTEM PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	24	8%
INCLUSÃO	8	6%	PRÁTICAS DE EDUCOMUNICAÇÃO SÃO POSSÍVEIS PARA	21	7%
PERMANÊNCIA	8	6%	ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES COMO TECNOLOGIA ASSISTIVA	20	7%
FALTA ADAPTAÇÃO PEDAGÓGICA	7	6%	EXISTE ACESSIBILIDADE	14	5%
ACESSIBILIDADE COMUNICAÇÃO	5	4%	EXISTE TECNOLOGIA ASSISTIVA	13	4%
AMBIENTE VIRTUAL	3	2%	SENTIMENTO NEUTRO	12	4%
DISCRIMINAÇÃO	3	2%	NÃO EXISTE ACESSIBILIDADE	10	3%
NECESSIDADE DE CONVÍVIO	3	2%	FALA BUSCA EFEITIVAÇÃO DE DIREITOS	7	2%
TECNOLOGIA ASSISTIVA	3	2%	SENTIMENTO POSITIVO	6	2%
POLÍTICA INSTITUCIONAL	2	2%	NÃO EXISTE TECNOLOGIA ASSISTIVA	4	1%
ESPORTES/LAZER	1	1%	OS RECURSOS NÃO ATENDEM CONDIÇÕES MÍNIMAS	303	100%
	125	100%			



SÍNTESE ETAPA 2 - DAS ANÁLISES QUALITATIVAS SOCIAIS

ETAPA 2- Síntese dos dados primários qualitativos sociais: premissas levantadas

- 1) A questão da necessidade de mudanças fica evidente na análise qualitativa social, especialmente com relação a falta de recursos e necessidade de maior inclusão pela adaptação de processos institucionais pedagógicos.
- 2) Existe um interesse na capacitação do uso de tecnologias assistivas e de educomunicação.
- 3) Há demanda de ações que trabalhem a acessibilidade comunicacional/informacional, bem como a acessibilidade atitudinal.
- 4) Existe a dúvida: se os trabalhos e serviços do núcleo de atendimento são bem divulgados, ou se realmente não conseguem suprir as necessidades da comunidade. Há uma inclinação para a informação de falta de divulgação do que é feito.
- 5) Existe a dúvida: sobre a vontade institucional de superar os obstáculos apontados. Há uma inclinação a premissa de dificuldade de diálogo na tríade: docente-aluno-instituição. PDI-UFSM tem previsão de inclusão (2016-2026), apontando um reforço na vontade institucional, porém, ainda em fase de implantação de ações e medidas.

**APÊNDICE 06 – Lei nº 13.941/2004: Experiência de educomunicação de
gestação pública focada no ensino comum em São Paulo/SP – Instituição
Programa EDUCOM – Educomunicação pelas Ondas do Rádio**

DOC 29/12/2004 – p. 01

LEI Nº 13.941, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2004

(Projeto de Lei nº 556/02, do Vereador Carlos Neder - PT)

Institui o Programa EDUCOM – Educomunicação pelas Ondas do Rádio, no Município de São Paulo, e dá outras providências.

MARTA SUPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 16 de dezembro de 2004, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa EDUCOM-Educomunicação pelas ondas do rádio, no âmbito da Administração Municipal.

§ 1º Para os fins da presente lei, entende-se por educomunicação o conjunto dos procedimentos voltados ao planejamento e implementação de processos e recursos da comunicação e da informação, nos espaços destinados à educação e à cultura, sob a responsabilidade do Poder Público Municipal, inclusive no âmbito das Subprefeituras e demais Secretarias e órgãos envolvidos.

§ 2º Visa o Programa instituído por esta lei ampliar as habilidades e competências no uso das tecnologias, de forma a favorecer a expressão de todos os membros da comunidade escolar, incluindo dirigentes, coordenadores, professores, alunos, ex-alunos e demais membros da comunidade do entorno.

§ 3º O Programa de que trata esta lei e o conceito de educomunicação contemplam a análise crítica e o uso educativo-cultural, não apenas do rádio mas de todos os recursos da comunicação, garantindo-se, para tanto, uma gestão democrática de tais processos e recursos, de forma a facilitar a aprendizagem e o exercício pleno da cidadania.

Art. 2º Os objetivos do Programa são:

I - desenvolver e articular práticas de educomunicação, incluindo a radiodifusão restrita, a radiodifusão comunitária, bem como toda forma de veiculação midiática, de acordo com a legislação vigente, no âmbito da administração municipal;

II - incentivar atividades de rádio e televisão comunitária em equipamentos públicos, nos termos da legislação vigente;

III - capacitar, em atividades de educomunicação, os dirigentes e coordenadores de escolas e equipamentos de cultura do Município, inclusive no âmbito das Subprefeituras e demais Secretarias e órgãos envolvidos, assim como professores, estudantes e demais membros da comunidade escolar;

IV - incentivar atividades de educomunicação relacionadas à introdução dos recursos da comunicação e da informação nos espaços públicos e privados voltados à educação e à cultura;

V - capacitar os servidores públicos municipais em atividades de educomunicação;

VI - incorporar, na prática pedagógica, a relação da comunicação com os eixos temáticos previstos nos parâmetros curriculares;

VII - apoiar a prática da educomunicação nas ações intersetoriais, em especial nas áreas de educação, cultura, saúde, esporte e meio ambiente, no âmbito das diversas Secretarias e órgãos municipais, bem como das Subprefeituras;

VIII - desenvolver ações de cidadania no campo da educomunicação dirigidas a crianças e adolescentes;

IX - aumentar o vínculo estabelecido entre os equipamentos públicos e a comunidade, nas ações de prevenção de violência e de promoção da paz, através do uso de recursos tecnológicos que facilitem a expressão e a comunicação.

Art. 3º Para implementar o Programa instituído por esta lei, caberá ao Poder Executivo a constituição de um Comitê Gestor, cuja composição e competências específicas serão definidas em decreto.

§ 1º Fica assegurada a participação no Comitê Gestor das diversas Secretarias afetas ao programa, de representantes de universidades que desenvolvam pesquisas e práticas de educomunicação, de grêmios estudantis das escolas municipais e demais entidades representativas da comunidade escolar, do Sindicato dos Jornalistas, do Sindicato dos Radialistas e de entidades voltadas ao desenvolvimento da prática da comunicação educativa.

§ 2º A composição do Comitê Gestor deverá observar a paridade entre a representação da sociedade civil com relação aos demais segmentos.

Art. 4º Fica autorizado o aporte de recursos de instituições públicas ou privadas, interessadas em financiar o Programa EDUCOM-Educomunicação pelas ondas do rádio.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 28 de dezembro de 2004, 451º da fundação de São Paulo.

MARTA SUPPLY, PREFEITA

LUIZ TARCÍSIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário dos Negócios Jurídicos

LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

MARIA APARECIDA PEREZ, Secretária Municipal de Educação

CELSO FRATESCHI, Secretário Municipal de Cultura

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 28 de dezembro de 2004.

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal